



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1117

Terça-feira - 13 de Novembro de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce	1
Antônio Carlos	35
Biguaçu	36
Braço do Trombudo	39
Caçador	39
Campo Alegre	39
Campos Novos	43
Canoinhas	44
Capinzal	45
Catanduvas	46
Chapadão do Lageado	48
Concórdia	49
Coronel Martins	51
Corupá	51
Curitibanos	51
Forquilha	52
Fraiburgo	61
Garopaba	64
Garuva	64
Gaspar	69
Governador Celso Ramos	70
Herval d'Oeste	71
Ibiam	72
Imbituba	72
Irineópolis	75
Joaçaba	76
Lages	79
Lauro Muller	80
Lebon Regis	81
Leoberto Leal	81
Navegantes	82
Nova Trento	83
Palhoça	93
Passo de Torres	99
Pinheiro Preto	100
Porto União	101
Rio do Sul	102
Salto Veloso	143
São Bento do Sul	143
São Lourenço do Oeste	145
Schroeder	146
Timbó	210
Turvo	227
Vargeão	228
Vidal Ramos	247
Videira	247
Vitor Meireles	249

Consórcios

CIM-AMAVI	250
CINCO	250

Água Doce

PREFEITURA

Decreto Nº 155/2012

DECRETO Nº 155/2012 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

"DETERMINA LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.025 de 22 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º. Fica limitado o empenhamento de despesa e movimentação financeira na Administração Direta Centralizada e nos Fundos Especiais do Município, no montante de R\$ 352.658,08 (trezentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e oito centavos), conforme detalhamento constante no Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo Único. Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais, as resultantes de transferências voluntárias e do Superávit Financeiro do exercício de 2011, as destinadas ao pagamento do serviço da dívida, com pessoal e encargos e aquelas despesas ressalvadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 2º. São responsáveis pela implementação das ações necessárias ao cumprimento deste Decreto, o ordenador de despesas da Administração Direta Centralizada e os Gestores dos Fundos especiais com autonomia orçamentária e financeira.

Parágrafo Único. As unidades Orçamentárias e Administrativas adotarão as medidas e procedimentos, inclusive com relação aos contratos e às licitações, necessárias à redução das despesas e a sua adequação aos limites fixados neste Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de novembro de 2012.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO

DEMONSTRATIVO PARA LIMITAÇÃO DE EMPENHO
Movimentação Financeira
Demonstrativo de Déficit
Art. 1º. Decreto nº 155/2012 de 06 de novembro de 2012

	Valor	Execução
Previsão de Arrecadação até Setembro/ Outubro	14.609.609,63	18.466.419,63
Previsão Despesas até Setembro/Outubro	14.765.345,11	18.819.077,71
Déficit		352.658,08

Valores a serem reduzidos da previsão de despesas e movimentação financeira para cobertura do déficit até o sexto bimestre/ 2012 (Decreto 155/2012)

Bimestre Novembro/Dezembro	Total
352.658,08	352.658,08

Limite Máximo de Despesas para o sexto bimestres/2012

Bimestre Novembro/Dezembro	Total
2.297.470,81	2.297.470,81

Água Doce, 06 de novembro de 2012
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 156/2012

DECRETO Nº 156/2012 - DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012
"DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no inciso VIII do artigo 72 da Lei Orgânica do Município, e demais normas legais aplicáveis,

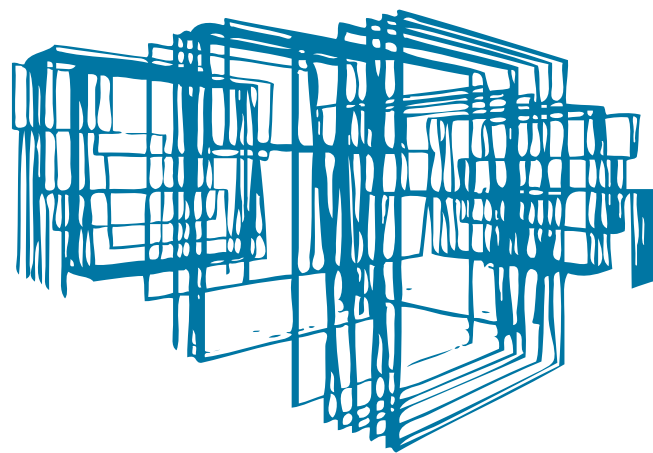
DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições Públicas Municipais em virtude do feriado da Proclamação da República, no dia 16 de novembro de 2012 - Sexta-feira, durante o qual não haverá expediente nos órgãos públicos municipais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam - se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de novembro de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Balancete Financeiro Setembro 2012 FMAS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Setembro/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	6.182,40	Despesa Orçamentária	8.839,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.182,40	Despesas exceto Intra-orçamentárias	8.839,80
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.839,80
Receita Extra - Orçamentária	8.920,65	Despesa Extra - Orçamentária	10.680,93
DEPOSITOS	80,85	DEPOSITOS	100,10
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	80,85	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	100,10
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	80,85	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	100,10
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	8.839,80	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	10.580,83
OBRIGACOES A PAGAR	8.839,80	OBRIGACOES A PAGAR	10.580,83
FORNECEDORES	8.657,80	FORNECEDORES	10.398,83
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	182,00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	182,00
Saldos anteriores	77.840,35	Saldos atuais	73.422,67
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	77.840,35	BANCO C/ MOVIMENTO	73.422,67
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	92.943,40	Total	92.943,40

AGUA DOCE , 29/10/2012

ALESSANDRA BIAZOLO
Titular da Unidade

NEUSA M.C.S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC020388/O-0

Balancete Financeiro Setembro 2012 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Setembro/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	101.134,13	Despesa Orçamentária	387.712,66
RECEITA TRIBUTARIA	2.108,04	Despesas exceto Intra-orçamentárias	386.801,82
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	98.097,50	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	183.959,19
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	928,59	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	103.936,45
		INVESTIMENTOS	98.906,18
		Despesas Intra-orçamentárias	910,84
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	910,84
Receita Extra - Orçamentária	608.737,39	Despesa Extra - Orçamentária	486.203,44
DEPOSITOS	36.490,67	DEPOSITOS	36.526,02
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	36.490,67	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	36.526,02
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	36.490,67	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	36.526,02
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	429.219,30	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	449.677,42
OBRIGACOES A PAGAR	429.219,30	OBRIGACOES A PAGAR	449.677,42
FORNECEDORES	206.546,71	FORNECEDORES	225.044,35
PESSOAL A PAGAR	147.901,14	PESSOAL A PAGAR	149.348,78
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	73.154,21	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	73.759,85
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	706,40	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	613,60
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	910,84	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	910,84
INTERFERENCIAS ATIVAS	143.027,42		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	143.027,42		
REPASSE RECEBIDO	143.027,42		
Saldos anteriores	444.483,57	Saldos atuais	280.438,99
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	444.483,57	BANCO C/ MOVIMENTO	280.438,99
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	1.154.355,09	Total	1.154.355,09

AGUA DOCE , 29/10/2012

ALESSANDRA BIAZOLO
Titular da Unidade

NEUSA M.C.S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC020388/O-0

Balancete Financeiro Setembro 2012 SIMA**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Setembro/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	21.324,88	Despesa Orçamentária	13.111,98
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.298,85	Despesas exceto Intra-orçamentárias	13.111,98
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.691,18	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.111,98
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.334,85		
Receita Extra - Orçamentária	13.190,72	Despesa Extra - Orçamentária	13.052,52
DEPOSITOS	78,74	DEPOSITOS	78,74
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	78,74	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	78,74
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	78,74	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	78,74
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	13.111,98	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	12.973,78
OBRIGACOES A PAGAR	13.111,98	OBRIGACOES A PAGAR	12.973,78
FORNECEDORES	12.361,92	FORNECEDORES	12.040,39
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	750,06	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	933,39
Saldos anteriores	1.315.416,56	Saldos atuais	1.323.767,66
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.300.000,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.300.000,00
BANCO C/ MOVIMENTO	15.416,56	BANCO C/ MOVIMENTO	23.767,66
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	1.349.932,16	Total	1.349.932,16

AGUA DOCE , 29/10/2012

MARIA TERESA MACCAGNAN
PRESIDENTE DO SIMANEUSA M.C.S.BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA
28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2013****VISÃO ESTRATÉGICA E
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**Inscrições através do site:
www.egem.org.br

Balanço Orçamentário 5º Bimestre 2012 - Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.371.014,00	17.371.014,00	3.252.138,49	18,72	18.382.901,94	105,83	-1.011.887,94
RECEITAS CORRENTES	17.031.014,00	17.031.014,00	3.058.538,52	17,96	17.156.824,74	100,74	-125.810,74
RECEITA TRIBUTARIA	1.054.800,00	1.054.800,00	181.527,30	17,21	2.643.242,52	250,59	-1.588.442,52
IMPOSTOS	896.000,00	896.000,00	167.788,70	18,73	2.508.641,57	279,98	-1.612.641,57
TAXAS	133.800,00	133.800,00	12.958,65	9,69	132.046,57	98,69	1.753,43
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	25.000,00	25.000,00	779,95	3,12	2.554,38	10,22	22.445,62
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	286.160,00	286.160,00	47.628,85	16,64	243.424,83	85,07	42.735,17
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	101.160,00	101.160,00	16.389,53	16,20	83.989,88	83,03	17.170,12
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	185.000,00	185.000,00	31.239,32	16,89	159.434,95	86,18	25.565,05
RECEITA PATRIMONIAL	166.550,00	166.550,00	33.845,66	20,32	255.948,00	153,68	-89.398,00
RECEITAS IMOBILIARIAS	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	3.141,16	57,11	2.358,84
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	160.050,00	160.050,00	33.245,92	20,77	252.207,10	157,58	-92.157,10
Outras Rec. Patrimoniais	1.000,00	1.000,00	599,74	59,97	599,74	59,97	400,26
RECEITA AGROPECUARIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Outras Rec. Agropecuárias	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.448.304,00	15.448.304,00	2.780.951,75	18,00	13.898.659,99	89,97	1.549.644,01
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	14.994.604,00	14.994.604,00	2.629.828,06	17,54	13.249.419,57	88,36	1.745.184,43
Transf. de Conv.	453.700,00	453.700,00	151.123,69	33,31	649.240,42	143,10	-195.540,42
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	74.200,00	74.200,00	14.584,96	19,66	115.549,40	155,73	-41.349,40
Multas e Juros de Mora	10.700,00	10.700,00	1.229,20	11,49	14.517,42	135,68	-3.817,42
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	33.500,00	33.500,00	9.840,83	29,38	47.020,33	140,36	-13.520,33
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.900,00	9.900,00	922,37	9,32	41.775,76	421,98	-31.875,76
RECEITAS DIVERSAS	20.100,00	20.100,00	2.592,56	12,90	12.235,89	60,88	7.864,11
RECEITAS DE CAPITAL	340.000,00	340.000,00	193.599,97	56,94	1.226.077,20	360,61	-886.077,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	151.627,60	0,00	329.700,00	0,00	-329.700,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	151.627,60	0,00	329.700,00	0,00	-329.700,00
ALIENAÇÃO DE BENS	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	42.800,00	40,76	62.200,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	42.800,00	40,76	62.200,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	235.000,00	235.000,00	41.972,37	17,86	853.577,20	363,22	-618.577,20
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	235.000,00	235.000,00	41.972,37	17,86	853.577,20	363,22	-618.577,20
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	101.160,00	101.160,00	16.411,05	16,22	83.517,69	82,56	17.642,31
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	101.160,00	101.160,00	16.411,05	16,22	83.517,69	82,56	17.642,31
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	101.160,00	101.160,00	16.411,05	16,22	83.517,69	82,56	17.642,31
CONTRIBUIÇÃO	101.160,00	101.160,00	16.411,05	16,22	83.517,69	82,56	17.642,31

Continua 1/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	101.160,00	101.160,00	16.411,05	16,22	83.517,69	82,56	17.642,31
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.472.174,00	17.472.174,00	3.268.549,54	18,71	18.466.419,63	105,69	-994.245,63
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.472.174,00	17.472.174,00	3.268.549,54	18,71	18.466.419,63	105,69	-994.245,63
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	17.472.174,00	17.472.174,00	3.268.549,54	18,71	18.466.419,63	105,69	-994.245,63
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.477.719,48	—	—	998.239,92	—	—
Superávit Financeiro	—	1.477.719,48	—	—	998.239,92	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.372.314,00	5.574.980,31	22.947.294,31	3.374.532,75	18.735.560,02	3.539.750,31	16.298.032,03	71,02	6.649.262,28
DESPESAS CORRENTES	16.383.114,00	1.596.716,12	17.979.830,12	2.610.633,83	14.447.590,56	2.782.334,02	14.174.451,78	78,84	3.805.378,34
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.713.413,94	160.497,80	9.873.911,74	1.493.773,00	7.873.012,37	1.505.894,49	7.858.706,51	79,59	2.015.205,23
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	109.350,00	28.000,00	137.350,00	15.327,64	85.166,96	15.327,64	85.166,96	62,01	52.183,04
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.560.350,06	1.408.218,32	7.968.568,38	1.101.533,19	6.489.411,23	1.261.111,89	6.230.578,31	78,19	1.737.990,07
DESPESAS DE CAPITAL	931.200,00	3.978.264,19	4.909.464,19	763.898,92	4.287.969,46	757.416,29	2.123.580,25	43,25	2.785.883,94
INVESTIMENTOS	852.400,00	3.901.764,19	4.754.164,19	718.629,79	4.211.809,22	712.147,16	2.047.420,01	43,07	2.706.744,18
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	78.800,00	76.500,00	155.300,00	45.269,13	76.160,24	45.269,13	76.160,24	49,04	79.139,76
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	55.000,00	0,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00

Continua 2/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.372.314,00	5.574.980,31	22.947.294,31	3.374.532,75	18.735.560,02	3.539.750,31	16.298.032,03	71,02	6.649.262,28
RESERVA DE CONTINGENCIA	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	101.160,00	10.527,00	111.687,00	16.411,05	83.517,69	16.411,05	83.517,69	74,78	28.169,31
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	101.160,00	10.527,00	111.687,00	16.411,05	83.517,69	16.411,05	83.517,69	74,78	28.169,31
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.473.474,00	5.585.507,31	23.058.981,31	3.390.943,80	18.819.077,71	3.556.161,36	16.381.549,72	71,04	6.677.431,59
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.473.474,00	5.585.507,31	23.058.981,31	3.390.943,80	18.819.077,71	3.556.161,36	16.381.549,72	71,04	6.677.431,59
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.084.869,91	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.473.474,00	5.585.507,31	23.058.981,31	3.390.943,80	18.819.077,71	3.556.161,36	18.466.419,63	71,04	6.677.431,59

FONTE:

AGUA DOCE, 08/11/2012

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

JOSELI A. S. M. R. TRENTA
Contador CRC 022069/0-8

CÂRMEN LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. Controle Interno

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função Subfunção 5º Bimestre 2012 - Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.372.314,00	22.947.294,31	3.374.532,75	18.735.560,02	3.539.750,31	16.298.032,03	99,49	71,02	6.649.262,28
Legislativa	497.400,00	497.400,00	69.093,66	360.889,57	69.093,66	360.889,57	2,20	72,56	136.510,43
Ação Legislativa	497.400,00	497.400,00	69.093,66	360.889,57	69.093,66	360.889,57	2,20	72,56	136.510,43
Administração	1.704.515,00	1.794.457,50	244.198,21	1.515.663,97	269.391,32	1.461.727,07	8,92	81,46	332.730,43
Administração Geral	1.704.515,00	1.794.457,50	244.198,21	1.515.663,97	269.391,32	1.461.727,07	8,92	81,46	332.730,43
Segurança Pública	302.900,00	663.841,47	277.239,04	554.977,61	37.144,71	309.944,08	1,89	46,69	353.897,39
Policiamento	204.250,00	352.885,31	26.165,93	262.357,52	26.505,93	257.758,32	1,57	73,04	95.126,99
Defesa Civil	98.650,00	310.956,16	251.073,11	292.620,09	10.638,78	52.185,76	0,32	16,78	258.770,40
Assistência Social	799.120,00	989.626,67	122.191,84	625.384,69	103.642,54	580.459,29	3,54	58,65	409.167,38
Assistência ao Portador de Deficiência	4.000,00	4.000,00	364,80	1.824,00	364,80	1.824,00	0,01	45,60	2.176,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	102.100,00	92.100,00	12.594,87	51.918,28	13.040,87	45.435,28	0,28	49,33	46.664,72
Assistência Comunitária	693.020,00	893.526,67	109.232,17	571.642,41	90.236,87	533.200,01	3,25	59,67	360.326,66
Previdência Social	560.200,00	560.200,00	85.148,10	477.404,97	85.148,10	477.404,97	2,91	85,22	82.795,03
Previdência Básica	560.200,00	560.200,00	85.148,10	477.404,97	85.148,10	477.404,97	2,91	85,22	82.795,03
Saúde	3.472.304,00	4.449.844,65	592.064,89	3.603.162,38	729.828,27	3.392.904,66	20,71	76,25	1.056.939,99
Atenção Básica	3.256.774,00	4.224.263,82	586.134,12	3.434.335,03	697.096,81	3.249.571,22	19,84	76,93	974.692,60
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	144.000,00	144.000,00	0,00	144.000,00	26.500,00	119.000,00	0,73	82,64	25.000,00
Vigilância Sanitária	41.400,00	51.450,83	1.980,23	12.600,14	2.359,78	12.185,09	0,07	23,68	39.265,74
Vigilância Epidemiológica	30.130,00	30.130,00	3.950,54	12.227,21	3.871,68	12.148,35	0,07	40,32	17.981,65
Educação	5.220.780,00	6.491.458,38	1.116.530,24	5.310.429,38	1.090.840,55	4.538.452,11	27,70	69,91	1.953.006,27
Previdência Básica	126.000,00	126.000,00	20.585,76	107.045,00	20.585,76	107.045,00	0,65	84,96	18.955,00
Alimentação e Nutrição	135.000,00	135.000,00	43.275,50	124.110,61	26.848,34	107.683,45	0,66	79,77	27.316,55
Ensino Fundamental	4.091.430,00	5.087.661,44	818.404,54	4.124.180,75	901.943,30	3.600.344,91	21,98	70,77	1.487.316,53
Ensino Médio	70.000,00	70.000,00	136,57	69.903,29	4.478,57	69.903,29	0,43	99,86	96,71
Ensino Superior	39.000,00	38.100,00	0,00	38.100,00	0,00	38.100,00	0,23	100,00	0,00
Educação Infantil	749.000,00	1.022.696,94	233.537,14	836.762,30	134.335,74	605.364,99	3,70	59,19	417.331,95
Educação Especial	10.350,00	12.000,00	590,73	10.327,43	2.648,84	10.010,47	0,06	83,42	1.989,53
Cultura	197.850,00	241.200,00	12.975,93	200.051,39	14.441,56	198.476,66	1,21	82,29	42.723,34
Difusão Cultural	197.850,00	241.200,00	12.975,93	200.051,39	14.441,56	198.476,66	1,21	82,29	42.723,34
Urbanismo	1.443.650,00	2.464.163,38	303.387,41	2.061.462,73	400.778,84	1.512.997,90	9,24	61,40	951.165,48
Infra-Estrutura Urbana	64.900,00	190.200,00	6.843,05	190.102,97	35.771,05	75.420,04	0,46	39,65	114.779,96

Continua 1/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.372.314,00	22.947.294,31	3.374.532,75	18.735.560,02	3.539.750,31	16.298.032,03	99,49	71,02	6.649.262,28
Urbanismo	1.443.650,00	2.464.163,38	303.387,41	2.061.462,73	400.778,84	1.512.997,90	9,24	61,40	951.165,48
Serviços Urbanos	1.378.750,00	2.273.963,38	296.544,36	1.871.359,76	365.007,79	1.437.577,86	8,78	63,22	836.385,52
Habitação	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	74.000,00	452.411,95	8,00	391.266,28	103.290,68	134.703,15	0,82	29,77	317.708,80
Saneamento Básico Urbano	74.000,00	452.411,95	8,00	391.266,28	103.290,68	134.703,15	0,82	29,77	317.708,80
Gestão Ambiental	1.500,00	1.500,00	532,49	532,49	532,49	532,49	0,00	35,50	967,51
Preservação e Conservação Ambiental	1.500,00	1.500,00	532,49	532,49	532,49	532,49	0,00	35,50	967,51
Agricultura	645.300,00	1.021.732,00	95.567,57	856.058,26	103.106,68	840.065,58	5,13	82,22	181.666,42
Vigilância Sanitária	29.000,00	186,00	0,00	186,00	0,00	186,00	0,00	100,00	0,00
Promoção da Produção Animal	15.000,00	15.000,00	4.827,86	9.633,24	4.734,68	9.540,06	0,06	63,60	5.459,94
Extensão Rural	601.300,00	1.006.546,00	90.739,71	846.239,02	98.372,00	830.339,52	5,07	82,49	176.206,48
Indústria	118.500,00	18.900,00	0,00	18.813,50	0,00	18.813,50	0,11	99,54	86,50
Promoção Industrial	118.500,00	18.900,00	0,00	18.813,50	0,00	18.813,50	0,11	99,54	86,50
Comércio e Serviços	38.100,00	33.100,00	240,00	28.039,68	4.456,00	28.039,68	0,17	84,71	5.060,32
Turismo	38.100,00	33.100,00	240,00	28.039,68	4.456,00	28.039,68	0,17	84,71	5.060,32
Comunicações	21.000,00	1.832,50	0,00	1.832,50	0,00	1.832,50	0,01	100,00	0,00
Telecomunicações	21.000,00	1.832,50	0,00	1.832,50	0,00	1.832,50	0,01	100,00	0,00
Transporte	1.565.155,00	1.973.752,45	295.491,35	1.695.915,54	316.824,81	1.566.113,45	9,56	79,35	407.639,00
Transporte Rodoviário	1.565.155,00	1.973.752,45	295.491,35	1.695.915,54	316.824,81	1.566.113,45	9,56	79,35	407.639,00
Desporto e Lazer	324.890,00	586.911,36	67.088,01	540.476,69	118.454,09	381.476,98	2,33	65,00	205.434,38
Desporto Comunitário	324.890,00	586.911,36	67.088,01	540.476,69	118.454,09	381.476,98	2,33	65,00	205.434,38
Encargos Especiais	329.150,00	649.962,00	92.776,01	493.198,39	92.776,01	493.198,39	3,01	75,88	156.763,61
Serviço da Dívida Interna	188.150,00	292.650,00	60.596,77	161.327,20	60.596,77	161.327,20	0,98	55,13	131.322,80
Outros Encargos Especiais	141.000,00	357.312,00	32.179,24	331.871,19	32.179,24	331.871,19	2,03	92,88	25.440,81
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	101.160,00	111.687,00	16.411,05	83.517,69	16.411,05	83.517,69	0,51	74,78	28.169,31
Administração	21.750,00	31.750,00	4.731,66	26.267,40	4.731,66	26.267,40	0,16	82,73	5.482,60
Administração Geral	21.750,00	31.750,00	4.731,66	26.267,40	4.731,66	26.267,40	0,16	82,73	5.482,60

Continua 2/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	101.160,00	111.687,00	16.411,05	83.517,69	16.411,05	83.517,69	0,51	74,78	28.169,31
Assistência Social	2.500,00	3.127,00	560,56	2.565,75	560,56	2.565,75	0,02	82,05	561,25
Assistência Comunitária	2.500,00	3.127,00	560,56	2.565,75	560,56	2.565,75	0,02	82,05	561,25
Saúde	11.000,00	11.000,00	1.781,27	7.987,70	1.781,27	7.987,70	0,05	72,62	3.012,30
Atenção Básica	11.000,00	11.000,00	1.781,27	7.987,70	1.781,27	7.987,70	0,05	72,62	3.012,30
Educação	25.200,00	37.600,00	5.945,44	29.664,41	5.945,44	29.664,41	0,18	78,89	7.935,59
Ensino Fundamental	23.000,00	35.400,00	5.813,32	29.107,71	5.813,32	29.107,71	0,18	82,23	6.292,29
Educação Infantil	2.200,00	2.200,00	132,12	556,70	132,12	556,70	0,00	25,30	1.643,30
Cultura	1.500,00	1.500,00	84,28	721,44	84,28	721,44	0,00	48,10	778,56
Difusão Cultural	1.500,00	1.500,00	84,28	721,44	84,28	721,44	0,00	48,10	778,56
Urbanismo	4.500,00	4.500,00	644,71	2.860,79	644,71	2.860,79	0,02	63,57	1.639,21
Serviços Urbanos	4.500,00	4.500,00	644,71	2.860,79	644,71	2.860,79	0,02	63,57	1.639,21
Agricultura	3.850,00	3.850,00	621,29	3.104,61	621,29	3.104,61	0,02	80,64	745,39
Extensão Rural	3.850,00	3.850,00	621,29	3.104,61	621,29	3.104,61	0,02	80,64	745,39
Transporte	24.360,00	14.360,00	1.353,82	7.052,77	1.353,82	7.052,77	0,04	49,11	7.307,23
Transporte Rodoviário	24.360,00	14.360,00	1.353,82	7.052,77	1.353,82	7.052,77	0,04	49,11	7.307,23
Desporto e Lazer	6.500,00	4.000,00	688,02	3.292,82	688,02	3.292,82	0,02	82,32	707,18
Desporto Comunitário	6.500,00	4.000,00	688,02	3.292,82	688,02	3.292,82	0,02	82,32	707,18
TOTAL (III) = (I + II)	17.473.474,00	23.058.981,31	3.390.943,80	18.819.077,71	3.556.161,36	16.381.549,72	100,00	71,04	6.677.431,59

FONTE:

AGUA DOCE, 08/11/2012

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOL JOSELI A. S. M. R. TRENTA
Prefeita Municipal Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEN LÚCIA PICCOLI NICHET
Coordenadora do Sist. Controle Int

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função Subfunção 5º Bimestre 2012 - Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.372.314,00	22.947.294,31	3.374.532,75	18.735.560,02	3.539.750,31	16.298.032,03	99,49	71,02	6.649.262,28
Legislativa	497.400,00	497.400,00	69.093,66	360.889,57	69.093,66	360.889,57	2,20	72,56	136.510,43
Ação Legislativa	497.400,00	497.400,00	69.093,66	360.889,57	69.093,66	360.889,57	2,20	72,56	136.510,43
Administração	1.704.515,00	1.794.457,50	244.198,21	1.515.663,97	269.391,32	1.461.727,07	8,92	81,46	332.730,43
Administração Geral	1.704.515,00	1.794.457,50	244.198,21	1.515.663,97	269.391,32	1.461.727,07	8,92	81,46	332.730,43
Segurança Pública	302.900,00	663.841,47	277.239,04	554.977,61	37.144,71	309.944,08	1,89	46,69	353.897,39
Policimento	204.250,00	352.885,31	26.165,93	262.357,52	26.505,93	257.758,32	1,57	73,04	95.126,99
Defesa Civil	98.650,00	310.956,16	251.073,11	292.620,09	10.638,78	52.185,76	0,32	16,78	258.770,40
Assistência Social	799.120,00	989.626,67	122.191,84	625.384,69	103.642,54	580.459,29	3,54	58,65	409.167,38
Assistência ao Portador de Deficiência	4.000,00	4.000,00	364,80	1.824,00	364,80	1.824,00	0,01	45,60	2.176,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	102.100,00	92.100,00	12.594,87	51.918,28	13.040,87	45.435,28	0,28	49,33	46.664,72
Assistência Comunitária	693.020,00	893.526,67	109.232,17	571.642,41	90.236,87	533.200,01	3,25	59,67	360.326,66
Previdência Social	560.200,00	560.200,00	85.148,10	477.404,97	85.148,10	477.404,97	2,91	85,22	82.795,03
Previdência Básica	560.200,00	560.200,00	85.148,10	477.404,97	85.148,10	477.404,97	2,91	85,22	82.795,03
Saúde	3.472.304,00	4.449.844,65	592.064,89	3.603.162,38	729.828,27	3.392.904,66	20,71	76,25	1.056.939,99
Atenção Básica	3.256.774,00	4.224.263,82	586.134,12	3.434.335,03	697.096,81	3.249.571,22	19,84	76,93	974.692,60
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	144.000,00	144.000,00	0,00	144.000,00	26.500,00	119.000,00	0,73	82,64	25.000,00
Vigilância Sanitária	41.400,00	51.450,83	1.980,23	12.600,14	2.359,78	12.185,09	0,07	23,68	39.265,74
Vigilância Epidemiológica	30.130,00	30.130,00	3.950,54	12.227,21	3.871,68	12.148,35	0,07	40,32	17.981,65
Educação	5.220.780,00	6.491.458,38	1.116.530,24	5.310.429,38	1.090.840,55	4.538.452,11	27,70	69,91	1.953.006,27
Previdência Básica	126.000,00	126.000,00	20.585,76	107.045,00	20.585,76	107.045,00	0,65	84,96	18.955,00
Alimentação e Nutrição	135.000,00	135.000,00	43.275,50	124.110,61	26.848,34	107.683,45	0,66	79,77	27.316,55
Ensino Fundamental	4.091.430,00	5.087.661,44	818.404,54	4.124.180,75	901.943,30	3.600.344,91	21,98	70,77	1.487.316,53
Ensino Médio	70.000,00	70.000,00	136,57	69.903,29	4.478,57	69.903,29	0,43	99,86	96,71
Ensino Superior	39.000,00	38.100,00	0,00	38.100,00	0,00	38.100,00	0,23	100,00	0,00
Educação Infantil	749.000,00	1.022.696,94	233.537,14	836.762,30	134.335,74	605.364,99	3,70	59,19	417.331,95
Educação Especial	10.350,00	12.000,00	590,73	10.327,43	2.648,84	10.010,47	0,06	83,42	1.989,53
Cultura	197.850,00	241.200,00	12.975,93	200.051,39	14.441,56	198.476,66	1,21	82,29	42.723,34
Difusão Cultural	197.850,00	241.200,00	12.975,93	200.051,39	14.441,56	198.476,66	1,21	82,29	42.723,34
Urbanismo	1.443.650,00	2.464.163,38	303.387,41	2.061.462,73	400.778,84	1.512.997,90	9,24	61,40	951.165,48
Infra-Estrutura Urbana	64.900,00	190.200,00	6.843,05	190.102,97	35.771,05	75.420,04	0,46	39,65	114.779,96

Continua 1/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.372.314,00	22.947.294,31	3.374.532,75	18.735.560,02	3.539.750,31	16.298.032,03	99,49	71,02	6.649.262,28
Urbanismo	1.443.650,00	2.464.163,38	303.387,41	2.061.462,73	400.778,84	1.512.997,90	9,24	61,40	951.165,48
Serviços Urbanos	1.378.750,00	2.273.963,38	296.544,36	1.871.359,76	365.007,79	1.437.577,86	8,78	63,22	836.385,52
Habitação	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	74.000,00	452.411,95	8,00	391.266,28	103.290,68	134.703,15	0,82	29,77	317.708,80
Saneamento Básico Urbano	74.000,00	452.411,95	8,00	391.266,28	103.290,68	134.703,15	0,82	29,77	317.708,80
Gestão Ambiental	1.500,00	1.500,00	532,49	532,49	532,49	532,49	0,00	35,50	967,51
Preservação e Conservação Ambiental	1.500,00	1.500,00	532,49	532,49	532,49	532,49	0,00	35,50	967,51
Agricultura	645.300,00	1.021.732,00	95.567,57	856.058,26	103.106,68	840.065,58	5,13	82,22	181.666,42
Vigilância Sanitária	29.000,00	186,00	0,00	186,00	0,00	186,00	0,00	100,00	0,00
Promoção da Produção Animal	15.000,00	15.000,00	4.827,86	9.633,24	4.734,68	9.540,06	0,06	63,60	5.459,94
Extensão Rural	601.300,00	1.006.546,00	90.739,71	846.239,02	98.372,00	830.339,52	5,07	82,49	176.206,48
Indústria	118.500,00	18.900,00	0,00	18.813,50	0,00	18.813,50	0,11	99,54	86,50
Promoção Industrial	118.500,00	18.900,00	0,00	18.813,50	0,00	18.813,50	0,11	99,54	86,50
Comércio e Serviços	38.100,00	33.100,00	240,00	28.039,68	4.456,00	28.039,68	0,17	84,71	5.060,32
Turismo	38.100,00	33.100,00	240,00	28.039,68	4.456,00	28.039,68	0,17	84,71	5.060,32
Comunicações	21.000,00	1.832,50	0,00	1.832,50	0,00	1.832,50	0,01	100,00	0,00
Telecomunicações	21.000,00	1.832,50	0,00	1.832,50	0,00	1.832,50	0,01	100,00	0,00
Transporte	1.565.155,00	1.973.752,45	295.491,35	1.695.915,54	316.824,81	1.566.113,45	9,56	79,35	407.639,00
Transporte Rodoviário	1.565.155,00	1.973.752,45	295.491,35	1.695.915,54	316.824,81	1.566.113,45	9,56	79,35	407.639,00
Desporto e Lazer	324.890,00	586.911,36	67.088,01	540.476,69	118.454,09	381.476,98	2,33	65,00	205.434,38
Desporto Comunitário	324.890,00	586.911,36	67.088,01	540.476,69	118.454,09	381.476,98	2,33	65,00	205.434,38
Encargos Especiais	329.150,00	649.962,00	92.776,01	493.198,39	92.776,01	493.198,39	3,01	75,88	156.763,61
Serviço da Dívida Interna	188.150,00	292.650,00	60.596,77	161.327,20	60.596,77	161.327,20	0,98	55,13	131.322,80
Outros Encargos Especiais	141.000,00	357.312,00	32.179,24	331.871,19	32.179,24	331.871,19	2,03	92,88	25.440,81
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	101.160,00	111.687,00	16.411,05	83.517,69	16.411,05	83.517,69	0,51	74,78	28.169,31
Administração	21.750,00	31.750,00	4.731,66	26.267,40	4.731,66	26.267,40	0,16	82,73	5.482,60
Administração Geral	21.750,00	31.750,00	4.731,66	26.267,40	4.731,66	26.267,40	0,16	82,73	5.482,60

Continua 2/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	101.160,00	111.687,00	16.411,05	83.517,69	16.411,05	83.517,69	0,51	74,78	28.169,31
Assistência Social	2.500,00	3.127,00	560,56	2.565,75	560,56	2.565,75	0,02	82,05	561,25
Assistência Comunitária	2.500,00	3.127,00	560,56	2.565,75	560,56	2.565,75	0,02	82,05	561,25
Saúde	11.000,00	11.000,00	1.781,27	7.987,70	1.781,27	7.987,70	0,05	72,62	3.012,30
Atenção Básica	11.000,00	11.000,00	1.781,27	7.987,70	1.781,27	7.987,70	0,05	72,62	3.012,30
Educação	25.200,00	37.600,00	5.945,44	29.664,41	5.945,44	29.664,41	0,18	78,89	7.935,59
Ensino Fundamental	23.000,00	35.400,00	5.813,32	29.107,71	5.813,32	29.107,71	0,18	82,23	6.292,29
Educação Infantil	2.200,00	2.200,00	132,12	556,70	132,12	556,70	0,00	25,30	1.643,30
Cultura	1.500,00	1.500,00	84,28	721,44	84,28	721,44	0,00	48,10	778,56
Difusão Cultural	1.500,00	1.500,00	84,28	721,44	84,28	721,44	0,00	48,10	778,56
Urbanismo	4.500,00	4.500,00	644,71	2.860,79	644,71	2.860,79	0,02	63,57	1.639,21
Serviços Urbanos	4.500,00	4.500,00	644,71	2.860,79	644,71	2.860,79	0,02	63,57	1.639,21
Agricultura	3.850,00	3.850,00	621,29	3.104,61	621,29	3.104,61	0,02	80,64	745,39
Extensão Rural	3.850,00	3.850,00	621,29	3.104,61	621,29	3.104,61	0,02	80,64	745,39
Transporte	24.360,00	14.360,00	1.353,82	7.052,77	1.353,82	7.052,77	0,04	49,11	7.307,23
Transporte Rodoviário	24.360,00	14.360,00	1.353,82	7.052,77	1.353,82	7.052,77	0,04	49,11	7.307,23
Desporto e Lazer	6.500,00	4.000,00	688,02	3.292,82	688,02	3.292,82	0,02	82,32	707,18
Desporto Comunitário	6.500,00	4.000,00	688,02	3.292,82	688,02	3.292,82	0,02	82,32	707,18
TOTAL (III) = (I + II)	17.473.474,00	23.058.981,31	3.390.943,80	18.819.077,71	3.556.161,36	16.381.549,72	100,00	71,04	6.677.431,59

FONTE:

AGUA DOCE, 08/11/2012

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOL JOSELI A. S. M. R. TRENTTO
Prefeita Municipal Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEN LÚCIA PICCOLI NICHET
Coordenadora do Sist. Controle Int

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores 5º Bimestre 2012 - Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2011 a 2085

RREO - ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2011 a 2085

RREO - ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/10/2012 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:



Sistema de
Indicadores de
Desenvolvimento
Municipal
Sustentável

Informações municipais para a promoção do
desenvolvimento sustentável em Santa Catarina

indicadores.fecam.org.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida 5º Bimestre 2012 - Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 NOVEMBRO/2011 A OUTUBRO/2012

RREO - ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	2.275.919,84	2.607.731,77	2.681.002,13	2.087.813,62	1.915.710,85	1.960.762,20	1.733.239,83	1.633.993,94	2.103.971,98	1.727.706,71	1.668.951,75	1.821.030,61	24.217.835,23	19.666.449,00
RECEITA TRIBUTARIA	567.405,67	564.280,19	1.042.050,77	415.941,17	364.683,85	214.089,22	150.190,30	87.964,83	143.349,93	43.445,15	103.675,01	77.852,29	3.774.928,38	1.054.800,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	567.405,67	564.280,19	1.042.050,77	415.941,17	364.683,85	214.089,22	150.190,30	87.964,83	143.349,93	43.445,15	103.675,01	77.852,29	3.774.928,38	1.054.800,00
I.P.T.U.	679,66	1.424,19	7.620,77	30.436,37	114.228,17	9.457,16	6.910,37	1.529,30	1.069,65	592,07	317,72	870,25	175.135,68	200.000,00
I.S.S.	540.747,01	527.754,61	1.000.980,17	333.170,99	145.603,28	153.356,65	103.160,92	51.507,55	101.782,16	16.361,31	46.986,59	37.016,90	3.058.428,14	450.000,00
I.T.B.I.	2.400,00	1.200,00	4.150,00	2.900,00	23.620,21	21.580,00	14.551,40	13.550,00	7.180,00	7.733,60	16.422,88	11.400,00	126.688,09	70.000,00
I.R.R.F	21.584,16	29.924,39	20.256,04	21.247,82	33.916,88	19.791,52	20.096,16	18.420,54	23.581,18	10.510,63	33.093,00	21.681,36	274.103,68	176.000,00
Outras Receitas Tributárias	1.994,84	3.977,00	9.043,79	28.185,99	47.315,31	9.903,89	5.471,45	2.957,44	9.736,94	8.247,54	6.854,82	6.883,78	140.572,79	158.800,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	21.754,17	23.482,89	23.453,64	23.658,38	23.293,69	28.457,61	24.014,59	23.828,21	24.287,15	24.802,71	25.190,35	22.474,50	288.697,89	286.160,00
RECEITA PATRIMONIAL	28.407,27	37.447,23	21.028,48	41.898,61	29.439,60	22.252,60	44.391,29	4.717,40	19.445,06	38.184,91	5.795,45	28.050,21	321.058,11	166.550,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.633.355,95	1.923.128,78	1.574.673,92	1.576.670,24	1.486.922,19	1.657.750,25	1.557.027,55	1.512.543,22	1.911.398,73	1.614.829,83	1.527.453,92	1.685.202,89	19.660.957,47	18.084.504,00
Cota-Parte do F.P.M.	407.763,82	685.720,81	430.985,75	521.342,74	354.074,98	446.250,60	499.099,71	425.906,21	318.052,52	350.964,29	307.088,59	325.988,39	5.073.238,41	5.100.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	709.679,43	721.123,19	685.760,40	597.732,38	646.256,73	676.653,67	608.348,90	628.654,70	614.900,84	615.529,06	713.736,42	672.695,29	7.891.071,01	7.450.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	30.619,76	12.236,96	17.177,75	32.490,91	41.314,57	56.904,26	45.260,41	52.101,20	45.481,02	51.284,35	48.476,05	61.803,46	495.150,70	445.000,00
Cota-Parte do ITR.	66.024,54	38.466,47	22.246,00	2.027,21	344,30	732,48	417,15	2.328,36	1.141,83	24.437,26	13.308,65	143.090,67	314.564,92	176.000,00
Transferências da LC 61/1989	14.453,99	16.350,32	5.381,59	11.241,22	10.003,44	10.614,37	12.013,96	10.732,80	10.008,76	11.062,82	11.187,87	10.813,20	133.864,34	140.000,00
Transferências da LC 87/1996	3.557,60	3.557,60	3.372,54	3.372,54	3.369,12	3.369,12	3.369,12	3.369,12	3.369,12	3.369,12	0,00	6.738,24	40.813,24	46.000,00
Transferências do FUNDEB	200.714,86	207.962,59	206.134,43	191.823,70	202.970,18	212.861,49	206.851,44	202.777,58	187.456,83	194.495,53	218.517,25	204.336,15	2.436.902,03	2.500.000,00
Outras Transferências Correntes	200.541,95	237.710,84	203.615,46	216.639,54	228.588,87	250.364,26	181.666,86	186.673,25	730.987,81	363.687,40	215.139,09	259.737,49	3.275.352,82	2.227.504,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.996,78	59.392,68	19.795,32	29.645,22	11.371,52	38.212,52	-42.383,90	4.940,28	5.491,11	6.444,11	6.837,02	7.736,47	172.479,13	73.435,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-285,75	-285,75	0,00
DEDUÇÕES (II)	253.265,74	260.792,94	241.821,99	241.665,11	218.944,24	251.106,08	241.505,71	232.498,83	206.773,13	220.704,66	227.691,27	258.919,45	2.855.689,15	2.781.360,00
Contribuição do Associado	6.672,33	7.935,35	7.748,84	7.955,46	7.854,59	12.172,91	7.783,19	7.764,16	8.147,44	8.173,76	8.334,85	8.090,68	98.633,56	101.160,00
DEDUÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DO ASSOCIADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-36,00	0,00	-36,00	0,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	246.593,41	252.857,59	234.073,15	233.709,65	211.089,65	238.933,17	233.722,52	224.734,67	198.625,69	212.530,90	219.392,42	250.828,77	2.757.091,59	2.680.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.022.654,10	2.346.938,83	2.439.180,14	1.846.148,51	1.696.766,61	1.709.656,12	1.491.734,12	1.401.495,11	1.897.198,85	1.507.002,05	1.441.260,48	1.562.111,16	21.362.146,08	16.885.089,00

FONTE:

AGUA DOCE, 08/11/2012

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
 Prefeita Municipal

JOSELI A. S. M. R. TRENTO
 Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEN LÚCIA PICCOLI NICHETTI
 Coordenadora do Sist. Controle Interno

Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde 5º Bimestre 2012 - Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.315.500,00	14.315.500,00	13.843.342,34	96,70
Impostos	896.000,00	896.000,00	2.508.641,57	279,98
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	200.000,00	200.000,00	173.031,83	86,52
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	70.000,00	70.000,00	123.088,09	175,84
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	450.000,00	450.000,00	1.989.926,52	442,21
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	176.000,00	176.000,00	222.595,13	126,47
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	18.500,00	18.500,00	43.724,80	236,35
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.600,00	1.600,00	1.028,37	64,27
Dívida Ativa dos Impostos	8.900,00	8.900,00	35.772,89	401,94
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	8.000,00	8.000,00	6.923,54	86,54
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	13.401.000,00	13.401.000,00	11.290.975,97	84,25
Da União	5.366.000,00	5.366.000,00	4.275.353,57	79,67
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	5.100.000,00	5.100.000,00	3.979.753,78	78,03
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	220.000,00	220.000,00	261.901,75	119,05
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	46.000,00	46.000,00	33.698,04	73,26
Do Estado	8.035.000,00	8.035.000,00	7.015.622,40	87,31
Cota-Parte do ICMS	7.450.000,00	7.450.000,00	6.460.268,39	86,72
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	140.000,00	140.000,00	103.060,03	73,61
Cota-Parte do IPVA	445.000,00	445.000,00	452.293,98	101,64
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	1.171.944,00	1.171.944,00	975.984,23	83,28
Da União para o Município	928.380,00	928.380,00	812.456,43	87,51
Do Estado para o Município	183.564,00	183.564,00	143.527,80	78,19
Demais Municípios para o Município	60.000,00	60.000,00	20.000,00	33,33
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	4.664.930,00	4.664.930,00	5.904.733,65	126,58
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.680.200,00	-2.680.200,00	-2.257.640,59	84,23
TOTAL	17.472.174,00	17.472.174,00	18.466.419,63	105,69

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	3.259.304,00	3.897.896,05	3.067.204,60	78,69
Pessoal e Encargos Sociais	2.115.300,00	2.337.282,86	1.859.991,87	79,58
Outras Despesas Correntes	1.144.004,00	1.560.613,19	1.207.212,73	77,36
DESPESAS DE CAPITAL	221.000,00	559.948,60	333.687,76	59,59
Investimentos	221.000,00	559.948,60	333.687,76	59,59



Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	221.000,00	559.948,60	333.687,76	59,59
Investimentos	221.000,00	559.948,60	333.687,76	59,59
TOTAL (IV)	3.480.304,00	4.457.844,65	3.400.892,36	76,29

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	3.480.304,00	4.457.844,65	3.400.892,36	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	1.294.794,00	1.784.534,23	1.034.671,42	30,42
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.070.694,00	1.505.894,85	888.541,50	26,13
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	224.100,00	278.639,38	146.129,92	4,30
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	2.185.510,00	2.673.310,42	2.366.220,94	69,58

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	28.087,85	2.750,13

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=>² [(V - VI) / I]	17,07
--	-------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	3.267.774,00	4.235.263,82	3.257.558,92	95,79
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	144.000,00	144.000,00	119.000,00	3,50
Vigilância Sanitária	41.400,00	51.450,83	12.185,09	0,36
Vigilância Epidemiológica	30.130,00	30.130,00	12.148,35	0,36
TOTAL	3.483.304,00	4.460.844,65	3.400.892,36	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício. ²

Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

AGUA DOCE, 08/11/2012

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

JOSELI A. S. M. R. TRENTA
Contador CRC 022069/0-8

CÂRMEN LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. Controle Interno

Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas 5º Bimestre 2012 - Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

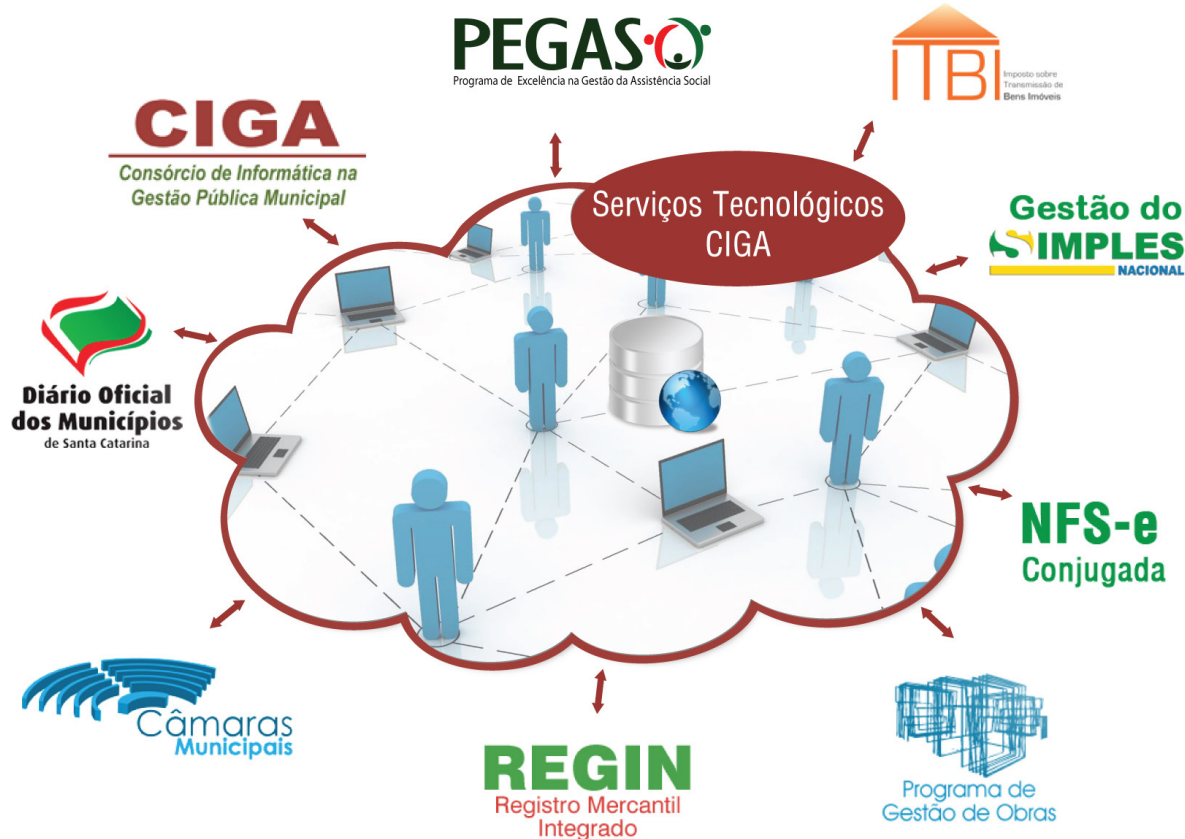
FONTE:

AGUA DOCE, 08/11/2012

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
 Prefeita Municipal

JOSELI A. S. M. R. TRENTA
 Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEN LÚCIA PICCOLI NICHETTI
 Coordenadora do Sist. Controle Interno



Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital 5º Bimestre 2012 - Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	329.700,00		-329.700,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	4.909.464,19	2.123.580,25	0,00	2.785.883,94
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.909.464,19	2.123.580,25	0,00	2.785.883,94
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.909.464,19	-1.793.880,25		-3.115.583,94

FONTE:

AGUA DOCE, 08/11/2012

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

JOSELI A. S. M. R.TRENTA
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEN LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. Controle Interno

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - 5º Bimestre 2012 - Prefeitura

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	914.400,00	914.400,00	168.948,56	2.552.366,37	279,13
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	216.000,00	216.000,00	1.896,45	178.875,69	82,81
1.1.1- IPTU	200.000,00	200.000,00	1.187,97	173.031,83	86,52
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	500,00	500,00	99,06	471,69	94,34
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	8.000,00	8.000,00	334,49	3.467,29	43,34
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	7.500,00	7.500,00	274,93	1.904,88	25,40
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	70.000,00	70.000,00	27.822,88	123.088,09	175,84
1.2.1- ITBI	70.000,00	70.000,00	27.822,88	123.088,09	175,84
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	452.400,00	452.400,00	84.454,87	2.027.807,46	448,23
1.3.1- ISS	450.000,00	450.000,00	84.003,49	2.009.550,88	446,57
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	434,68	556,68	55,67
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	900,00	900,00	13,50	32.305,60	3.589,51
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	500,00	500,00	3,20	5.018,66	1.003,73
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	(19.624,36)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	176.000,00	176.000,00	54.774,36	222.595,13	126,47
1.4.1- IRRF	176.000,00	176.000,00	54.774,36	222.595,13	126,47
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.401.000,00	13.401.000,00	2.353.442,96	11.290.975,97	84,25
2.1- Cota-Parte FPM	5.100.000,00	5.100.000,00	633.076,98	3.979.753,78	78,03
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.100.000,00	5.100.000,00	633.076,98	3.979.753,78	78,03
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.450.000,00	7.450.000,00	1.386.431,71	6.460.268,39	86,72
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	46.000,00	46.000,00	6.738,24	33.698,04	73,26
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	140.000,00	140.000,00	22.001,07	103.060,03	73,61
2.5- Cota-Parte ITR	220.000,00	220.000,00	194.915,45	261.901,75	119,05
2.6- Cota-Parte IPVA	445.000,00	445.000,00	110.279,51	452.293,98	101,64
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	14.315.400,00	14.315.400,00	2.522.391,52	13.843.342,34	96,70
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	224.000,00	224.000,00	43.777,10	836.792,26	373,57
5.1- Transferências do Salário-Educação	224.000,00	224.000,00	39.856,17	203.213,67	90,72
5.2- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	624.903,77	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	3.920,93	8.674,82	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	151.627,60	329.700,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	224.000,00	224.000,00	195.404,70	1.166.492,26	520,76

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.680.200,00	2.680.200,00	470.221,19	2.257.640,59	84,23
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.020.000,00	1.020.000,00	126.615,32	795.950,44	78,03
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.490.000,00	1.490.000,00	277.286,15	1.292.052,76	86,71
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	9.200,00	9.200,00	1.347,64	6.739,56	73,26
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	28.000,00	28.000,00	4.400,21	20.612,03	73,61
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	44.000,00	44.000,00	38.516,13	51.827,84	117,79
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	89.000,00	89.000,00	22.055,74	90.457,96	101,64
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.500.000,00	2.500.000,00	422.853,40	2.029.231,66	81,17
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.500.000,00	2.500.000,00	422.853,40	2.028.224,58	81,13
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	1.007,08	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-180.200,00	-180.200,00	-47.367,79	-229.416,01	127,31
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.240.500,00	2.264.841,93	347.727,87	1.800.817,77	79,51
13.1- Com Educação Infantil	519.500,00	519.500,00	76.121,55	414.028,28	79,70
13.2- Com Ensino Fundamental	1.721.000,00	1.745.341,93	271.606,32	1.386.789,49	79,46
14- OUTRAS DESPESAS	168.700,00	168.700,00	13.614,46	110.112,93	65,27
14.1- Com Educação Infantil	42.750,00	42.750,00	12.702,48	33.413,35	78,16
14.2- Com Ensino Fundamental	125.950,00	125.950,00	911,98	76.699,58	60,90
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.409.200,00	2.433.541,93	361.342,33	1.910.930,70	78,52
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					24.341,93
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					24.341,93
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 - 18) / (11) x 100) %					87,54
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				24.341,93	
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 2				24.341,93	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	3.578.850,00	3.578.850,00	630.597,88	3.460.835,59	96,70
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	751.200,00	904.596,94	134.467,86	605.921,69	66,98
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	562.250,00	562.250,00	88.824,03	447.441,63	79,58
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	188.950,00	342.346,94	45.643,83	158.480,06	46,29
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.605.230,00	3.867.721,93	581.963,58	2.841.867,05	73,48
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.846.950,00	1.871.291,93	272.518,30	1.463.489,07	78,21
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.758.280,00	1.996.430,00	309.445,28	1.378.377,98	69,04
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.356.430,00	4.772.318,87	716.431,44	3.447.788,74	72,25
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-229.416,01
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 - h)					1.007,08
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					24.341,93
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO:					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					583,88
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-203.483,12
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					3.651.271,86
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					26,38

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	224.000,00	241.800,00	39.890,63	202.076,11	83,57
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	126.825,00	0,00	6.525,00	5,14
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	347.360,00	1.075.699,51	299.177,49	641.540,47	59,64
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	571.360,00	1.444.324,51	339.068,12	850.141,58	58,86
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.927.790,00	6.216.643,38	1.055.499,56	4.297.930,32	69,14
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	3.000,00		583,88		

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	57.715,75	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.028.224,58	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.963.825,49	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.007,08	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	123.121,92	0,00

AGUA DOCE, 08/11/2012

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

JOSELI A. S. M. R.TRENTA
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEN LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. Controle Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 24.341,93, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recurso de impostos foi de R\$ 0,00.

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores 5º Bimestre 2012 - Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	No Bimestre	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor					0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 08/11/2012

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
 Prefeita Municipal

JOSELI A. S. M. R.TRENTO
 Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEN LÚCIA PICCOLI NICHETTI
 Coordenadora do Sist. Controle Interno

Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão 5º Bimestre 2012 - Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	139.459,15	-	139.459,15	-	65.485,17	1.702.845,13	27.021,83	1.674.665,35	66.643,12
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	137.918,18	0,00	137.918,18	0,00	65.485,17	1.670.556,50	22.326,70	1.647.071,85	66.643,12
SEC RETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBAN	0,00	114,21	0,00	114,21	0,00	65.485,17	807.999,79	11.716,27	854.825,57	6.943,12
SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	0,00	114.305,36	0,00	114.305,36	0,00	0,00	570.258,81	10.218,83	556.339,98	3.700,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	157,83	0,00	157,83	0,00	0,00	6.031,07	0,00	6.031,07	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	19.139,36	0,00	19.139,36	0,00	0,00	279.981,82	0,00	223.981,82	56.000,00
SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	2.304,42	0,00	2.304,42	0,00	0,00	120,53	6,32	114,21	0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUT	0,00	1.897,00	0,00	1.897,00	0,00	0,00	6.164,48	385,28	5.779,20	0,00
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE	0,00	288,26	0,00	288,26	0,00	0,00	547,82	0,00	547,82	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA D	0,00	288,26	0,00	288,26	0,00	0,00	547,82	0,00	547,82	0,00
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE	0,00	1.252,71	0,00	1.252,71	0,00	0,00	31.740,81	4.695,13	27.045,68	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	0,00	1.252,71	0,00	1.252,71	0,00	0,00	31.740,81	4.695,13	27.045,68	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	139.459,15	0,00	139.459,15	0,00	65.485,17	1.702.845,13	27.021,83	1.674.665,35	66.643,12

FONTE:

AGUA DOCE, 08/11/2012

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI JOSELI A. S. M. R.TRENTA
Prefeita Municipal Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEN LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. Controle Intern

Demonstrativo do Resultado Nominal 5º Bimestre 2012 - Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Ago 2012 (B)	Em 31 Out 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	658.198,15	805.379,44	911.737,91
DEDUÇÕES (II)	4.321.980,54	5.184.274,20	4.733.249,93
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.461.439,69	5.416.766,16	4.926.850,99
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	139.459,15	232.491,96	193.601,06
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.663.782,39	-4.378.894,76	-3.821.512,02
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.663.782,39	-4.378.894,76	-3.821.512,02

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2012 (C - A)
VALOR	557.382,74	-157.729,63

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Ago 2012 (B)	Em 31 Out 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 08/11/2012

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

JOSELI A. S. M. R. TRENTA
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEN LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. Controle Interno

Demonstrativo do Resultado Primário 5º Bimestre 2012 - Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	16.972.124,00	3.041.703,65	16.988.135,33	15.328.090,26
Receita Tributária	1.054.800,00	181.527,30	2.643.242,52	2.403.043,49
I.P.T.U.	200.000,00	1.187,97	173.031,83	164.353,23
I.S.S.	450.000,00	84.003,49	1.989.926,52	1.810.477,44
I.T.B.I.	70.000,00	27.822,88	123.088,09	130.318,79
I.R.R.F.	176.000,00	54.774,36	222.595,13	150.507,69
Outras Receitas Tributárias	158.800,00	13.738,60	134.600,95	147.386,34
Receita de Contribuição	387.320,00	64.039,90	326.942,52	275.549,45
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	387.320,00	64.039,90	326.942,52	275.549,45
Receita Patrimonial Líquida	6.500,00	599,74	3.740,90	7.124,33
Receita Patrimonial	166.550,00	33.845,66	255.948,00	300.904,87
(-) Aplicações Financeiras	160.050,00	33.245,92	252.207,10	293.780,54
Transferências Correntes	15.448.304,00	2.780.951,75	13.898.659,99	12.541.614,47
F.P.M.	4.080.000,00	506.461,66	3.183.803,34	3.119.072,31
I.C.M.S.	5.960.000,00	1.109.145,56	5.168.215,63	5.090.028,47
Convênios	453.700,00	151.123,69	649.240,42	541.497,50
Outras Transferências Correntes	4.954.604,00	1.014.220,84	4.897.400,60	3.791.016,19
Demais Receitas Correntes	75.200,00	14.584,96	115.549,40	100.758,52
Dívida Ativa	9.900,00	922,37	41.775,76	16.665,87
Diversas Receitas Correntes	65.300,00	13.662,59	73.773,64	84.092,65
RECEITAS DE CAPITAL (II)	340.000,00	193.599,97	1.226.077,20	1.145.975,62
Operações de Crédito (III)	0,00	151.627,60	329.700,00	550.000,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	105.000,00	0,00	42.800,00	60.500,00
Transferências de Capital	235.000,00	41.972,37	853.577,20	535.475,62
Convênios	235.000,00	41.972,37	853.577,20	535.475,62
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	235.000,00	41.972,37	853.577,20	535.475,62
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	17.207.124,00	3.083.676,02	17.841.712,53	15.863.565,88
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	18.091.517,12	2.798.745,07	14.257.969,47	11.759.623,90
Pessoal e Encargos Sociais	9.985.598,74	1.522.305,54	7.942.224,20	6.492.853,06
Juros e Encargos da Dívida (IX)	137.350,00	15.327,64	85.166,96	2.409,58
Outras Despesas Correntes	7.968.568,38	1.261.111,89	6.230.578,31	5.264.361,26
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	17.954.167,12	2.783.417,43	14.172.802,51	11.757.214,32
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.909.464,19	757.416,29	2.123.580,25	2.129.143,30
Investimentos	4.754.164,19	712.147,16	2.047.420,01	1.865.117,84
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	155.300,00	45.269,13	76.160,24	264.025,46
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.754.164,19	712.147,16	2.047.420,01	1.865.117,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	58.000,00	-	-	-

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	58.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	22.766.331,31	3.495.564,59	16.220.222,52	13.622.332,16
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-5.559.207,31	-411.888,57	1.621.490,01	2.241.233,72
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	998.239,92	0,00
Superávit Financeiro	-	-	998.239,92	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 08/11/2012

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

JOSELI A. S. M. R.TRENTA
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEN LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. Controle Interno



Prêmio FECAM de Fotografia

Retratos das riquezas de Santa Catarina
Vida, Paisagem, Gente e Cultura.



Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária 5º Bimestre 2012 - Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre		
RECEITAS					
Previsão Inicial		—	0,00		
Previsão Atualizada		—	17.472.174,00		
Receitas Realizadas		3.268.549,54	18.466.419,63		
Déficit Orçamentário		—	0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	998.239,92		
DESPESAS					
Dotação Inicial		—	17.473.474,00		
Créditos Adicionais		—	5.585.507,31		
Dotação Atualizada		—	23.058.981,31		
Despesas Empenhadas		3.390.943,80	18.819.077,71		
Despesas Liquidadas		3.556.161,36	16.381.549,72		
Superavit Orçamentário		—	2.084.869,91		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		3.390.943,80	18.819.077,71		
Despesas Liquidadas		3.556.161,36	16.381.549,72		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida			21.362.146,08		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		0,00	-351.330,69	0,00	
Resultado Primário		0,00	1.621.490,01	0,00	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		139.459,15	0,00	139.459,15	0,00
EXECUTIVO		139.459,15	0,00	139.459,15	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		1.768.330,30	27.021,83	1.674.665,35	66.643,12
EXECUTIVO		1.768.330,30	27.021,83	1.674.665,35	66.643,12
TOTAL:		1.907.789,45	27.021,83	1.814.124,50	66.643,12
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.651.271,86	25%	26,38	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.776.475,84	60%	87,54	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado		
Receitas de Operações de Crédito		329.700,00	-329.700,00		
Despesa de Capital Líquida		2.123.580,25	2.785.883,94		

Continua 1/2

Município de AGUA DOCE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			42.800,00	62.200,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			17.778,02	88.702,94
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		2.363.470,81	15,00	17,07
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

AGUA DOCE, 08/11/2012

 NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
 Prefeita Municipal

 JOSELI A. S. M. R. TRENTA
 Contador CRC 022069/0-8

 CÂRMEN LÚCIA PICCOLI NICHETTI
 Coordenadora do Sist. Controle Interno

Demonstrativos da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos 5º Bimestre 2012 - Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	105.000,00	42.800,00	62.200,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	105.000,00	42.800,00	62.200,00
TOTAL	105.000,00	42.800,00	62.200,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	106.480,96	17.778,02	0,00	88.702,94
Investimentos	106.480,96	17.778,02	0,00	88.702,94
TOTAL	106.480,96	17.778,02	0,00	88.702,94

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2011 (h)	Em 2012 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h-i)
	18.376,45	25.021,98	43.398,43

FONTE:

AGUA DOCE, 08/11/2012

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
 Prefeita Municipal

JOSELI A. S. M. R. TRENTA
 Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEN LÚCIA PICCOLI NICHETTI
 Coordenadora do Sist. Controle Interno

PEGAS 
 Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais - CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto N° 108/2012

DECRETO N° 108/2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2012.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antonio Carlos no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Antonio Carlos e autorização contida na Lei Municipal nº 1370/11 de 12 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 6.259,60 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01.15.452.0007.2.032-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.259,60
08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE
08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE
08.01.27.812.0004.2.019-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 4.000,00
08.01.27.812.0004.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01.15.452.0007.2.032-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.259,60
08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE
08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE
08.01.27.812.0004.2.019-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 12 de Novembro de 2012
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em
12 de Novembro de 2012.
MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto N° 109/2012

DECRETO N° 109/2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2012.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antonio Carlos no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Antonio Carlos e autorização contida na Lei Municipal nº 1370/11 de 12 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de

R\$ 7.587,73 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01.10.301.0005.2.022-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 7.587,73

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro 7.587,73

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 12 de Novembro de 2012
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em
12 de Novembro de 2012.
MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto N° 110/2012

DECRETO N° 110/2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2012.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antonio Carlos no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Antonio Carlos e autorização contida na Lei Municipal nº 1370/11 de 12 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 21.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01.10.301.0005.2.020-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 14.000,00
11.01.10.301.0005.2.020-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 7.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 21.000,00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 12 de Novembro de 2012
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em
12 de Novembro de 2012.
MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 504/2012.

PORTARIA Nº 504/2012.

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 20 dias, a servidor efetivo JOSE RUBENS MACHADO, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 12 de novembro de 2012, referente ao período aquisitivo de 02/09/2010 a 01/09/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 12 de novembro de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 12 de novembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 505/2012

PORTARIA Nº 505/2012.

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a servidor Comissionado, SEBASTIÃO JOÃO PETRY ocupante do Cargo de SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, a partir de 13 de novembro de 2012, referente ao período aquisitivo de 02/01/2011 a 01/01/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 12 de novembro de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 12 de novembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Termo de Homologação e Adjudicação PL Nº 127/2012

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Origem: Processo nº. 127/2012 - Carta Convite nº. 009/2012; Objeto: serviços de Desmonte de rochas na Rua Pedro Leonardo Schmitz, na localidade Egito do Município de Antonio Carlos - SC; Geraldo Pauli, Prefeito Municipal, nos usos das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve HOMOLOGAR o

presente processo licitatório e ADJUDICAR o mesmo a empresa EXPLOPOWER PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO LTDA, no valor de R\$ 37.950,00 (trinta e sete mil novecentos e cinquenta reais).

Antônio Carlos, 09 de Novembro de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o Extrato de Termo de Homologação.

Antônio Carlos, 09 de Novembro de 2012.

Atenciosamente:

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Contrato N.º 177/2012

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 177/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 127/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: EXPLOPOWER PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO LTDA; Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviço de desmonte de rochas na RUA Pedro Leonardo Schmitz, na localidade Egito do Município de Antônio Carlos- SC; Valor: R\$ 37.950,00 (trinta e sete mil novecentos e cinquenta reais).

Antônio Carlos, 12 de Novembro de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o Extrato de Contrato nº 176/2012.

Antônio Carlos, 12 de Novembro de 2012.

Atenciosamente:

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Biguaçu**PREFEITURA****Lei Nº 3291/2012**

LEI Nº 3291/2012 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012.

"INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU O DIA 22 DE SETEMBRO, COMO O "DIA MUNICIPAL SEM CARRO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído no Município de Biguaçu, o "Dia Municipal Sem Carro", que será realizado, anualmente, no dia 22 de setembro, o qual passará a integrar o Calendário Oficial de Datas e Eventos.

Parágrafo Único - A adesão à campanha da não utilização de carros em 22 de setembro é voluntária.

Art. 2º O Poder Público Municipal, através de seus órgãos competentes, deverá, no dia 22 de setembro, promover atividades educativas e a realização de campanhas e programas para adesão de um maior número de cidadãos sem carro neste dia.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Lei nº 3291/2012, de 08/11/2012
Sancionada em 08/11/2012
Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Lei Nº 3292/2012

LEI Nº 3292/2012 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012.

“DISPÕE SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º As Leis Municipais de Biguaçu serão reunidas em consolidações, integradas por volumes contendo matérias conexas ou afins, constituindo em seu todo a Consolidação da Legislação Municipal. Integradas por volumes contendo matérias conexas ou afins, constituindo em seu todo a Consolidação da Legislação Municipal.

Art. 2º A consolidação consistirá na integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria num único diploma legal, revogando-se formalmente as leis incorporadas à consolidação, sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados.

Art. 3º Preservando-se o conteúdo normativo original dos dispositivos consolidados, poderão ser feitas as seguintes alterações nos projetos de lei de consolidação:

I - introdução de novas divisões do texto legal base;

II - diferente colocação e numeração dos artigos consolidados;

III - fusão de disposições repetitivas ou de valor normativo idêntico;

IV - atualização de denominação de órgãos e entidades da Administração Pública;

V - atualização de termos antiquados e modos de escrita ultrapassados;

VI - atualização do valor de penas pecuniárias, com base em indexação padrão;

VII - eliminação de ambigüidades decorrentes do mau uso do vernáculo;

VIII - homogeneização terminológica do texto;

IX - supressão de dispositivos declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça;

X - supressão de dispositivos não recepcionados pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e pela Lei Orgânica do Município; e

XI - declaração expressa de revogação de dispositivos implicitamente revogados por leis posteriores.

Parágrafo único. As providências a que se referem os incisos IX, X e XI, deste artigo deverão ser expressa e fundamentadamente justificadas com indicação precisa das fontes de informação que lhes serviram de base.

Art. 4º Na primeira Sessão Legislativa de cada Legislatura, a Mesa Diretora da Câmara Municipal promoverá a atualização da Consolidação das Leis Municipais, incorporando às coletâneas que a

integram as emendas à Lei Orgânica, Leis, Decretos Legislativos, e Resoluções promulgadas durante a Legislatura imediatamente anterior, ordenados e indexados sistematicamente.

Art. 5º Os órgãos diretamente subordinados ao Gabinete do Prefeito e Secretarias Municipais, assim como as entidades da administração indireta, adotarão, em prazo estabelecido por Decreto, as providências necessárias para, observado, no que couber, o procedimento a que se refere esta lei, ser efetuada o exame e a consolidação dos decretos de conteúdo normativo e geral e demais atos normativos inferiores em vigor, vinculados às respectivas áreas de competência, remetendo os textos consolidados à Procuradoria Geral do Município, que os examinará e reunirá em coletâneas, para posterior publicação.

Art. 6º O Poder Executivo, até cento e oitenta dias do início do primeiro ano do mandato, promoverá a atualização das coletâneas a que se refere o artigo 3º desta lei, incorporando aos textos que as integram os decretos e atos de conteúdo normativo e geral editados no último quadriênio.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Lei nº 3292/2012, de 08/11/2012
Sancionada em 08/11/2012
Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Decreto Nº 233/2012

DECRETO Nº 233/2012 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art.1º Em complemento ao disposto no art. 1º do Decreto nº 017/2012, de 24 de janeiro de 2012, excepcionalmente no dia 16 de novembro de 2012 (sexta feira), será considerado ponto facultativo em todas as repartições Públicas Municipais, ressalvados os serviços essenciais.

Art. 2º A carga horária suspensa será compensada nos dias 19, 20, 21, 22, 23 e 26 de novembro do corrente ano, na fração de uma hora por dia.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 06 de novembro de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Decreto Nº 237/2012

DECRETO Nº 237/2012 DE: 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

Autoriza a quebra da ordem cronológica de vencimento de faturas para pagamento de obrigações decorrentes da contratação de serviços.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com artigo 98, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, Considerando, que nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) nº 8666/93, cada Unidade da Administração nos pagamentos de suas obrigações deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

Considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando, que os prestadores de serviço ao Município dependem do recebimento de suas faturas para pagar em dia a mão de obra que contrataram para realização desses serviços;

Considerando, que em geral essa mão de obra se refere a trabalhadores assalariados e precisam receber seus salários regularmente para o sustento da sua família;

Considerando, que esses contratos se referem a serviços essenciais e indispensáveis à sociedade;

Considerando, que a receita do Município não vem correspondendo às expectativas, impondo atraso no cumprimento das obrigações assumidas com os fornecedores;

Considerando, que dentro do esforço de cortar despesas, o contrato com a empresa D & Z Construção Civil e Locações de Mão de Obra, Máquinas e Equipamentos ME, foi suspenso;

Considerando, que em razão dessa decisão a empresa teve que demitir os empregados que contratou e pagar as verbas rescisórias;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Secretário Municipal da Fazenda, através da Gerência Financeira, autorizado a quebrar a ordem cronológica de vencimento das faturas para priorizar o pagamento de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) à empresa: Construção Civil e Locações de Mão de Obra, Máquinas e Equipamentos ME, de forma a permitir o pagamento das verbas rescisórias dos seus empregados, demitidos em razão da suspensão do contrato com a Prefeitura.

Art. 2º Para os efeitos deste decreto considera-se mão de obra assalariada aquela relacionada a trabalhos braçais.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 09 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Portaria Nº 2804 de 08 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2804 de 08 de novembro de 2012

Demite o (a) Servidor (a) Greice Kelly Sabino Cavalheiro, ocupante do cargo temporário de Agente Comunitária de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Greice Kelly Sabino Cavalheiro, detentor do cargo de provimento temporário de Agente Comunitária

de Saúde, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 28/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/10/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.

Por delegação

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Errata (1) PP 168/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 01 AO EDITAL Nº. 168/2012 – PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 168/2012

Para fins de esclarecimento, em razão de dúvida apontada por empresa interessada em participar do presente certame, entendeu-se por bem complementar o item 93 do edital vinculativo. Esclarece-se que a presente errata visa apenas dar maior esclarecimento quanto a necessidade deste Município do item o mesmo anteriormente divulgado. Tendo em vista que o objetivo é apenas esclarecer item já divulgado, não sofrendo alteração de qualificações, preços, unidade, quantidade, esta Administração entende não interferir na competitividade, mantendo-se a mesma data para realização da sessão de licitação já anunciada, qual seja: 14.11.2012, às 14h.

Nesse sentido, considera-se no Anexo II anteriormente divulgado:

Onde se lê no Anexo II (Pregão Presencial nº. 168/2012 – FMS)

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
93	500,00	FR	5,8215	LOÇÃO OLEOSA COM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS 200 ML

LEIA-SE no Anexo II (Pregão Presencial nº. 16/2012 – FMS)

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
93	500,00	FR	5,8215	LOÇÃO DE ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS COM VITAMINAS "A" E "E" E LECITINA DE SOJA, LOÇÃO OLEOSA A BASE DE AGE E VITAMINAS QUE REVITALIZA A PELE. COMPOSIÇÃO: ÁCIDO CAPRILÍCO, ÁCIDO CÁPRICO, ÁCIDO LÁURICO, LECITINA DE SOJA, VITAMINA A, VITAMINA E, ÁCIDO CAPRÓICO E ÓLEO DE GIRASSOL (ÁCIDO LINOLÊICO). FRASCO COM 200ML. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. O PRAZO DE VALIDADE DEVE SER NO MÍNIMO 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.

As demais informações constantes no aviso mencionado permanecem inalteradas.

Biguaçu, 09 de novembro de 2012
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde

Edital de Publicação de Acórdãos Nº 001/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 001/2012

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, na Secretaria Geral, para publicação, foi apresentado o seguinte acórdão:

Recurso Ordinário nº 001/2011
Protocolos nos: 5298/2011, 5299/2011, 5300/2011, 5301/2011, 5302/2011, 5303/2011, 5304/2011
Recorrente: Celesc Distribuição S/A
Recorrido: Prefeitura Municipal de Biguaçu
Relator: Conselheiro Thiago Vinícius Nahas

DECISÃO: É devido o ISS sobre arrecadação da COSIP pela concessão de fornecimento de energia elétrica quando houver retribuição pelo Município, a base de cálculo do imposto incide sobre os valores pagos pelo serviço de cobrança. A Imunidade recíproca do art. 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal somente resguarda o patrimônio, renda ou serviços do Poder Público, esse benefício não se aplica às atividades desempenhadas com fim econômico. Não existe ocorrência de nulidade, bem como, ocorrência de decadência. A multa moratória fixada em 50% além de haver previsão legal, tem a finalidade de coibir a sonegação de tributos. EMENTA: COBRANÇA DE ISS SOBRE O SERVIÇO DE ARRECADAÇÃO DA COSIP - CELESC - CONCESSIONÁRIA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - COBRANÇA - BASE DE CÁLCULO - PREÇO DO SERVIÇO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE E DECADÊNCIA - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DO ART. 150, INCISO VI, ALÍNEA "A", E 155, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - EXCESSO NO VALOR DA MULTA NÃO CONFIGURADO

LEO INÁCIO LOHN
Secretário-Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Portaria 170/2012

PORTARIA 170/2012
NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Nilson Werter, para exercer o cargo de Técnico de Controle Interno, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 12.11.2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 12 de novembro de 2012.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

Contrato 31-2012 Esporte

Contrato nº 31/2012 - FMEC - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E OUTROS PARA A REALIZAÇÃO DOS 52º JASC NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. Referente ao processo licitatório nº 06/2012 Convite nº 01/2012. Contratado: T.W.L EVENTOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA/CNPJ sob nº 04.310.407/0001-76. Valor Total: R\$ 113.340,00. Prazo: 31.12.2012.

Campo Alegre

PREFEITURA

Portaria Nº 9.405 de 09 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.405 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Operacional I - SOLANGE DE FÁTIMA TELMA DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000536, Registro no Sistema sob o nº 954639, referente ao período aquisitivo 10 de março de 2010 a 09 de março de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 18 de julho de 2011 a 27 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 8.284 de 15 de julho de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
09 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.406 de 09 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.406 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012
CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO
DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professor I, CLAUDIA ROBERTA KARVAT DRANKA, Matrícula Funcional nº 000396, Registro no Sistema sob nº 954248, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 a 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
09 de dezembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
09/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.406 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012
CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO
DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professor I, CLAUDIA ROBERTA KARVAT DRANKA, Matrícula Funcional nº 000396, Registro no Sistema sob nº 954248, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 a 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 8.676 de 20 de dezembro de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
09 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
09/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.407 de 09 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.407 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2012
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO
SOBRE FÉRIAS AO CHEFE DO SERVIÇO AMBIENTAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Chefe do Serviço Ambiental - CLAUDIO DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000254, Registro no Sistema sob nº 313130, referente ao período aquisitivo 01 de outubro de 2010 a 30 de setembro de 2011, em moeda corrente oficial a data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de fevereiro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
22/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.408 de 09 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.408 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO
SOBRE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTABILIDADE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Chefe do Serviço de Contabilidade - ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK, Matrícula Funcional nº 000001, Registro no Sistema sob nº 92200, referente ao período aquisitivo 02 de março de 2010 a 02 de março de 2011, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de fevereiro de 2012.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, em especial a

Portaria nº 8.906 de 22 de fevereiro de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
09 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
09/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.409 de 09 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.409 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2012
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Agente Operacional I - IDALETE UHLIG FUECKNER, Matrícula Funcional nº 0158, Registro no Sistema sob nº 185600, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 08 de junho de 2003 a 08 de junho de 2008.

Art.2º) A servidora gozará sua Licença Prêmio no período de 12 de novembro de 2012 a 11 de dezembro de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
09 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
09/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.410 de 09 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.410 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO
SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo de Agente Operacional I - ISABEL TEREZINHA TEIXEIRA DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000292, Registro no Sistema sob nº 317390, referente ao período aquisitivo 01 de julho de 2011 a

30 de junho de 2012, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de julho de 2012.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 9.265 de 24 de julho de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/07/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.411 de 12 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.411 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR
DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, ZENIL ALVES FERREIRA BISCAIA, Matrícula Funcional nº 340, Registro no Sistema Sob nº 318790, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência C para Nível 1 Sub-Nível 12 Referência D no valor de R\$ 810,27 (oitocentos e dez reais, vinte e sete centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 10 de julho de 2012.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de novembro de 2012, será pago o valor de R\$ 63,04 (sessenta e três reais, quatro centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de julho de 2012. Fica retido o valor de R\$ 7,79 (sete reais, setenta e nove centavos), referente a contribuição do servidor ao IPRE-CAL, o valor de R\$ 15,58 (quinze reais, cinquenta e oito centavos), refere-se ao IPRECAL Patronal.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de julho de 2012.

Art.5º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.412 de 12 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.412 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 9º e seus respectivos Parágrafos, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Prorrogar a Licença Maternidade da Servidora SANDRA PAULA SCHWEDLER, ocupante do cargo público de Professor I, Matrícula Funcional nº 000602, Registro no Sistema sob nº 954837, por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 10 de novembro de 2012 à 08 de janeiro de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 10 de novembro de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
12 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.413 de 12 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.413 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 192 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2003; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, ocupante do Cargo Público de Professor I, na função de Professor de Educação Física - ORIANE LINZMEYER STELZNER, Matrícula Funcional nº 000168, Registro no Sistema sob nº 269001, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova Escolaridade, passando do Nível 1 Sub-Nível P1 Referência A para Nível 2 Sub-Nível P2 Referência A, com vencimento no valor de R\$ 2.089,44 (dois mil, oitenta e nove reais, quarenta e quatro centavos) mensais, do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provedimento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 01 de novembro de 2012.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2012.

Art.5º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata - Processo Licitatório 125/2012

Município de Campo Alegre-SC

ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 125/2012, modalidade Pregão (presencial) Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Josiane Alquini Cubas, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 125/2012, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de profissional habilitado para EXECUÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) do único proponente: Dr. Carlos Sergio Moura, CRM 4189. O único proponente não se fez representar na sessão. Passou-se ao recebimento da declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação do licitante. Após, procedeu-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito menor preço UNITÁRIO (para o único item). O licitante apresentou proposta inicial com o valor de R\$ 78,94 (setenta e oito reais e noventa e quatro centavos), não concedendo desconto. Após, abriu-se o envelope de documentos do licitante classificado, estando de acordo com o exigido no Edital. Sendo assim, a Pregoeira declarou o licitante Dr. Carlos Sergio Moura vencedor do presente processo licitatório. Encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Pregoeira

MARIA CRISTINA M. MUNHOZ
Membro Equipe Apoio

JOSIANE ALQUINI CUBAS
Membro Equipe Apoio

Ratificação Processo de Dispensa de Licitação Nº 117/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

RATIFICAÇÃO

(Processo de Dispensa de Licitação nº 117/2012)

Na qualidade de Prefeita Municipal em exercício de Campo Alegre, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a decisão acima emanada pela Comissão Permanente de Licitações no Processo de Dispensa de Licitação n.º 117/2012, que concluiu pela contratação da empresa TISSI COMÉRCIO E INSTALAÇÕES DE MATERIAIS

ELÉTRICOS LTDA - ME, 2ª classificada com menor preço (das empresas que apresentaram proposta para o processo epigrafado) considerando que a empresa 1ª classificada desistiu da proposta, conforme fl. 38.

Objeto: MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - SIP DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, com o fornecimento de materiais e mão de obra.

Valor global da contratação: R\$ 38.225,04.

Vigência: até 31/12/2012 (4 meses).

Publique-se.

Campo Alegre, 11 de setembro de 2012.

ALICE BAYERL GROSSKOPF

Prefeita Municipal em exercício

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.627/12 de 08/11/2012

DECRETO Nº 6.627/12 DE 08/11/2012

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 - DEP. DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.021 - Reequipamento do Ensino Fund. - Recursos do Salário Educação

Elementos de despesa: 166-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0058.0 - Aplicações Diretas R\$ 139.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 139.000,00 (cento e trinta e nove mil reais) provenientes do excesso de arrecadação - Recursos Salário Educação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto,

em 08 de novembro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 17/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2012

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará realizar no dia 27/11/2012 às 14h 30min na sala de reuniões da

Prefeitura Municipal de Campos Novos, Pregão Presencial do Tipo Menor por item, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE UM GERADOR DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. CONFORME DESCRIÇÃO TÉCNICA DETALHADA NO FORMULÁRIO DE PROPOSTA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou no Departamento de compras e licitações da Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 8h 30min às 12h e das 13h 30min às 18h diariamente.

Campos Novos, 13 de novembro de 2012.

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

MARLIÊSE DA CASS MECABÔ

Administradora

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Nº 18/2012

DECRETO Nº 18/2012

DISPÕE SOBRE ANÁLISE DAS CONTAS DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES REFERENTE AOS MESES DE JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 2012.

O cidadão José Adelar Carpes, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Ficam APROVADAS as Contas da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, referente aos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2012.

Art. 2º. O presente projeto será submetido a análise das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação Final, e Orçamento, Finanças e Tributação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC,

em 08 de novembro de 2012.

JOSÉ ADELAR CARPES

Presidente da Mesa

Resolução Md Nº 04/2012

RESOLUÇÃO MESA DIRETORA Nº 4/2012

ALTERA REDAÇÃO DA RESOLUÇÃO MESA DIRETORA Nº 3/2012 QUE INSTITUI COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO Nº 01/2012 E ANULA ATOS PRATICADOS

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores do município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos Arts. 57 e 61 da LOM, combinado com os Art. 63 e 109 do Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1º. Em razão de requerimento datado de 06/09/2012, subscrito pelos vereadores Adavilson Telles, José Jair Fagundes Antunes e Irineu Armando Osório Junior fica constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito Nº. 01/2012, com o objetivo de apurar supostas práticas de crimes de corrupção, concussão de forma bastante centralizada e identificada em determinados servidores,

transportadores de alunos ou outras pessoas eventualmente envolvidas, fatos estes que estão sendo investigados pelo Ministério Público após denúncias de possíveis irregularidades no transporte escolar de nosso município, ficando nomeados os vereadores Irineu Armando Osório Junior, José Jair Fagundes Antunes, José Tadeu Guzatti, Maurílio Castro Campagnoni e Silvio Henrique de Almeida Lopes Sobrinho, conforme indicação da liderança partidária.

Art. 2º. A Comissão constituída disporá de todos os meios legais previstos em lei para o fiel cumprimento de suas finalidade

Art. 3º. O prazo para a conclusão dos trabalhos, na forma da lei será de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação desta resolução.

Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, tornando nulos todos atos praticados até a presente data pelos membros anteriormente nomeados.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 2012.

JOSÉ ADELAR CARPES

Presidente da Mesa

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES

Vice-Presidente

JOSÉ TADEU GUZATTI

1º Secretário

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI (CÁSSIO)

2º Secretário

Moção Nº 42/2012

MOÇÃO Nº 42/2012

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao responsável a seguinte

"MOÇÃO DE APELO"

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes Legais, a pedido do Vereador Adavilson Telles manifestam seu apelo

"A UNOESC PELA CONTINUIDADE DO CURSO DE DIREITO NO CAMPUS APROXIMADO DE CAMPOS NOVOS"

Considerando que a primeira turma do Curso de Direito no Campus aproximado de Campos Novos, teve início no ano de 2005, formando 26 acadêmicos e que, atualmente conta com duas turmas do curso em andamento. Entendemos que o curso tem uma considerável procura pelos camponovenses e demais estudantes da nossa região, pela facilidade encontrada pelos acadêmicos pela ótima localização e proximidade do campus, os quais não precisam se deslocar até Joaçaba ou até mesmo a outros municípios vizinhos para frequentarem um curso de qualidade, com professores renomados.

Considerando que o nosso município vem se destacando na região e até mesmo no Estado, nos quesitos crescimento e desenvolvimento e grandes empresas estão se instalando aqui, consequentemente aumenta também o número de habitantes, desta forma, a demanda pela procura de um curso superior sofrerá um considerável acréscimo.

Sendo assim, apresentamos essa **MOÇÃO DE APELO** que é de suma importância que o Campus aproximado de Campos Novos, continue oferecendo o curso de Direito, já que na sua maioria os camponovenses que no passado tiveram que se deslocar para fora do município para cursarem um curso superior, retornaram para atuar como profissionais na área aqui em sua cidade natal. Consideramos que a continuidade da oferta do curso no campus aproximado de Campos Novos, vem para aguçar o interesse dos estudantes de 2º grau que são os possíveis frequentadores do curso, pois os mesmos não encontrarão grandes dificuldades para frequentarem as aulas, pois poderão trabalhar e continuar residindo em nosso município, não tendo despesas a mais, como ocorrerá se tiverem que frequentar o curso em outro local.

Sala das Sessões, em 05/11/2012.

JOSÉ ADELAR CARPES

Presidente da Mesa

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES

Vice-Presidente

JOSÉ TADEU GUZATTI

1º Secretário

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI (CÁSSIO)

2º Secretário

ADAVILSON TELLES

Vereador

CIDINEI CORDEIRO

Vereador

CIRILO RUPP

Vereador

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação de Anulação do Pregão Presencial Nº Fmc 02/2012

FUNDAÇÃO CULTURAL HELMY WENDT MAYER

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO N.º FMC 02/2012

PREGÃO PRESENCIAL N.º FMC 02/2012

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

A Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 02.216.925/0001-08 sito à rua Vidal Ramos, 632 - Centro, neste ato representada por seu Presidente Alfredo Eike Bach, no uso de suas atribuições legais, torna público, a anulação do Processo Licitatório n.º FMC 02/2012, na modalidade de Pregão Presencial n.º FMC 02/2012. Objeto: aquisição de materiais e instrumentos musicais para a banda musical "Novos Talentos". Motivo: Licitação deserta. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

ALFREDO EIKE BACH

Presidente

Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº 69/2012.

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 128/2012
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 69/2012
REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 29/11/2012, às 11h05min, a abertura das propostas para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE BATERIAS (ACUMULADORES DE ELETRICIDADE), DESTINADAS A FROTA DE VEÍCULOS, VANS, ÔNIBUS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DA PREFEITURA E FUNDOS MUNICIPAIS. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Capinzal**PREFEITURA****Decreto 109/2012**

DECRETO Nº 109, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012.
Estabelece horário especial de funcionamento nas Repartições Públicas Municipais, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, SC, no uso de suas atribuições legais, usando da atribuição privativa que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais no dia 16 de novembro de 2012, tendo em vista a passagem do feriado nacional de Proclamação da República no dia 15 de novembro de 2012.

Art. 2º Os serviços considerados essenciais, como atendimento à Saúde, Coleta de Lixo, Transporte Coletivo de Passageiros e outros serviços que vierem a se fazer necessários para suprir as necessidades de excepcional interesse público, permanecerão sendo praticados normalmente.

Parágrafo único. O atendimento a saúde de que trata este Decreto será prestado através do Sistema de Plantão 24 Horas junto ao Hospital Nossa Senhora das Dores durante todo o período do ponto facultativo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 5 de novembro de 2012.
LEONIR BOARETTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO
Secretário da Administração e Finanças

FMAS - Processo Licitatório Nº 24/2012 - Pregão Eletrônico Nº 22/2012**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 24/2012
Pregão Eletrônico Nº 22/2012

OBJETO: Aquisição de brinquedos para organização de uma brinquedoteca, para manutenção das atividades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 27/11/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>
Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 12 de novembro de 2012.

KATIA BAZZO

Pregoeira

FMAS - Processo Licitatório Nº 25/2012 - Pregão Eletrônico Nº 23/2012**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 25/2012
Pregão Eletrônico Nº 23/2012

OBJETO: Aquisição de material esportivo, para manutenção das atividades do Programa Projovem Adolescente, desenvolvido dentro do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 28/11/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>
Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 12 de novembro de 2012.

KATIA BAZZO

Pregoeira

FMAS - Processo Licitatório Nº 26/2012 - Pregão Eletrônico Nº 24/2012**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 26/2012
Pregão Eletrônico Nº 24/2012

OBJETO: Aquisição de material esportivo para uso das crianças e adolescentes cadastradas no CADUN (Cadastro Único dos Programas do Governo Federal), provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade / perfil CADUnico, conforme Decreto nº 6.135/2007, participantes do Serviço socioeducativo e Programa

de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, desenvolvidas na área urbana no Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente - CECON e na área rural no Centro de Convivência Comunitário - CCC, da comunidade de Vila União.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 29/11/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 12 de novembro de 2012.

KATIA BAZZO

Pregoeira

FMAS - Processo Licitatório Nº 27/2012 - Pregão Eletrônico Nº 25/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 27/2012

Pregão Eletrônico Nº 25/2012

OBJETO: Aquisição de brinquedos para organização de uma brinquedoteca, para manutenção das atividades do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 30/11/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 12 de novembro de 2012.

KATIA BAZZO

Pregoeira

FMAS - Processo Licitatório Nº 28/2012 - Pregão Eletrônico Nº 26/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 28/2012

Pregão Eletrônico Nº 26/2012

OBJETO: Aquisição de brinquedos para organização de uma brinquedoteca, para manutenção das atividades do Serviço Sócio Educativo e programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, desenvolvido no Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente - CECON e no Centro de Convivência Comunitário - CCC de Vila União..

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 03/12/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 12 de novembro de 2012.

KATIA BAZZO

Pregoeira

Catanduvras

PREFEITURA

Termo de Rescisão de Prestação de Serviços Nº 0001/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

TERMO DE RESCISÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0001/2012

Objeto: Prestação de serviços imprensa escrita.

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

Contratado (a): ALCEU ANTÔNIO BORTESE JORNAL DIÁRIO DO VALE LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica rescindido, a partir 1º de novembro de 2012, a prestação de serviços relativo a 30 assinaturas mensais do Jornal Diário do Vale, firmado entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado da prestação de serviços, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no contrato originário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvras, SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente rescisão da prestação de serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Os casos omissos a este termo de rescisão da prestação de serviços serão resolvidos com base nos dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, na lacuna desta, pelas disposições contidas no Código Civil.

Data e assinatura do contrato: 22 de outubro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Termo de Rescisão do Contrato Nº 0040/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 0040/2012

Convite nº 0006/2012 (Processo Licitatório nº 0017/2012).

Objeto: Contratação de imprensa falada.

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

Contratado (a): RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho

de 1993, fica rescindido, a partir 1º de novembro de 2012, o Contrato nº 40/2012 firmado entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato nº 40/2012, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no contrato originário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas, SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente rescisão de contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Os casos omissos a este termo de rescisão contratual serão resolvidos com base nos dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, na lacuna desta, pelas disposições contidas no Código Civil.

Data e assinatura do contrato: 22 de outubro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Termo de Rescisão do Contrato Nº 0041/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 0041/2012

Convite nº 0006/2012 (Processo Licitatório nº 0017/2012).

Objeto: Contratação de imprensa falada.

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

Contratado (a): FM CATANDUVAS - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FM CATANDUVAS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica rescindido, a partir 1º de novembro de 2012, o Contrato nº 41/2012 firmado entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato nº 41/2012, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no contrato originário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas, SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente rescisão de contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Os casos omissos a este termo de rescisão contratual serão resolvidos com base nos dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, na lacuna desta, pelas disposições contidas no Código Civil.

Data e assinatura do contrato: 22 de outubro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Termo de Rescisão do Contrato Nº 0063/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 0063/2012

Convite nº 0008/2012 (Processo Licitatório nº 0023/2012).

Objeto: Contratação de imprensa escrita.

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

Contratado (a): GRAFICA E JORNAL FOLHA DA SEMANA LTDA - ME.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica rescindido, a partir 1º de novembro de 2012, o Contrato nº 63/2012 firmado entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato nº 63/2012, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no contrato originário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas, SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente rescisão de contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Os casos omissos a este termo de rescisão contratual serão resolvidos com base nos dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, na lacuna desta, pelas disposições contidas no Código Civil.

Data e assinatura do contrato: 22 de outubro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Termo de Rescisão do Contrato Nº 0090/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 0090/2011

Objeto: Contrato de Locação de Imóvel.

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

Contratado (a): SHARUC - SOCIEDADE HÍPICA ATLÉTICA RECREATIVA UNIÃO CATANDUVENSE.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica rescindido, a partir 1º de dezembro de 2012, o Contrato nº 90/2011 firmado entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato nº 90/2011, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no contrato originário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas, SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente rescisão de contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Os casos omissos a este termo de rescisão contratual serão resolvidos com base nos dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, na lacuna desta, pelas disposições contidas no Código Civil.

Data e assinatura do contrato: 22 de outubro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Decreto N° 066/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO N° 066/2012

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art. 7º, inciso V da Lei N° 0543 de 19.12.2011, DECRETA:

Art 1º Fica anulado a importância de R\$ 53.641,01 (cinquenta e três mil, seiscentos e quarenta e um reais e um centavo) das seguintes dotações do orçamento vigente:

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
01 - Divisão de Serviços Urbanos
15 - Urbanismo
31 - Urbanismo
451 - Infra Estrutura Urbana
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1042 - Construção de Portal R\$ 15.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
01 - Divisão de Serviços Urbanos
15 - Urbanismo
31 - Urbanismo
451 - Infra Estrutura Urbana
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1042 - Construção de Portal R\$ 5.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
01 - Divisão de Serviços Urbanos
15 - Urbanismo
31 - Urbanismo
451 - Infra Estrutura Urbana
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1043 - Construção de Praças e Jardins R\$ 459,09

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
01 - Divisão de Serviços Urbanos
15 - Urbanismo
31 - Urbanismo
451 - Infra Estrutura Urbana
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1042 - Construção de Praças e Jardins R\$ 12.867,22

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
01 - Divisão de Serviços Urbanos
15 - Urbanismo
31 - Urbanismo
451 - Infra Estrutura Urbana
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1059 - Construção Centro de Eventos R\$ 20.314,70

Art.2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 53.641,01 (cinquenta e três mil, seiscentos e quarenta e um reais

e um centavo) fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
01 - Divisão de Serviços Urbanos
15 - Urbanismo
31 - Urbanismo
451 - Infra Estrutura Urbana
116 - Transferência de Convênios - Outros
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1042 - Construção de Portal R\$ 20.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
01 - Divisão de Serviços Urbanos
15 - Urbanismo
31 - Urbanismo
451 - Infra Estrutura Urbana
116 - Transferência de Convênios - Outros
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1043 - Construção de Praças e Jardins R\$ 13.326,31

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
01 - Divisão de Serviços Urbanos
15 - Urbanismo
31 - Urbanismo
451 - Infra Estrutura Urbana
116 - Transferência de Convênios - Outros
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1059 - Construção Centro de Eventos R\$ 20.314,70

Art 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Fica revogado o decreto 63/2012 de 06.11.2012 e demais disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
12 de novembro de 2012.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Decreto N° 65/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO N° 65/2012

"DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC."

- Considerando o Feriado Nacional de 15 de Novembro - Proclamação da República;

- Considerando a economia do erário público.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal e de acordo com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Será facultativo o "ponto" nas repartições Públicas Municipais, no dia 16 de novembro de 2012.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no "caput" deste artigo, todos os serviços emergenciais e inadiáveis, em todos os órgãos da Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado-SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
12 de novembro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Retificação do Edital de Processo Seletivo Público Nº 05/2012/SMECE

1ª (primeira) (RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 05/2012/SMECE)

A Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado torna pública a RETIFICAÇÃO do Edital já mencionado, quanto às cláusulas abaixo especificadas, que passam a ter a seguinte redação:

“

6.3. GRADE DE PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS:

PROFESSORES:

Itens	Títulos por item	Pontuação por item	Pontuação Máxima
5. Tempo de Serviço: Para fins de classificação serão computados 0,16 pontos por ano de efetivo exercício na área ou disciplina específica com peso máximo de 4 (quatro) pontos contando no máximo 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço até o dia 31 de outubro de 2012.	25 anos	0,16	4,00

”

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Edital ora retificado.

Município de Chapadão do Lageado, 12 de novembro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

CRISLEI SEBOLD

Secretaria da Educação Cultura E Esportes

Concórdia

PREFEITURA

Portaria Nº 25/2012, de 8 de Novembro de 2012

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 25/2012, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012.

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações, e 90, de 27 de junho de 1994 art. 116 e seguintes.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 17 de dezembro de 2012, à servidora FLAVIA LUCY DE MATTOS CENTOFANTE, ocupante do cargo de Técnico Artístico I, o gozo de 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 03 de junho de 2007 a 02 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

SANDRA MARA ROMAN

Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Portaria Nº 26/2012, de 8 de Novembro de 2012

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 26/2012, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012.

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações, e 90, de 27 de junho de 1994 art. 116 e seguintes.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, no mês de novembro de 2012, ao servidor ADEMIR PAULO KLEIN, ocupante do cargo de Técnico em Iluminação Cênica, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 03 de junho de 2007 a 02 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

SANDRA MARA ROMAN

Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Edital de Tomada de Preços Nº 68/2012 - PMC

MUNICIPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 68/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo da construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra), para construção da Praça de Alimentação do Parque de Exposições Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, localizada no Bairro Parque de Exposições, com recursos oriundos do Contrato nº 373.634-35/2011-0, celebrado com a Caixa Econômica Federal/ Ministério do Turismo, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico constante no Anexo “D” do Edital.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 03/12/2012.

Abertura: dia 03/12/2012, às 14h00min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link “Licitações”. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 09 de novembro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 12/2012 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2012

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde torna público que ratificou o ato do Senhor Vilson Anivo Haefliger, Diretor Administrativo, que dispensou a licitação, nos termos do Inciso IV do Artigo 24, da Lei nº. 8.666/93 e posteriores alterações, para a aquisição de medicamentos em caráter emergencial para distribuição aos pacientes do SUS na Farmácia da Policlínica Concórdia, a favor das empresas S&R DISTRIBUIDORA LTDA e MERCK S/A, no valor total de R\$ 15.770,00 (Quinze mil, setecentos e setenta reais).
Concórdia, SC, 08 de Novembro de 2012.

Genair Lourdes Bogoni
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Para Obras e Serviços de Engenharia Nº 2/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
Nº 2/2012 - PMC

O Secretário Municipal de Educação torna público que ratificou o ato da Senhora Neusa Terezinha Gugel, Diretora Administrativa, que Dispensou a licitação, nos termos do Inciso I, do Artigo 24, da Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para contratação de empresa para execução de obra, em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra) de construção de alambrado com cerca na Escola Básica Municipal Natureza, a favor da empresa SOMACAL ENGENHARIA LTDA, no valor total de R\$ 6.698,79 (seis mil, seiscentos e noventa e oito reais e setenta e nove centavos)

Concórdia, SC, 09 de novembro de 2012.
SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 34/2012 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 34/2012 - PMC

O Secretário Municipal de Educação, torna público que ratificou o ato da Senhora Neusa Terezinha Gugel, Diretora Administrativa, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para aquisição de equipamentos de informática (projeto proinfo com lousa digital - computador interativo) para as unidades escolares - Programa Nacional de Tecnologia Educacional - Governo Federal, em favor da empresa: DARUMA TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S.A, no valor total de R\$ 25.550,00 (vinte e cinco mil, quinhentos e cinquenta reais).

Concórdia, SC, 09 de novembro de 2012.
SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 005/2011 - FMS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº

005/2011 - FMS

ESPÉCIE: Termo aditivo celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob o nº 10.455.823/0001-65, representado neste ato pela sua gestora, senhora GENAIR LOURDES BOGONI, Secretária Municipal de Saúde, e a ASSOCIAÇÃO DE PORTADORES DE FISSURAS LÁBIO-PALATAIS - PROFIS, inscrita no CNPJ sob nº 80.630.973/0001-43, neste ato representada pela sua presidente, ANA MARIA SELLA DA SILVA.

OBJETO: Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 2012, o prazo de vigência constante na Cláusula Segunda - Do Prazo.

PRAZO: Até 31.12.2012.

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2012.

Edital de Notificação Convênio FnDe/Pnate - Transporte Escolar - Educação Infantil

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Educação Infantil, no valor de R\$ 2.548,24 (dois mil quinhentos e quarenta e oito reais e vinte e quatro centavos).

Concórdia SC, 05 de novembro de 2012.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação Convênio FnDe/Pnate - Transporte Escolar - Ensino Fundamental

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 20.427,91 (vinte mil quatrocentos e vinte e sete reais e noventa e um centavos).

Concórdia SC, 05 de novembro de 2012.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação Convênio FnDe/Pnate - Transporte Escolar - Ensino Médio

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 6.356,60 (seis mil trezentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).

Concórdia SC, 05 de novembro de 2012
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto Nº 160 de 09 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 160 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

FIXA PONTO DE TAXI, LOTAÇÃO E ÔNIBUS NA SEDE DO MUNICÍPIO e E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, resolve:

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado no perímetro da cidade de Coronel Martins 03 (três) pontos de Táxis, sendo um na Rua Paraná em frente a Residência do Senhor Valdelirio Pertussatti, outro na Rua Dólio Belatto em frente a Residência do Senhor Jose Belatto e outro na Rua Getulio Vargas em frete a Residência do Senhor Waldir Biazim e 01 (um) ponto de Lotação e ônibus junto a Rua Getulio Vargas esquina com Rua Dólio Belatto, em frente ao Bar do Senhor João Albair May.

Art. 2º - Fica determinado que os proprietários de táxis, Lotação e Ônibus, interessados em se estabelecer nos postos fixados no Art. 1º do presente Decreto terão que dar estrito atendimento ao que dispõe a Lei Municipal LS nº 018/93 de 23/06/93.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC.,
em 09 de novembro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

Portaria Nº 2102/12 - Autoriza a Contratação Funcional por Tempo Determinado Como Auxiliar de Serviços Gerais, a Sra. Ana Lucia Cordeiro de Lima.

PORTARIA Nº 2102/12

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, A SRA. ANA LUCIA CORDEIRO DE LIMA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO a necessidade de substituição da servidora Nelci de Oliveira Padilha dos Santos, que está em licença para

tratamento de saúde;

CONSIDERANDO a classificação da Sra. Ana Lúcia Cordeiro de Lima, no Processo Seletivo nº 001/12, homologado em 07 de fevereiro de 2012, destinado ao preenchimento de vagas, em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ANA LÚCIA CORDEIRO DE LIMA, a partir de 06 de novembro de 2012, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2012, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de novembro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 88/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2012

O Fundo Municipal de Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por ITEM, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei Nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE POLTRONAS DESTINADAS AO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE Curitibanos, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 28/11/2012, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 15:00 horas do dia 28/11/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos junto a Prefeitura de Curitibanos na Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário das 13:00 horas as 19:00 horas e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 09 de novembro de 2012.

CRISTINA MARIA A. MORAES EHRHARDT
Presidente do Fundo

ADAILTON ALVES
Pregoeiro



Edital de Leilão Nº 204/2012
EDITAL DE LEILÃO Nº 204/2012.

O MUNICÍPIO DE Curitiba, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, devidamente inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, na forma do que dispõe a Lei No. 8.666 de 21.06.93 e suas alterações e Lei Municipal nº 4.743/2012, tornam público que a partir das 15:00 horas do dia 12/12/2012, no auditório da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de leilão, destinado a alienação dos bens móvel abaixo relacionados, de acordo com as condições previstas neste edital:

01: Veículo VW Gol 1000, ano de FAB. 1992, mod. 1993, potência 50 cv, cor branca, gasolina, Placa: BMK 1319, Chassi: 9BWZZ30ZNT151834, Valor mínimo, R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais) sucata sem direito a documentação;

02: Veículo Caravan L/SL/S/SS, marca: GM- Chevrolet 1991 Gasolina. Placa: MAG 7301, Chassi: 9BGVN15EMMB1044926, Valor mínimo de R\$ 1.060,00 (Um mil e sessenta reais) - sucata sem direito a documentação;

03: Um veículo Kia Motors Besta GS 2.7 8 v. 12 1, ano 2001 à diesel placas MCC 6088, no valor de R\$ 2.150,00 (dois mil cento e cinquenta reais), sucata, sem direito a documentação;

04: Um veículo camionete ambulância Asia Topic Diesel, ano/mo- delo 1995/1996 potencia 75 cv cor branca, placas LYM 3619, no valor mínimo de R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) Sucata, sem direito a documentação.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 09 de novembro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito

ADAILTON ALVES
Presidente da CPL

Forquilha

PREFEITURA

Edital de Chamamento Público

FEIRA POPULAR DA AGRICULTURA FAMILIAR
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que, no período de 12/11/2012 a 12/12/2012, estarão abertas as inscrições para os Agricultores Familiares e artesões do Município de Forquilha e região que estiverem interessados em comercializar seus produtos na Feira Popular da Agricultura Familiar do Município de Forquilha.

1.1 O presente processo de seleção tem por objeto a inscrição e classificação dos interessados em comercializar produtos oriundos da agricultura familiar do município de Forquilha e região através da Feira Popular.

1.2 Os interessados deverão realizar sua inscrição no local, período e horários abaixo indicados:

Período: 12/11/2012 a 12/12/2012.

Horário: 7:00 às 13:00.

Local: Secretaria de Ação Social do Município de Forquilha - Alameda Felipe Arns, Centro, Forquilha/SC.

1.3 Os interessados deverão estar munidos com os seguintes documentos:

1.3.1 Pessoa Física:

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
b) cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP principal, ou extrato da DAP do Agricultor Familiar participante; ou, na falta desta, o NIS - Número de Identificação Social, obtido junto à Secretaria de Ação Social do Município; ou Nota Fiscal de Produtor Rural.

c) certidão conjunta negativa perante a Fazenda Federal e quanto a Dívida Ativa da União, expedida pelo Órgão da Secretaria da Receita Federal;

d) prova de Regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município, do domicílio ou sede da empresa;

g) Cópia da Carteira de Identidade;

h) Cópia do Comprovante de Residência.

1.4 Na oportunidade da inscrição, o interessado deverá informar os produtos a serem comercializados.

1.4.1 Dos produtos a serem comercializados, será considerado um percentual mínimo de 80% produzidos pelo agricultor inscrito.

1.5 A presente seleção destina-se ao preenchimento de vagas já existentes, conforme abaixo discriminado, bem como de demais vagas que surjam ao longo do período de validade das inscrições.

- 02 vagas destinadas ao comércio de artesanato;

- 08 vagas destinadas ao comércio de produtos da agricultura familiar

1.6 O processo de seleção reger-se-á de acordo com as disposições do Regulamento da Feira Popular, SENDO SELECIONADOS PRIORITARIAMENTE OS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA. CASO NÃO PREENCHAM AS VAGAS, SERÃO SELECIONADOS AGRICULTORES DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO.

Forquilha/SC, 12 de novembro de 2012.

LILIAN ARNS TOPANOTTI

Secretária de Ação Social

Edital/CMDCA 01/2012

CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FORQUILHINHA
EDITAL/CMDCA 01/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS PARA O PROCESSO ELEITORAL DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE FORQUILHINHA

Estabelece o processo eleitoral dos membros do Conselho Tutelar do município de Forquilha/SC.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.488, de 28 de outubro de 2009 e suas alterações e, considerando as deliberações, por unanimidade, dos membros do Conselho presentes na Assembleia Ordinária, realizada no dia 30 de outubro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º O Conselho Tutelar será eleito mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Forquilha/SC, maiores de dezesseis anos, com título eleitoral, sob responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral nomeada pelo CMDCA, sob fiscalização do Ministério Público, conforme termos deste edital:

I - data, local da eleição, número de vagas, validade do mandato, expediente de trabalho e vencimentos: A data, local da eleição, número de vagas, validade do mandato, expediente de trabalho e vencimentos do Conselho Tutelar ficam assim estabelecidos:

a) Data das Inscrições dos candidatos: de 12 de novembro a 27 de novembro de 2012.

b) Horário das inscrições: de segunda à sexta-feira, nos dias úteis do horário das 08:00h às 12:00h.

c) Local de Inscrição: Secretaria de Ação Social, aos cuidados da Secretaria Executiva do CMDCA, situado à Alameda Felipe Arns, Centro – Forquilha.

d) Dia, hora e local da eleição: dia 01 de março de 2013, das 09:00h às 17:00h no Salão Paroquial de Forquilha.

e) Conselho Tutelar: 01 (um) Conselho Tutelar.

f) Número de Vagas: 05 (cinco) Titulares. São considerados suplentes do Conselho Tutelar do Município de Forquilha todos os candidatos que participarem do pleito, à partir do sexto mais votado, segundo a ordem de votação.

g) Validade do Mandato: de 01 de abril de 2013 à 09 de janeiro de 2016.

h) Expediente de Trabalho: de segunda a sexta das 08:00h às 17:00h, com previsão de plantão noturno, sábados, domingos e feriados.

i) Da Remuneração inicial:

1. Subsídio mensal correspondente ao Nível de Referência OAG-04, do Anexo VI, da Lei nº. 751, de 20 de setembro de 2001, com suas alterações posteriores, correspondente nesta data ao valor de R\$ 1.004,03 (um mil e quatro reais e três centavos);

2. Décimo terceiro salário;

3. Férias anuais de 30 (trinta) dias, acrescidas do terço constitucional de férias.

II – Do Calendário Eleitoral: de 05 de novembro de 2012 à 14 de março de 2013, fica estabelecido o prazo para, mediante Resolução publicada no órgão oficial de publicação legal do Município, em outros locais públicos e na imprensa local divulgar o calendário eleitoral contendo no mínimo:

a) Período para possível reabertura de prazo para novas inscrições de candidatos ao conselho Tutelar;

b) Nomeação da comissão examinadora para realização de prova escrita e prática de informática;

c) Definição do dia, hora e data para a realização da prova escrita e prova prática;

d) Definição da data de realização do curso de capacitação sobre a política de atendimento a criança e ao adolescente promovido pelo CMDCA, obrigatório para os conselheiros eleitos (titulares e suplentes);

f) Data da homologação das inscrições, dos habilitados e dos indeferidos.

g) Período para o Ministério Público ou qualquer pessoa da comunidade, com idade superior a vinte e um anos e no gozo de seus direitos políticos, oferecerem impugnação das inscrições habilitados;

h) Data do sorteio da ordem de colocação dos candidatos nas cédulas de votação;

i) Período para os candidatos que tiverem sua inscrição impugnada ou indeferida para manifestar-se sobre a impugnação;

j) Período para Comissão Especial Eleitoral responsável pelo Processo Eleitoral de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Forquilha/SC para analisarem as impugnações e defesas se tiverem, emitindo sucinto relatório com parecer sobre o mérito;

k) Prazo máximo para nomeação, da mesa receptora de votos, nomeação de fiscais de urna pelos candidatos e comissão escrutinadora de votos;

l) Prazo para interpor recursos pelos Candidatos ou procuradores dos mesmos;

m) Data de homologação dos resultados da eleição.

§ 1º A prova escrita e prática estabelecida na alínea "c" do inciso II do presente artigo, obedecerá aos seguintes critérios:

a) A prova será relativa ao conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente, conhecimentos básicos de informática e língua portuguesa, de caráter eliminatório, a ser formulada por profissionais designados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurado prazo para interposição de recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, a partir da data da publicação dos resultados;

b) A Prova Escrita será do tipo múltipla escolha, com 20 (vinte)

questões objetivas sendo 10 de língua portuguesa e 10 (dez) de conhecimentos específicos na respectiva área de Conselheiro Tutelar, no formato de 3 (três) alternativas de resposta "a" a "c", cada questão, das quais apenas uma deverá ser assinalada e a nota final, na escala de zero a dez, será determinada de acordo com a seguinte equação: $NF = (NA \times 1,0)$, onde NA representa o número de acertos da prova.

c) Além da Prova Escrita, terá Prova Prática, que será na escala de zero a dez, e tem por objetivo verificar a adequação das habilidades técnicas do candidato às tarefas e condições da função para o cargo.

d) Será eliminado o candidato que não obtiver nas provas as notas: Conhecimentos Específicos = 5 (cinco), Língua portuguesa = 3 (três) e Prova Prática = 3 (três).

e) A nota final será a média das notas das provas, considerando-se peso 5 (cinco) para a prova escrita de conhecimentos específicos, peso 2,5 (dois vírgula cinco) para a prova escrita de língua portuguesa e peso 2,5 (dois vírgula cinco) para a prova prática, calculando-a mediante a seguinte equação: $\text{Nota final} = \text{Nota de Conhecimentos Específicos} \times \text{Peso 5 (cinco)} + \text{Nota da Língua Portuguesa} \times \text{Peso 2,5 (dois vírgula cinco)} + \text{Prova Prática} \times \text{Peso 2,5 (dois vírgula cinco)}$ dividido por 10;

f) Somente será considerado habilitado na prova o candidato que obtiver Nota Final igual ou superior a 06 (seis) pontos;

g) A classificação será realizada por cargo, em ordem decrescente da Nota Final;

h) O candidato deverá transpor os resultados das questões para grade de respostas, cujo preenchimento é de sua inteira responsabilidade;

i) Questões rasuradas ou com mais de uma alternativa marcada, na grade de respostas, serão consideradas como marcadas incorretamente pelo candidato;

j) Para fins de correção da prova, somente será considerada a grade de respostas, sendo que os cadernos de prova não serão considerados, sob quaisquer hipóteses;

l) No caso de empate na classificação, terá preferência para a nomeação, sucessivamente, o candidato que:

1. Candidato mais idoso;

2. Candidato com maior encargo familiar;

3. permanecendo o empate, será realizado um sorteio na presença dos empatados.

m) O conteúdo programático da prova será:

1. Conhecimentos básicos de Língua Portuguesa: questões que possibilitem avaliar a capacidade de interpretação de texto, conhecimento da norma culta na modalidade escrita do idioma e aplicação da ortografia oficial; Acentuação gráfica; Pontuação; Classes gramaticais; Concordância verbal e nominal; Pronomes: emprego e colocação e Regência nominal e verbal.

2. Direito da criança e do adolescente: (Lei n. 8.069/90) - Doutrina da proteção integral; Política e sistema de atendimento; Conselho Tutelar e Conselho de Direitos; Fundo da Infância e Adolescência; A Justiça da infância e juventude: juízes, promotores de justiça, advogados e técnicos; Medidas protetivas e socioeducativas; Família natural; Poder familiar (Novo Código Civil); Guarda, tutela e adoção; Lei n. 12.010/09; Ato infracional; Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Resoluções CONANDA: nº. 105 (Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente), nº 106 (Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente), nº 113 (Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente), nº. 116 (Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente), nº. 137 (Criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais, Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente) e nº. 139 (Criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares no Brasil); e Provimento nº. 13 do CNJ (Certidão de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam parto); Lei Estadual nº. 11.697/2001; Lei Estadual nº. 11.603/2000; Lei Estadual nº. 11.435/2000; Lei Estadual nº. 14.651/2009; Lei Municipal nº. 1488/2009 e suas alterações.

2. Prova Prática de Informática: A Prova Prática de Digitação consistirá na digitação, gravação e impressão de um texto alfanumérico, no intervalo de 7 (sete) minutos; O texto será disponibilizado ao candidato no ato da realização da prova, devendo ser digitado no mesmo formato e estética; Deverá ser utilizado o Word como editor de texto; A média é de 600 caracteres; Os pontos obtidos na prova prática de digitação com pontuação igual ou superior a 5 (cinco) serão somados aos pontos da primeira fase da classificação; Estará reprovado o candidato que na prova prática de digitação obtiver pontuação inferior a 5 (cinco) pontos. Para efeito de classificação ou desclassificação serão avaliados os fatores conforme critérios a seguir: Número de caracteres; Tempo de duração; Número de erros.

FATOR: CARACTERES	DO TEXTO	FATOR:	TEMPO	FATOR: ERRO	NOTA FINAL
	Escala de zero a dez, proporcional à quantidade de caracteres digitados.	7 minutos 6 minutos 5 minutos 4 minutos 3 minutos 2 minutos	+ 0,00 + 1,00 + 2,00 + 3,00 + 4,00 + 5,00	Serão descontados 0,05 pontos por cada erro cometido na digitação.	A+B-C=NF
Total dos caracteres					

§ 2º Caso o número de candidatos inscritos seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, através da Comissão Especial Eleitoral, poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 3º Divulgada a lista dos habilitados, a Presidente do CMDCA, através da Comissão Especial Eleitoral, homologará as inscrições e publicará o edital com a relação dos inscritos, órgão oficial de publicação legal do Município, declarando aberto o prazo de 05 (cinco) dias para impugnações, contados a partir da publicação.

§ 4º No prazo referido no § 3º deste artigo, a contar da publicação da inscrição, o Ministério Público ou qualquer cidadão morador do município, no gozo de seus direitos políticos, poderão oferecer impugnação.

§ 5º O candidato terá cinco dias, contados da data da intimação, para manifestar-se sobre a impugnação estabelecida no inciso 4º do presente artigo.

§ 6º A Comissão Especial Eleitoral do CMDCA analisará, no prazo máximo de cinco dias, os pedidos de inscrição, as impugnações e defesas se houverem, emitindo sucinto relatório com parecer sobre o mérito.

§ 7º Fica vedado a participar como membro da comissão examinadora para realização de prova escrita dos candidatos estabelecidas na alínea "b" do inciso II do presente artigo, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até de terceiro grau de candidato devidamente homologado para participar das eleições do Conselho Tutelar estabelecido pelo presente edital, inclusive, da Comissão Especial Eleitoral Responsável pelo Processo Eleitoral de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Forquilha/SC.

Art. 2º São requisitos para candidatar-se a exercer as funções de membros do Conselho Tutelar (CT) do Município de Forquilha/SC:

I - demonstrar idoneidade moral;

II - ter idade superior a 21 anos;

III - residir no Município, no mínimo há 02 (dois) anos;

IV - ser inscrito como eleitor no Município;

V - não ter sido penalizado com a destituição de cargo de Conselheiro Tutelar; e

VI - Ser aprovado em prova de conhecimento básicos de Língua Portuguesa, de Direito da Criança e do Adolescente e na prova prática de informática, nos termos do § 1º do artigo 1º deste Edital;

§ 1º Para fins de avaliação da idoneidade moral, previsto no inciso

I do presente artigo, considera-se as certidões emitidas no Cartório Cível e Criminal da Comarca de Forquilha, Estado de Santa Catarina, bem como, as situações comprovadas de envolvimento com drogas, crime, prostituição, exploração do trabalho infantil e maus tratos envolvendo crianças e adolescentes.

§ 2º O requerimento de inscrição, conforme anexo I do presente Edital, instruído com a prova de atendimento aos requisitos legais, deverá ser protocolado até o último dia do prazo de inscrição, estabelecido na alínea "a" do inciso I do artigo 1º deste edital, com a assinatura do candidato.

§ 3º O comprovante de residência estabelecido no inciso III do presente artigo será mediante de fatura de luz, água ou telefone, em nome do candidato, ou declaração com firma reconhecida do proprietário do imóvel.

§ 4º Além dos comprovantes estabelecidos nos I, III, IV e V, na entrega do requerimento de inscrição (Anexo I) o candidato deverá apresentar cópia dos documentos abaixo especificados, acompanhados dos originais, para conferência ou devidamente autenticados em cartório:

a) Carteira de identidade;

b) Título de Eleitor;

c) CPF;

d) Registro Civil - Certidão de Nascimento ou Casamento;

e) Certificado Militar, para o sexo masculino;

f) Comprovante de quitação eleitoral da última eleição (outubro/2012).

§ 5º O candidato que apresentar documentação incompleta, não terá sua inscrição aceita.

§ 6º Após a data e horário fixado na alínea "a" e "b" do inciso I do artigo 1º deste Edital para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

§ 7º Não será aceita inscrição de candidatos por procuração.

§ 8º Serão impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro, sogra, genro ou nora, irmãos, cunhados, cunhadas, durante o cunhadio, tios, tias, sobrinhos, sobrinhas, padrasto, madrastra e enteado e/ou correspondentes da união estável entre o homem e a mulher;

§ 9º Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma § 8º deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

Art. 3º O registro da candidatura será individual e se efetivará com a divulgação da pré-seleção e atendimento aos dispositivos estabelecido no artigo 2º do presente edital.

Art. 4º Durante o Processo Eleitoral dos Conselheiros Tutelares, compreendido a partir do 2º (segundo) dia da data de publicação do presente edital até a data e hora de encerramento da votação é vedado:

I - a propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social, por meio de anúncios, luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer lugar público ou particular, admitindo-se apenas a realização de debates e entrevistas estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

II - na campanha eleitoral a confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, com ou sem a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor, incluindo jantares, almoços, bailes, churrascos, reuniões e afins.

III - a utilização de carros de som, alto-falantes, e quaisquer mecanismos de sonorização na campanha eleitoral, ficando sujeitos os responsáveis e os proprietários à apreensão dos equipamentos, nos termos do Código de Processo Penal.

§ 1º É admitida a veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, volantes e outros impressos, os quais devem ser editados sob a responsabilidade do candidato, que fará constar

seu CPF em todas as unidades distribuídas.

§ 2º Nas hipóteses de abuso de poder econômico, o registro da candidatura do Conselheiro Tutelar será cassado, impedindo-se a nomeação, se eleito.

§ 3º Além do estabelecido nos incisos I, II e III do caput deste artigo, considera-se ainda abuso de poder econômico no processo de escolha:

I - uso de instituições governamentais e não governamentais partidos políticos ou entidades religiosas para gerenciar a candidatura dos Conselheiros Tutelares;

II - promessa ou recompensa à população para participar do processo de escolha;

III - captação ilegal de votos;

§ 4º para efeito do inciso III do § 3º do presente artigo, constitui-se captação ilegal de votos a candidato transportar eleitores, doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde a homologação da candidatura até o dia da eleição.

Art. 5º Os casos omissos no presente Edital e os recursos, impugnações e as defesas interpostas no Processo Eleitoral de Escolha do Conselho Tutelar serão analisados e julgados pela Comissão Especial Eleitoral Responsável pelo Processo Eleitoral de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar do Município De Forquilha/SC à luz da legislação vigente, ouvido o Ministério Público se necessário.

§ 1º As decisões da Comissão estabelecidas no presente artigo serão tomadas pela maioria dos votos, tendo presente a maioria absoluta de seus membros.

§ 2º No caso de empate o Presidente da Comissão exercerá o voto de "minerva".

Art. 6º Todos, atos, decisões e publicações relativos ao Processo Eleitoral do Conselho Tutelar de Forquilha/ SC se fará em Edital ou Resolução conforme o caso a ser afixado no Mural Público Municipal, situado no pátio de acesso da Prefeitura Municipal de Forquilha e no site do Município.

Art. 7º O presente Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 12 de novembro 2012.

MARIA ZOLEIDE BACK

Presidente do CMDCA

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

	Nº de Inscrição:	
--	------------------	--

EU, abaixo caracterizado e devidamente identificado, nos termos do § 2º do artigo 2º do Edital/CMDCA de nº 001/2012 que convoca inscrição de candidatos para o processo eleitoral dos membros do conselho tutelar de Forquilha/SC, REQUER, inscrição como candidato para Membro do Conselho Tutelar e, para tal, apresenta os seguintes documentos:

IDENTIFICAÇÃO				
Nome:				
CPF:		Data de Nascimento:	/	
RG:	Org. Exp.:	Data:	/	
TELEFONES				
Celular:		Residencial:		Comercial:

ENDEREÇO

Rua:		Nº:	
Bairro:		Cidade:	CEP:

CÓPIA DOS DOCUMENTOS EM ANEXO

Atestado de Residência – Mínimo 2 Anos:		Atestado de Idoneidade Moral:	
Comprovante de Escolaridade:		Título de Eleitor:	
Comprovante de Quitação Eleitoral:		Carteira de Identidade:	
CPF:		Certificado de Reservista:	
Registro Civil (certidão casamento ou nascimento):			

Forquilha/SC, ____ de novembro de 2012.

Assinatura do Candidato

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO

PROCESSO ELEITORAL – CONSELHO TUTELAR DE FORQUILHINHA/SC

	Nº de Inscrição:	
--	------------------	--

IDENTIFICAÇÃO				Protocolo
Nome:				
CPF:		Data de Nascimento:	/ /	
RG:	Org. Exp.:	Data:	/ /	

Forquilha/SC, ____ de novembro de 2012.

Assinatura

Resolução CMDCA Nº 01, de 30 de Outubro de 2012.

CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO

ADOLESCENTE DE FORQUILHINHA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 01, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012.

REGULAMENTO DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS TUTELARES DE FORQUILHINHA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.488, de 28 de outubro de 2009 e, considerando as deliberações, por unanimidade, dos membros do Conselho presentes na Assembleia Ordinária, realizada no dia 30 de outubro de 2012.

CONSIDERANDO o disposto na Lei 8.069 de 13 de julho de 1990; CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.488, de 28 de outubro de 2009 e suas alterações que atribui ao Município a organização do processo de eleição dos membros dos Conselhos Tutelares de Forquilha;

CONSIDERANDO que nos termos da Lei Municipal nº 1.488, de 28 de outubro de 2009, compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente regulamentar e divulgar o Pleito para eleição dos Conselhos Tutelares;

CONSIDERANDO a Resolução nº 152 do CONANDA que dispõe

sobre as diretrizes de transição para o primeiro processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares em todo território nacional a partir da lei 12.696/12.

RESOLVE:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A presente resolução institui as normas e procedimentos para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Forquilha, que será composto por 05 (cinco) membros, de acordo com a Lei Municipal nº 1.488, de 28 de outubro de 2009, e suas alterações.

Art. 2º Os membros do Conselho Tutelar e seus respectivos suplentes serão eleitos pelo voto secreto, direto, universal e facultativo dos eleitores do Município, em eleição realizada sob a responsabilidade do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Art. 3º A duração do mandato dos Conselheiros Tutelares será de 01/04/2013 até 09/01/2016. Excepcionalmente terá esta duração para atender o processo de transição da escolha unificada dos conselheiros tutelares em todo território nacional a partir da vigência da lei 12.696/12.

Art. 4º Serão considerados eleitores todos os cidadãos que possuírem título de eleitor do Município de Forquilha, o qual deverá ser apresentado no ato da votação juntamente com um dos seguintes documentos originais: Carteira de Identidade - RG, Carteira de Identidade Profissional ou de Classe, Carteira de Trabalho ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH.

§ 1º O voto será direto, secreto, pessoal e intransferível.

§ 2º Os eleitores votarão somente nos locais destinados pela Comissão Especial Eleitoral, divulgados através de Edital específico.

§ 3º Na ausência do Título de Eleitor será aceito o comprovante original da votação da última eleição municipal (outubro/2012 - prefeito e vereador) ou da justificativa de ausência da referida eleição.

CAPÍTULO II
DOS ÓRGÃOS ELEITORAIS

Art. 5º A Comissão Especial Eleitoral instituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o papel de órgão executor desta Resolução.

Art. 6º Compete a Comissão Especial Eleitoral:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - providenciar a confecção das cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;

V - escolher e divulgar os locais de votação;

VI - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração;

VIII - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação; e

IX - resolver os casos omissos.

Art. 7º Compete à Mesa Eleitoral;

I - Receber os votos dos eleitores;

II - Resolver os incidentes verificados durante os trabalhos de votação e da apuração, encaminhando à Comissão Especial Eleitoral as questões não resolvidas;

III - Compor a Mesa Apuradora

Art. 8º Compete ao Presidente da Mesa Eleitoral;

I - Presidir a Mesa Eleitoral de acordo com esta Resolução;

I - Instalar a Mesa Eleitoral;

III - Comunicar à Comissão Especial Eleitoral as ocorrências cuja solução desta depender.

Art. 9º Compete ao Secretário da Mesa Eleitoral:

I - Lavar a ata de sua Mesa Eleitoral;

II - Executar todas as atribuições que lhe forem conferidas pelo Presidente da Mesa e, substituí-lo em seus impedimentos.

Art. 10. Compete ao Mesário Eleitoral:

I - Auxiliar o Presidente e o Secretário no que for solicitado;

II - Zelar pela observância dos procedimentos eleitorais.

Art. 11. Estão impedidos de compor as Mesas Eleitorais parentes até o segundo grau, assim como os cônjuges, companheiros (as), sogros(as), genros, noras, cunhados durante o cunhadio, tios, sobrinhos, padrastos e madrastas dos candidatos a Conselheiros Tutelares.

Parágrafo único. O grau de parentesco de que trata o caput deste artigo será auferido mediante declaração dos membros da Mesa Eleitoral, colhidas no ato da sua instalação.

Art. 12. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão responsável pelo Pleito, é instância superior e final na via administrativa para julgar os recursos impetrados em face às decisões da Comissão Especial Eleitoral.

Art. 13. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como instância final, na via administrativa:

I - Baixar normas e instruções para regular o Processo Eleitoral e sua execução no que lhe compete;

II - Processar e julgar em grau de recurso:

a) processos decorrentes de impugnações das candidaturas;

b) intercorrências durante o processo eleitoral;

c) processo decorrente de impugnações do resultado das eleições e

d) demais casos decorrentes da inobservância das normas contidas nesta Resolução.

III - Publicar o calendário Eleitoral da Eleição do Conselho Tutelar;

IV - Homologar os resultados finais da Eleição do Conselho Tutelar;

V - Coordenar todos os procedimentos referentes à prova eliminatória, através da Comissão Especial Eleitoral por ele designada.

CAPÍTULO III
DO SISTEMA ELEITORAL

SEÇÃO I
DA CONVOCAÇÃO PARA A ELEIÇÃO

Art. 14. Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a convocação da eleição do Conselho Tutelar de Forquilha, por edital que deverá ser afixado no Mural da Prefeitura Municipal, e publicá-lo, por três vezes, no órgão oficial de publicação legal do Município e em pelo menos um jornal de grande circulação no Município, iniciando-se a partir deste ato, o Processo Eleitoral.

§ 1º Esta Resolução que dispõe sobre o regulamento do processo de eleição dos membros do Conselho Tutelar estará disponível no site da Prefeitura Municipal de Forquilha, a partir da publicação do Edital de convocação, que se dará conforme resolução 139/2010 do CONANDA evitando coincidir com as eleições gerais e que todo o processo esteja finalizado, no mínimo trinta dias antes do término do mandato dos Conselheiros Tutelares em exercício.

2º É de responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a adequada divulgação do Processo Eleitoral a fim de garantir a mobilização necessária à legitimação do processo.

Art. 15. O Edital de Convocação da eleição deverá conter:

- I - Data da Eleição;
- II - Número de vagas a preencher para a composição do Conselho Tutelar de Forquilha;
- III - Prazo para a inscrição das candidaturas, impugnações;
- IV - Os locais de votação;
- IV - Calendário eleitoral.

Art. 16. No prazo estabelecido no calendário eleitoral a Comissão Especial Eleitoral emitirá parecer sobre o pedido de registro de candidaturas, deferindo-o ou não.

Parágrafo único. No mesmo prazo que trata o caput deste artigo qualquer cidadão do Município de Forquilha poderá apresentar pedido de impugnação da candidatura, de forma fundamentada e documentada, sendo vedado o anonimato, nos termos do art. 5º, inciso IV da Constituição Federal.

Art. 17. A relação dos candidatos habilitados à prova escrita será divulgada no prazo estabelecido no calendário eleitoral.

Art. 18. Encerrado o prazo para requerimento de registro das candidaturas, o Presidente da Comissão Especial Eleitoral providenciará a imediata lavratura da ata de encerramento do prazo de registro das candidaturas, que será assinada por ele e demais membros da Comissão e candidatos presentes, que assim desejarem.

Art. 19. As candidaturas registradas e aprovadas constarão de Edital a ser publicado no jornal de circulação do município, em data prevista no Calendário Eleitoral.

SEÇÃO II DOS CANDIDATOS, REQUISITOS E REGISTROS DAS CANDIDATURAS

Art. 20. São requisitos mínimos para candidatar-se e exercer as funções de conselheiro tutelar:

- I - demonstrar idoneidade moral;
- II - ter idade superior a 21 anos;
- III - residir no Município, no mínimo há 02 (dois) anos;
- IV - ser inscrito como eleitor no Município;
- V - não ter sido penalizado com a destituição de cargo de Conselheiro Tutelar;

§ 1º Aos candidatos que comprovarem o cumprimento dos requisitos descritos no caput deste artigo será aplicada prova versando sobre conhecimentos básicos de Língua Portuguesa, de Direito da Criança e do Adolescente, além de prova prática de Informática, todas de caráter eliminatório, a ser formulada por uma comissão examinadora designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), assegurado prazo para interposição de recurso junto à comissão especial eleitoral, a partir da data da publicação dos resultados no Diário Oficial do Município ou meio equivalente.

Art. 21. Ficam impedidos de se candidatar aos cargos do Conselho Tutelar os que houverem sido condenados com sentença transitada em julgado por crimes comuns e especiais, e crimes e infrações administrativas contra crianças e adolescentes, conforme disposto

nos artigos 225 a 258 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 22. Os Conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Forquilha poderão candidatar-se desde que solicitem o afastamento de suas funções, até a data de registro de candidatura.

Parágrafo único. Caso esse Conselheiro seja eleito o órgão ou entidade deverá providenciar a sua imediata substituição na forma do Regimento Interno do CMDCA.

Art. 23. A inscrição dos candidatos será individual e realizada mediante apresentação de requerimento e declarações padronizadas pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. Parágrafo único. O candidato poderá registrar um codinome (apelido).

Art. 24. A comissão Especial eleitoral ficará encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§ 1º Decorrido o prazo, será oficiado ao Ministério Público para os fins do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

§ 2º Havendo impugnação do Ministério Público, o candidato terá igual prazo para apresentar defesa, mediante intimação através de publicação no Diário Oficial do Município.

§ 3º Cumprindo o prazo acima, os autos serão submetidos à Comissão Especial Eleitoral para, em 03 (três) dias, decidir sobre o mérito, da decisão, que será publicada no órgão oficial de publicação legal do Município, caberá recurso para o Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no prazo de 03 (três) dias, que decidirá, em igual prazo, em última instância, publicando sua decisão no órgão oficial de publicação legal do Município.

§ 4º Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão Especial eleitoral:

- I - notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; e
- II - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

§ 5º Caso o candidato sofra impugnação, será intimado, para em 05 (cinco) dias, contados da data do recebimento do pedido de impugnação, apresentar defesa.

§ 6º Das decisões da comissão Especial eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

§ 7º Esgotada a fase recursal, a comissão Especial eleitoral fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

Art. 25. Julgadas em definitivo todas as impugnações, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) publicará em Edital no órgão oficial de publicação legal do Município, com a relação dos candidatos habilitados.

SEÇÃO III DA PROVA

Art. 26. Fica facultada ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente a contratação de profissionais para elaboração e correção da prova.

§ 1º Será atribuição da Comissão Especial Eleitoral nomeada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente a aplicação da prova a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º. É proibido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova, sendo vedada a utilização de qualquer meio de comunicação audiovisual durante a realização da prova.

§ 3º Todo material pessoal que acompanhe o candidato, será entregue ao fiscal de sala que o lacrará na sua presença colocando-o em lugar visível, sendo devolvido ao final da prova.

Art. 27. A prova de caráter eliminatório conterà questões de múltipla escolha sobre os conteúdos programático listados no edital de convocação.

Art. 28. Estará apto a concorrer às eleições do Conselho Tutelar o candidato que obtiver nota mínima igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da prova.

Art. 29. A divulgação do resultado da prova dos candidatos habilitados ao Pleito será publicada através de edital no Diário Oficial do Município na data que consta no calendário eleitoral.

Art. 30. Do resultado da prova, caberá recurso ao CMDCA, no prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da divulgação dos resultados.

Art. 31. O recurso deverá ser entregue na Secretaria de Ação Social, aos cuidados da Secretaria Executiva do CMDCA, situado à Alameda Felipe Arns, Centro - Forquilha, no horário das 8:00h às 12:00h.

Art. 32. Recebido o recurso, será a prova revista por Comissão Revisora, composta de três membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, designados por seu Presidente, sendo a decisão da Comissão revisora irrecurável.

Parágrafo único. O recurso que trata o caput deste artigo será analisado no prazo estabelecido no calendário eleitoral.

Art. 33. O recurso não tem efeito suspensivo e não prejudicará a regular programação das Eleições.

Art. 34. Divulgado o resultado final do recurso em órgão de publicação legal do município, o candidato aprovado obterá o direito a participar do Pleito.

SEÇÃO IV DO QUÓRUM DAS ELEIÇÕES

Art. 35. As eleições para os Conselhos Tutelares de Forquilha somente serão válidas se participarem da votação no mínimo 1% (um por cento) do total de eleitores do Município.

Art. 36. Para o estabelecimento do quórum, a Comissão Especial Eleitoral solicitará o número de eleitores do Município junto ao Cartório Eleitoral.

Art. 37. Obtido o quórum, os 05 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os seguintes, pela respectiva ordem de votação, como suplentes.

Parágrafo único. Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com mais idade.

Art. 38. Não obtido o quórum necessário, será realizada nova eleição, em prazo a ser estabelecido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO V DA IGUALDADE DE CONDIÇÕES AOS PARTICIPANTES DO PLEITO

Art. 39. Será assegurada a igualdade de condições aos candidatos que se registrarem para concorrer às eleições, garantindo-se e promovendo o direito de:

I - divulgação do Pleito nos meios de comunicação dos quais o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possa dispor;

II - promoção de debates, reuniões e outras atividades a fim de tornar conhecidos os candidatos e suas propostas, após prévia comunicação da Comissão Especial Eleitoral, aplicando-se a Legislação Eleitoral sobre o tema;

III - A propaganda em vias e logradouros públicos obedecerá os limites impostos pela legislação e ao Código de Posturas do Município e garantirá sua utilização por todos os candidatos em igualdade de condições.

Parágrafo único. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 40. Será assegurada a acessibilidade aos candidatos e eleitores com deficiência.

SEÇÃO VI DO PERÍODO DA VOTAÇÃO

Art. 41. A votação para a escolha dos membros do Conselho Tutelar de Forquilha dar-se-á em 1 (um) único dia, no horário das 9:00 às 17:00 horas, em locais definidos pela Comissão Especial Eleitoral, a serem divulgados através de edital.

Art. 42. O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:

I - uso de cédulas oficiais devidamente rubricadas por um membro da Comissão Especial Eleitoral, pelo Presidente e Mesário da respectiva Mesa Eleitoral;

II - isolamento do eleitor em cabine indevassável;

III - emprego de urna que assegure a inviolabilidade do voto.

Parágrafo único. Para votar, será obrigatória a prévia identificação, através de documento que se refere o art. 4º desta Resolução.

SEÇÃO VIII DA CÉDULA OFICIAL

Art. 43. As cédulas deverão ser confeccionadas de maneira tal que, dobradas, resguardem o sigilo do voto.

Parágrafo único. As cédulas deverão ser impressas em papel de uma única cor.

CAPÍTULO IV DA ELEIÇÃO E DA VOTAÇÃO

SEÇÃO I DAS MESAS ELEITORAIS E DOS ATOS PREPARATÓRIOS DA VOTAÇÃO

Art. 44. As Mesas Eleitorais serão instaladas em locais públicos de fácil acesso aos eleitores.

Parágrafo único. A divulgação dos locais de votação será feita através de edital.

Art. 45. A propaganda dos candidatos deverá encerrar-se 24 (vinte e quatro) horas antes da eleição, por qualquer meio de divulgação ou comunicação, não sendo permitidos faixas e cartazes próximos aos locais de votação, não sendo admitida "boca de urna" por ação de qualquer cidadão.

SEÇÃO II DA FISCALIZAÇÃO PERANTE AS MESAS

Art. 46. Os candidatos concorrentes poderão designar 03 (três) fiscais dentre os eleitores do Município, devendo requerer o credenciamento dos mesmos junto à Comissão Especial Eleitoral, no

local das inscrições

Art. 47. Será admitido em cada Mesa Eleitoral apenas 01 (um) fiscal por vez.

Art. 48. Se o fiscal verificar alguma irregularidade deverá comunicá-la ao Presidente da Mesa Eleitoral onde estiver atuando.

§ 1º O Presidente da Mesa Eleitoral verificará a natureza da irregularidade apontada pelo fiscal e tomará as providências para corrigi-la, se procedentes.

§ 2º Caso seja indeferida a irregularidade apontada pelo fiscal, o Presidente da Mesa deverá fazer com que conste em ata da Mesa Eleitoral.

§ 3º Caso o Presidente da Mesa Eleitoral não consiga resolver a ocorrência verificada, deverá entrar em contato imediatamente com um membro da Comissão Especial Eleitoral para auxiliá-lo. Devendo registrar em ata as orientações recebidas e providências adotadas.

Art. 49. Não será permitida a acumulação de cargo de fiscal com o de membro da Mesa Eleitoral, ou de qualquer outro cargo decorrente da Eleição.

Art. 50. Os fiscais que atuarem perante as Mesas Eleitorais, deverão assinar as atas no encerramento dos trabalhos caso estejam presentes.

Art. 51. Os candidatos serão considerados fiscais natos.

SEÇÃO III DO INÍCIO DA VOTAÇÃO

Art. 52. Antes do início da votação os membros da Mesa Eleitoral verificarão se o lugar designado para a eleição está em ordem, assim como o material remetido pela Comissão Especial Eleitoral, a urna e a cabine indevassável.

Parágrafo único. O Presidente exibirá a urna aos presentes e, depois de ter sido constatado que a mesma se encontra vazia, a fechará com papel gomado, rubricado pelos membros da Mesa e fiscais que se encontrarem presentes.

Art. 53. Na hora designada para o início da votação, cumpridas as exigências previstas nesta Resolução, o Presidente da Mesa declarará iniciados os trabalhos.

Parágrafo único. O recebimento dos votos terá início a partir da abertura até a hora prevista para o encerramento da votação.

SEÇÃO IV DO ATO DE VOTAR

Art. 54. Observar-se-á no ato de votar o seguinte:

I - Antes de ingressar no recinto da cabine, o eleitor deve apresentar à Mesa Eleitoral documento original com fotografia (Carteira de Identidade - RG, Carteira de Identidade Profissional ou de Classe, Carteira de Trabalho ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH) e Título de Eleitor;

II - Na ausência do Título de Eleitor será aceito o comprovante original da votação da última eleição municipal (outubro/2012) ou da justificativa de ausência da referida eleição;

III - Os mesários registrarão na folha de controle de votação, o nome do eleitor, o número do documento com fotografia, o número do Título de Eleitor e a Zona Eleitoral;

IV - Após o registro, o eleitor assinará a folha de controle de votação conferindo seus dados;

V - A Mesa Eleitoral entregará ao eleitor a Cédula Oficial devidamente rubricada pelo Presidente ou Secretário, na sua ausência;

VI - Se o Presidente da Mesa Eleitoral, ou o Secretário em sua ausência, ao rubricar a Cédula Oficial verificar qualquer vício, rasura ou danificação na mesma a inutilizará na presença de todos e

registrará em ata tal ocorrência.

VII - O eleitor poderá escolher até 05 (cinco) candidatos de sua preferência, assinalando em espaço próprio da cédula, de modo a expressar sua vontade;

VIII - Ao sair da cabine, o eleitor depositará na urna a Cédula Eleitoral, devidamente dobrada, na presença dos componentes da Mesa.

Parágrafo único. Se o eleitor, ao receber a cédula ou, ao recolher-se à cabine de votação, por imprudência, imprevidência ou desconhecimento danificar, "errar" o voto ou de qualquer forma rasurar a Cédula Oficial NÃO poderá pedir outra ao Presidente da Mesa. DEVENDO DEPOSITAR SEU VOTO NA URNA, ainda que este seja computado como inválido.

SEÇÃO V DO ENCERRAMENTO

Art. 55. O Presidente da Mesa Eleitoral, verificando chegar a hora do encerramento da votação e existindo eleitores, distribuirá senha para votação dos presentes no recinto.

Art. 56. Encerrada a votação será elaborada a Ata pelo Secretário sendo a mesma assinada pelos demais membros da Mesa e pelos fiscais presentes.

Parágrafo único. O encerramento da votação implica na lacração da urna eleitoral pelo Presidente da Mesa, assinado por todos os componentes da Mesa e pelos fiscais presentes ao ato.

SEÇÃO VI DA APURAÇÃO

Art. 57. A apuração dos votos deverá ser centralizada em um único local, previamente divulgado pela Comissão Especial Eleitoral.

Art. 58. Os membros da Mesa Apuradora serão os mesmos da Mesa Eleitoral.

Art. 59. O Presidente da Comissão Especial Eleitoral determinará a abertura da apuração.

Art. 60. O Presidente da Mesa Apuradora verificará a inviolabilidade de sua urna e após, determinará a sua abertura, contará as cédulas, verificando se as mesmas coincidem com o número de votantes.

Parágrafo único. Na fase de apuração da urna eleitoral será permitido ingresso ao recinto apenas dos candidatos, os membros da Comissão Especial Eleitoral, equipe de apoio que a Comissão Especial Eleitoral previamente determinar, a Presidente do CMDCA e representante do Ministério Público.

Art. 61. Não coincidindo o número de cédulas com o número de votantes, em uma determinada urna, será assegurada a recontagem dos votos, devendo ser registrada em ata as alterações.

Art. 62. Resolvidas as questões pela Mesa Apuradora, passar-se-á à apuração dos votos.

Art. 63. As cédulas, na medida em que forem sendo abertas, serão examinadas e lidas em voz alta por um dos componentes da Mesa. Parágrafo único. As dúvidas relativas às cédulas somente poderão ser contestadas pelos fiscais natos.

Art. 64. Os votos serão computados como válidos, brancos ou nulos.

§ 1º Considerar-se-á voto válido aquele que estiver assinalado pelo eleitor em espaço próprio da cédula, de modo a expressar sua vontade;

§ 2º Considerar-se-á voto em branco aquele que não contiver manifestação do eleitor;

§ 3º Serão nulas as cédulas que:

- a) não corresponderem ao modelo oficial;
- b) não estiverem devidamente rubricadas pelo Presidente do CMDCA, Presidente da Mesa Eleitoral ou Secretário na sua ausência e Mesário;
- c) contiverem expressões, frases ou sinais estranhos ao Processo Eleitoral ou não estiverem na forma que estabelece o § 1º deste artigo, e
- d) contiverem votos em mais de 05 (cinco) candidatos.

Art. 65. Somente aos Membros das Mesas de Apuração será permitido o manuseio dos votos.

Art. 66. Terminada a apuração, o Secretário da Mesa lavrará a Ata dos Trabalhos, dela fazendo constar, além de outros dados que se tornarem necessários, o seguinte:

- a) indicação do dia, horário e local de abertura e de encerramento dos trabalhos de apuração;
- b) nomes dos componentes da Mesa Apuradora e suas funções e nomes dos fiscais natos presentes ao ato;
- c) número de assinaturas constantes das folhas de votação e o número de votos encontrados na urna,
- d) número de votos computados a cada candidato.

Art. 67. Encerrados os trabalhos de apuração dos votos e lavrada a respectiva Ata, caberá ao Presidente da Mesa de Apuração dos votos transmitir os resultados, por escrito, à Comissão Especial Eleitoral.

Art. 68. Em sendo utilizada urna eletrônica, os procedimentos dos dispositivos legais previstos nos artigos antecedentes, ficam substituídos pelos procedimentos protocolares que tratam das normas que regem a utilização da urna eletrônica.

Art. 69. Encerrado o trabalho de todas as Mesas de Apuração, o Presidente da Comissão Especial Eleitoral pronunciará o resultado da apuração, declarará o encerramento dos trabalhos e providenciará a imediata lavratura da respectiva ata de encerramento que será assinada por ele, demais membros da Comissão, candidatos presentes, que assim desejarem, Presidente do CMDCA e representante do Ministério Público.

SEÇÃO VII DAS IMPUGNAÇÕES

Art. 70. Além da impugnação de candidatura, prevista nesta Resolução, qualquer cidadão morador do município, no gozo de seus direitos políticos, poderá apresentar impugnação quanto ao processo de apuração e do resultado da eleição do Conselho Tutelar. Parágrafo único. A impugnação será formulada a partir de representação ou denúncia, devidamente fundamentada, sob pena de indeferimento sumário e deverá ser apresentada por escrito à Comissão Especial Eleitoral, sendo vedado o anonimato (art. 5º, inciso IV da Constituição Federal), no prazo estabelecido no calendário eleitoral.

Art. 71. A Comissão Especial Eleitoral autuará o processo de impugnação por ordem numérica de entrada, e após a apreciação da representação ou denúncia, instruirá o processo com todos os documentos relacionados ao caso.

Art. 72. Após instruir o processo de impugnação, a Comissão Especial Eleitoral consultará a ata da respectiva Mesa Eleitoral. Parágrafo único. Se os fatos apresentados forem estranhos à Comissão Especial Eleitoral, determinar-se-á, conforme o caso, diligências necessárias à elucidação dos fatos, garantindo-se o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Art. 73. As oitivas das partes e testemunhas serão tomadas em

audiência designada pela Comissão Especial Eleitoral, lavrando-se os termos de depoimentos e os trabalhos realizados no dia, em ata própria, que será assinada por todos os presentes.

Parágrafo único. A audiência será dirigida pelo Presidente da Comissão Especial Eleitoral.

Art. 74. Após o cumprimento do estabelecido nesta Resolução, a Comissão Especial Eleitoral elaborará um relatório dos fatos e da instrução, manifestando-se, ao final, através de parecer, sobre a procedência ou improcedência da representação ou denúncia que será encaminhado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para deliberação.

Art. 75. Proferida a deliberação pelo CMDCA, a Comissão Especial Eleitoral dará ciência às partes recorrentes, por escrito, mediante ofício.

SEÇÃO VIII DAS NULIDADES

Art. 76. Será considerada nula a urna da Mesa Eleitoral quando for apurado vício previsto nesta Resolução que comprometa sua legitimidade.

Parágrafo único. Não poderá a nulidade ser invocada por quem lhe deu causa.

SEÇÃO IX DA HOMOLOGAÇÃO

Art. 77. Concluído os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral lavrar-se-á a Ata respectiva que será encaminhada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o resultado final do Pleito.

Art. 78. Com o resultado final do Pleito o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente providenciará a classificação dos candidatos, homologando a eleição, através de edital, cuja publicação se dará em jornal de circulação do Município.

Parágrafo único. Nos casos de empate serão adotados os critérios estabelecidos no parágrafo único do art. 37 desta Resolução.

Art. 79. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro (a) e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do Conselheiro na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público em exercício na Comarca (art. 140, ECA).

SEÇÃO X DA POSSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Art. 80. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá empossar os candidatos eleitos até as 24 horas do dia 01 de abril de 2013.

Art. 81. O candidato que não comparecer à posse, e não justificar sua ausência impreterivelmente até 24 (vinte e quatro) horas após, será automaticamente substituído pelo primeiro suplente, que passará a ocupar o cargo como titular.

Art. 82. Ocorrendo desistência do suplente ou se este não tomar posse no dia em que for convocado, será chamado para ocupar a vaga o candidato subsequente, de acordo com a ordem de classificação.

Parágrafo único. Observar-se-á o previsto no caput deste artigo, para as hipóteses de vacância definitiva de cargos durante o exercício do respectivo mandato.

Art. 83. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizará curso de capacitação, cuja presença será obrigatória para os Conselheiros Tutelares eleitos (titulares e suplentes), no período compreendido entre a publicação da homologação da Eleição e a posse.

Art. 84. O não comparecimento dos Conselheiros no curso mencionado no artigo anterior implicará na perda do direito de posse a função.

§ 1º Em nenhuma hipótese se autorizará a suspensão da posse e a capacitação noutra data.

§ 2º No caso previsto no caput deste artigo, o suplente será chamado para compor o Conselho Tutelar provisoriamente, na forma desta Resolução.

Art. 85. Os eleitos serão diplomados e empossados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), com registro em ata e nomeados pelo Prefeito Municipal, com publicação no órgão oficial de publicação legal do Município.

§1º O candidato deverá apresentar, no momento da posse:

I - Prova de aptidão física e mental para o exercício da função, constante de atestado médico emitido pela Junta Médica Oficial do Município;

II - Diploma ou certificado de conclusão de Ensino Médio ou Superior;

III - Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

IV - Declaração de bens, na forma do art. 13 da Lei 8.429/92;

V - Outros documentos necessários à investidura na função, não exigidos por ocasião do ato de inscrição no processo de escolha.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 86. O descumprimento dos dispositivos legais previstos nesta Resolução implicará na exclusão do candidato ao Pleito.

Art. 87. Os casos omissos nesta Resolução serão dirimidos pela Comissão Especial Eleitoral e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Forquilha.

Forquilha/SC, 30 de outubro de 2012.

MARIA ZOLEIDE BACK
Presidente do CMDCA

 
CALENDÁRIO ELEITORAL PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES 2013/2015

12/11/2012	Publicação edital
12/11/2012 a 27/11/2012	Prazo de inscrições dos candidatos
28/11/2012 a 29/11/2012	Período de análise das inscrições dos candidatos
30/11/2012	Publicação da relação dos candidatos habilitados para a prova
03/12/2012 a 06/12/2012	Prazo de interposição de recursos por parte dos candidatos não habilitados para a prova
07/12/2012 a 10/12/2012	Período de análise dos recursos
11/12/2012	Publicação da relação final dos candidatos habilitados para a prova e locais das provas
12/12/2012	Realização da prova
13/12/2012	Período para correção das provas
14/12/2012	Publicação do resultado da prova
17/12/2012 a 21/12/2012	Prazo de interposição de recurso do resultado da prova
26/12/2012 a 27/12/2012	Período de análise dos recursos

28/12/2012	Publicação do resultado dos recursos e relação final dos candidatos habilitados ao pleito
18/02/2013 a 21/02/2013	Retirada dos formulários para credenciamento dos fiscais (das 8 às 12h)
25/02/2013 a 28/02/2013	Devolução dos formulários preenchidos e entrega dos crachás dos fiscais (das 8 às 12h)
01/03/2013	ELEIÇÃO
DAS 9 AS 17 HS NO SALÃO PAROQUIAL DE FORQUILHINHA	
04/03/2013 a 08/03/2013	Período de entrega de recursos para impugnação da eleição
11/03/2013 a 12/03/2013	Análise dos recursos
13/03/2013	Publicação do resultado dos recursos
14/03/2013	Publicação da homologação da Eleição, contendo a relação dos Conselheiros Tutelares eleitos.
18/03/2013	Reunião com os Conselheiros Tutelares e apresentação do calendário de Formação.
19/03/2013 a 28/03/2013	Período para Formação e Estágio
01/04/2013	Posse dos Conselheiros Tutelares
09/01/2016	Encerramento do Mandato dos Conselheiros Tutelares

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0306/2012

DECRETO Nº 0306, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2122, de 07 de Dezembro de 2011;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) nas seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.01 - Secretaria de Infraestrutura

15.452.0023.2.050 - Manutenção da Iluminação Pública

3.3.71.00 - Transferências à Consórcios Públicos 0.1.0217 (150) R\$ 50.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.01 - Secretaria de Infraestrutura

15.452.0023.2.050 - Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0217 (152) R\$ 50.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

FRAIBURGO, 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto N° 0307/2012

DECRETO N° 0307, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.

CONCEDE REAJUSTE ANUAL AOS OCUPANTES DA FUNÇÃO PÚBLICA DE CONSELHEIRO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido no artigo 8º, da Lei Complementar n. 072, de 31 de julho de 2003;

DECRETA:

Art.1º. Fica concedido o reajuste anual aos ocupantes da função pública de Conselheiro Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescente, no importe de 4,11%(quatro inteiros e onze décimos por cento), passando a remuneração a título de subsídio o valor correspondente a R\$ 1.420,22(um mil quatrocentos e vinte reais e vinte e dois centavos) mensais.

Art. 2º. O reajuste salarial será pago em parcela única, a partir da competência de novembro de 2012, e corresponde a variação do INPC acumulado no ano de 2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 12 DE NOVEMBRO 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2200/2012

PORTARIA N.º 2.200 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009 de 09 de março de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR, para atender excepcional interesse público;

Considerando que, estará substituindo a auxiliar de alimentação e nutrição MICHELI HILDEBRANDO DOS SANTOS POLESE, que se encontra afastada em auxílio doença;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, CLEONICE DE CORDUVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 051.944.699-26, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 13 de novembro de 2012 até 01 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2201/2012

PORTARIA N.º 2.201 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009 de 09 de março de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR, para atender excepcional interesse público;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, LUZIA RIBEIRO HÜBAR FERREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 031.695.569-83, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de novembro de 2012 até 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA N.º 2.201 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009 de 09 de março de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR, para atender excepcional interesse público;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, LUZIA RIBEIRO HÜBAR FERREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 031.695.569-83, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de novembro de 2012 até 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2202/2012

PORTARIA N.º 2.202 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009 de 09 de março de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR, para atender excepcional interesse público;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, DIANE DINO DOS SANTOS DO PRADO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 029.133.939-50, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 13 de novembro de 2012 até 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2203/2012

PORTARIA Nº 2.203, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor JONAS MAFRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 068.512.879-27, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 09 de novembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2204/2012

PORTARIA N.º 2.204, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SHEILA PEDROSO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 086.061.629-06, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 13 de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2205/2012

PORTARIA N.º 2.205, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de ANTONIO PAULO DIAS DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º. 458.532.829-72, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2206/2012

PORTARIA N.º 2.206, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANTONIO PAULO DIAS DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º. 458.532.829-72, no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 13 de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

Decreto N.º 157/2012.

DECRETO N.º 157, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 33.800,00 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.587 de 01/12/2011 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 33.800,00 (trinta e três mil e oitocentos reais) no Orçamento vigente:

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 3.800,00
20606482.012 - Func. e Manut. da Secretaria de Agric e Pesca 3.800,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 3.800,00

14.01 - ENCARGOS GERAIS 30.000,00
2884300.061 - Amortização e Encargos da Dívida Interna 30.000,00
4.6.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 30.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 33.800,00 (trinta e três mil e oitocentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 3.800,00
20606482.012 - Func. e Manut. da Secretaria de Agric e Pesca 3.800,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 3.800,00

14.01 - ENCARGOS GERAIS 30.000,00
2884300.061 - Amortização e Encargos da Dívida Interna 30.000,00
3.2.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Garopaba, 12 de novembro de 2012.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 13/11/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Aviso de Licitação Pr89/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 89/2012

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o Registro de preço para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no suprimento de materiais odontológicos para abastecer os consultórios da Rede Municipal de Saúde. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 30/11/2012.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 30/11/2012, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 08 de novembro de 2012.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Garuva

PREFEITURA

Decreto Nº 147/2012

DECRETO Nº. 147, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012
"DECRETA PONTO FACULTATIVO O DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Considerando que o dia 15 de novembro é um feriado nacional que mobiliza parcela considerável da população.

DECRETA:

ART. 1o. - Ponto Facultativo no dia 16 de Novembro de 2012, resguardados os serviços essenciais, de acordo com as escalas definidas pelas respectivas secretarias.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 147/2012

DECRETO Nº. 147, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012
"DECRETA PONTO FACULTATIVO O DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Considerando que o dia 15 de novembro é um feriado nacional que mobiliza parcela considerável da população.

DECRETA:

ART. 1o. - Ponto Facultativo no dia 16 de Novembro de 2012, resguardados os serviços essenciais, de acordo com as escalas definidas pelas respectivas secretarias.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 148/2012

DECRETO Nº 148, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012

"DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

ART. 1º - Ficam autorizados o Prefeito Municipal senhor João Romão, a Vice-Prefeita senhora Julianne Galetto Junqueira Pensky, e o Diretor de Finanças, Márcio Ricardo Herpich, a efetuar as operações bancárias, nas contas de titularidade da Prefeitura Municipal de Garuva, conforme abaixo:

- 1 - Emitir Cheques
- 2 - Abrir Contas de Depósito
- 3 - Autorizar Cobrança
- 4 - Solicitar Saldos e Extratos
- 5 - Requisitar Talonários de Cheques
- 6 - Autorizar Débito em Conta Relativo a Operações
- 7 - Sustar/Contra-Ordenar Cheques
- 8 - Cancelar Cheques
- 9 - Baixar Cheques
- 10 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
- 11 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas
- 12 - Efetuar Pagamentos por Meio Eletrônico
- 13 - Efetuar Transferências por Meio Eletrônico
- 14 - Efetuar Movimentação Financeira pelo Gerenciador Financeiro
- 15 - Consultar Contas/Aplicações de Programas e Repasses de Recursos Federais
- 16 - Liberar Arquivos de Pagamentos
- 17 - Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos
- 18 - Solicitar Saldos/Extratos de Operações de Crédito
- 19 - Emitir Comprovantes
- 20 - Efetuar Transferência para mesma Titularidade
- 21 - Encerrar Contas de Depósito

ART. 2º - As operações serão realizadas sempre em conjunto, com duas assinaturas, sendo uma obrigatoriamente do Diretor de Finanças.

ART. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial o Decreto Nº 49, de 21 de maio de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 149/2012

DECRETO Nº 149, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012

"DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

ART. 1º - Ficam autorizados o Prefeito Municipal senhor João Romão, a Vice-Prefeita senhora Julianne Galetto Junqueira Pensky, a gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, senhora Simone Neves, e o Diretor de Finanças, Márcio Ricardo Herpich, a efetuar as operações bancárias, nas contas de titularidade do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme abaixo:

- 1 - Emitir Cheques
- 2 - Abrir Contas de Depósito
- 3 - Autorizar Cobrança
- 4 - Solicitar Saldos e Extratos
- 5 - Requisitar Talonários de Cheques
- 6 - Autorizar Débito em Conta Relativo a Operações
- 7 - Sustar/Contra-Ordenar Cheques
- 8 - Cancelar Cheques
- 9 - Baixar Cheques
- 10 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
- 11 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas
- 12 - Efetuar Pagamentos por Meio Eletrônico
- 13 - Efetuar Transferências por Meio Eletrônico
- 14 - Efetuar Movimentação Financeira pelo Gerenciador Financeiro
- 15 - Consultar Contas/Aplicações de Programas e Repasses de Recursos Federais
- 16 - Liberar Arquivos de Pagamentos
- 17 - Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos
- 18 - Solicitar Saldos/Extratos de Operações de Crédito
- 19 - Emitir Comprovantes
- 20 - Efetuar Transferência para mesma Titularidade
- 21 - Encerrar Contas de Depósito

ART. 2º - As operações serão realizadas sempre em conjunto, com duas assinaturas, sendo uma obrigatoriamente da gestora do Fundo.

ART. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial o Decreto Nº 50, de 21 de maio de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 149/2012

DECRETO Nº 149, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012

"DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

ART. 1º - Ficam autorizados o Prefeito Municipal senhor João Romão, a Vice-Prefeita senhora Julianne Galetto Junqueira Pensky, a gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, senhora Simone Neves, e o Diretor de Finanças, Márcio Ricardo Herpich, a efetuar as operações bancárias, nas contas de titularidade do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme abaixo:

- 1 - Emitir Cheques
- 2 - Abrir Contas de Depósito
- 3 - Autorizar Cobrança
- 4 - Solicitar Saldos e Extratos
- 5 - Requisitar Talonários de Cheques
- 6 - Autorizar Débito em Conta Relativo a Operações
- 7 - Sustar/Contra-Ordenar Cheques
- 8 - Cancelar Cheques
- 9 - Baixar Cheques
- 10 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
- 11 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas

- 12 - Efetuar Pagamentos por Meio Eletrônico
- 13 - Efetuar Transferências por Meio Eletrônico
- 14 - Efetuar Movimentação Financeira pelo Gerenciador Financeiro
- 15 - Consultar Contas/Aplicações de Programas e Repasses de Recursos Federais
- 16 - Liberar Arquivos de Pagamentos
- 17 - Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos
- 18 - Solicitar Saldos/Extratos de Operações de Crédito
- 19 - Emitir Comprovantes
- 20 - Efetuar Transferência para mesma Titularidade
- 21 - Encerrar Contas de Depósito

ART. 2º - As operações serão realizadas sempre em conjunto, com duas assinaturas, sendo uma obrigatoriamente da gestora do Fundo.

ART. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial o Decreto Nº 50, de 21 de maio de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 150/2012

DECRETO Nº 150, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012

"DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

ART. 1º - Ficam autorizados o Prefeito Municipal senhor João Romão, a Vice-Prefeita senhora Julianne Galetto Junqueira Pensky, e o Diretor de Finanças, Márcio Ricardo Herpich, a efetuar as operações bancárias, nas contas de titularidade do Fundo Municipal de Habitação, conforme abaixo:

- 1 - Emitir Cheques
- 2 - Abrir Contas de Depósito
- 3 - Autorizar Cobrança
- 4 - Solicitar Saldos e Extratos
- 5 - Requisitar Talonários de Cheques
- 6 - Autorizar Débito em Conta Relativo a Operações
- 7 - Sustar/Contra-Ordenar Cheques
- 8 - Cancelar Cheques
- 9 - Baixar Cheques
- 10 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
- 11 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas
- 12 - Efetuar Pagamentos por Meio Eletrônico
- 13 - Efetuar Transferências por Meio Eletrônico
- 14 - Efetuar Movimentação Financeira pelo Gerenciador Financeiro
- 15 - Consultar Contas/Aplicações de Programas e Repasses de Recursos Federais
- 16 - Liberar Arquivos de Pagamentos
- 17 - Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos
- 18 - Solicitar Saldos/Extratos de Operações de Crédito
- 19 - Emitir Comprovantes
- 20 - Efetuar Transferência para mesma Titularidade
- 21 - Encerrar Contas de Depósito

ART. 2º - As operações serão realizadas sempre em conjunto, com duas assinaturas, sendo uma obrigatoriamente do Diretor de Finanças..

ART. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial o Decreto 51, de 21 de maio de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 418/2012

PORTARIA Nº 418, de 31 de agosto de 2012.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, BRUNA SALES, do cargo de Professora Nível I, admitida através da portaria nº. 204/2012, de 04 de abril de 2012.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APÁRECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 419/2012

PORTARIA Nº 419, de 31 de agosto de 2012.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, DENISE APARECIDA CECCATTO, do cargo de Professora Nível I, admitida através da portaria nº. 159/2012, de 05 de março de 2012.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APÁRECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 425/2012

PORTARIA Nº. 425, de 10 de setembro de 2012.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, o memorando nº 428/2012 de 06/09/2012, da Secretaria de Educação;

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. - Alterar a carga horária semanal de 20 horas para 60 horas da servidora VANUSA NAGEL, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 426/2012

PORTARIA Nº. 426, de 10 de setembro de 2012.
"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, o memorando nº 429/2012 de 06/09/2012, da
Secretaria de Educação;

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usan-
do de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares,
01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. - Alterar a carga horária semanal de 40 horas para 60
horas do servidor LUCIANO FELIPPI, sob a coordenação da Secre-
taria Municipal de Educação.

ART. 2o - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 430/2012

PORTARIA Nº 430, de 14 de setembro de 2012.
"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PRO-
VIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARI-
NA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS
COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E
ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo
determinado, MIRIAN ADRIANO PRESTES, do cargo de Auxiliar de
Serviços Gerais, admitida através da portaria nº. 201/2012, de 02
de abril de 2012.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 433/2012

PORTARIA Nº 433, de 26 de setembro de 2012.
"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA PORTARIA Nº 236/2012, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARI-
NA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS
COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E
ALTERAÇÕES;
CONSIDERANDO erro material na Portaria nº 236/2012, que dá

posse ao Sr. Adriano Dierschnabel;
CONSIDERANDO o Memorando nº 027/2012;

RESOLVE:

ART. 1º. Retificar a redação do Art. 1º da Portaria nº 236/2012, de
16/04/2012, a qual passa a vigor nos seguintes termos:

"Art. 1º - Dar posse, no cargo de Professor Nível II - Ética e Cida-
dania, ao Senhor Adriano Dierschnabel, CPF nº 035.530.049-40,
RG nº 3.008.246, com lotação destinada à Escola Municipal Vicen-
te Vieira, por 20 (vinte) horas semanais."

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 434/2012

PORTARIA Nº 434, de 26 de setembro de 2012.
"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA PORTARIA Nº 237/2012, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARI-
NA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS
COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E
ALTERAÇÕES;

CONSIDERANDO erro material na Portaria nº 237/2012, que dá
posse a Srta. Cibele Rodriguez;
CONSIDERANDO o Memorando nº 027/2012;

RESOLVE:

ART. 1º. Retificar a redação do Art. 1º da Portaria nº 237/2012, de
16/04/2012, a qual passa a vigor nos seguintes termos:

"Art. 1º - Dar posse, no cargo de Professora Nível II - Educação
Física, a Senhorita Cibele Rodriguez, CPF nº 789.193.559-91, RG
nº 4.489.026-7, com lotação destinada à Escola Municipal Vicente
Vieira, por 20 (vinte) horas semanais e ao Pré Escolar Dente de
Leite, por 20 (vinte) horas semanais."

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 435/2012

PORTARIA Nº 435, de 26 de setembro de 2012.
"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA PORTARIA Nº 238/2012, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARI-
NA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS
COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E
ALTERAÇÕES;

CONSIDERANDO erro material na Portaria nº 238/2012, que dá
posse ao Sr. Jonas Mota da Silva;
CONSIDERANDO o Memorando nº 027/2012;

RESOLVE:

ART. 1º. Retificar a redação do Art. 1º da Portaria nº 238/2012, de
16/04/2012, a qual passa a vigor nos seguintes termos:

"Art. 1º - Dar posse, no cargo de Professor Nível II - Matemática,
ao Senhor Jonas Mota da Silva, CPF nº 039.850.659-00, RG nº
4.172.964, com lotação destinada à Escola Municipal Vicente Viei-
ra, por 10 (dez) horas semanais."

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 436/2012

PORTARIA Nº 436, de 26 de setembro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA PORTARIA Nº 239/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

CONSIDERANDO erro material na Portaria nº 239/2012, que dá posse a Sra. Márcia Valéria Pedroso Flores;

CONSIDERANDO o Memorando nº 027/2012;

RESOLVE:

ART. 1º. Retificar a redação do Art. 1º da Portaria nº 239/2012, de 16/04/2012, a qual passa a vigor nos seguintes termos:

"Art. 1º - Dar posse, no cargo de Professora Nível II - Anos Iniciais, a Senhora Márcia Valéria Pedroso Flores, CPF nº 920.749.369-15, RG nº 3.280.312-5, com lotação destinada à Escola Municipal Maria Martins Budal, por 40 (quarenta) horas semanais."

ART. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 437/2012

PORTARIA Nº 437, de 26 de setembro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA PORTARIA Nº 240/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

CONSIDERANDO erro material na Portaria nº 240/2012, que dá posse a Sra. Solange Aparecida Mota de Souza;

CONSIDERANDO o Memorando nº 027/2012;

RESOLVE:

ART. 1º. Retificar a redação do Art. 1º da Portaria nº 240/2012, de 16/04/2012, a qual passa a vigor nos seguintes termos:

"Art. 1º - Dar posse, no cargo de Professora Nível II - Língua Inglesa, a Senhora Solange Aparecida Mota de Souza, CPF nº 039.036.879-28, RG nº 4.090.447, com lotação destinada à Escola Municipal Vicente Vieira, por 10 (dez) horas semanais."

ART. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 449/2012

PORTARIA Nº. 449, de 23 de outubro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, requerimento nº. 199/2012.

RESOLVE:

Art. 1º. - Exonerar a pedido, o servidor LUIZ PAULO DE ALMEIDA,

portador do RG 1.865.787 e CPF 419.756.859-20, do cargo de Cuidador, nomeado através da Portaria nº. 404/2012 de 10 de agosto de 2012, e declarar a vacância do cargo.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

SIMONE NEVES

Secretária Municipal de Desenv. Social e Habitação

Portaria Nº 459/2012

PORTARIA Nº. 459, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE USO DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES EVANDRO NAGEL, PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO DE FINAL DE ANO, PROMOVIDO PELA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE/GARUVA."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o §3º do artigo 115 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a autorização de uso de bem público para atividades ou usos específicos e transitórios;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado pelo representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;

CONSIDERANDO o posicionamento favorável da Responsável pela Pasta da Cultura, Esporte e Turismo, quanto à procedência do pedido;

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR O USO das dependências do Ginásio Municipal de Esportes Evandro Nagel para a realização do Evento "1º REVEILLON DE GARUVA, promovido pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Garuva, a ser realizado entre as 22 horas do dia 31 de Dezembro de 2012 e 04 horas do dia 1º de Janeiro de 2013.

Art. 2º - A autorização de uso em questão limita-se ao uso do espaço público, e não exime os responsáveis pelo evento da obtenção de eventuais Alvarás de Autorização junto às autoridades competentes necessários à realização do mesmo, não gerando por consequência qualquer responsabilidade ao Município.

Art. 3º - A referida autorização ora concedida fica condicionada à assinatura pelo representante legal da Empresa, de declaração de responsabilidade pelos prejuízos que possam ocorrer ao Município em função do uso do bem.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA USO DE BEM PÚBLICO:

Nos termos do disposto no artigo 3º da Portaria nº 459, de 09 de novembro de 2012, e no § 3º, do artigo 115 da Lei Orgânica do Município, eu, VALDOMIRO OLIVEIRA DA SILVA, Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Garuva, declaro que vistoriei e recebi as dependências do Ginásio de Esportes Evandro Nagel, para realização do Evento "1º REVEILLON DE GARUVA", a ser promovido pela Associação supracitada, a ser realizado no dia 31 de Dezembro de 2012, no horário das 22 horas, em perfeitas condições de uso, e comprometo-me em zelar por sua conservação, responsabilizando-me por prejuízos que possam

ocorrer ao Município em função do uso do bem, devendo devolver nas condições em que se encontra no ato do recebimento, inclusive no que tange a pintura do piso da quadra.

Garuva, 09 de novembro de 2012
VALDOMIRO OLVEIRA DA SILVA
Presidente da APAE

Gaspar

PREFEITURA

Lei Nº 3.480, de 09 de Novembro de 2012.

LEI Nº 3.480, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

DENOMINA VIAS SITUADAS NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de Rua Guabiruba a via que inicia na Rua Carajás, sendo a última rua do Loteamento Denise, distante 105,00m (cento e cinco metros) da Rua Botuverá, Bairro Santa Teresinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

- I - extensão de 507,00m (quinhentos e sete metros);
- II - largura de 12,00m (doze metros);
- III - caixa de rolamento de 8,00m (oito metros); e
- IV - passeio de 2,00m (dois metros) de cada lado da via.

Art. 2º Fica denominada de Avenida Roma a via que inicia na Rua Guabiruba, do Loteamento Denise, lado direito, distante 325,00m (trezentos e vinte e cinco metros) da Rua Carajás, Bairro Santa Teresinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

- I - extensão de 256,00m (duzentos e cinquenta e seis metros);
- II - largura de 15,00m (quinze metros);
- III - caixa de rolamento de 9,00m (nove metros);
- IV - ciclovía de 2,00m (dois metros); e
- V - passeio de 2,00m (dois metros) de cada lado da via.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC,
em 09 de novembro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.481, de 09 de Novembro de 2012.

LEI Nº 3.481, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 1.119/1988, QUE AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL, UMA CRECHE, CENTRO COMUNITÁRIO E ÁREA ESPORTIVA E LAZER, PARA A COMUNIDADE DE SÃO JOÃO BATISTA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o

sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º, da Lei nº 1.119, de 29 de junho de 1988, passando a ter a seguinte redação:

“Fica o Executivo Municipal autorizado a adquirir um imóvel medindo 12.000,00m² (doze mil metros quadrados), situado a Rua Leopoldo Alberto Schramm, que consta pertencer a Waldir Sylvino Zimmermann, com as seguintes medidas e confrontações: frente em 89,00 metros com a Rua Leopoldo Alberto Schramm; fundos com 89,00 metros com o Ribeirão Gaspar - Grande; lado esquerdo em 104,66 metros com terras de Silvano Xavier Caetano, Domingos Darós e Guilherme Wilbert e lado direito em 65,00 metros com terras de Vidal Benevenuti e Valdir Benevenuti, sem benfeitorias, conforme consta da escritura pública de compra e venda registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, sob nº 449, livro 3-H, pelo preço de Cz\$ 1.881.433 (hum milhão oitocentos e oitenta e um mil quatrocentos e trinta e três cruzados), a ser pago nas seguintes condições: 1º pagamento Cz\$ 754.933,00, sem acréscimo; 2º pagamento de Cz\$ 626.500,00 e o saldo financiado em três pagamentos de 105,06 OTN, do mês de maio de 1988, e dois pagamentos representando cada, com valores dos meses de junho e julho respectivamente, destinados a construção de uma escola municipal, uma creche, centro comunitário e área esportiva e lazer, para a Comunidade de São João Batista.”

Art. 2º As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC,
em 09 de novembro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.239, de 09 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 5.239, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

SUPLEMENTA SALDOS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NO GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.381, de 02 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente no GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO:

Órgão: 2 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO
Unidade: 2 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO
Funcional Programática: 00004.00122.00004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas
Atividade: 2.200018 Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas
Dotação: 370 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Fica suplementado, por superávit financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

Órgão: 3 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Funcional Programática: 00004.00123.00006 Gestão da Secretaria

de Administração e Finanças
Projeto: 1.100015 Construção e Reforma da Sede
Dotação: 562 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 7.850,22

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de novembro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2.912, de 09 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 2.912, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012.
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 02/2010, INSTAURADO PARA APU-
RAR A RESPONSABILIDADE DE LARISSA GESUÍNA DOS SANTOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 13 de novembro de 2012, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2010, instaurado para apurar a responsabilidade de Larissa Gesuína dos Santos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de novembro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

SAMAE

Extrato do Contrato Nº 32/2012 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO CONTRATOS / 2012

Número do contrato: 32/2012
Data vigência: 09/11/2012
Data vencimento: 31/12/2012
Número da Licitação: 44/2012 - Modalidade: Convite
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA. EPP - CNPJ/CPF do contratado: 08.628.996/0001-96

Objeto: Fornecimento e montagem de estrutura pré-fabricada em concreto para alocação de reservatório de água na Rua Piraciba..
Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Gaspar (SC), em 9 de novembro de 2012.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Extrato do Termo Aditivo Nº 003/2012 ao Contrato 083/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 003/2012 AO CONTRATO Nº. 083/2011. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para pavimentação a lajota sextavada de concreto com fornecimento de material, da Rua do Agenor em Palmas, conforme edital, projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária. CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO: Fica prorrogado o prazo do contrato original previsto na cláusula oitava - prazo, para 180 (cento e oitenta) dias contados a partir de 09 de novembro de 2012, em consonância com disposto no art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 09 de novembro de 2012.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES
Prefeito Municipal.

Extrato do Termo Aditivo Nº 003/2012 ao Contrato 084/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 003/2012 AO CONTRATO Nº. 084/2011. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para pavimentação a lajota sextavada de concreto com fornecimento de material, da Rua Julião José Teixeira em Fazenda da Armação, conforme edital, projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária. CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO: Fica prorrogado o prazo do contrato original previsto na cláusula oitava - prazo, para 180 (cento e oitenta) dias contados a partir de 09 de novembro de 2012, em consonância com disposto no art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 09 de novembro de 2012.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES
Prefeito Municipal.

Extrato do Termo Aditivo Nº 004/2012 ao Contrato Nº 082/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 004/2012 AO CONTRATO Nº. 082/2011. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para pavimentação a lajota sextavada de concreto com fornecimento de material, das Ruas: São Pedro, José Francisco dos Santos, Deodora Simas Custódio e Praça Miguel Pedro dos Santos em Canto dos Ganchos, conforme edital, projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária. CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO: Fica prorrogado o prazo do contrato original previsto na cláusula oitava - prazo, para 180 (cento e oitenta) dias contados a partir de 09 de novembro de 2012, em consonância com disposto no art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 09 de novembro de 2012.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES
Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Lei Nº 2.962/2012.

Lei nº 2962/2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

NO VALOR DE R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)

Nelson Guindani, PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.012:

0600 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
0604 DEPARTAMENTO DE ESPORTES
0604.278120017-2021 Manutenção e Obras em Ginásios de Esportes
31900000 0100 048 Pessoal e Encargos Sociais R\$ 80.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as seguintes contas do orçamento vigente, para abertura do crédito suplementar do artigo 1º desta lei

0600 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
0604 DEPARTAMENTO DE ESPORTES
0604.278120018-1003 Complementação Construção Ref.Quadras e Ginásios Esp.Arquibancadas
44900000 0100 055 Investimentos R\$ 80.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste.SC, 08 de novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Lei Nº 2.963/2012.

L E I Nº 2963 /2012

"DÁ DENOMINAÇÃO EM VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA"

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal,

Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica denominada como sendo "RUA VALDOMIRO DE DEUS E SILVA", a via pública paralela à Rua Francisco Porto Moreira, no Bairro Santo Antônio, município de Herval d'Oeste, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A Rua mencionada no Art.1º é a constante do mapa em anexo, que fará parte integrante desta LEI.

Art. 3º Esta LEI entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste - (SC), em 08 de novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.092/2012.

Decreto nº 3092/2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

NO VALOR DE R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)

Nelson Guindani, PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal 2962 de 08 de novembro de 2012; Decreto

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.012:

0600 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
0604 DEPARTAMENTO DE ESPORTES
0604.278120017-2021 Manutenção e Obras em Ginásios de Esportes
31900000 0100 048 Pessoal e Encargos Sociais R\$ 80.000,00

Art. 2º - Fica anula a seguinte conta do orçamento vigente, para abertura do crédito suplementar do artigo 1º deste decreto.

0600 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
0604 DEPARTAMENTO DE ESPORTES
0604.278120018-1003 Complementação Construção Ref.Quadras e Ginásios Esp.Arquibancadas
44900000 0100 055 Investimentos R\$ 80.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste.SC, 08 de novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1090/2012

PORTARIA Nº 1090/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 585/2012, da Servidora MONICA LÚCIA COSTA FELL (Matr. 3528), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, Educação Infantil, sendo que a mesma continuará a substituir a Servidora Claudete Bertotti, enquanto perdurar o afastamento desta servidora que se encontra em gozo de Licença Prêmio, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

1º Termo de Retificação ao Edital CMDCA/Ho Nº 002/2012

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL CMDCA/HO Nº 002/2012 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012.

PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL CMDCA/HO Nº 002/2012 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012, publicado no D.O.M./



SC - Edição nº 1.115, QUE ALTERA AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ESPECIFICADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE HERVAL D' OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público o seguinte:

Art. 1º Fica alterado o subitem 1.1., do item 1. PREÂMBULO, do Edital CMDCA/HO nº 002/2012 de 07 de novembro de 2012, que passa a ter a seguinte redação :

1.1. ()

Os envelopes contendo a documentação serão recebidos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS , situado na Rua Dorival de Brito s/ nº, Prédio da Estação Ferroviária, Centro, Herval d' Oeste - SC, CEP 89610-000, a partir do dia 08/11/2012, no horário das 13:30 às 17:00 horas.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital CMDCA/HO nº 002/2012 de 07 de novembro de 2012.

Art. 3º Revogam-se as disposições contrárias.

Herval d' Oeste (SC), 09 de novembro de 2012.

JAQUELINE RAZERA

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Ibiam

PREFEITURA

Termos de Aditamento 01/2012

TERMO DE ADITAMENTO Nº 001/2012 AO

CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS E OUTRAS AVENÇAS Nº 001/2006

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATADO - ZINIPEL TUBOS DE PAPEL LTDA - ME

CNPJ: 07.931.253/0001-28

OBJETO - Fica alterado o objeto constante da Cláusula Primeira do Contrato Originário, ficando autorizada a utilização, pela CESSIÃO-NÁRIA, da área total constante da matrícula nº 7.492 do CRI da Comarca de Tangará/SC, no cumprimento e ampliação do objeto do Contrato de Cessão de Direitos e Outras Avenças nº 001, data-do de 09 de junho de 2006.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 001/2012 AO

CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS E OUTRAS AVENÇAS Nº 001/2007

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATADO - MAUTRA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA,

CNPJ: 08.411.493/0001-64

OBJETO - Fica alterado o objeto constante da Cláusula Primeira do Contrato Originário, ficando autorizada a utilização, pela CESSIÃO-NÁRIA, da área total constante da matrícula nº 7.493 do CRI da Comarca de Tangará/SC, no cumprimento e ampliação do objeto do Contrato de Cessão de Direitos e Outras Avenças nº 001, data-do de 10 de dezembro de 2007.

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria 028/12

PORTARIA Nº 28/2012

(CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DANIEL VINICIUS RAMOS)

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Ibiam - SC, no uso de suas atribuições e competências que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

ART. 1º Conceder férias ao servidor Daniel Vinicius Ramos, ocupante do cargo de Contador - Nível 3 - Referência E - Anexo I-A da Lei Municipal 052/97 de 11 de agosto de 1997. Férias referente ao período aquisitivo de 18/11/2010 à 18/11/2011. O Funcionário gozará férias no período de 01/11/12 à 30/11/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Ibiam, 31 de outubro de 2012.

SELMO LUIZ LAIDNES

Presidente

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

1º Vice-Presidente

GILBERTO PELENTIR

2º Vice-Presidente

ADAIR JOSÉ ROSA

1º secretário

Imbituba

PREFEITURA

Decreto PMI Nº 120.2012

DECRETO PMI Nº 120, de 12 de novembro de 2012.

Regulamenta o exercício da atividade de Comércio Ambulante e Eventual, no Município de Imbituba/SC durante a temporada de verão 2012/2013 e dá outras providências.

O PREFEITO INTERINO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 93, VII, da Lei Orgânica do Município, e

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentado o exercício da atividade de Comércio Ambulante e Eventual, de vendedores e compradores por conta ou de terceiros no âmbito do Município, em logradouros públicos ou locais de acesso franqueado ao público, obedecendo as normas estabelecidas anteriormente, pelo Código de Posturas e o Código Tributário Municipal.

§ 1º Na concessão de licenças para o exercício do comércio ambulante serão estabelecidos critérios de pontuação, previstos neste decreto.

§ 2º As atividades serão exercidas durante toda a temporada de verão, e serão regidas na forma dos artigos subsequentes.

Art. 2º Para efeito deste regulamento os terrenos de marinha e seus acréscidos serão considerados como áreas públicas, exceto quando legalmente ocupados com título de propriedade.

Art. 3º Serão consideradas atividades ambulantes e eventuais:

I - Trailers, devendo ser retirados todos os dias;

II - Tenda padrão (modelo fornecido pela PMI), que poderão ser afixadas nas praias, no início do dia e obrigatoriamente retiradas pelos devidos proprietários ao término do dia;

III - Ambulantes sem ponto fixo.

IV - Demais quiosques, sendo que, somente em terrenos

particulares e com autorização do proprietário, protocolada na prefeitura e com a planta apresentada, sujeita a aprovação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental - SEDURB.

Parágrafo único. O ambulante deverá utilizar os locais definidos pela SEDURB em planta de locação (anexa).

Art. 4º Atividades que utilizarem GLP (Gás de cozinha), energia elétrica, ou outros que possam vir a causar risco ao público, deverão ter laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária, que deverão ser afixados em local visível ao público.

Parágrafo único. É vedada aos ambulantes, descritos no inciso III do Art. 3º deste decreto, a venda de frituras, respeitadas as normas sanitárias municipais e da Secretaria Estadual de Saúde.

Art. 5º As praias e números de vagas para o exercício da atividade de Comércio Ambulante estão constantes nos anexos I e II, definidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental - SEDURB.

Art. 6º Em dia de eventos especiais, em que o público na praia seja maior que o habitual, poderão ser concedidas mais vagas, desde que, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, Secretaria de Desenvolvimento Turístico e Fundação Municipal de Esportes, quando for o caso.

Art. 7º É permitida uma só inscrição por pessoa ou cônjuge. Parágrafo único. A inscrição e o Alvará são pessoais e intransferíveis, sob pena de revogação imediata da autorização, exceto o cônjuge ou dependente que poderá substituir o titular quando este estiver ausente ou impossibilitado de trabalhar.

Art. 8º O julgamento dos processos será efetuado por uma comissão formada por um membro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Turístico e Econômico, um da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e um da Vigilância Sanitária, a partir dos dados constantes em Ficha Cadastral própria distribuída pela SEDURB.

Parágrafo único. Os candidatos selecionados para exercer a atividade prevista no art. 3º, III, deverão carregar consigo as mercadorias, em caixas de isopor, caixas térmicas, etc., não podendo colocar nenhum tipo de material na areia, como caixas, guardasol, cadeiras.

Art. 9º Ambulantes somente poderão proceder a venda de produtos devidamente autorizados pela vigilância sanitária, devendo sempre observar a normatização pertinente. No caso de descumprimento destas normas, a licença será cassada.

Art. 10. Cada dado constante da Ficha Cadastral (anexo II) proporcionará pontuação conforme os seguintes critérios:

- cópia do CPF e RG: (1) um ponto;
- Cópia da Certidão de Nascimento dos dependentes menores de idade (cada um dos filhos) (0,25) zero vírgula vinte e cinco pontos;
- comprovar residência no município de Imbituba no último ano, apresentando comprovante de 12 meses atrás da data do protocolo e do mês atual a qual protocolou (5) cinco pontos;
- Residência num raio de 05 (cinco) quilômetros da praia pretendida, obtendo 05 (cinco) pontos, ou até 10 quilômetros recebendo 03 (três) pontos e 01 (um) ponto para quem residir num raio de mais de 20 (vinte) quilômetros;
- cópia de autorizações anteriores para o exercício da atividade, devendo ser da mesma natureza e espécie a atividade que deseja exercer: (2) dois pontos.

§ 1º O candidato que pontuar em primeiro lugar elegerá o ponto de sua preferência para a praia pleiteada e assim sucessivamente.

§ 2º Em caso de empate, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:

§ 3º O tempo na atividade na praia pretendida, comprovado através de alvará;

§ 4º O mais idoso.

Art. 11. O exercício da atividade de Comércio Ambulante sem a devida autorização ensejará a imediata apreensão dos equipamentos e/ou mercadorias, conforme as circunstâncias:

§ 1º O fruto da apreensão será recolhido ao depósito municipal;

§ 2º Em se tratando de produto perecível, caberá ao funcionário responsável apreender somente o equipamento, sendo que quando, lhe aprouver condições de armazenar também o conteúdo de forma adequada, que o faça, ficando o ambulante, incumbido de pagamento de respectiva taxa, para a eventual retirada do que fora depositado.

Art. 12. É vedada a venda de bebidas, alcoólicas ou não, em garrafas de vidro.

Art. 13. No transcorrer do verão até seu término, as fiscalizações sanitárias, tributos, obras e postura, deverão, em conjunto, fazer valer as normas estabelecidas neste decreto, devendo, obrigatoriamente, o ambulante portar crachá ou carteira, fornecida pela Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 14. Ocorrendo fatos supervenientes antes de cada temporada de verão, serão editados novos decretos, regulamentando as atividades para cada período respectivo, inclusive, podendo alterar o número de vagas por locais, conforme necessidade e/ou interesse público.

Art. 15. Fica revogado o Decreto n.º 285, de 08 de novembro de 2006.

Art. 16. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de novembro de 2012.

ELÍSIO SGROTT

Prefeito Interino

X

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

O I

Tabela para Comércio Ambulante com Ponto Fixo (Art. 3º, I).

LOCALIDADE (PRAIA)	Nº DE VAGAS
Barra de Ibiraquera	03
Itapirubá	03
Luz	01
Porto	01
Ribanceira	01
Rosa	05
Vila Nova	02
Vila (Centro)	02
Demais Praias	01

Tabela para Comércio Ambulante com Ponto Fixo (Art. 3º, II).

LOCALIDADE(PRAIA)	Nº DE VAGAS
Barra de Ibiraquera	05
Itapirubá	03

Luz	01
Porto	01
Ribanceira	01
Rosa	20
Vila Nova	03
Vila (Centro)	03
Demais Praias	01

ANEXO II

Tabela para Comércio Ambulante sem Ponto Fixo (Art. 3º, III)

LOCALIDADE (PRAIA)	Nº DE VAGAS
Barra de Ibiraquera	10
Itapirubá	08
Luz	03
Porto	05
Ribanceira	05
Rosa	20
Vila Nova	10
Vila (Centro)	16
Demais praias	02

ANEXO III

FICHA CADASTRAL

Prefeitura Municipal de Imbituba
Secretaria Municipal Desenvolvimento Urbano e Ambiental

Nome:

Endereço:

Cidade/UF:

Carteira de Identidade:

CPF:

Estado civil:

Nº de filhos:

Situação econômica (em que atividade trabalha):

Renda mensal:

Trabalha ou já trabalhou no município de Imbituba: ()Sim () Não

Em que atividade:

Em que período:

Possui preferência por ponto de atividade: ()Sim ()Não

Em que bairro (ou praia):

Atividade e data do pedido para Inscrição Municipal:

Tipo de instalação: ()Fixo ()Ambulante

Edital SEAGP Nº 166/2012

EDITAL SEAGP Nº 166/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, divulgado através do Edital nº 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011, 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, para comparecer a Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 07 de Novembro a 06 de Dezembro de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 07 de novembro de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
 

EDITAL SEAGP Nº 166/2012

Servente Merendeira

ADRIANE CARDOSO FARIAS DOS SANTOS

CÂMARA MUNICIPAL**Ato da Presidência Nº 43/12**

Ato da Presidência nº 43/12

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 38ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 12 de novembro de 2012 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/ Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
088	PL nº 4.306/2012	09/11/12	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 09 de novembro de 2012.

JAISON CARDOSO DE SOUZA Presidente Interino	
LUÍS ANTÔNIO DUTRA Primeiro-Secretário	ZELI PIRES Segundo-Secretário

Aviso de Audiência Pública Nº 005/12

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 005/12

O Presidente Interino da Câmara Municipal de Imbituba, Vereador Jaison Cardoso de Souza, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, juntamente com o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Transportes, Obras, Urbanismo, Agricultura, Pesca e Fiscalização, Vereador Rogberto de Farias Pires, COMUNICAM aos interessados que farão realizar AUDIÊNCIA PÚBLICA visando colher subsídios e informações adicionais junto à sociedade civil para as discussões sobre o Projeto de Lei nº 4.302/2012 que Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Imbituba para o Exercício de 2013. A audiência ocorrerá no dia 13 de novembro de 2012, terça-feira, às 19h00min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

Imbituba/SC, 06 de novembro de 2012.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Presidente Interino da Câmara Municipal de Imbituba

ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato Homologação 68/2012
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 68/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2012

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: JL Soluções Ambientais Ltda. ME.

Irineópolis, 12 de novembro de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato Processo Licitatorio 69/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 69/2012
PREGÃO PRESENCIAL N.º 37/2012

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 28 de novembro de 2012, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a Aquisição de veículos e equipamentos, para sorteio de prêmios, conforme Lei Municipal nº 1.565 de 12 de maio de 2011. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 13:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

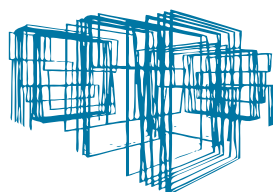
Irineópolis, 12 de novembro de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 140/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 140/2012
Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis
Contratada: JL Soluções Ambientais Ltda. ME

Objeto: Aquisição de 880m² de geomembrana, confeccionada em polietileno de alta densidade - PEAD, com espessura de no mínimo 1,00 mm (um milímetro), para instalação em vala de deposito de rejeitos junto a UTC - Unidade de Triagem e Compostagem de Resíduos Sólidos Urbanos, neste Município.
Valor: R\$ 14.960,00 (Quatorze mil novecentos e sessenta reais).
Vigência - 12/11/2012 a 31/12/2012
Base Legal - Processo Licitatório 68/2012 - Pregão Presencial nº. 36/2012
Lei 8.666/93 consolidada e Lei 10.520/02

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal



Programa de
Gestão de Obras



Joaçaba

PREFEITURA

Extrato PP 46/2012/PMJ - PL 90/2012/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO/PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2012/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2012/PMJ

Objeto: selecionar proposta para a contratação de empresa especializada em serviços de servente de limpeza, destinados às Secretarias Municipais de Educação, de Gestão Administrativa e demais setores vinculados ao Gabinete do Prefeito deste Município. Forma de Julgamento: Menor Preço Global Mensal. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 28/11/2012. Processamento do Pregão: às 14h do dia 28/11/2012, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 09 de novembro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Contrato 883/2012/PMJ - TA 1/2012

CONTRATO Nº 883/2012/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, e a empresa VISÃO CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.320.988/0001-64 estabelecida na Av. XV De Novembro, 468 - 1º Andar, Centro, no Município de Joaçaba SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. FELIPE RAMOS D'AGOSTINI portador da Carteira de Identidade nº 11/C 3.538.752 e CPF nº 008.482.959-19, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa 150, na cidade de Herval d'Oeste SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 883/2012/PMJ, firmado em 03/01/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 126/2011/PMJ - Edital TP nº 13/2011/PMJ, homologado em 23/12/2011, cujo objeto é a execução, pela CONTRATADA, de Redes Coletoras e Ligações Prediais de Esgoto Sanitário de parte do Bairro Santa Tereza e Bairro Flor da Serra, no Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

O prazo de execução original fica prorrogado por mais 03 (três) meses, em conformidade com o disposto no § 1º, III, do art. 57 da Lei 8.666/93, passando a totalizar o prazo da prestação dos serviços, objeto contratual, em 12 (doze) meses contados do seu início (27/02/2012 - Ordem de Serviço Inicial).

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 09 de novembro de 2012.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

VISÃO CONSULTORIA LTDA

CONTRATADA

FELIPE RAMOS D'AGOSTINI

Testemunhas:

1 _____ 2 _____

Contrato 892/2012/PMJ - TA 2/2012

CONTRATO Nº 892/2012/PMJ - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.823.65/0001-95, estabelecida na Rua Santos Dumont nº 520 Bairro Centro no Município de Herval d'Oeste neste ato representada pelo Sr. IVO CARLOS HACK JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1.703.356e CPF nº 737.459.109-82, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 892/2012/PMJ, firmado em 27/01/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 16/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Inexigibilidade nº 1/2012/PMJ, homologado no dia 26 de janeiro de 2012, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e passes escolares para estudantes do Ensino Fundamental e Médio das unidades escolares do Município, durante o exercício financeiro de 2012, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO.

O valor total do contrato fica acrescido em R\$ 35.261,20 (trinta e cinco mil duzentos e sessenta e um reais e vinte centavos), correspondentes a 5,25% do valor atualizado inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, relativo à aquisição suplementar de 13.562 passagens para vale transporte, passando o valor global do contrato para R\$ 706.871,20.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento,

juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 09 de novembro de 2012.

MUNICIPIO DE JOAÇABA
CONTRATANTE
RAFAEL LASKE - Prefeito

ESTRELATUR DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA
CONTRATADA
Ivo Carlos Hack Junior

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

SIMAE

Pregão Presencial 0053/2012 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZerna
LICITAÇÃO Nº 0078/2012

TÍTULO: Registro de Preços
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0053/2012
PROTOCOLO JHL 2940/2012

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0053/2012 - Licitação 0078/2012, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE CIMENTO, CAL E AREIA DE FORMA PARCELADA.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 28/11/2012 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 28/11/2012 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 13/11/2012 a 28/11/2012.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 13 de NOVEMBRO de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Balancete Financeiro Outubro 2012

Balancete Financeiro Outubro 2012

SANTA CATARINA

SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.087.491,21	Despesa Orçamentária	907.429,10
RECEITA PATRIMONIAL	27.321,22	Despesas exceto Intra-orçamentárias	841.551,86
RECEITA DE SERVIÇOS	1.034.266,02	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	238.032,94
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.013,86	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	300.209,20
RECEITA DE SERVIÇOS - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	14.890,11	INVESTIMENTOS	303.309,72
		Despesas Intra-orçamentárias	65.877,24
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.715,34
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.161,90
Receita Extra - Orçamentária	1.176.641,15	Despesa Extra - Orçamentária	1.275.935,61
DEPOSITOS	138.390,83	DEPOSITOS	130.551,22
CONSIGNACOES	95.860,79	CONSIGNACOES	96.285,92
PREVIDENCIA SOCIAL	12.272,17	PREVIDENCIA SOCIAL	12.272,17
PENSAO ALIMENTICIA	4.305,07	PENSAO ALIMENTICIA	4.305,07
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	13.634,82	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	15.168,55
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEI	33.136,84	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA M	33.080,39
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	11.412,83	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	10.360,68
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	21.099,06	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	21.099,06
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	42.530,04	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	34.265,30
DEPOSITOS E CAUCOES	5.430,00	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	34.265,30
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	37.100,04	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.145.384,39
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.038.250,32	OBRIGACOES A PAGAR	1.145.384,39
OBRIGACOES A PAGAR	1.038.250,32	FORNECEDORES	633.513,21
FORNECEDORES	634.906,54	PESSOAL A PAGAR	244.028,44
PESSOAL A PAGAR	244.028,44	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	50.642,74
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	50.715,34	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	217.200,00
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	108.600,00		
Saldos anteriores	4.741.627,65	Saldos atuais	4.822.395,30
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	4.518.059,96	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	4.670.190,46
BANCO C/ MOVIMENTO	187.070,33	BANCO C/ MOVIMENTO	110.109,31
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	36.497,36	POUPANÇA	42.095,53
TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00	TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00
Total	7.005.760,01	Total	7.005.760,01

JOACABA , 09/11/2012

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

PATRICIA CALLEGARI
Contadora CRC SC 029205/O-3


DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Lages

PREFEITURA

Pe 37-2012 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE LAGES, torna público o lançamento do Edital:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2012 - SMS

OBJETO: Aquisição de Camas, Carro Maca e Oxímetros.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 28/11/2012 às 13:30 h.

TIPO: Menor Preço Por Item

VALOR ESTIMADO: R\$ 23.000,00

LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS SESSÕES PÚBLICAS: www.caixa.gov.br

Os interessados poderão obter a íntegra do Edital pelo site: www.lages.sc.gov.br

INFORMAÇÕES: No Setor de Licitações à Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, nesta cidade, pelo telefone (49) 3221-1169, pelo fax (49) 3221-1043 ou pelo e-mail pregaoeletronico@lages.sc.gov.br

Lages, 09 de novembro de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Edital de Leilão 01/2012 - Furebom

EDITAL Nº 01/2012

LEILÃO PARA VENDA DE BENS INSERVÍVEIS

O PRESIDENTE DO FUNREBOM DE LAGES - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 8.666/93, e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta licitação, sob a modalidade de "LEILÃO", nas condições expressas neste edital.

Daniella Bianchini Spuldaro, Leiloeira Oficial - AARC 214, venderá em Público Leilão, na forma da lei, conforme Edital nº 01/2012, os bens inservíveis de propriedade do Funrebom de Lages - SC, que realizar-se-á no dia 27 de novembro de 2012 às 14:30 horas, na Rua Ministro Pedro de Toledo, nº 70, nas dependências da garagem municipal, Bairro Coral, Lages - SC, conforme discriminação abaixo:

Lote nº 01 - UM CAMINHÃO FURGÃO, marca/modelo Iveco/Fiat Daily 4912 Van, ano/modelo 2002, diesel, placa MCS 3122, em regular estado de conservação. Avaliado em R\$ 7.000,00;

Lote nº 02 - UMA CAMINHONETE FURGÃO, marca/modelo Renault/Master 13M3, ano 2005, diesel, placa MDT 2037. Avaliada em R\$ 15.000,00;

Lote nº 03 - UM CAMINHÃO BOMBEIRO, marca Ford, Cargo 814, ano 1998, placa MAA 8014. Avaliado em 15.000,00;

Lote nº 04 - DUAS FERRAMENTAS HIDRÁULICAS, marca Lukas, com tesoura de corte, para resgate veicular, ano 2002. Avaliadas em R\$ 3.500,00;

Lote nº 05 - UM APARELHO CORTA PEDAL, hidráulico manual, para resgate veicular, ano 2002. Avaliado em R\$ 700,00;

Lote nº 06 - UM APARELHO IFFEX 3.000, com dois cilindros de ar comprimido e canhão de lançamento para extinção de incêndio, em regular estado de conservação. Avaliado em R\$ 1.000,00;

1- Exame e vistoria dos bens acima relacionados poderão ser

agendados pelo telefone (49) 3221-1179, com o Sr. Michel Bruno, ou com Sr. Gustavo Alfredo de Melo, para visita no local da realização do Leilão acima mencionado. Os bens ficam à disposição dos futuros compradores no estado em que se encontram, não podendo os arrematantes reclamar sobre os mesmos ou exigir reparação de possíveis defeitos.

2- Só serão considerados os lances de valor igual ou superior ao da avaliação atribuída aos lotes.

3- Os pagamentos das arrematações deverão ser efetuados, à vista, diretamente a Leiloeira Oficial, que emitirá quitação através de nota de leilão, a qual servirá, quando apresentada, para retirada dos lotes dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis. Caso o arrematante não efetue o pagamento e retirada no prazo estipulado, perderá o direito sobre o bem que será levado a novo leilão, e em consequência será impedido de participar de novos leilões que a municipalidade venha a realizar ou declarado inidôneo, nos termos do disposto no art. 87, I à IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

4- A comissão da Leiloeira, a ser suportada pelos arrematantes, será da ordem de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor do bem arrematado.

5- Os tributos e/ou encargos incidentes sobre o carregamento e transporte dos bens arrematados, desde a garagem municipal até seu destino serão de inteira e exclusiva responsabilidade do(s) arrematante(s).

6- O arrematante retirará os bens arrematados somente após a integralização do pagamento. Se efetuado por meio de cheque, a retirada somente se dará após a compensação deste.

7- Integralizado o pagamento, o Funrebom de Lages - SC, exime-se de toda e qualquer responsabilidade pela perda total ou parcial e avarias que venham a ocorrer nos lotes dos bens arrematados e não retirados dentro do prazo de 48 horas após o recebimento da nota de leilão, pelo arrematante.

8- O carregamento e transporte dos lotes dos bens, a partir do local em que se encontram, serão de responsabilidade exclusiva do arrematante.

9- A documentação para transferência de propriedade dos veículos será entregue no ato da integralização do pagamento, e o arrematante assume desde o recebimento do mesmo, toda e qualquer responsabilidade civil e criminal, sobre a utilização dos referidos veículos.

10- Ocorrendo caso fortuito ou força maior, no interregno de tempo entre a data de realização do leilão e a retirada dos lotes, que impeça a entrega dos mesmos, fica resolvida a obrigação mediante a restituição dos valores pagos.

11- Informações complementares, poderão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Administração de Lages - fone (49) 3221-1100 ou diretamente com a Leiloeira Oficial Daniella Bianchini Spuldaro - AARC 214, pelo fone (49) 3229-2486, em horário comercial, ou através do site www.dbsleiloes.com.br.

LAGES - SC, 08 DE NOVEMBRO DE 2012.

TENENTE THYAGO SILVA MARTINS

Presidente do Funrebom de Lages - SC

Edital de Leilão 01/2012 - PML

EDITAL Nº 01/2012

LEILÃO PARA VENDA DE BENS INSERVÍVEIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGES - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 8.666/93, e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta licitação, sob a modalidade de "LEILÃO", nas condições expressas neste edital.

Daniella Bianchini Spuldaro, Leiloeira Oficial - AARC 214, venderá em Público Leilão, na forma da lei, conforme Edital nº 01/2012, os bens inservíveis de propriedade do Município de Lages - SC, que realizar-se-á no dia 27 de novembro de 2012 às 14:00 horas, na Rua Ministro Pedro de Toledo, nº 70, nas dependências da

garagem municipal, Bairro Coral, Lages - SC, conforme discriminação abaixo:

Lote nº 01 - 2074 MÓVEIS ESCOLARES: carteiras, cadeiras, mesas de diversos modelos. Avaliados em R\$ 200,00;

Lote nº 02 - 400 MÓVEIS DE ESCRITÓRIO: cadeiras, poltronas, longarinas, sofás, banquetas, armários, prateleiras, balcão de pia, balcão, porta CPU, mesas de diversos modelos. Avaliados em R\$ 150,00;

Lote nº 03 - 1341 EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA: monitores, estabilizadores/nobreak, cpu, impressoras/scanner/desumidificador/maquina de Xerox, notebook, HUB, teclados, leitores de cd/DVD e disquetes, HD, modem/switch/HUB, mouse, caixas de som, transformador, fontes de computador, caixas de placas de computador, terminal de rede, caixa de cabos, caixa de fitas de memória e fios de ligação. Avaliados em 300,00;

Lote nº 04 - 303 MATERIAIS ELETRÔNICOS: maquinas de escrever elétricas e manuais, mimeógrafos, vídeo cassete, DVD, receptor de parabólicas, televisores, rádios e aparelhos de som, caixa de som, aquecedores, equipamento de radio e controle de ambiente sound system, aparelho de radio comunicação, JVC Standar, modulo, data show, microfones, policontrol, desintegrador de papel, lanterna, maquina fotográfica, filmadora, luz de emergência, luminária, retroprojeto, calculadoras, baterias, telefones, centrais telefônicas, fax, maquina de senha, geladeiras, freezers. Avaliados em R\$ 100,00;

Lote nº 05 - 137 ELETRODOMÉSTICOS: fogões industriais e convencionais, bebedouros, purificadores de água, fornos elétricos, maquinas de lavar roupas, eletrodomésticos, enceradeiras, lavajato Jet, maquinas de cortar grama, ventiladores, ar condicionado, secadoras de roupa, motor WEG. Avaliados em R\$ 100,00;

Lote nº 06 - 113 EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS: cadeiras odontológicas, foco de cadeira odontológica, carrinho auxiliar odontológico, cuspidor, estufas de esterilização, equipamentos médicos, aparelhos de pressão com suporte, maca ginecológica, suporte de braço, fôfo, balança de pesagem adulto e infantil, motor para compressor, lixeira metálica, grades de proteção, componentes de aparelho raio x, cilindro de oxigênio, biombo, unidade respiratória portátil, aparelhos de raio x. Avaliados em R\$ 100,00;

Lote nº 07 - UM AUTOMÓVEL, marca Volkswagen, modelo Kombi, ano 1998, nº de patrimônio 26985. Avaliado em R\$ 1.000,00;

Lote nº 08 - UM AUTOMÓVEL, marca Chevrolet, modelo Chevette, ano 1993, nº de patrimônio 13718. Avaliado em R\$ 1.000,00;

Lote nº 09 - UM AUTOMÓVEL, marca Renault, modelo Master, ano 2001 frota 32, s/nº de patrimônio. Avaliado em R\$ 1.500,00;

Lote nº 10 - UM TRATOR DE ESTEIRA, marca Caterpillar, modelo D6, série 24747, nº de patrimônio 02647. Avaliado em R\$ 10.000,00;

Lote nº 11 - UM TRATOR DE ESTEIRA, marca Caterpillar, modelo D6, série 24747. Avaliado em R\$ 10.000,00;

Lote nº 12 - 109 PNEUS - aros 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 22 sem câmara e 24. Avaliados em R\$ 6.000,00;

Lote nº 13 - 1263 ITENS DE SUCATA. Avaliados em R\$ 100,00.

1- Exame e vistoria dos bens acima relacionados poderão ser agendados pelo telefone (49) 3221-1179, com o Sr. Michel Bruno, de segunda à sexta-feira, no horário das 13:00 às 17:00 horas para visitação dos lotes 01 a 06 no depósito do Estádio Ivo Silveira; ou pelo fone 3223-3449 com Sr. Gustavo Alfredo de Melo, para visitação dos lotes 07 a 13 no local da realização do Leilão acima mencionado. Os bens ficam à disposição dos futuros compradores no estado em que se encontram, não podendo os arrematantes reclamar sobre os mesmos ou exigir reparação de possíveis defeitos.

2- Só serão considerados os lances de valor igual ou superior ao da avaliação atribuída aos lotes.

3- Os pagamentos das arrematações deverão ser efetuados, à vista, diretamente a Leiloeira Oficial, que emitirá quitação através de nota de leilão, a qual servirá, quando apresentada, para retirada dos lotes dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis. Caso o arrematante não efetue o pagamento e retirada no prazo estipulado,

perderá o direito sobre o bem que será levado a novo leilão, e em consequência será impedido de participar de novos leilões que a municipalidade venha a realizar ou declarado inidôneo, nos termos do disposto no art. 87, I à IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

4- A comissão da Leiloeira, a ser suportada pelos arrematantes, será da ordem de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor do bem arrematado.

5- Os tributos e/ou encargos incidentes sobre o carregamento e transporte dos bens arrematados, desde a garagem municipal até seu destino serão de inteira e exclusiva responsabilidade do(s) arrematante(s).

6- O arrematante retirará os bens arrematados somente após a integralização do pagamento. Se efetuado por meio de cheque, a retirada somente se dará após a compensação deste.

7- Integralizado o pagamento, o Município de Lages - SC, exime-se de toda e qualquer responsabilidade pela perda total ou parcial e avarias que venham a ocorrer nos lotes dos bens arrematados e não retirados dentro do prazo de 48 horas após o recebimento da nota de leilão, pelo arrematante.

8- O carregamento e transporte dos lotes dos bens, a partir do local em que se encontram, serão de responsabilidade exclusiva do arrematante.

9- A documentação para transferência de propriedade dos veículos será entregue no ato da integralização do pagamento, e o arrematante assume desde o recebimento do mesmo, toda e qualquer responsabilidade civil e criminal, sobre a utilização dos referidos veículos.

10- Ocorrendo caso fortuito ou força maior, no interregno de tempo entre a data de realização do leilão e a retirada dos lotes, que impeça a entrega dos mesmos, fica resolvida a obrigação mediante a restituição dos valores pagos.

11- Informações complementares, poderão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Administração - fone (49) 3221-1100 ou diretamente com a Leiloeira Oficial Daniella Bianchini Spuldaro - AARC 214, pelo fone (49) 3229-2486, em horário comercial, ou através do site www.dbsleiloes.com.br.

LAGES - SC, 08 DE NOVEMBRO DE 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito do Município de Lages

Lauro Muller

PREFEITURA

Decreto Nº 043/2012

D E C R E T O Nº 043/2012.

DECRETA PONTO FACULTATIVO.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - É considerado Ponto Facultativo, nos órgãos e entidades da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Municipal, o dia 16 de novembro de 2012.

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais será garantido, por intermédio de escalas de serviço ou plantão, especialmente os relacionados à área da Saúde e coleta de lixo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 16/11/2012.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE NOVEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Lebon Régis

PREFEITURA

Contrato

Resumo de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

Contrato No. 11/2012

Contratante: Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio
Contratado: Granemann & Rocha Ltda
Valor: R\$ 3.073,00 (Treis mil, e setenta e treis reais)
Vigência: Início: 08/11/12 Término: 31/12/12
Licitação No. 10/2012 Carta Convite no. 7/2012
Recursos: 2.065.33.90.30.04.00.00.00 (7) e (6)

Objeto:FORNECIMENTO DE 700,0 KG. DE FRANGO INTEIRO CONGELADO..

Lebon Régis 08 de Novembro de 2012.
MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 106/2012

DECRETO Nº 106, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n.º 926, de 08 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento da Câmara Municipal, na dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	24.000,00

Unidade Orçamentária	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	24.000,00
Função	01	Legislativa	24.000,00
Sub-função	31	Ação Legislativa	24.000,00
Programa	01	Processo Legislativo	24.000,00
Projeto/Atividade	1.001	Construção da Sede do Poder Legislativo	24.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	24.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	24.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	24.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	24.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			24.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação das dotações com a seguinte estrutura, limitado aos respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	24.000,00
Unidade Orçamentária	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	24.000,00
Função	01	Legislativa	24.000,00
Sub-função	31	Ação Legislativa	24.000,00
Programa	01	Processo Legislativo	24.000,00

Atividade	2.001	Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores	24.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.999,95
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	10.999,95
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.999,95
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.999,95
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	3.000,05
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	3.000,05
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	3.000,05
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	3.000,05
TOTAL DA ANULAÇÃO			24.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 12 de novembro de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Decreto N.º 107/2012

DECRETO Nº 107, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.

"Decreto Ponto Facultativo de Trabalho no Âmbito do Serviço Público Municipal e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, S/C, no uso de suas atribuições legais, e com base no art. 66, inciso VII e com o art. 98, I, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Feriado Nacional de 15 de novembro (quinta-feira) comemoração do Dia da Proclamação da República,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo de Trabalho no Âmbito do Serviço Público Municipal, no dia 16 de novembro (sexta-feira).
Parágrafo único: O atendimento dos serviços públicos essenciais deverá ser garantido pelos órgãos da Administração, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 2º O Centro de Saúde Santa Paulina no dia 16 de novembro de 2012, atenderá com uma equipe de plantão e plantão de sobre aviso, para urgências e emergências, designada pela chefia imediata.

Art. 3º Caso haja necessidade, justificada por interesse público, calamidade pública, motivo fortuito ou de força maior, os servidores poderão ser convocados para o trabalho.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 12 de novembro de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Contrato N° 017/2012 FMS

CONTRATO Nº 017/2012 - FMS

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2012 - Aditivo de Prazo.

Contrato que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrita no CNPJ nº 08.651.832/0001-80, neste ato representado pelo Secretário Municipal da Saúde Senhor VITOR NORBERTO ALVES, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a Empresa WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP, situada a Rua Presidente Juscelino, 225 - Bairro Centro, Ituporanga/SC, com CNPJ nº 77.894.863/0001-84, representada neste ato pelo seu representante legal, Senhor WILSON ANTÔNIO SCHUHMACHER, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA:

Considerando que, o representante legal da Empresa, na data de 06 de novembro de 2012, solicitou através do Protocolo/Processo Interno nº 2811/2012, aditivo de prazo até o dia 31 de dezembro de 2012, em virtude dos temporais, seguidos de vendavais e granizo ocorridos com frequência nos últimos 30 (trinta) dias;

Considerando que, o Engenheiro Civil emitiu parecer favorável anexado ao Protocolo/Processo Interno nº 2811/2012.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 018/2012, homologado em 14/05/2012, celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2012 - Aditivo de Prazo, com fulcro no art. 65 da Lei nº 8.666/93, mediante sujeição mútua às normas constantes deste, a proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Décima Sétima do Contrato nº 009/2012, passa a vigorar com o acréscimo do item 02, com a seguinte redação:

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - VIGÊNCIA:

02- "Fica o Contrato nº 009/2012 prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2012, a contar da data de sua assinatura, através do aditivo de Contrato nº 017/2012, em virtude dos apontamentos já mencionados".

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 009/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA QUARTA - PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 06 de novembro de 2012.

VITOR NORBERTO ALVES
Secretário Municipal da Saúde
Contratante

WILSON ANTÔNIO SCHUHMACHER
WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP
Contratada

Testemunhas:
SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES
JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial N° 82/2012 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL N° 82/2012FMAS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (MOBILIÁRIO/CONDICIONADOR DE AR E FOGAO) DESTINADO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, DOS PROGRAMAS CRAS E BOLSA FAMÍLIA, DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES COM RECURSO DA IGD. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 27/11/2012. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 27/11/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 01 de outubro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 184/2012 FMS

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato nº. 184/2012.

Contratante. : Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratada : CLÍNICA URIAS VIDIGAL

Vigência: Início: 17/09/2012 Término: 31/12/2012.

Licitação : Concorrência nº 111/2012

Valor: 30.000,00 (trinta mil reais)

Dotação: 2.099.33.90.00.00.00.00(164)

Objeto : Contratação de Clínica Psiquiatra para internação do menor J.L.A.M, conforme Determinação Judicial da 1ª Vara Civil da Comarca de Navegantes.

Navegantes, 24 de setembro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 188/2012 PMN

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato nº. 188/2012.

Contratante.: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratada.: Baltt Empreiteira, Transportes e Terraplanagem Ltda.

Vigência : Início: 15/10/2012 Término: 31/12/2012.

Licitação : Concorrência nº 153/2012.

Valor : R\$ 1.498.496,43 (um milhão quatrocentos e noventa e oito mil quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e três centavos).

Dotação: 1.039.4490.00.00.00.00.00(136) e 1.039..4.4.90.00.00.00.00.00(118)

Objeto : Contratação de empresa especializada em urbanização com pavimentação e qualificação de vias urbanas de um trecho das Ruas Onório Bortolato e Francisco Schmidt, localizadas no bairro Pedreiras, através do contrato nº 0372104-04/2011 do Programa Turismo Social do Brasil, no Município de Navegantes.

Navegantes, 15 de outubro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Nova Trento**PREFEITURA****Lei Complementar Nº 608/2012**

LEI COMPLEMENTAR Nº 608/2012.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2013 e dá outras providências.

ORIVAN JARBAS ORSI, Prefeito Municipal, faz saber a todos os habitantes o Município de NOVA TRENTO, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Nova Trento, para o exercício de 2013 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2010/2013;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre as despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2013, 2014 e 2015, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são a aquelas identificadas no ANEXO I desta lei com os seguintes anexos complementares:

I - Anexo I.1 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício Anterior;

II - Anexo I.2 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

III - Anexo I.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;

IV - Anexo I.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;

V - Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

VI - Anexo I.6 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

VII - Anexo I.7 - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais do Montante da Dívida;

VIII - Anexo I.8 - Demonstrativo das receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

IX - Anexo I.9 - Demonstrativo de Projeção Atuarial;

X - Anexo I.10 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

XI - Anexo I.11 - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

XII - Anexo I.12 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XIII - Anexo I.13 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XIV - Anexo II - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

XV - Anexo III - Demonstrativo dos Projetos previstos para Execução em 2013;

XVI - Anexo IV - Demonstrativo das obras que passarão para 2013 em andamento e que deverão estar incluídas como prioridade nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XVII - Anexo V - Demonstrativo da Compatibilização da Origem com a Destinação dos Recursos;

XVIII - Anexo VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados à Saúde; e

IXX - Anexo VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados ao Ensino.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2013

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2013 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS II E IV de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2013, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos II a fim de compatibilizar a despesa à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa na execução orçamentária.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa - instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitado no tempo, do qual resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial - despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, da qual não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária - menor nível da classificação institucional da despesa, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional da despesa;

VII - receita ordinária - aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja, pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na participação nos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física - realização da obra, fornecimento do bem ou serviço pelo contratado;

IX - execução orçamentária - arrecadação da receita, empenho e liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira - efetiva utilização dos recursos financeiros mediante pagamento das despesas, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

XI - categoria de programação, de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal - nível de classificação da despesa por programa de governo, representada pelos projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo Único - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Financeiras e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2009 e alterações posteriores.

Art. 6º. O orçamento para o exercício financeiro de 2013 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração

da Estrutura Organizacional do Município aprovada pela Lei Complementar n. 11/2009 e alterações posteriores.

Art. 7º. A Lei Orçamentária para 2013 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras do Município: Prefeitura, Câmara, Fundos e Autarquias e identificará os códigos das destinações e das fontes dos recursos, especificará os recursos dos Orçamentos Fiscais (OF) e da Seguridade Social (SS) e classificará as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e Portaria Conjunta nº 2/2009 (Manual da Despesa Nacional) e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho Governo (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD com identificação da Classificação Institucional, Funcional, Programática, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação de Governo, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fonte de Recursos, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF)

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2013. (Art. 5º, III)

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2013. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para

2013. (Art. 8º, 50, I da LRF e Portaria STN nº 245/2007)

§ 1º. O Orçamento das Unidades Gestoras: Prefeitura, Câmara Municipal, Autarquias e Fundos que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º. Para efeito desta lei entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º. O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD de que trata o item X deste artigo fixará a despesa para a respectiva ação de governo, classificada por Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, admitido, dentro da ação ou programa de governo o remanejamento de dotação de um Grupo de Natureza de Despesa para outro ou de uma ação para outra, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme previsto no artigo 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988.

§ 4º. Quando necessário, para atender aos objetivos e metas estabelecidas na ação de governo e por não caracterizar crédito adicional especial, é admitido a inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º. A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/64, conterá, pelo menos:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2011, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa ao Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa realizada nos exercícios de 2010 e 2011 e despesa fixada para 2012 e 2013;

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2011 a 2013;

VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Ações e Serviços Públicos de Saúde;

VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2012;

IX - Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2011, 2012 e 2013;

Art. 9º. A Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras será constituída de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para 2013.

Art. 10º. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora IPREVENT será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11º. A execução da Lei Orçamentária Anual de 2013 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos.

Art. 12º. A Lei Orçamentária Anual de 2013 poderá tratar os Fundos Municipais como Unidades Orçamentárias, transferindo, em 31/12/2011, o saldo das contas apurado em balanço desses

Fundos, para a Unidade Gestora Prefeitura.

§ 1º. Os Fundos Municipais tratados na Lei Orçamentária Anual de 2013 como Unidades Orçamentárias terão suas receitas especificadas no orçamento da Unidade Gestora Prefeitura, e estas, por sua vez, vinculadas a despesas relacionadas aos seus objetivos identificados em Plano de Aplicação representados pelas planilhas de despesas referidas no artigo 6º, inciso X desta LEI.

§ 2º. O Chefe do Poder Executivo Municipal será o gestor dos recursos vinculados a estes fundos operacionalizados como Unidades Orçamentárias.

§ 3º. Não se inclui na autorização constante do caput deste artigo os Fundos Municipais da Saúde e da Assistência Social.

Art. 13º. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2013 deverá observar os efeitos da alteração da legislação tributária, aparelhamento da máquina arrecadadora, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14º. Se a receita estimada para 2013, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15º. Na execução do orçamento, verificado ao final de cada bimestre que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes: Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira nos montantes necessários para preservar o equilíbrio de caixa em cada fonte de recursos e o cumprimento das metas de resultado primário, nominal e montante da dívida.

§ 1º. Quando a meta de arrecadação não alcançada se referir as fontes 0.1.00.000000, 0.1.01.000000 e 0.1.02.000000, a limitação de empenho e movimentação financeira recairá sobre as seguintes dotações abaixo:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidas;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotações destinadas à manutenção da frota rodoviária municipal; e

IV - Dotações que não comprometam a execução de serviços essenciais.

§ 2º. A limitação de empenho e movimentação financeira será determinada por Decreto do Poder correspondente nos trinta dias subsequentes ao encerramento do bimestre por indicação da Controladoria Geral do Município.

Art. 16º. A geração de despesas obrigatórias de caráter contínuo em 2013, demonstrada no Anexo I.10 desta lei será compensada, nos termos do artigo 17, §2º, da LC n. 101/2000, com os recursos do aumento permanente da receita também demonstrado no referido anexo.

Art. 17º. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO

III desta LEI.

§ 1º. Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, com recursos do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do de 2012.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal promoverá a abertura de crédito adicional extraordinário ou encaminhará Projeto de Lei a Câmara propondo abertura de créditos adicionais por conta da anulação parcial ou total de dotações alocadas para projetos, atividades ou operações especiais, desde que ainda não comprometidas.

§ 3º. Não se efetivando até o dia 20/12/2013 os riscos fiscais constantes do Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais especiais mediante autorização legislativa específica, ou ainda, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se apresentarem insuficientes, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduos a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos e o ato não implicar em encerrar o exercício de 2013 com insuficiência de caixa.

Art. 18º. O orçamento para o exercício de 2013 das principais Unidades Gestoras, reservará recursos de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida para passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de que trata o artigo 4º, § 3º e 5º, III da LC 101/2000, conforme ANEXO II desta LEI.

Art. 19º. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20º. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista para 2013 em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o equilíbrio de caixa.

Art. 21º. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2013 com dotações financiadas com recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o ingresso desses recursos no fluxo de caixa através da assinatura do respectivo convênio ou contrato de financiamento.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizada em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme disposto nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal e orientação constante da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 e alterações posteriores.

§ 2º. Na Lei Orçamentária Anual a codificação das contas de Receita e de Despesa será acrescida do código indicado na Tabela de Destinação de Recursos que acompanha o Orçamento da Receita, construída a partir das orientações constantes da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 e alterações posteriores, de forma que o controle do equilíbrio de caixa seja evidenciado em cada fonte de recursos.

§ 3º. O controle da disponibilidade de caixa em cada fonte de recursos, de que trata o artigo 50, inciso I, da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, será realizado no sistema de compensação e será indicada pelo saldo da conta "Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar" mediante o registro do ingresso da

receita na caixa e mediante o registro da liquidação da despesa.

Art. 22º. A renúncia e os descontos de receita estimado para o exercício financeiro de 2013, constantes do ANEXO I.11 integrará também o Orçamento da Receita em contas redutoras e apresentadas no ANEXO I.1, conforme orientação da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 e alterações posteriores, dispensando assim a compensação exigida no artigo 14, II da LRF.

Art. 23º. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos beneficiará somente aquelas de caráter educativo, promoção da saúde, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, desenvolvimento econômico e de cooperação técnica voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá sempre de autorização em lei específica para cada entidade.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão requerer o benefício, acompanhado de plano de aplicação, atender as normas estabelecidas para habilitação à obtenção do recurso e prestar contas no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelas normas de controle interno.

Art. 24º. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar (federal) nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2013, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 25º As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único. As obras em andamento e os gastos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO III, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei.

Art. 26º Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal de Nova Trento quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e com a devida previsão de recursos na lei orçamentária.

Art. 27º A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2013 a preços correntes.

Art. 28º A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas no mínimo por elemento de despesa que trata a Portaria STN nº 163/2001 no momento do empenho da despesa.

Art. 29º Durante a execução orçamentária de 2013, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que estes se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2012 e constantes desta lei.

Art. 30º O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder

Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos, por exemplo: dos programas, das ações de governo, do m2 da construção, do m2 da pavimentação, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo Único. Os gastos dos serviços e das obras realizadas serão apurados a partir das metas físicas e financeiras realizadas através das operações orçamentárias e relatórios de produção fornecidos pelos titulares das Secretarias, Autarquias, Fundações e Fundos.

Art. 31º Os programas priorizados por esta lei e extraídos do Plano Plurianual, conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO VI e contemplados na Lei Orçamentária para 2013, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 32º Na execução da Lei Orçamentária de 2013, o Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita Prevista, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada fonte de recursos, observada a tendência do exercício;

II - o superávit financeiro do exercício anterior em cada fonte de recursos; e

III - o produto de operações de crédito autorizadas.

Art. 33º Na execução da Lei Orçamentária de 2013 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares nos projetos, atividades e operações especiais integrantes do mesmo programa de governo, utilizando como fonte de recursos a anulação de até 10% de cada dotação fixada para estes mesmos projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º. Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da dotação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

§ 2º. Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades de caixa poderão ser efetuada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34º A Lei Orçamentária de 2013 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado os limites de endividamento fixado nas Resoluções do Senado nºs 40/2001 e 43/2002.

Art. 35º Ultrapassado o limite global de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36º O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei ou ato próprio quando cabível, poderão em 2013, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da lei municipal que regula a matéria, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2013 ou em créditos adicionais.

Art. 37º Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores mesmo quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38º O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - eliminação de vantagens e gratificações concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras.

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39º Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Nova Trento, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40º O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 41º Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 42º O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2010.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o primeiro dia útil do exercício financeiro de 2013, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações fixadas para despesas operacionais e constantes na proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 43º Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência momentânea de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44º Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos pelos seus saldos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45º O Executivo Municipal está autorizado em 2013 a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 46º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 07 de Novembro de 2012.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei Complementar, em 07 de Novembro de 2012.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 608/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 608/2012.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2013 e dá outras providências.

ORIVAN JARBAS ORSI, Prefeito Municipal, faz saber a todos os habitantes o Município de NOVA TRENTO, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Nova Trento, para o exercício de 2013 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2010/2013;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre as despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2013, 2014 e 2015, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as aquelas identificadas no ANEXO I desta lei com os seguintes anexos complementares:

I - Anexo I.1 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício Anterior;

II - Anexo I.2 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

III - Anexo I.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;

IV - Anexo I.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;

V - Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

VI - Anexo I.6 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

VII - Anexo I.7 - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais do Montante da Dívida;

VIII - Anexo I.8 - Demonstrativo das receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

IX - Anexo I.9 - Demonstrativo de Projeção Atuarial;

X - Anexo I.10 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

XI - Anexo I.11 - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

XII - Anexo I.12 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XIII - Anexo I.13 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XIV - Anexo II - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

XV - Anexo III - Demonstrativo dos Projetos previstos para Execução em 2013;

XVI - Anexo IV - Demonstrativo das obras que passarão para 2013 em andamento e que deverão estar incluídas como prioridade nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XVII - Anexo V - Demonstrativo da Compatibilização da Origem com a Destinação dos Recursos;

XVIII - Anexo VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados à Saúde; e

IXX - Anexo VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados ao Ensino.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2013

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2013 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS II E IV de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2013, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos II a fim de compatibilizar a despesa á receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa na execução orçamentária.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa - instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitado no tempo, do qual resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial - despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, da qual não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária - menor nível da classificação institucional da despesa, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional da despesa;

VII - receita ordinária - aquelas previstas para ingressarem na caixa da unidade gestora de forma regular, seja, pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na participação nos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física - realização da obra, fornecimento do bem ou serviço pelo contratado;

IX - execução orçamentária - arrecadação da receita, empenho e liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira - efetiva utilização dos recursos financeiros mediante pagamento das despesas, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

XI - categoria de programação, de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal - nível de classificação da despesa por programa de governo, representada pelos projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo Único - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Financeiras e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2009 e alterações posteriores.

Art. 6º. O orçamento para o exercício financeiro de 2013 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração da Estrutura Organizacional do Município aprovada pela Lei Complementar n. 11/2009 e alterações posteriores.

Art. 7º. A Lei Orçamentária para 2013 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras do Município: Prefeitura, Câmara, Fundos e Autarquias e identificará os códigos das destinações e das fontes dos recursos, especificará os recursos dos Orçamentos Fiscais (OF) e da Seguridade Social (SS) e classificará as despesas por função, sub-função, programa, projeto,

atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e Portaria Conjunta nº 2/2009 (Manual da Despesa Nacional) e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho Governo (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD com identificação da Classificação Institucional, Funcional, Programática, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação de Governo, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fonte de Recursos, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF)

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2013. (Art. 5º, III)

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2013. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2013. (Art. 8º, 50, I da LRF e Portaria STN nº 245/2007)

§ 1º. O Orçamento das Unidades Gestoras: Prefeitura, Câmara Municipal, Autarquias e Fundos que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º. Para efeito desta lei entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento

e Contabilidade própria.

§ 3º. O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD de que trata o item X deste artigo fixará a despesa para a respectiva ação de governo, classificada por Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, admitido, dentro da ação ou programa de governo o remanejamento de dotação de um Grupo de Natureza de Despesa para outro ou de uma ação para outra, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme previsto no artigo 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988.

§ 4º. Quando necessário, para atender aos objetivos e metas estabelecidas na ação de governo e por não caracterizar crédito adicional especial, é admitido a inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º. A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/64, conterá, pelo menos:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecados até 2011, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa ao Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa realizada nos exercícios de 2010 e 2011 e despesa fixada para 2012 e 2013;

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2011 a 2013;

VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Ações e Serviços Públicos de Saúde;

VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2012;

IX - Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2011, 2012 e 2013;

Art. 9º. A Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras será constituída de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para 2013.

Art. 10º. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora IPREVENT será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11º. A execução da Lei Orçamentária Anual de 2013 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos.

Art. 12º. A Lei Orçamentária Anual de 2013 poderá tratar os Fundos Municipais como Unidades Orçamentárias, transferindo, em 31/12/2011, o saldo das contas apurado em balanço desses Fundos, para a Unidade Gestora Prefeitura.

§ 1º. Os Fundos Municipais tratados na Lei Orçamentária Anual de 2013 como Unidades Orçamentárias terão suas receitas especificadas no orçamento da Unidade Gestora Prefeitura, e estas, por sua vez, vinculadas a despesas relacionadas aos seus objetivos identificados em Plano de Aplicação representados pelas planilhas de despesas referidas no artigo 6º, inciso X desta LEI.

§ 2º. O Chefe do Poder Executivo Municipal será o gestor dos

recursos vinculados a estes fundos operacionalizados como Unidades Orçamentárias.

§ 3º. Não se inclui na autorização constante do caput deste artigo os Fundos Municipais da Saúde e da Assistência Social.

Art. 13º. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2013 deverá observar os efeitos da alteração da legislação tributária, aparelhamento da máquina arrecadadora, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14º. Se a receita estimada para 2013, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15º. Na execução do orçamento, verificado ao final de cada bimestre que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes: Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira nos montantes necessários para preservar o equilíbrio de caixa em cada fonte de recursos e o cumprimento das metas de resultado primário, nominal e montante da dívida.

§ 1º. Quando a meta de arrecadação não alcançada se referir as fontes 0.1.00.000000, 0.1.01.000000 e 0.1.02.000000, a limitação de empenho e movimentação financeira recairá sobre as seguintes dotações abaixo:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidas;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotações destinadas à manutenção da frota rodoviária municipal; e

IV - Dotações que não comprometam a execução de serviços essenciais.

§ 2º. A limitação de empenho e movimentação financeira será determinada por Decreto do Poder correspondente nos trinta dias subsequentes ao encerramento do bimestre por indicação da Controladoria Geral do Município.

Art. 16º. A geração de despesas obrigatórias de caráter continuado em 2013, demonstrada no Anexo I.10 desta lei será compensada, nos termos do artigo 17, §2º, da LC n. 101/2000, com os recursos do aumento permanente da receita também demonstrado no referido anexo.

Art. 17º. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta LEI.

§ 1º. Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, com recursos do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do de 2012.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal promoverá a abertura de crédito adicional extraordinário ou

encaminhará Projeto de Lei a Câmara propondo abertura de créditos adicionais por conta da anulação parcial ou total de dotações alocadas para projetos, atividades ou operações especiais, desde que ainda não comprometidas.

§ 3º. Não se efetivando até o dia 20/12/2013 os riscos fiscais constantes do Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais especiais mediante autorização legislativa específica, ou ainda, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se apresentarem insuficientes, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduos a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos e o ato não implicar em encerrar o exercício de 2013 com insuficiência de caixa.

Art. 18º. O orçamento para o exercício de 2013 das principais Unidades Gestoras, reservará recursos de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida para passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de que trata o artigo 4º, § 3º e 5º, III da LC 101/2000, conforme ANEXO II desta LEI.

Art. 19º. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20º. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista para 2013 em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o equilíbrio de caixa.

Art. 21º. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2013 com dotações financiadas com recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o ingresso desses recursos no fluxo de caixa através da assinatura do respectivo convênio ou contrato de financiamento.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizada em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme disposto nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal e orientação constante da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 e alterações posteriores.

§ 2º. Na Lei Orçamentária Anual a codificação das contas de Receita e de Despesa será acrescida do código indicado na Tabela de Destinação de Recursos que acompanha o Orçamento da Receita, construída a partir das orientações constantes da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 e alterações posteriores, de forma que o controle do equilíbrio de caixa seja evidenciado em cada fonte de recursos.

§ 3º. O controle da disponibilidade de caixa em cada fonte de recursos, de que trata o artigo 50, inciso I, da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, será realizado no sistema de compensação e será indicada pelo saldo da conta "Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar" mediante o registro do ingresso da receita no caixa e mediante o registro da liquidação da despesa.

Art. 22º. A renúncia e os descontos de receita estimado para o exercício financeiro de 2013, constantes do ANEXO I.11 integrará também o Orçamento da Receita em contas redutoras e apresentadas no ANEXO I.1, conforme orientação da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 e alterações posteriores, dispensando assim a compensação exigida no artigo 14, II da LRF.

Art. 23º. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos beneficiará somente aquelas de caráter educativo, promoção da saúde, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, desenvolvimento econômico e de cooperação técnica voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá sempre de autorização em lei específica para cada entidade.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão requerer o benefício, acompanhado de plano de aplicação, atender as normas estabelecidas para habilitação à obtenção do recurso e prestar contas no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelas normas de controle interno.

Art. 24º. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar (federal) nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2013, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 25º As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único. As obras em andamento e os gastos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO III, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei.

Art. 26º Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal de Nova Trento quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e com a devida previsão de recursos na lei orçamentária.

Art. 27º A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2013 a preços correntes.

Art. 28º A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas no mínimo por elemento de despesa que trata a Portaria STN nº 163/2001 no momento do empenho da despesa.

Art. 29º Durante a execução orçamentária de 2013, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que estes se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2012 e constantes desta lei.

Art. 30º O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos, por exemplo: dos programas, das ações de governo, do m2 da construção, do m2 da pavimentação, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo Único. Os gastos dos serviços e das obras realizadas serão apurados a partir das metas físicas e financeiras realizadas através das operações orçamentárias e relatórios de produção fornecidos pelos titulares das Secretarias, Autarquias, Fundações e Fundos.

Art. 31º Os programas priorizados por esta lei e extraídos do Plano Plurianual, conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO VI e contemplados na Lei Orçamentária para 2013, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 32º Na execução da Lei Orçamentária de 2013, o Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita Prevista, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada fonte de recursos, observada a tendência do exercício;

II - o superávit financeiro do exercício anterior em cada fonte de recursos; e

III - o produto de operações de crédito autorizadas.

Art. 33º Na execução da Lei Orçamentária de 2013 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares nos projetos, atividades e operações especiais integrantes do mesmo programa de governo, utilizando como fonte de recursos a anulação de até 10% de cada dotação fixada para estes mesmos projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º. Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da dotação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

§ 2º. Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades de caixa poderão ser efetuada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34º A Lei Orçamentária de 2013 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado os limites de endividamento fixado nas Resoluções do Senado nºs 40/2001 e 43/2002.

Art. 35º Ultrapassado o limite global de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36º O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei ou ato próprio quando cabível, poderão em 2013, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da lei

municipal que regula a matéria, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2013 ou em créditos adicionais.

Art. 37º Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores mesmo quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38º O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - eliminação de vantagens e gratificações concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras.

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39º Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Nova Trento, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40º O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 41º Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 42º O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2010.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até

o primeiro dia útil do exercício financeiro de 2013, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações fixadas para despesas operacionais e constantes na proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 43º Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência momentânea de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44º Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos pelos seus saldos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45º O Executivo Municipal está autorizado em 2013 a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 46º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 07 de Novembro de 2012.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei Complementar, em 07 de Novembro de 2012.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 609/2012

Lei Complementar Nº 609 / 2.012

Altera Planilha de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Sr. Orivan Jarbas Orsi, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - A Planilha de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Municipal nº 306, de 26/08/2009, referente ao Programa 65 - Socorro Emergencial, dentro da Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento - fica acrescido da Ação: 2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil - Atendimento ao Cidadão, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) e da Ação: 2031 - Recuperação de Danos Causados por Intempéries - Atendimento ao Cidadão, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme planilha anexa a esta LEI.

Art. 2º - A Planilha de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Municipal nº 306, de 26/08/2009, referente ao Programa 4 - Criança e Adolescente na Escola, dentro da Secretaria Municipal da Educação - fica acrescido da Ação: 2.008 - Merenda Escolar, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), conforme planilha anexa a esta LEI.

Art. 3º - A novas Ações incluídas no PPA 2010/2013, o Poder Executivo utilizará a fonte de recursos próprios, pelo provável excesso de arrecadação apurado no corrente exercício.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam -se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 07 de novembro de 2012.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei Complementar, no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Palhoça

PREFEITURA

Resultado Pregão 174-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL
174/2012

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 174/2012, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto aquisição de balanças eletrônicas para as unidades de ensino para Secretaria de Educação, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar nos itens 01 e 02 totalizando R\$ 58.083,25 (cinquenta e oito mil, oitenta e três reais e vinte cinco centavos).

Palhoça, 12 de novembro de 2012



**O Poder Legislativo
Municipal Acessível ao Cidadão**

www.ciga.sc.gov.br

Editais de Notificação de Infrações de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 784 1/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IIX8317	8784001658	7455/0	01/09/2011	218 * I
JGH5040	8784001736	7463/0	31/08/2011	218 * II
LYI6100	8784001536	7455/0	03/09/2011	218 * I
MAL4010	8784001722	7463/0	29/08/2011	218 * II
MDD4289	8784001728	7463/0	30/08/2011	218 * II
MDI8432	8784001571	7471/0	03/09/2011	218 * III
MDW1588	8784001540	7471/0	03/09/2011	218 * III
MFK9585	8784001738	7463/0	31/08/2011	218 * II
MFN0010	8784001693	7463/0	02/09/2011	218 * II
MIO9650	8784001684	7455/0	02/09/2011	218 * I
MIO9650	8784001772	7455/0	02/09/2011	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 9 DE NOVEMBRO DE 2012

FABIANO FERREIRA

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 784 2/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANF0507	8784001715	7463/0	29/08/2011	218 * II
ANF0507	8784001791	7463/0	29/08/2011	218 * II
CKH2186	8784002106	7455/0	20/09/2011	218 * I
INC1295	8784002192	7455/0	28/09/2011	218 * I
LYU8880	8784002090	7455/0	24/09/2011	218 * I
MAZ6445	8784002102	7463/0	26/09/2011	218 * II
MCS6568	8784002175	7471/0	26/09/2011	218 * III
MDJ6137	8784002162	7455/0	25/09/2011	218 * I
MDW9025	8784002213	7471/0	21/09/2011	218 * III
MEB5016	8784002193	7455/0	28/09/2011	218 * I
MEP1043	8784002188	7455/0	27/09/2011	218 * I
MFL4959	8784001535	7455/0	03/09/2011	218 * I
MGG3894	8784002000	7455/0	15/09/2011	218 * I
MHB0021	8784002154	7455/0	25/09/2011	218 * I
MHL3180	8784001995	7455/0	13/09/2011	218 * I
MHQ7337	8784001656	7463/0	01/09/2011	218 * II
MHW9629	8784001996	7463/0	13/09/2011	218 * II
MLN2004	8784002182	7455/0	27/09/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 9 DE NOVEMBRO DE 2012

FABIANO FERREIRA

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 784 2/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 784 2/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANF0507	8784001715	7463/0	29/08/2011	218 * II
ANF0507	8784001791	7463/0	29/08/2011	218 * II
CKH2186	8784002106	7455/0	20/09/2011	218 * I
INC1295	8784002192	7455/0	28/09/2011	218 * I
LYU8880	8784002090	7455/0	24/09/2011	218 * I
MAZ6445	8784002102	7463/0	26/09/2011	218 * II
MCS6568	8784002175	7471/0	26/09/2011	218 * III
MDJ6137	8784002162	7455/0	25/09/2011	218 * I
MDW9025	8784002213	7471/0	21/09/2011	218 * III
MEB5016	8784002193	7455/0	28/09/2011	218 * I
MEP1043	8784002188	7455/0	27/09/2011	218 * I
MFL4959	8784001535	7455/0	03/09/2011	218 * I
MGG3894	8784002000	7455/0	15/09/2011	218 * I
MHB0021	8784002154	7455/0	25/09/2011	218 * I
MHL3180	8784001995	7455/0	13/09/2011	218 * I
MHQ7337	8784001656	7463/0	01/09/2011	218 * II
MHW9629	8784001996	7463/0	13/09/2011	218 * II
MLN2004	8784002182	7455/0	27/09/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 9 DE NOVEMBRO DE 2012

FABIANO FERREIRA

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Passo de Torres

PREFEITURA

Lei Nº 857/2012

LEI Nº 857 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

"CRIA VAGA PARA TAXI COM ADAPTAÇÃO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS FÍSICAS, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Nivaldo Kjillin, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município artigo 38 § 7º sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Obedecido os critérios estabelecidos na Lei nº 150 de 26 de junho de 1.995 e suas alterações, fica criada uma vaga de taxi, para veículo adaptado de forma a transportar deficientes físicos.

Parágrafo Único - O veículo destinado a transportar deficientes, físico, terá seu ponto localizado na "Praça dos Pescadores" e o seu funcionamento, obedecerá ao que dispõe a Lei nº 668 de 13 de agosto de 2009, com ressalvas do que dispõe o § 2º do artigo 4º.

Art. 2º Para a concessão da Licença para funcionamento do veículo taxi previsto nesta lei, será observado o que dispõe o artigo 17, XIV da Lei Orgânica do Município e artigo 2º da Lei nº 8.666/93.

Art 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 09 de novembro de 2012

NIVALDO KJILLIN

Presidente

Decreto Nº 267/2012

DECRETO Nº 267 DE 03 DE SETEMBRO DE 2012.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA TRANSPOSIÇÃO DE SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Art. 7º, Inciso III da Lei Nº 784/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a dotação orçamentária no Projeto Atividade da Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento do Exercício de 2012:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade: 2.010 - MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO

3.3.90.00.00.00.00.00.0122 (37) - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade: 2.010 - MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO

4.4.90.00.00.00.00.00.0122 (153) - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011- Lei Municipal nº. 763/2011 de 14 de setembro de 2011 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei nº. 784/2011 de 24 de novembro de 2011, que se fizerem necessários em função das alterações do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Passo de Torres, 03 de setembro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 03 de setembro de 2012.

ÉDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 272/2012

DECRETO Nº 272, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012.

"APROVA A ALTERAÇÃO DO CONDOMÍNIO VILAS DO MAR TORRES RESIDENCIAL PARQUE PARA FINS RESIDENCIAIS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Art. 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto lei Nº 3.365, de 21/06/1945 e as Leis Nº4. 132/62 e Nº4. 504/64; em conformidade com a Lei Federal de nº. 6766/79, Lei Estadual nº. 6063/82 e Lei Municipal de nº. 752/2011, que trata da implantação de loteamento e condomínio fechado.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovada a alteração do condomínio denominado "Condomínio Vilas do Mar Torres Residencial Parque", aprovado anteriormente em 2001 (50/2001), com alteração em 2008 (61/2008), localizado no município de Passo de Torres/ S/C, com área superficial de 101.621,60 m² registrado na matrícula nº. 6.662 do CRI de Santa Rosa do Sul/SC, para fins residenciais, na zona urbana da cidade de Passo de Torres, mediante prévia apreciação dos projetos pelos órgãos públicos correspondentes.

Artigo 2º -O plano de loteamento possui:

- 160 lotes e doze quadras perfazendo 73.564,78 m²;

- Ruas e avenidas perfazendo 21.656,22 m²;;

- Área verde perfazendo 6.400,60 m²;

- Área Institucional dispensada pela Chefe do poder Executivo municipal de acordo com o requerimento deferido em anexo, de acordo com a Lei Municipal 752/11.

Artigo 3º- Todas as obras, coletivas ou individuais, que vierem a ser edificadas no condomínio ou nos lotes, deverão ser previamente submetidas à aprovação pelo Município, aplicando-se a elas as mesmas normas aplicáveis às construções daquela zona, bairro ou vila, segundo as normas municipais.

Artigo 4º - O Município, por seus agentes, fiscalizará a execução das obras de infra-estrutura, fornecendo ao final o termo de conclusão da obra.

Artigo 5º - O Município por seus agentes fiscalizará a execução das obras individuais nos lotes criados, fornecendo ao final alvará de habite-se.

Artigo 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 17 de Setembro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 17 de Setembro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 273/2012

DECRETO Nº.273 DE 17 DE SETEMBRO DE 2012.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Art. 7º, Inciso I da Lei Nº 784/2011;

Art. 1º - Fica suplementada a dotação orçamentária no Projeto Atividade da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, abaixo discriminado, no montante de R\$ 3.456,00 (três mil quatrocentos e cinquenta e seis reais), no orçamento do Exercício de 2012:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Proj/Atividade: 2.012 - MANUTENÇÃO DE CRECHES

3.3.90.00.00.00.00.00.0060 (52) - Aplicações Diretas R\$ 3.456,00
Total R\$ 3.456,00

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá por conta do excesso de arrecadação acumulado até o mês de agosto, proveniente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, programa PNAE, creditado na conta corrente nº17278-2 da agência 778-1 do Banco do Brasil.

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011- Lei Municipal nº. 763/2011 de 14 de setembro de 2011 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei nº. 784/2011 de 24 de novembro de 2011, que se fizerem necessários em função das alterações do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Passo de Torres, 17 de setembro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 17 de setembro de 2012.

ÉDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 096/2012

PORTARIA Nº 096, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, SERGIO LUIZ FERREIRA LOUZADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor Público Municipal, Sergio Luiz Ferreira Louzada, referente aos períodos aquisitivos de 1993 à 1998; 1998/2003; 2003/2008.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos por período, iniciando em 08/10/2012 e com término em /01/2013.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 08/10/2012.

Art.4º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 087/2012.

Passo de Torres, em 01 de novembro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 3692/2012 - de 05 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 3692/2012 - DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

"RETIFICA DECRETO Nº 3125 DE 21.09.2012, O QUAL CONCEDEU APOSENTADORIA POR IDADE COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, PARA SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal do Município de Pinheiro Preto - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na alínea "b", inciso III, § 1º do artigo 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda 41 e de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 81/99 de, e demais normas aplicáveis à matéria,

DECRETA:

ARTIGO 1º. O artigo 3º do Decreto nº 3125/2009 de 21.09.2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

ARTIGO 3º. A proporcionalidade equivale a 73,93% (setenta e três vírgula noventa e três por cento), calculados sobre o piso da servidora, fixado em setembro/2009 em R\$ 821,58 (oitocentos e vinte e um reais e cinquenta e oito centavos)".

ARTIGO 2º. As despesas decorrentes com a execução do presente DECRETO serão por conta de dotações orçamentárias próprias, constantes do Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto - IPREPI, vigente em cada exercício financeiro.

ARTIGO 3º. Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 21.09.2009.

ARTIGO 4º. Revogam se as disposições em contrário.

Pinheiro Preto, 01 de novembro de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 983/2012

DECRETO Nº 983, de 08 de novembro de 2012.

Dispõe sobre o "Calendário de Feriados e Dias Santificados do Exercício de 2013", no Município de Porto União.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 2.464, de 22 de outubro de 1999, e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º O Calendário de Feriados e Dias Santificados do Município de Porto União para o exercício de 2013 é o seguinte:

JANEIRO - 2013

Dia 1º (Terça-feira) Dia de Confraternização Universal - Feriado Nacional

FEVEREIRO - 2013

Dia 12 (Terça-feira) Carnaval - Ponto Facultativo

Dia 13 (Quarta-feira de Cinzas) - Ponto Facultativo até 12:00 horas

MARÇO - 2013

Dia 29 (Sexta-feira) Paixão de Cristo - Feriado Religioso Municipal

Dia 31 (Domingo) Páscoa - Feriado Nacional

ABRIL - 2013

Dia 21 (Domingo) Tiradentes - Feriado Nacional

MAIO - 2013

Dia 1º (Quarta-feira) Dia Mundial do Trabalho - Feriado Nacional

Dia 30 (Quinta-feira) Corpus Christi - Feriado Religioso Municipal

SETEMBRO - 2013

Dia 05 (Quinta-feira) Emancipação do Município - Feriado Municipal

Dia 07 (Sábado) Independência do Brasil - Feriado Nacional

OUTUBRO - 2013

Dia 07 (Segunda-feira) Nossa Senhora das Vitórias - Ponto Facultativo

Padroeira do Município

Dia 12 (Sábado) Nossa Senhora Aparecida - Feriado Nacional

Dia 28 (Segunda-feira) Dia do Funcionário Público - Ponto Facultativo

NOVEMBRO - 2013

Dia 02 (Sábado) Finados - Feriado Nacional

Dia 15 (Sexta-feira) Proclamação da República - Feriado Nacional

DEZEMBRO - 2013

Dia 25 (Quarta-feira) Natal - Feriado Nacional

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 08 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto Nº 985/2012

DECRETO Nº 985, de 09 de novembro de 2012.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.892, de 30 de junho de 2011 (LDO) e 3.939, de 29 de novembro de 2011 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais):

ÓRGÃO	ORGÃO	0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO	
UNIDADE	0207 - SEC. MUN. TRANSP. OBRAS E SERVS. PÚBLICOS		
ATIVIDADE	2028 - Manutenção Departamento de Urbanismo		
MODALIDADE	3390 - 100 - Aplicações Diretas	40	10.000,00
UNIDADE	0208 - SEC. MUN. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
ATIVIDADE	2022 - Manutenção Sec. Agricultura e Meio Ambiente		
MODALIDADE	3390 - 100 - Aplicações Diretas	88	20.000,00
UNIDADE	0210 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
ATIVIDADE	2033 - Encargos Gerais da Administração		
MODALIDADE	3390 - 100 - Aplicações Diretas	114	20.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro ocorrido no exercício de 2011, na Fonte 100.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 09 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Portaria N.º 1305/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.305, de 01 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 24 de setembro de 2012, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município e Artigo 4º do Decreto 668/2011, ao servidor Devondir Ferreira, ocupante do cargo de Agente de Serviços Públicos - Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 24 de setembro de 2012.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Extrato de Contrato Aditivo 191/2012

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 191/2012
Aditivo ao contrato 123/2012
Partes: Município de Porto União e Aligra Materiais Elétricos Ltda.

CLAUSULA SEGUNDA - Do Valor Contratual

Adita-se o valor de R\$ 6.263,25 (seis mil duzentos e sessenta e três reais e vinte e cinco centavos) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 05 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Termo de Revogação da Dispensa de Licitação 004/2012 - Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 032/2012 - EDUCAÇÃO
Dispensa de Licitação 004/2012 - EDUCAÇÃO
Termo de Anulação
Anula-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8666/1993.

Porto União SC, 01 de Novembro de 2012
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Rio do Sul**PREFEITURA****Decreto 2906/12**

DECRETO Nº 2906, de 10 de outubro de 2012.
"EXONERA FERNANDO CLAUDINO DAVILA"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera, o servidor FERNANDO CLAUDINO DAVILA, do cargo em comissão de Consultor Jurídico Fazendário (20h) da Procuradoria Geral do Município, sendo 31/10/2012 o último dia trabalhado, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e Art. 2º, da Lei Complementar nº 229 de 20/09/2011, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
10 de outubro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração

Decreto 2907/12

DECRETO Nº 2907, de 10 de outubro de 2012.
"EXONERA EDSON LUIS ZANIS"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera, o servidor EDSON LUIS ZANIS, do cargo em comissão de Consultor Jurídico Contencioso Geral (20h) da Procuradoria Geral do Município, sendo 31/10/2012 o último dia trabalhado, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e Art. 2º, da Lei Complementar nº 229 de 20/09/2011, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
10 de outubro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração

Decreto 2939/12

DECRETO Nº 2939, de 25 de outubro de 2012
"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Processo Seletivo do Município de Rio do Sul - Edital nº 010/2012, destinado ao preenchimento de vagas para a função de Professor, em caráter temporário, com atuação na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com a Lei nº 3.796 de 26/06/2002 e alterações posteriores.

Art. 2º - Ficam designados para compor a comissão de que trata o Art. 1º deste Decreto:

Rodrigo Antonio F. F. S. Moratelli - Presidente
Ivone Kolv Kriek
Ruth Stoer Gude
Carla Fabiana Ribeiro
Ramiro de Liz e Souza
Carmela Suzana da Veiga Ferreira
Maristela Regina Balbinot

Art. 3º - À referida Comissão, compete: a elaboração do edital, a execução, acompanhamento e supervisão de todas as etapas de avaliação, a emissão de julgamentos e deliberação sobre os casos omissos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

25 de outubro de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto 2965/12

DECRETO Nº 2.965, de 08 de novembro de 2012.

"FIXA O VALOR DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL- UFM PARA O EXERCÍCIO DE 2013"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 53, de 06 de dezembro de 2000, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 85, de 31 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM para o exercício de 2013 em R\$ 2,4621 (dois reais e quatro mil seiscentos e vinte e um décimos de milésimos de real).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

08 de novembro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

EUGÊNIO VICENZI

Secretário Municipal da Fazenda

Portaria N. 1202/RH

PORTARIA N. 1202/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Promoção Funcional sem mudança de área, à servidora DINALVA MARIA SEMEONI, matrícula n. 9660/09, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Nível II, Classe "A", promovendo-o para o Nível III, Classe "A", mediante apresentação do certificado de conclusão do curso de Pós-Graduação "Lato sensu" especialização em Orientação, Supervisão e Gestão Pública Escolar Democrática, através do protocolo n. 137104/2012, com fundamento no Art. 13 "A", da Lei Complementar n. 159/2006.

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes da Promoção Funcional serão devidos a partir de 19 de outubro de 2012.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria Nº 1219/RH

PORTARIA Nº 1219/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 31/10/2012 a 29/12/2012, concedida através da Portaria nº 0929/RH de 23/07/2012, ao servidor municipal SANDRO RENATO SOFKA, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, classe D.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de Novembro de 2012

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

TAS

Portaria Nº 1220/RH

PORTARIA Nº 1220/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 17/10/2012 a 30/11/2012, ao servidor municipal VOLNI ROGERIO SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de Novembro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1221/RH

PORTARIA Nº 1221/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 29/10/2012 a 27/11/2012, a servidora municipal JANE LAURENTINO SEZERINO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de Novembro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1222/RH

PORTARIA Nº 1222/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 01/11/2012 a 30/12/2012, concedida através da Portaria nº 1060/RH de 28/09/2012, ao servidor municipal RONALDO DA ROCHA, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de Novembro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1223/RH

PORTARIA Nº 1223/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Promover a Readequação da servidora municipal EUNICE PERFOLL, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, em conformidade com o Art. 33, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, por período 01/11/2012 a 31/10/2013, executando atividades que não necessitem esforço físico, manipulação de alimentos e contato direto com crianças, conforme parecer da Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de Novembro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 1224/RH

PORTARIA Nº. 1224/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, ERICKSON SLOMP NOGUEIRA, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Matemática, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de novembro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria Nº 1228/RH

PORTARIA Nº. 1228/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologa a Lotação da servidora municipal NADIR XAVIER, Auxiliar de Serviços Gerais feminino, no Centro de Educação Infantil Aquarela, nos termos do Art. 18º, Lei Complementar n. 207 de 28/10/2010 e alterações posteriores, considerando a assinatura do Termo de Escolha de Vagas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de outubro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Rls

Portaria Nº. 1207/RH

PORTARIA Nº. 1207/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI,

Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, a partir de 01/11/2012, o cargo de provimento efetivo AUXILIAR SERVICOS GERAIS MASCULINO, ocupado pelo(a) servidor(a) EVALDO SCHUSSLER, matrícula nº 460001, em virtude de sua Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, conforme Decreto nº 2.944 de 26 de outubro de 2012.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº. 1208/RH

PORTARIA Nº. 1208/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, a partir de 01/11/2012, o cargo de provimento efetivo TELEFONISTA (36h), ocupado pelo(a) servidor(a) EDIT ROCHA, matrícula nº 234801, em virtude de sua Aposentadoria voluntária por idade, conforme Decreto nº 2.943 de 26 de outubro de 2012.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº. 1209/RH

PORTARIA Nº. 1209/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, a partir de 01/11/2012, o cargo de provimento efetivo OPERADOR DE EQUIPAMENTOS, ocupado pelo(a) servidor(a) LUIZ CEZAR PHILIPPI, matrícula nº 121001, em virtude de sua Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, conforme Decreto nº 2.942 de 26 de outubro de 2012.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº. 1225/RH

PORTARIA Nº. 1225/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, a partir de 08/11/2012, o cargo de provimento efetivo OPERADOR DE EQUIPAMENTOS, ocupado pelo(a) servidor(a) ENI JOSE GARCIA, matrícula nº 2269102, em virtude de sua aposentadoria compulsória.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de novembro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



www.ciga.sc.gov.br

Editais de Notificação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO:**

Nº 043 1555/2012, Nº 043 1556/2012, Nº 043 1557/2012, Nº 043 1558/2012, Nº 043 1559/2012, Nº 043 1560/2012, Nº 043 1561/2012, Nº 043 1562/2012, Nº 043 1563/2012, Nº 043 1564/2012, Nº 043 1565, Nº043 1566/2012, Nº043 1567/2012, Nº043 1568/2012, Nº043 1569/2012, Nº043 1570/2012, Nº043 1571/2012, Nº043 1572/2012, Nº043 1573/2012, Nº043 1574/2012.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1555/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DDO0475	55332433D	6920/0	09/08/2012	233
LWZ6826	55284928D	5010/0	06/09/2012	162 * I
LWZ6826	55284929D	6599/2	06/09/2012	230 * V
LWZ9545	55332512D	6920/0	10/09/2012	233
LXL0694	55332470D	6920/0	23/08/2012	233
LXW7415	55332566D	6920/0	19/09/2012	233
LYD7659	55285627D	6599/2	04/09/2012	230 * V
LYD8640	55332478D	6920/0	27/08/2012	233
LYK6287	55284947D	5045/0	30/09/2012	162 * V
LYV1087	55332469D	6920/0	23/08/2012	233
LZS8961	55332537D	6920/0	12/09/2012	233
LZT1144	55332529D	6920/0	14/09/2012	233
LZV5453	55332559D	6920/0	21/09/2012	233
LZX7265	55332468D	6920/0	22/08/2012	233
MAI7461	55332560D	6920/0	21/09/2012	233
MAL6638	55332392D	6920/0	02/08/2012	233
MAN4210	55332557D	6920/0	20/09/2012	233
MAQ6672	55332551D	6920/0	20/09/2012	233
MBE4932	55332458D	6920/0	17/08/2012	233
MBS0249	55332438D	6920/0	13/08/2012	233
MBS8817	55332572D	6920/0	24/09/2012	233
MBY8633	55332485D	6920/0	21/08/2012	233
MCF3436	55284838D	6556/1	11/09/2012	230 * I
MCI4969	55327611D	6599/2	15/09/2012	230 * V
MCI4969	55327612D	6408/0	15/09/2012	221
MCN8141	55328101D	5010/0	02/09/2012	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCN8141	55328102D	5118/0	02/09/2012	164 c/c 162 * I
MDA2767	55332562D	6920/0	21/09/2012	233
MED7027	55894943B	6599/2	14/09/2012	230 * V
MED7027	55894944B	6912/0	14/09/2012	232
MEG3688	55891336B	5169/1	24/09/2012	165
MEY5199	55283844D	5010/0	12/09/2012	162 * I
MEY5199	55283845D	5118/0	12/09/2012	164 c/c 162 * I
MEY5199	55283846D	6599/2	12/09/2012	230 * V
MFQ5618	55281787D	5169/1	22/09/2012	165
MFY8165	55327953D	6599/2	20/08/2012	230 * V
MGT2060	55328647D	5169/1	08/09/2012	165
MIA7542	55327610D	6599/2	11/09/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1556/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABW3733	55285590D	5541/6	21/09/2012	181 * XVII
AKH9629	55285588D	5541/6	17/09/2012	181 * XVII
AOC5397	55326338D	7366/2	02/09/2012	252 * VI
AOL5688	55327941D	7366/2	24/08/2012	252 * VI
BNW3715	55285624D	5541/6	30/08/2012	181 * XVII
CKE2514	55285574D	5541/1	31/08/2012	181 * XVII
DRH5695	55285743D	5541/4	26/09/2012	181 * XVII
DUF5023	55286003D	5541/6	24/09/2012	181 * XVII
GSD5715	55284199D	5541/1	04/09/2012	181 * XVII
HAO9214	55284674D	5541/6	29/08/2012	181 * XVII
IDH5525	55285857D	5568/0	20/09/2012	181 * XIX
LOA7612	55284931D	5541/6	10/09/2012	181 * XVII
LXD8298	55284676D	5541/6	31/08/2012	181 * XVII
LXG8463	55327932D	6050/1	20/08/2012	208
LXL0798	55285671D	5541/1	22/09/2012	181 * XVII
LXP7086	55285811D	5541/1	20/09/2012	181 * XVII
LYC7224	55285935D	5541/4	19/09/2012	181 * XVII
LYD7659	55285626D	5460/0	04/09/2012	181 * IX
LYO9009	55285753D	6050/1	14/09/2012	208
LYP3472	55285068D	6041/2	27/09/2012	207
LZO0666	55284948D	5452/3	30/09/2012	181 * VIII
LZQ3994	55285056D	5541/6	22/09/2012	181 * XVII
LZV9263	55892576B	7366/2	06/09/2012	252 * VI
MAQ1419	55326784D	6319/0	25/08/2012	220 * VI
MAY1126	55284678D	5541/6	31/08/2012	181 * XVII
MBC1398	55892574B	5800/0	17/09/2012	192

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBC1398	55892575B	5835/0	17/09/2012	195
MBH9586	55285939D	5541/1	19/09/2012	181 * XVII
MBK3457	55285059D	5541/1	22/09/2012	181 * XVII
MBQ4254	55327030D	7048/1	24/09/2012	244 * II
MCK7249	55285610D	5568/0	23/08/2012	181 * XIX
MDD3202	55892573B	5967/0	17/09/2012	203 * V
MDF7352	55892599B	5193/0	22/09/2012	168
MDM6700	55891328B	5452/1	25/08/2012	181 * VIII
MDX3553	55285663D	5452/2	03/09/2012	181 * VIII
MEK7267	55284491D	5541/6	31/08/2012	181 * XVII
MEO5407	55892584B	7366/2	06/09/2012	252 * VI
MEP4413	55285940D	5878/0	20/09/2012	199
MER8246	55284679D	7366/2	31/08/2012	252 * VI
MFA3316	55284946D	6041/2	26/09/2012	207
MFE9752	55285669D	7366/2	21/09/2012	252 * VI
MFF9086	55891334B	5541/1	22/09/2012	181 * XVII
MFJ3531	55327946D	7048/1	24/08/2012	244 * II
MFJ3531	55327947D	5835/0	24/08/2012	195
MFT6172	55285737D	5541/4	25/09/2012	181 * XVII
MHK7802	55326439D	6050/1	09/09/2012	208
MHK7802	55326440D	5185/1	09/09/2012	167
MHU1440	55891333B	5800/0	22/09/2012	192
MIA5380	55284975D	5541/4	10/09/2012	181 * XVII
MIC4296	55285672D	5460/0	25/09/2012	181 * IX
MIG0249	55886907B	5185/1	08/09/2012	167
MIV6255	55277294D	5541/6	25/09/2012	181 * XVII
MJG6803	55284974D	5541/4	10/09/2012	181 * XVII
MKD9903	55285623D	7366/2	30/08/2012	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2012

ALECIO LEONTINO PEREIRA

DIRETOR DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1557/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAW5458	55282373D	5169/1	13/05/2012	R\$ 957,69	165
ACL3375	55332159D	6920/0	30/05/2012	R\$ 127,69	233
ACT1992	55326580D	6610/2	29/04/2012	R\$ 127,69	230 * VII
AFQ6519	55895570B	6599/2	25/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
AFQ6519	55895571B	5010/0	25/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
AGA3165	55332077D	6920/0	15/05/2012	R\$ 127,69	233
AVH0730	55332173D	6920/0	31/05/2012	R\$ 127,69	233
BFN7370	55332122D	6920/0	22/05/2012	R\$ 127,69	233
BJH4154	55888893B	5169/1	26/05/2012	R\$ 957,69	165
BVJ7098	55332388D	6920/0	11/08/2012	R\$ 127,69	233
CEX4342	55332128D	6920/0	23/05/2012	R\$ 127,69	233
CRG3227	55332123D	6920/0	22/05/2012	R\$ 127,69	233
JNA6329	55326874D	5169/1	13/05/2012	R\$ 957,69	165
JUW4803	55332361D	6920/0	23/07/2012	R\$ 127,69	233
LNT7436	55327576D	6548/2	03/06/2012	R\$ 85,12	229
LWS0915	55326590D	5010/0	24/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
LXC7900	55326876D	6599/2	29/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXC7900	55326877D	5061/0	29/05/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LXC7900	55326879D	5010/0	29/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
LXH8369	55327067D	5010/0	18/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
LXH8369	55327068D	6599/2	18/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXH8369	55327069D	5169/1	18/05/2012	R\$ 957,69	165
LXH8369	55327070D	6912/0	18/05/2012	R\$ 53,20	232
LXQ2851	55332092D	6920/0	16/05/2012	R\$ 127,69	233
LXU0148	55283126D	6599/2	04/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXY2132	55332036D	6920/0	24/04/2012	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYH3481	55332073D	6920/0	10/05/2012	R\$ 127,69	233
LYK1727	55332375D	6920/0	27/07/2012	R\$ 127,69	233
LYX3168	55332080D	6920/0	10/05/2012	R\$ 127,69	233
LZA8958	55332045D	6920/0	26/04/2012	R\$ 127,69	233
LZE2657	55895176B	6556/1	20/05/2012	R\$ 191,53	230 * I
LZL2477	55332138D	6920/0	25/05/2012	R\$ 127,69	233
LZM5913	55332162D	6920/0	30/05/2012	R\$ 127,69	233
LZM8352	55332067D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233
MAE3440	55328603D	6599/2	27/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAF1387	55332040D	6920/0	25/04/2012	R\$ 127,69	233
MAS9685	55332119D	6920/0	21/05/2012	R\$ 127,69	233
MBC7002	55332078D	6920/0	15/05/2012	R\$ 127,69	233
MBG8989	55327074D	5010/0	09/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBP8997	55282090D	5045/0	08/06/2012	R\$ 191,53	162 * V
MBP8997	55282149D	6599/2	08/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBZ0136	55327763D	6432/2	01/07/2012	R\$ 127,69	223
MCE2051	55281539D	5010/0	01/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCE2051	55281540D	5118/0	01/06/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCE2051	55282450D	6599/2	01/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCF0243	55327073D	6599/2	02/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCH8247	55331998D	6920/0	13/04/2012	R\$ 127,69	233
MCK7056	55332044D	6920/0	26/04/2012	R\$ 127,69	233
MCN1709	55332099D	6920/0	11/05/2012	R\$ 127,69	233
MCT0727	55282266D	6599/2	24/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCT0727	55282267D	5037/1	24/05/2012	R\$ 574,61	162 * III
MCX1434	55282830D	5118/0	18/05/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCX1434	55282991D	5010/0	18/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCX1434	55282992D	6599/2	15/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDF2284	55332165D	6920/0	30/05/2012	R\$ 127,69	233
MDV0692	55327772D	6599/2	17/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDZ3928	55332085D	6920/0	16/05/2012	R\$ 127,69	233
MEE5436	55332332D	6920/0	16/07/2012	R\$ 127,69	233
MEH4342	55332039D	6920/0	24/04/2012	R\$ 127,69	233
MEM7569	55283714D	5010/0	21/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEM7569	55283715D	5118/0	21/05/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MER1917	55283809D	5010/0	01/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MET3046	55282434D	5045/0	11/05/2012	R\$ 191,53	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEU6441	55891318B	6599/2	18/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFD5401	55332151D	6920/0	28/05/2012	R\$ 127,69	233
MFL9121	55890042B	6726/1	29/04/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGT0855	55895641B	5118/0	11/05/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGT0855	55895642B	5010/0	11/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHF0613	55332112D	6920/0	17/05/2012	R\$ 127,69	233
MIG2961	55281538D	5010/0	01/06/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1560/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHV4696	55328278D	6050/1	22/09/2012	208
AQY0389	55328251D	7366/2	13/09/2012	252 * VI
BVO9857	55285946D	6050/1	28/09/2012	208
INR1276	55284970D	5541/1	06/09/2012	181 * XVII
JNS3523	55328293D	7366/2	22/09/2012	252 * VI
LXI0066	55328105D	5738/0	02/09/2012	186 * II
LYV3010	55285596D	5541/1	03/10/2012	181 * XVII
LZS7654	55328275D	7048/1	18/09/2012	244 * II
LZT6452	55285903D	6050/1	10/09/2012	208
LZZ3645	55285912D	6858/0	10/09/2012	231 * VII
LZZ5168	55283842D	5193/0	02/09/2012	168
MAV3772	55285061D	5541/1	26/09/2012	181 * XVII
MBC9527	55286105D	5509/0	04/10/2012	181 * XIII
MBG8758	55328259D	7366/2	13/09/2012	252 * VI
MBX6435	55285713D	5541/4	10/09/2012	181 * XVII
MCN8861	55328276D	7366/2	18/09/2012	252 * VI
MCW1947	55284950D	5541/6	03/10/2012	181 * XVII
MDZ9021	55892562B	7366/2	29/08/2012	252 * VI
MEK3815	55285911D	7366/2	10/09/2012	252 * VI
MEQ4868	55286005D	5541/1	01/10/2012	181 * XVII
MET9379	55286108D	5541/1	04/10/2012	181 * XVII
MEU3342	55285944D	5541/6	28/09/2012	181 * XVII
MGJ7765	55328256D	7366/2	13/09/2012	252 * VI
MGW7581	55284197D	5541/1	31/08/2012	181 * XVII
MGW8424	55285901D	5185/1	10/09/2012	167
MHB0675	55284976D	5541/6	10/09/2012	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJD1282	55285945D	7366/2	28/09/2012	252 * VI
MJO8435	55326349D	7056/1	09/09/2012	244 * III
MJO8435	55326350D	7030/2	09/09/2012	244 * I
MKF9219	55285913D	5185/1	11/09/2012	167
MMA2211	55284769D	5207/0	26/09/2012	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2012

ALECIO LEONTINO PEREIRA

DIRETOR DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1561/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BMT3656	55332102D	6920/0	14/05/2012	R\$ 127,69	233
MDR2968	55895177B	5045/0	02/06/2012	R\$ 191,53	162 * V
MHB0739	55332352D	6920/0	19/07/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1562/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBN9935	55283382D	5541/2	02/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDQ5819	55284552D	7366/2	27/07/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MHE4281	55327759D	6050/1	30/06/2012	R\$ 191,53	208
MIQ7262	55282295D	7366/2	26/07/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MJP7839	55283345D	7366/2	23/07/2012	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2012

ALECIO LEONTINO PEREIRA

DIRETOR DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1563/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CIH4175	55332536D	6920/0	12/09/2012	233
CLG9855	55332466D	6920/0	22/08/2012	233
LXV3309	55332535D	6920/0	12/09/2012	233
MAU9512	55332494D	6920/0	30/08/2012	233
MAV4740	55332538D	6920/0	12/09/2012	233
MBH8734	55286057D	5169/1	06/10/2012	165
MBH8734	55286215D	6637/1	06/10/2012	230 * IX
MCK5294	55285721D	6556/1	11/09/2012	230 * I
MEK7277	55286125D	6599/2	08/10/2012	230 * V
MEK7277	55286126D	5037/1	08/10/2012	162 * III
MEK7277	55286127D	5134/1	08/10/2012	164 c/c 162 * III
MEK7277	55286128D	6912/0	08/10/2012	232
MHD4700	55284698D	5169/1	19/09/2012	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1564/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APH4717	55285542D	5541/1	04/10/2012	181 * XVII
COH3294	55285085D	5541/6	09/10/2012	181 * XVII
DET2290	55285711D	7366/2	10/09/2012	252 * VI
DHV5310	55286053D	5541/4	06/10/2012	181 * XVII
KAB0370	55286253D	5541/4	08/10/2012	181 * XVII
LWU3732	55284622D	5541/6	21/09/2012	181 * XVII
LXO3253	55285756D	5541/5	19/09/2012	181 * XVII
LYJ5712	55286027D	6050/1	09/10/2012	208
LYJ9990	55285817D	5568/0	03/10/2012	181 * XIX
MAL4018	55286151D	5541/4	05/10/2012	181 * XVII
MAT3950	55285730D	5541/5	17/09/2012	181 * XVII
MAU3982	55286114D	5738/0	08/10/2012	186 * II
MBA1685	55285929D	5185/2	15/09/2012	167
MBA7989	55285540D	5541/1	04/10/2012	181 * XVII
MBK6637	55286025D	7366/2	09/10/2012	252 * VI
MBY4056	55284500D	5541/1	05/10/2012	181 * XVII
MCB7616	55285921D	5541/1	14/09/2012	181 * XVII
MCN0908	55286014D	5541/6	05/10/2012	181 * XVII
MCU3940	55286203D	6491/0	06/10/2012	227 * II
MCX2088	55284629D	5460/0	11/10/2012	181 * IX
MEX0256	55284998D	5541/6	04/10/2012	181 * XVII
MFI4726	55285816D	5967/0	03/10/2012	203 * V
MFI9218	55285549D	5967/0	08/10/2012	203 * V
MFI9218	55286121D	5967/0	08/10/2012	203 * V
MFM5575	55285860D	5568/0	24/09/2012	181 * XIX
MFY4476	55285156D	7366/2	11/10/2012	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHD4700	55284699D	5819/2	19/09/2012	193
MHH4834	55285679D	5460/0	05/10/2012	181 * IX
MHU9750	55285810D	5541/1	17/09/2012	181 * XVII
MIB4061	55285731D	5541/1	17/09/2012	181 * XVII
MIF8122	55284559D	5193/0	06/10/2012	168
MIM0803	55285524D	6050/1	29/08/2012	208
MIY7558	55284561D	7366/2	06/10/2012	252 * VI
MJR3003	55284628D	5541/6	11/10/2012	181 * XVII
MJW1230	55284697D	5541/5	19/09/2012	181 * XVII
MMJ1025	55284563D	5185/1	06/10/2012	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2012

ALECIO LEONTINO PEREIRA

DIRETOR DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1565/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BOM8144	55895215B	5010/0	27/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
BOM8144	55895216B	5118/0	27/04/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
CYS6333	55888894B	6599/2	09/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
ERN0777	55326438D	6408/0	21/08/2012	R\$ 85,12	221
ERN0777	55891326B	6599/2	21/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZS0541	55284671D	5010/0	26/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAV3253	55332297D	6920/0	09/07/2012	R\$ 127,69	233
MBJ2015	55282556D	5010/0	20/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDP2208	55331974D	6920/0	10/04/2012	R\$ 127,69	233
MIL0561	55895047B	5010/0	23/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIL0561	55895049B	6599/2	23/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIL9323	55331987D	6920/0	12/04/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1566/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAI6552	55284402D	6050/1	05/07/2012	R\$ 191,53	208
AAL2983	55284155D	5568/0	02/07/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
AFF5950	55283567D	5185/1	29/06/2012	R\$ 127,69	167
AKM6967	55284662D	5967/0	14/08/2012	R\$ 191,53	203 * V
AKR5292	55284092D	6050/1	01/08/2012	R\$ 191,53	208
ALA0078	55284324D	5541/6	10/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
AMP5079	55283035D	5541/4	04/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
ATL0951	55283359D	5541/2	11/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
ATO0504	55282737D	5185/1	05/07/2012	R\$ 127,69	167
BEY0808	55327792D	6050/2	13/07/2012	R\$ 191,53	208
BEY0808	55327793D	5185/1	13/07/2012	R\$ 127,69	167
BNB2788	55327581D	7366/2	01/06/2012	R\$ 85,12	252 * VI
BNZ6736	55281777D	5460/0	05/06/2012	R\$ 85,12	181 * IX
CFQ6582	55283381D	5541/2	02/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
CLB5812	55283699D	5185/1	22/08/2012	R\$ 127,69	167
CLS4281	55284369D	5541/4	06/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
CMA6756	55284205D	5568/0	03/07/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
CVE2235	55282285D	5185/1	10/07/2012	R\$ 127,69	167
DDP9245	55327746D	5401/0	29/06/2012	R\$ 127,69	181 * III
DDW6924	55282082D	5452/1	04/06/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
DEE8805	55283242D	5541/2	09/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DEZ7595	55283095D	5550/0	02/07/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
DJN3966	55284058D	6041/2	26/06/2012	R\$ 127,69	207
DLP3192	55327703D	5193/0	13/06/2012	R\$ 191,53	168
DMB2839	55284362D	5541/5	06/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DOE1610	55895231B	7056/2	15/05/2012	R\$ 191,53	244 * III c/c §1º

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DOE1610	55895232B	5835/0	15/05/2012	R\$ 127,69	195
DOE1610	55895233B	6050/1	15/05/2012	R\$ 191,53	208
DXE0303	55283249D	5541/2	09/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
GQN0153	55284467D	5541/6	26/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
ICS4446	55895590B	5215/2	13/07/2012	R\$ 191,53	170
IGL0683	55327513D	7366/2	08/05/2012	R\$ 85,12	252 * VI
IIW6562	55281847D	7366/2	14/05/2012	R\$ 85,12	252 * VI
ILG7082	55282919D	5550/0	08/06/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
KFH7648	55283569D	5185/1	29/06/2012	R\$ 127,69	167
LCW1184	55283352D	5541/2	09/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LUH2422	55284515D	7366/2	23/07/2012	R\$ 85,12	252 * VI
LWU8184	55282294D	5541/5	26/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LWX1448	55283380D	5541/2	02/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXM7119	55284090D	6050/1	01/08/2012	R\$ 191,53	208
LXZ3336	55284059D	5541/4	30/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXZ4538	55283241D	5541/2	25/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LYC0189	55283080D	5185/1	27/06/2012	R\$ 127,69	167
LYD2283	55283377D	5541/2	02/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LYM2533	55281519D	5541/5	04/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LYQ2842	55283679D	5185/1	05/07/2012	R\$ 127,69	167
LYT9764	55282838D	7030/2	22/05/2012	R\$ 191,53	244 * I
LYU1477	55327580D	5819/1	01/06/2012	R\$ 574,61	193
LYY5160	55283505D	5541/4	15/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LZM8352	55281848D	6050/1	22/05/2012	R\$ 191,53	208
LZT3966	55283212D	5541/2	24/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAA6686	55283944D	5185/1	19/07/2012	R\$ 127,69	167
MAF3057	55282812D	5452/1	14/05/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MAI1090	55282913D	5452/1	04/06/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MAT4414	55327760D	5967/0	30/06/2012	R\$ 191,53	203 * V
MAV1355	55283938D	5185/1	11/07/2012	R\$ 127,69	167
MAY8552	55284271D	5479/0	14/07/2012	R\$ 85,12	181 * X
MBB3322	55284405D	5541/4	09/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBG4726	55282388D	5550/0	22/06/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBL1225	55284529D	5452/3	28/07/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MBN4446	55283312D	5185/1	29/06/2012	R\$ 127,69	167
MBN4446	55283675D	5185/1	05/07/2012	R\$ 127,69	167
MBN8147	55282936D	5541/6	25/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBQ0427	55282832D	7030/2	22/05/2012	R\$ 191,53	244 * I
MBR9053	55327721D	6050/1	17/06/2012	R\$ 191,53	208
MBS1486	55283638D	5541/6	28/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBS4414	55282286D	5541/6	12/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCB7599	55283342D	7366/2	19/07/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MCC8646	55282272D	7366/2	01/06/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MCE4834	55283585D	5568/0	11/07/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MCE5829	55283583D	5185/1	07/07/2012	R\$ 127,69	167
MCG5802	55284203D	7030/2	02/07/2012	R\$ 191,53	244 * I
MCG9771	55284037D	5479/0	12/07/2012	R\$ 85,12	181 * X
MCI4969	55327724D	5452/3	17/06/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MCM6617	55327660D	7030/2	05/07/2012	R\$ 191,53	244 * I
MCO1036	55284124D	5541/1	01/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCO4740	55284905D	5541/1	17/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCQ8765	55284221D	7366/2	03/07/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MCV6712	55283088D	5541/6	28/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCY9074	55282817D	5541/6	17/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDE0438	55283250D	5541/2	09/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDJ2292	55327247D	5878/0	01/05/2012	R\$ 85,12	199
MDZ2932	55284177D	5541/5	12/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEB9652	55284164D	5541/5	07/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEI9936	55281880D	5550/0	17/05/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MES9988	55284307D	5568/0	04/07/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MET6947	55283032D	5835/0	29/06/2012	R\$ 127,69	195
MEU1817	55327784D	7366/2	11/07/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MEX5574	55284119D	5541/6	24/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFB0004	55283034D	5541/4	30/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFG7365	55283020D	5541/1	26/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFP9195	55327719D	5541/1	17/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFQ8671	55283574D	5541/6	02/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFT9753	55284170D	5550/0	09/07/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGA4338	55284518D	5541/5	23/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGB0517	55283300D	5452/3	19/07/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MGF3575	55282734D	7366/2	05/07/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MGF8973	55282092D	5541/6	12/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGP6605	55283919D	5452/1	29/06/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MGQ3008	55284520D	6050/1	24/07/2012	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGR5920	55283357D	5541/2	11/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGR5920	55283562D	5541/4	25/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGS4999	55283375D	5541/2	02/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGZ1237	55284911D	5541/4	18/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHB2655	55283453D	7030/2	21/06/2012	R\$ 191,53	244 * I
MHB2675	55282824D	5541/1	17/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHB6879	55283278D	6050/1	25/06/2012	R\$ 191,53	208
MHD8135	55283571D	5541/1	30/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHE2334	55283698D	5541/4	18/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHF0613	55284229D	5541/1	04/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHF3934	55283676D	5185/1	05/07/2012	R\$ 127,69	167
MHT4526	55284396D	5452/6	30/07/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MIA1377	55283369D	5541/2	02/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIA9465	55283383D	5541/2	02/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIB7770	55282394D	5541/5	26/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIC0020	55283078D	6041/2	23/06/2012	R\$ 127,69	207
MIC7797	55282942D	5460/0	28/06/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MIF8122	55283339D	5541/6	14/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIK4501	55326432D	5738/0	04/07/2012	R\$ 191,53	186 * II
MIM0129	55284367D	5460/0	06/07/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MIM5616	55327514D	7366/1	08/05/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MIP0490	55283683D	5541/4	09/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIP8101	55284044D	5479/0	14/07/2012	R\$ 85,12	181 * X
MIP9766	55282907D	5509/0	11/05/2012	R\$ 85,12	181 * XIII
MIV6255	55283508D	5460/0	17/05/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MIW1504	55283457D	7366/2	22/06/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MJE3170	55284297D	7366/2	23/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MJK4002	55888484B	7048/1	25/07/2012	R\$ 191,53	244 * II
MJO5853	55283641D	5541/6	30/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJP5012	55283091D	5541/1	02/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJR6834	55284336D	5550/0	26/07/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJT8541	55283781D	5185/1	27/06/2012	R\$ 127,69	167
MJT9250	55282954D	5541/1	09/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJW2526	55284356D	5185/1	05/07/2012	R\$ 127,69	167
MKC7669	55284526D	5479/0	25/07/2012	R\$ 85,12	181 * X
MKC7669	55326330D	6050/1	24/04/2012	R\$ 191,53	208
MKK0841	55283370D	5541/2	02/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMH0460	55283639D	5541/4	28/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MSD7002	55326420D	5835/0	26/06/2012	R\$ 127,69	195
NKI5711	55284112D	5460/0	13/07/2012	R\$ 85,12	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2012

ALECIO LEONTINO PEREIRA

DIRETOR DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1567/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LNG3068	55328114D	5169/1	29/09/2012	165
LRN1500	55286033D	6599/2	17/10/2012	230 * V
LRN1500	55286034D	6912/0	17/10/2012	232
LRN1500	55286035D	5045/0	17/10/2012	162 * V
LRN1500	55286036D	5142/0	17/10/2012	164 c/c 162 * V
LYG2327	55332591D	6920/0	28/09/2012	233
LZD0199	55285650D	6556/4	28/09/2012	230 * I
LZF0218	55285202D	6556/1	12/10/2012	230 * I
MAO0085	55285103D	6599/2	02/10/2012	230 * V
MAO0085	55285104D	5010/0	02/10/2012	162 * I
MAO0085	55285105D	5118/0	02/10/2012	164 c/c 162 * I
MBU0212	55328052D	6912/0	15/09/2012	232
MCL3671	55285096D	6556/1	18/10/2012	230 * I
MCS1925	55894947B	5169/1	30/09/2012	165
MDI1433	55328303D	6408/0	04/10/2012	221
MEA9207	55895182B	6408/0	28/09/2012	221
MFW6652	55332581D	6920/0	25/09/2012	233
MFY0655	55326789D	5045/0	06/10/2012	162 * V
MFY0655	55326790D	5118/0	06/10/2012	164 c/c 162 * I
MHU1078	55285754D	6599/2	15/09/2012	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1568/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CTB4462	55284724D	5541/1	20/09/2012	181 * XVII
DTB2672	55328330D	7366/2	26/09/2012	252 * VI
KIU4228	55328298D	5193/0	26/09/2012	168
LOA7612	55284693D	5509/0	18/09/2012	181 * XIII
LRN1500	55285147D	5185/1	17/10/2012	167
LWY4276	55328337D	5819/1	30/09/2012	193
LWY4276	55328338D	5835/0	30/09/2012	195
LWZ7724	55285142D	7366/2	09/10/2012	252 * VI
LXG8554	55327029D	5185/1	24/09/2012	167
LYE3002	55285642D	5541/1	17/09/2012	181 * XVII
LYQ4415	55284631D	5541/1	15/10/2012	181 * XVII
LZC2429	55285858D	5568/0	20/09/2012	181 * XIX
MAV1985	55285095D	5541/6	18/10/2012	181 * XVII
MAV1985	55285139D	6491/0	06/10/2012	227 * II
MAY3216	55285150D	5185/1	17/10/2012	167
MBT0498	55284727D	5568/0	24/09/2012	181 * XIX
MCY7481	55285107D	5185/1	05/10/2012	167
MDI1433	55328304D	6050/2	04/10/2012	208
MED4583	55284692D	5541/1	15/09/2012	181 * XVII
MEM0904	55285812D	5541/1	26/09/2012	181 * XVII
MGF9971	55285595D	5738/0	27/09/2012	186 * II
MGG2018	55891335B	5525/0	16/09/2012	181 * XV
MGP3369	55328115D	5541/1	30/09/2012	181 * XVII
MGY6152	55892585B	7048/1	22/09/2012	244 * II
MHH0938	55285124D	6491/0	06/10/2012	227 * II
MHZ7133	55284729D	5541/4	28/09/2012	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIJ3913	55328335D	7366/2	29/09/2012	252 * VI
MIJ3913	55328336D	5835/0	29/09/2012	195
MIL8530	55284619D	5541/1	15/10/2012	181 * XVII
MJA7019	55285109D	6084/1	05/10/2012	211
MKY5050	55285063D	5541/4	26/09/2012	181 * XVII
MMH5151	55285127D	6491/0	06/10/2012	227 * II
MMI0051	55284980D	5541/4	13/09/2012	181 * XVII
MMJ1025	55285130D	6491/0	06/10/2012	227 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2012

ALECIO LEONTINO PEREIRA

DIRETOR DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1569/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ASY0166	55332086D	6920/0	16/05/2012	R\$ 127,69	233
GZA5145	55332356D	6920/0	20/07/2012	R\$ 127,69	233
LOI3226	55332094D	6920/0	16/05/2012	R\$ 127,69	233
LWT0673	55332365D	6920/0	25/07/2012	R\$ 127,69	233
LXM8233	55332430D	6920/0	09/08/2012	R\$ 127,69	233
LXQ7087	55888886B	5045/0	15/05/2012	R\$ 191,53	162 * V
LXQ7087	55888887B	6599/2	15/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXQ7087	55888888B	7340/0	15/05/2012	R\$ 85,12	252 * IV
LXU6328	55327503D	5274/2	04/05/2012	R\$ 191,53	175
LXV1228	55894935B	5169/1	11/05/2012	R\$ 957,69	165
LYG3799	55332053D	6920/0	02/05/2012	R\$ 127,69	233
LYH6304	55332024D	6920/0	23/04/2012	R\$ 127,69	233
LZE4494	55332061D	6920/0	03/05/2012	R\$ 127,69	233
MAE2833	55332370D	6920/0	27/07/2012	R\$ 127,69	233
MAM8025	55332065D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233
MBB5916	55332001D	6920/0	16/04/2012	R\$ 127,69	233
MCQ0582	55332064D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233
MDG1123	55332076D	6920/0	10/05/2012	R\$ 127,69	233
MED5919	55332047D	6920/0	25/04/2012	R\$ 127,69	233
MGF0968	55332463D	6920/0	20/08/2012	R\$ 127,69	233
MGI2588	55332366D	6920/0	25/07/2012	R\$ 127,69	233
MJP5129	55327065D	5169/1	05/04/2012	R\$ 957,69	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1570/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IML9117	55284088D	5541/4	31/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCN3136	55327884D	7366/2	27/07/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MGC2866	55285703D	5185/1	29/08/2012	R\$ 127,69	167
MGQ5484	55283597D	5541/1	04/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG7385	55282298D	5541/1	02/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIU3990	55281801D	5550/0	09/03/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJA8069	55285576D	5568/0	31/08/2012	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2012

ALECIO LEONTINO PEREIRA

DIRETOR DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1571/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKE1215	54272508E	6920/0	17/10/2012	233
ASP2571	55332558D	6920/0	19/09/2012	233
AUJ2808	55332593D	6920/0	01/10/2012	233
CBB9040	55328015D	6920/0	11/10/2012	233
CPT9997	54272505E	6920/0	19/10/2012	233
DRF4107	55327093D	6599/2	11/10/2012	230 * V
EZE2166	54272510E	6920/0	17/10/2012	233
KFH8475	55328008D	6920/0	09/10/2012	233
KUG7580	55332563D	6920/0	21/09/2012	233
LNB6839	55328117D	6599/2	15/10/2012	230 * V
LNB6839	55895186B	5010/0	15/10/2012	162 * I
LNB6839	55895187B	5118/0	15/10/2012	164 c/c 162 * I
LXG4018	55328021D	6920/0	15/10/2012	233
LYA8997	55326929D	6599/2	14/10/2012	230 * V
LYA8997	55326930D	5010/0	14/10/2012	162 * I
LYA8997	55326931D	5118/0	14/10/2012	164 c/c 162 * I
LYY5160	55328016D	6920/0	11/10/2012	233
MAX8650	55328023D	6920/0	16/10/2012	233
MCH0521	55328006D	6920/0	10/10/2012	233
MEL8228	54272512E	6920/0	17/10/2012	233
MET3046	55285254D	6610/2	21/10/2012	230 * VII
MFY1790	55328004D	6920/0	10/10/2012	233
MIO1806	54272515E	6920/0	19/10/2012	233
MIS8856	55328322D	6599/2	13/10/2012	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1572/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEH0193	55285532D	5541/4	24/09/2012	181 * XVII
CCL4352	55328326D	5207/0	15/10/2012	169
CEH1620	55328257D	7366/2	13/09/2012	252 * VI
DNT5325	55328456D	6050/1	20/10/2012	208
KFA6129	55284726D	5541/5	24/09/2012	181 * XVII
LWW2934	55285687D	5541/1	19/10/2012	181 * XVII
MAS9772	55285869D	5568/0	17/10/2012	181 * XIX
MBN8187	55285166D	5541/1	19/10/2012	181 * XVII
MCR3570	55328321D	5207/0	13/10/2012	169
MCU3940	55286272D	7366/2	16/10/2012	252 * VI
MDS1193	55285001D	5541/6	03/10/2012	181 * XVII
MEF6007	55328161D	7030/2	27/09/2012	244 * I
MEF6007	55328162D	7056/1	27/09/2012	244 * III
MFR4192	55328055D	6050/2	05/10/2012	208
MGO9988	55284945D	5835/0	26/09/2012	195
MGR9691	55327100D	7366/2	22/10/2012	252 * VI
MGY6379	55328158D	6050/1	25/09/2012	208
MIO0830	55285089D	5541/1	17/10/2012	181 * XVII
MJR3003	55328457D	6050/1	22/10/2012	208
MMA2302	55285741D	7366/2	26/09/2012	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2012

ALECIO LEONTINO PEREIRA

DIRETOR DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1573/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CWP1061	55895549B	5169/1	01/04/2012	R\$ 957,69	165
DIS0866	55285909D	6599/2	10/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
LWZ8874	55332413D	6920/0	06/08/2012	R\$ 127,69	233
LXE2559	55332042D	6920/0	26/04/2012	R\$ 127,69	233
LZW0316	55332395D	6920/0	01/08/2012	R\$ 127,69	233
LZX6705	55326923D	6599/2	02/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDF0430	55332403D	6920/0	03/08/2012	R\$ 127,69	233
MDF5860	55326410D	5169/1	13/05/2012	R\$ 957,69	165
MDF5860	55327457D	5010/0	13/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDF5860	55327458D	5118/0	13/05/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MF11261	55332002D	6920/0	20/04/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1574/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ASB6067	55327591D	6050/1	05/06/2012	R\$ 191,53	208
LWW6566	55283541D	5738/0	22/06/2012	R\$ 191,53	186 * II
MAL9755	55284855D	7366/2	11/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MDQ4181	55284865D	5541/4	14/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEM4319	55284187D	5541/1	15/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFJ3783	55328613D	7366/2	07/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MHQ0287	55284834D	6084/1	11/09/2012	R\$ 127,69	211
MHR9211	55893998B	5835/0	29/08/2012	R\$ 127,69	195
MHR9211	55893999B	5967/0	29/08/2012	R\$ 191,53	203 * V
MJA1254	55327872D	5916/1	20/07/2012	R\$ 127,69	202 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2012

ALECIO LEONTINO PEREIRA

DIRETOR DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1558/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALR5659	55283947D	5452/3	19/07/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
CTA3767	55283690D	5541/6	06/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DJR8873	55282372D	5541/6	09/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
ICK0559	55283708D	5541/4	21/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LWV0665	55282593D	5541/6	09/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LYB4472	55283053D	5541/4	08/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAU7151	55282863D	6050/2	06/06/2012	R\$ 191,53	208
MBK4088	55282857D	5541/6	04/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCO6166	55282989D	7030/2	18/05/2012	R\$ 191,53	244 * I
MEJ2029	55282901D	5541/1	11/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEY6061	55327211D	7030/1	21/04/2012	R\$ 191,53	244 * I
MEY6061	55327212D	5835/0	21/04/2012	R\$ 127,69	195
MGI9422	55284651D	5550/0	06/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGQ1101	55282643D	5541/2	04/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHK3310	55277291D	5550/0	06/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHR0983	55284419D	5509/0	20/07/2012	R\$ 85,12	181 * XIII
MHS0769	55283726D	5835/0	27/05/2012	R\$ 127,69	195
MHS0769	55283727D	5819/6	27/05/2012	R\$ 574,61	193
MHZ3247	55282263D	5568/0	15/05/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MKJ1313	55284333D	5541/5	18/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVENBRO DE 2012

ALECIO LEONTINO PEREIRA

DIRETOR DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1559/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXA6669	55285003D	5169/1	03/10/2012	165
LXI0066	55328104D	6599/2	02/09/2012	230 * V
LXI0066	55328106D	5045/0	02/09/2012	162 * V
LYL5500	55332513D	6920/0	10/09/2012	233
LZZ5168	55283843D	5045/0	02/09/2012	162 * V
MBK6959	55332498D	6920/0	29/08/2012	233
MCH0468	55328283D	5010/0	29/09/2012	162 * I
MCH0468	55328284D	5118/0	29/09/2012	164 c/c 162 * I
MDQ2108	55332497D	6920/0	30/08/2012	233
MEX1883	55285535D	5045/0	04/10/2012	162 * V
MEX1883	55286102D	6599/2	04/10/2012	230 * V
MGW8424	55285902D	6599/2	10/09/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2012

PATRICIA MARIA ZIMMERMANN D'AVILA

DELEGADA DE POLICIA

Termo de Convocação Erickson Slomp Nogueira
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ERICKSON SLOMP NOGUEIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de Professor de Matemática, conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 1224/RH de 07/11/12, em anexo, publicada em 13/11/2012. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo

Exames necessários

Auxiliar De Serviços Gerais

Calceteiro

Carpinteiro

Coveiro

Eletricista

Motorista De Caminhão

Motorista De Veículo Leve

Operador De Equipamentos

Pedreiro

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Demais Cargos

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul (SC), 13 de novembro de 2012
Confirmação Recebimento (Assinatura):

Notificação de Distrato de Contrato
NOTIFICAÇÃO DE DISTRATO DO CONTRATO

Através da presente, fica Notificada a empresa Engpav Pavimentação e Construção Ltda., que por interesse administrativo, conforme estabelece a cláusula décima, item 10.1 letra "c" do contrato de serviços e fornecimento de material nº 274, datado de 06 de setembro de 2012, amparado do artigo 79, da Execução de obras para pavimentação em asfalto, drenagem e sinalização

viária da rua Ângelo Cechet, barra Itoupava em Rio do Sul, a partir do recebimento desta, rescindiremos o Contrato de Serviços e fornecimento de material nº 274/2012, objeto da Concorrência nº 124/2012.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, encaminhamos a presente Notificação à Contratada, para que ciente de todos os seus termos e conteúdo, saiba que findo o prazo acima estabelecido, estará automaticamente rescindido o contrato em questão, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Rio do Sul e empresa já citada., ficando a partir daí, as partes desobrigadas ao seu cumprimento.

Rio do Sul, 09 de novembro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DE DISTRATO DO CONTRATO

Através da presente, fica Notificada a empresa Engpav Pavimentação e Construção Ltda., que por interesse administrativo, conforme estabelece a cláusula décima, item 10.1 letra "c" do contrato de serviços e fornecimento de material nº 275, datado de 06 de setembro de 2012, amparado do artigo 79, da Execução de obras para pavimentação em asfalto, drenagem e sinalização viária da rua Itajaí, barra Itoupava em Rio do Sul, a partir do recebimento desta, rescindiremos o Contrato de Serviços e fornecimento de material nº 275/2012, objeto da Concorrência nº 124/2012.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, encaminhamos a presente Notificação à Contratada, para que ciente de todos os seus termos e conteúdo, saiba que findo o prazo acima estabelecido, estará automaticamente rescindido o contrato em questão, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Rio do Sul e empresa já citada., ficando a partir daí, as partes desobrigadas ao seu cumprimento.

Rio do Sul, 09 de novembro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DE DISTRATO DO CONTRATO

Através da presente, fica Notificada a empresa Engpav Pavimentação e Construção Ltda., que por interesse administrativo, conforme estabelece a cláusula décima, item 10.1 letra "c" do contrato de serviços e fornecimento de material nº 276, datado de 06 de setembro de 2012, amparado do artigo 79, da Execução de obras para pavimentação em asfalto, drenagem e sinalização viária da Travessa Emílio Trevisani, barra Itoupava em Rio do Sul, a partir do recebimento desta, rescindiremos o Contrato de Serviços e fornecimento de material nº 276/2012, objeto da Concorrência nº 124/2012.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, encaminhamos a presente Notificação à Contratada, para que ciente de todos os seus termos e conteúdo, saiba que findo o prazo acima estabelecido, estará automaticamente rescindido o contrato em questão, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Rio do Sul e empresa já citada., ficando a partir daí, as partes desobrigadas ao seu cumprimento.

Rio do Sul, 09 de novembro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

Decreto Municipal Nº 084A/2012

Decreto Municipal nº 084A/2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 60.000,00

TANIA REGINA DALPIZZOL, GESTOR de SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 001445/2011 07/12/2011;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 0301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-Função: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa: 1001 SAÚDE PARA TODOS

Projeto/Atividade: 4014 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 71 TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÚBLICOS

Elemento de Despesa: 00 TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÚBLICOS

Sub-Elemento de Despesa: 00 TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÚBLICOS

Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 0301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-Função: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa: 1001 SAÚDE PARA TODOS

Projeto/Atividade: 4014 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 50.000,00

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º, a redução orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 0301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-Função: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa: 1001 SAÚDE PARA TODOS

Projeto/Atividade: 4014 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do GESTOR, em 22 de outubro de 2012.

PRESIDENTE
TANIA REGINA DALPIZZOL

CONTADOR CRC 15.177
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Decreto Municipal Nº 096/2012

Decreto Municipal nº 096/2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 11.200,00

TANIA REGINA DALPIZZOL, GESTOR de SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 001445/2011 07/12/2011;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 0301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-Função: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa: 1001 SAÚDE PARA TODOS

Projeto/Atividade: 4016 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 11.200,00

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º: Excesso de Arrecadação

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do GESTOR, em 8 de novembro de 2012.

PRESIDENTE
TANIA REGINA DALPIZZOL

CONTADOR CRC 15.177
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

São Bento do Sul

PREFEITURA

Edital

EDITAL Nº 001/2012 - DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA, REMOÇÃO E/OU LOTAÇÃO POR CONCURSO E REMOÇÃO POR PERMUTA

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS DE PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA, REMOÇÃO E OU LOTAÇÃO POR CONCURSO E REMOÇÃO POR PERMUTA DO QUADRO DE SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL

A Secretaria Municipal de Educação torna público que realizar-se-á neste Município de São Bento do Sul - SC, Processo de Alteração de Carga Horária, Remoção e/ou Lotação por Concurso e Remoção por Permuta, do quadro de servidores efetivos desta Secretaria, respeitando o porte de cada Unidade Escolar, de acordo com a Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001, Lei nº 945, de 28 de maio de 2004, Lei nº 1452, de 29 de novembro de 2005 e Lei nº 2893, de 19 de outubro de 2011 e pelas normas estabelecidas neste edital.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Edital consiste no Processo de Alteração de Carga Horária (aumento ou redução), Remoção e/ou Lotação por concurso e Remoção por permuta, do quadro dos servidores efetivos da Secretaria Municipal de Educação respeitada a carga

horária do funcionário e o porte de cada Unidade, para ajustamento do quadro de pessoal, à vista da reorganização do quadro de vagas, para execução dos serviços de cada Unidade Escolar.

1.1.1 Por alteração de carga horária entende-se a ampliação ou redução da jornada de trabalho, e somente se dará mediante a existência de vagas e após parecer da Secretaria Municipal de Educação.

1.1.2 A remoção e ou lotação por concurso se dará mediante inscrição e classificação dos inscritos, respeitando a existência de vagas.

1.1.3 A remoção por permuta se processará por consenso de ambos os interessados, desde que ocupantes do mesmo cargo, com mesma carga horária.

1.2 Poderão se inscrever para o processo de alteração de carga horária os cargos de professor de educação infantil e ensino fundamental Anos Iniciais e Anos Finais.

1.2.1 São requisitos para inscrição neste processo ser servidor efetivo do quadro de pessoal desta Prefeitura, lotado na Secretaria Municipal de Educação em Unidade Escolar, bem como ter concluído o estágio probatório.

1.3 Poderão se inscrever para os processos de remoção e ou lotação por concurso e remoção por permuta, os seguintes cargos:

I - Professor

II - Especialista em Assuntos Educacionais

III - Secretária de Escola

IV - Auxiliar de Biblioteca

V - Atendente Educativo

1.3.1 São requisitos para inscrição nos processos de remoção e ou lotação por concurso e remoção por permuta, ser servidor efetivo do quadro de pessoal desta Prefeitura, lotado na Secretaria Municipal de Educação em Unidade Escolar.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 - As inscrições estarão abertas no período de 26 à 28 de novembro de 2012.

2.1.1 Para os processos de alteração de carga horária e remoção por permuta, as inscrições se darão por meio de requerimento, protocolado pelo servidor no setor de Protocolo da Prefeitura, durante o horário de expediente (8h00min - 13h00min).

2.1.2 Para o processo de remoção e ou lotação por concurso, o servidor deverá preencher a ficha de inscrição (modelo próprio), fornecida no ato da inscrição, na Secretaria Municipal de Educação - das 8h às 12h e das 13h30min às 17h - anexando cópia dos seguintes documentos:

a) Atestado de Tempo de Serviço efetivo expedido pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração da Prefeitura de São Bento do Sul;

b) Cursos de Capacitação, Aperfeiçoamento e/ou atualização na disciplina e/ou área que atua, realizados nos anos de 2010, 2011 e 2012 (cópia autenticada ou cópia com o original).

2.2 - A adulteração ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado pelo candidato, verificado a qualquer tempo, o eliminará do Processo.

2.3 - Cada servidor terá direito a apenas uma inscrição, por cargo ocupado.

2.4 - O resultado dos pedidos de alteração de carga horária, bem como a escolha de vagas, se dará no dia 06 de dezembro de 2012, às 8h, no Auditório da Secretaria de Educação, na presença dos inscritos.

2.4.1 Havendo a necessidade, serão considerados habilitação e tempo de serviço para fins de desempate.

2.5 - O resultado dos pedidos de remoção por permuta será

afixado no mural da Secretaria de Educação no dia 06 de dezembro de 2012.

2.6 - A classificação do processo de remoção e ou lotação por concurso, será afixada no mural na Secretaria de Educação, no dia 30 de novembro de 2012, bem como publicada no Diário Oficial.

2.6.1 O candidato terá o prazo de 01 (um) dia útil a contar da data de divulgação do resultado, para entrar com pedido de reconsideração da classificação, em recurso dirigido a Comissão organizadora, que o julgará em igual período.

2.6.2 A classificação final será afixada no mural da Secretaria de Educação, no dia 04 de dezembro de 2012.

3. DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E/OU ATUALIZAÇÃO

3.1 Serão considerados para efeitos do processo de remoção e ou lotação por concurso, os certificados que constam:

3.1.1 Registro da Unidade Executora;

3.1.2 Carga horária igual ou superior a 8 horas;

3.1.3 Conteúdo Programático.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE REMOÇÃO E OU LOTAÇÃO POR CONCURSO

4.1 - Para classificação do processo de remoção e ou lotação por concurso, os cargos de Professor e Especialista em Assuntos Educacionais serão agrupados por área de atuação e nível de acordo com sua formação a seguir mencionados:

a) Grupo 1 - Doutorado;

b) Grupo 2 - Mestrado;

b) Grupo 3 - Especialização;

c) Grupo 4 - Licenciatura Plena;

d) Grupo 5 - Magistério mais Adicional;

e) Grupo 6 - Magistério;

f) Grupo 7 - Professores não titulados.

4.2 - Os cargos de Atendente Educativo serão agrupados por classes:

a) Grupo 1 - Especialização;

b) Grupo 2 - Magistério ou Licenciatura em Pedagogia;

c) Grupo 3 - Ensino Médio.

4.3 - A classificação final será em ordem do maior para o menor de acordo com a somatória total dos pontos considerando:

4.3.1 Tempo de Serviço: 01 (um) ponto por mês trabalhado, considerando a fração de 16 (dezesesseis) dias ou mais como um mês;

4.3.2 Cursos de Capacitação, Aperfeiçoamento e/ou atualização: 01 (um) ponto para cada 40 horas de curso, considerando a somatória de todos os cursos apresentados.

4.4 - Ocorrendo empate na classificação, terá preferência o candidato que for mais idoso.

5. DAS VAGAS

5.1 O número de vagas de cada cargo, área e/ou disciplina será de acordo com o porte de cada Unidade Escolar.

5.2 O quadro de vagas do processo de remoção e ou lotação por concurso será fixado no mural da Secretaria Municipal de Educação na data da escolha.

5.2.1 Para o cargo de Professor, Ensino Fundamental - Anos Iniciais, a única vaga excedente existente para lotação/remoção é na EBM Professora Nair Soares Heller - Ano Bom, com 40 horas semanais.

6. DA ESCOLHA DE VAGA DO PROCESSO DE REMOÇÃO E OU LOTAÇÃO POR CONCURSO

6.1 A escolha de vagas para os inscritos no processo de remoção

e ou lotação por concurso se dará no Auditório da Secretaria Municipal de Educação, no dia 06 de dezembro de 2012, nos seguintes horários:

- I - em primeira chamada, às 8h30min para os Auxiliares de Biblioteca;
- II - em primeira chamada, às 8h45min para os Secretária de Escola
- III - em primeira chamada, às 9h para os Especialistas em Assuntos Educacionais;
- IV - em primeira chamada, às 9h15min para os Atendentes Educativos;
- V - em primeira chamada, às 9h30min para os professores Anos Iniciais;
- VI - em primeira chamada, às 10h para os professores Anos Finais;
- VII - em primeira chamada, às 10h30min para os professores Educação Infantil;
- VIII - em segunda chamada, no mesmo dia, às 11h, para todos os cargos.

6.2 O quadro de vagas para a primeira chamada será única e exclusivamente publicado na Secretaria Municipal de Educação.

6.3 - O quadro de vagas para a segunda chamada será o saldo não escolhido na primeira chamada, acrescido das vagas abertas em Unidades Escolares pela escolha de nova lotação dos servidores em primeira chamada.

6.4 - Só poderá participar da segunda chamada o servidor que não escolher vaga na primeira chamada.

6.5 - Os servidores que não comparecerem no dia e horário, perderão o direito de remoção e/ou Lotação previsto neste Edital.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

7.1 - Caberá ao Setor de Recursos Humanos realizar o levantamento do tempo de serviço dos servidores.

7.2 - O candidato, ao preencher e assinar a sua ficha de inscrição declara-se ciente e de acordo com todas as normas do presente Edital.

7.3 - Os presentes processos serão realizados e coordenados sob a responsabilidade de Comissão Organizadora, designada pela Secretária de Educação.

7.4 - A relação do resultado final dos processos será homologada pela Secretária de Educação e afixado no mural da Secretaria de Educação, com efeitos a contar de 21 de dezembro de 2012.

7.5 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

São Bento do Sul, 31 de outubro de 2012.

SALETE BAYERL SPITZNER

Secretária Municipal de Educação

SAMAE

Portaria/SAMAE/SBS Nº 300 de 12 de Novembro de 2012.

"AUTORIZA REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 13883, de 11 de outubro de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art.1º - CONCEDER a servidora ZAIRA ZIPPERER SCHROEDER, matrícula 368, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenharia Química, lotada nesta Autarquia desde 01.11.2001, redução de carga horária de 40 para 20 horas semanais, conforme consta no artigo 7º da lei 2966/2012, de 29.02.2012 e seus anexos e do Processo nº 74/2012, de 01/11/2012.

Art. 2º Ficam reduzidos proporcionalmente os proventos, em virtude da redução da jornada de trabalho;

Art. 3º - A redução a que se refere o artigo 1º produzirá efeitos a partir de 01.11.2012.

GERALDO WEIHERMANN

Diretor Presidente

Inexigibilidade de Licitação

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DO OBJETO: O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE torna público, para quem possa interessar, que conforme autorização do art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, adquiriu por inexigibilidade de licitação, 36 vales transporte intermunicipal, para uso de servidor da Autarquia, conforme Autorização de Fornecimento n.º 1596/2012.

DO VALOR: R\$ 432,00 total.

CONTRATADA: REUNIDAS S/A.TRANSPORTES COLETIVOS.

São Bento do Sul, 09 de novembro de 2012.

GERALDO WEIHERMANN

Diretor Presidente

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.519, de 09 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 4.519, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

Declara de Utilidade Pública bem imóvel, para fins de avaliação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a necessidade de se avaliar os bens imóveis descritos no art. 2º deste Decreto, para fins de permuta;

DECRETA:



Art. 1º Fica declarado de utilidade pública parte da quadra número 01 (um), série "C", com área de 2.200m² (dois mil e duzentos metros quadrados), com uma construção em alvenaria, de 2 (dois) pavimentos, medindo 430m² (quatrocentos e trinta metros quadrados), de propriedade do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, localizado na rua D. Pedro II, esquina com a rua Nereu Ramos, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, conforme a matrícula nº 12.928, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Fica designado o Senhor EDUARDO BRATTI, brasileiro, Engenheiro Civil, inscrito no CREA-SC sob o nº 066134-5, para expedir Laudo de Avaliação dos seguintes bens imóveis:

I - parte da quadra número 01 (um), série "C", com área de 2.200m² (dois mil e duzentos metros quadrados), com uma construção em alvenaria, de 2 (dois) pavimentos, medindo 430m² (quatrocentos e trinta metros quadrados), de propriedade do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, localizado na rua D. Pedro II, esquina com a rua Nereu Ramos, neste Município de São Lourenço do Oeste/SC, conforme a matrícula nº 12.928, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, constante do Anexo Único deste Decreto.

II - lote urbano número 01 (um), da quadra número 09 (nove), série "A", com área de 1.020m² (um mil e vinte metros quadrados), sem benfeitorias, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, localizado na rua Aldo Lemos, esquina com a rua Gilio Rezzieri, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, conforme a matrícula nº 14.425, do C.R.I. Local, constante do Anexo Único deste Decreto.

III - lote urbano número 02 (dois), da quadra 09 (nove), série "A", com área de 1.020m² (um mil e vinte metros quadrados), sem benfeitorias, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, localizado na rua Aldo Lemos, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, conforme a matrícula nº 15.617, do C.R.I. Local, constante do Anexo Único deste Decreto.

IV - lote urbano número 19 (dezenove), da quadra 09 (nove), série "A", com área de 1.020m² (um mil e vinte metros quadrados), sem benfeitorias, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, localizado na rua Aldo Lemos, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, conforme a matrícula nº 15.619, do C.R.I. Local, constante do Anexo Único deste Decreto.

V - lote urbano número 20 (vinte), da quadra 09 (nove), série "A", com área de 1.020m² (um mil e vinte metros quadrados), sem benfeitorias, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, localizado na rua Gilio Rezzieri, neste Município de São Lourenço do Oeste/SC, conforme a matrícula nº 15.618, do C.R.I. Local, constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 3º Ficam os servidores públicos municipais autorizados a penetrar nos imóveis mencionados no art. 2º, a fim de promoverem medições e levantamentos que se fizerem necessários.

Art. 4º O Engenheiro deverá entregar o Laudo de Avaliação no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de publicação deste Decreto.

Art. 5º Para cobrir as despesas decorrentes da execução deste Decreto, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de novembro de 2012.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Decreto Nº 002536/12 de 9 de Novembro de 2012

DECRETO Nº 002536/12 DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 11.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
07.02 - SETOR DE AGRICULTURA

07.02.20.606.0010.2.039 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 11.000,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
07.02 - SETOR DE AGRICULTURA

07.02.20.606.0010.2.039 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.000,00.

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 4.000,00.

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 5.000,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 09 de Novembro de 2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

Decreto Nº 002537/12 de 9 de Novembro de 2012

DECRETO Nº 002537/12 DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$

23.000,00 para a(s) seguinte(s)
dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR
05.04.12.361.0005.2.025 - TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 23.000,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 23.000,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 09 de Novembro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Decreto Nº 2.535/12 de 09 de Novembro de 2012
DECRETO Nº 2.535/12 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012
SUPLEMENTA E ANULA ELEMENTOS ORÇAMENTÁRIOS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei 1.904/2012 de 09 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no valor de até R\$52.664,73 (Cinquenta e dois mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta e três centavos) para reforço do programa abaixo especificado, constante da Lei Orçamentária nº1.863/2011 de 08 de novembro de 2011.

01 - CÂMARA MUNICIPAL

01.01 - CÂMARA DE VEREADORES

01.01.01.031.0021.1.010 - CONSTRUÇÃO DE SEDE PRÓPRIA PARA CÂMARA

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 41.664,73

01.01.01.031.0021.2.059 - MANUT. DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias Civil R\$ 11.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

01 - CÂMARA MUNICIPAL

01.01 - CÂMARA DE VEREADORES

01.01.01.031.0021.2.059 - MANUT. DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.830,04

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$3.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$10.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$28.000,00

3.3.90.92.00.00.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores R\$500,00

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$9.334,69

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 9 de novembro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento Gestão e Finanças

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.816/2012, de 12 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.816/2012, de 12 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da funcionária, Sra. Neli Boligon Lucas, adquirindo efeitos retroativos a partir de 10 de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

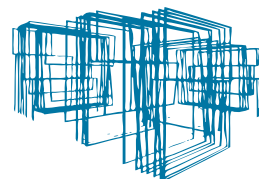
Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de novembro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

NÁDIA CRISTIANE HEFTER TAMBOSI
Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente



Programa de
Gestão de Obras



www.ciga.sc.gov.br

Ata de Pregão Presencial Pregão Nº 84/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 1/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2012**Número do Registro de Preços: 54/2012****Data do Registro: 12/11/2012****Válido até: 12/11/2013**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais de desgaste para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pino - trava para unha para PC 200=	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	14,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	16,0000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	28,0000	3
2	Unhas para PC 200 com dureza mínima de 400 a 500 HB, amarela (importada)	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	44,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	50,0000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	71,4300	3
3	Faca de concha PC 150=	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	980,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	1.150,0000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	1.230,0000	3
4	Parafuso para cortador 7/8 X 3,5" com porca de aço, PC 150	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	6,5000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	7,0000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	7,0000	3
5	Gengiva PC 200-	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	80,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	81,0000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	120,0000	3
6	Canto de lâmina com chanfro para trator esteira Komat'su D30 com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	91,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	165,0000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	166,7400	3
7	Facas de lâmina 7 furos para trator esteira Komat'su, com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	278,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	347,0000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	350,0000	3
8	Lâminas 13 furos para moto niveladora 3/4, curva, com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	426,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	427,0000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	520,0000	3
9	Parafuso 5/8 X 2,5" com porca de aço 5/8 X 20 mm para fixar lâmina (moto niveladora)	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	2,3000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	2,5000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	3,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 2/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2012

Número do Registro de Preços: 54/2012

Data do Registro: 12/11/2012

Válido até: 12/11/2013

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais de desgaste para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Dente para concha carregadeira michigam 75 HD com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	110,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	111,0000	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	125,0000	3
11	Parafuso com porca 3/4 X 3,5 para dente carregadeira	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	4,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	4,6000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	5,0000	3
12	Ponta de dente com número 6329 gravado, concha traseira retroescavadeira	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	23,9000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	24,0000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	25,2000	3
13	Parafuso com porca de aço para dente de retro com rosca 12 X 70 mm	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	1,5000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	2,0000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	2,0000	3
14	Cortador para PC 150 com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	157,5000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	158,0000	2
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	160,0000	3
15	Dente para retro (caçamba dianteira) dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	29,4000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	29,5000	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	39,0000	3
16	Parafuso com porca de aço 5/8 X 2" para retro, dente caçamba dianteiro	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	1,9000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	1,9500	2
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	2,2000	3
17	Dente escarificador para moto niveladora huber warco-	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	18,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	20,0000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	20,0000	3
18	72205063 - Dente de aço p/ caçamba - escavadeira (E215B)	UN	JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	79,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	80,0000	2
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	86,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 3/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2012

Número do Registro de Preços: 54/2012

Data do Registro: 12/11/2012

Válido até: 12/11/2013

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais de desgaste para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	72204481 - Pino trava de aço - escavadeira (E215B)	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	24,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	33,0000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	33,0000	3
20	A304031 - Faca lateral de aço - escavadeira (E215B)	UN	JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	179,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	180,0000	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	217,0000	3
21	Z304030 - Faca lateral de aço - escavadeira (E215B)	UN	JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	179,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	180,0000	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	217,0000	3
22	12575121 - Porca de aço - escavadeira (E215B)	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	2,8500	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	2,9000	2
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	3,0000	3
23	8282270 - Parafuso de aço - escavadeira (E215B)	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	5,8900	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	5,9000	2
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	6,0000	3
24	75282987 - Faca canto lâmina de aço - esteira (D130)	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	135,9000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	136,5000	2
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	150,0000	3
25	75282988 - Faca canto lâmina de aço - esteira (D130)	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	138,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	150,0000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	150,0000	3
26	7528979 - Faca lâmina de aço - esteira (D130)	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	355,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	400,0000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	400,0000	3
27	8282270N - Parafuso lâmina de aço M20 X 50 - esteira (D130)	UN	JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	3,9000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	3,9400	2
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	4,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 4/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2012**Número do Registro de Preços: 54/2012****Data do Registro: 12/11/2012****Válido até: 12/11/2013**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais de desgaste para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
28	12164321N - Porca p/ lâmina de aço M20 - esteira (D130)	UN	JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)		0	1,4900	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	1,5000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 5/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2012**Número do Registro de Preços: 54/2012****Data do Registro: 12/11/2012****Válido até: 12/11/2013**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais de desgaste para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA
(7937)

0

2,0000

3

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2012****PROCESSO Nº 136/2012**

(6122) - G.MAIOCHI E CIA.LTDA

(7937) - TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA

(12475) - JULIO SILVESTRI FILHO ME

SCHROEDER, 12 de Novembro de 2012.

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 193/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 193/2012-PMS
Processo de licitação nº 136/2012 - PMS
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº 84/2012 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: G. MAIOCHI & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 84.091.974/0001-18, estabelecida na BR 280, KM 58, nº 13.354, no Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Ailton Maiochi, inscrito no CPF sob o nº 219.040.229-87 e Carteira de Identidade nº 1/R 201.164 expedida pela SSP/SC.

Objeto: Constitui objeto do presente visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais de desgaste para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Pino - trava para unha para PC 200	30	Unidade	14,00	420,00
02	Unhas para PC 200 com dureza mínima de 400 a 500 HB, amarela (importada)	60	Unidade	44,00	2.640,00
05	Gengiva PC 200	5	Unidade	80,00	400,00
08	Lâminas 13 furos para moto niveladora 3/4, curva, com dureza mínima de 400 a 500 HB	70	Unidade	426,00	29.820,00
13	Parafuso com porca de aço para dente de retro com rosca 12 X 70 mm	100	Unidade	1,50	150,00

15	Dente para retro (caçamba dianteira) dureza mínima de 400 a 500 HB	30	Unidade	29,40	882,00
17	Dente es-carificador para moto nivelado-ra huber warco	14	Unidade	18,00	252,00
19	72204481 - Pino trava de aço - escavadeira (E215B)	60	Unidade	24,00	1.440,00
26	7528979 - Faca lâmina de aço - esteira (D130)	4	Unidade	355,00	1.420,00
VALOR R\$ TOTAL					37.424,00

Valor do contrato: R\$ 37.424,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e vinte e quatro reais).

Data da Assinatura: 12/11/2012 – Vigência: 12/11/2013

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 194/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 194/2012-PMS
Processo de licitação nº 136/2012 - PMS
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº 84/2012 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: JULIO SILVESTRI FILHO ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.608.150/0001-50, estabelecida na Rua Luiz Magalhães de Medeiros, nº 1050, sala 01, Humaitá de Cima, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, CEP: 88708-250,.

Objeto: 1.1. Constitui objeto do presente visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais de desgaste para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
10	Dente para concha carregadeira michigam 75 HD com dureza mínima de 400 a 500 HB	18	Unidade	110,00	1.980,00
18	72205063 - Dente de aço p/ caçamba - escavadeira (E215B)	90	Unidade	79,00	7.110,00
20	A304031 - Faca lateral de aço - escavadeira (E215B)	4	Unidade	179,00	716,00
21	Z304030 - Faca lateral de aço - escavadeira (E215B)	4	Unidade	179,00	716,00
27	8282270N - Parafuso lâmina de aço M20 X 50 - esteira (D130)	70	Unidade	3,90	273,00
28	12164321N - Porca p/ lâmina de aço M20 - esteira (D130)	70	Unidade	1,49	104,30
VALOR R\$ TOTAL					10.899,30

Valor do contrato: R\$ 10.899,30 (dez mil, oitocentos e noventa e nove reais e trinta centavos).

Data da Assinatura: 12/11/2012 – Vigência: 12/11/2013

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 195/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 195/2012-PMS
Processo de licitação nº 136/2012 - PMS
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº 84/2012 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR

LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 79.905.071/0001-93, estabelecida na Rua Nossa Senhora do Guadalupe, nº. 122, BR 101, km 201, Bairro Barreiros, Cidade de São Jose, Estado de Santa Catarina, CEP: 88113-130.

Objeto: Constitui objeto do presente visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais de desgaste para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
03	Faca de concha PC 150	1	Unidade	980,00	980,00
04	Parafuso para cortador 7/8 X 3,5" com porca de aço, PC 150	40	Unidade	6,50	260,00
06	Canto de lâmina com chanfro para trator esteira Komat'su D30 com dureza mínima de 400 a 500 HB	4	Unidade	91,00	364,00
07	Facas de lâmina 7 furos para trator esteira Komat'su, com dureza mínima de 400 a 500 HB	2	Unidade	278,00	556,00
09	Parafuso 5/8 X 2,5" com porca de aço 5/8 X 20 mm para fixar lâmina (moto niveladora)	150	Unidade	2,30	345,00
11	Parafuso com porca 3/4 X 3,5 para dente carregadeira	40	Unidade	4,00	160,00

12	Ponta de dente com número 6329 gravado, concha traseira retroescavadeira	60	Unidade	23,90	1.434,00
14	Cortador para PC 150 com dureza mínima de 400 a 500 HB	4	Unidade	157,50	630,00
16	Parafuso com porca de aço 5/8 X 2" para retro, dente caçamba dianteiro	60	Unidade	1,90	114,00
22	12575121 - Porca de aço - escavadeira (E215B)	60	Unidade	2,85	171,00
23	8282270 - Parafuso de aço - escavadeira (E215B)	60	Unidade	5,89	353,40
24	75282987 - Faca canto lâmina de aço - esteira (D130)	6	Unidade	135,90	815,40
25	75282988 - Faca canto lâmina de aço - esteira (D130)	6	Unidade	138,00	828,00
VALOR R\$ TOTAL					7.010,80

Valor do contrato: R\$ 7.010,80 (sete mil e dez reais e oitenta centavos).

Data da Assinatura: 12/11/2012 – Vigência: 12/11/2013

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A81/2012 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A81/2012 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 140/2012 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.415.075/0002-13, estabelecida na Rua Marcionilo dos Santos, nº. 1450, Bairro Corticeira, na Cidade de Guarimir, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Nilson Klein, inscrito no CPF

sob nº. 789.038.589-72, portador da Carteira de Identidade nº. 5.960.548-SESPDC/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 140/2012-PMS, celebrado em 10 de agosto de 2012, proveniente do Processo de licitação nº. 100/2012 – PMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 64/2012 – PMS, para o REGISTRO DE PREÇO aquisição de óleo diesel S500 para suprir as necessidades das frotas das Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos da cláusula quarta no item 4.2 do contrato nº 140/2012-PMS, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela empresa RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, e que a mesma atendeu as condições contratuais para revisão do preço, juntando notas fiscais que comprovam o aumento do preço.

Considerando que a Administração Municipal até o momento já utilizou 48000 litros de óleo diesel, e que resta a Administração 152.000 litros de óleo diesel, até o termino desse contrato.

Considerando que a solicitação realizada pela empresa representa um percentual de aproximadamente 2,33%, passando o valor do litro do óleo diesel em R\$ 1,889 (Um real e oitenta e oito nove centésimo de real).

Considerando o valor após reajuste, bem como saldo existente resta a Administração um saldo de R\$ 287.128,00 (duzentos e oitenta e sete mil, cento e vinte e oito reais).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) no item 01, onde o valor unitário passa a ser R\$ 1,889 (Um real e oitenta e oito nove centésimo de real), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR R\$ LICITADO	UNID.	SALDO LICITAÇÃO	VALOR ATUALIZADO
01	Óleo Diesel - S500 - 200.000 (duzentos mil) litros - Manter em regime de comodato o tanque c/ capacidade de no mínimo 10.000 litros, bomba de abastecimento, filtros e demais acessórios necessários para o abastecimento. Efetuar a instalação dos equipamentos (tanque, bomba e filtro), sem ônus e custos adicionais e prestando assistência técnica gratuita, enquanto durar o fornecimento. Entrega em caminhões tanque lacrados e aferidos pelo IMETRO. Entrega parcelada, mínimo 3.000 Lt.	200.000	1,846	Litros	152.000,00	R\$ 1,889

Cláusula 2ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” aditivado ao contrato o valor de R\$ 6.536,00 (seis mil, quinhentos e trinta e seis reais), passando a ser o valor do contrato de R\$ 375.736,00 (trezentos e setenta e cinco mil, setecentos e trinta e seis reais).

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 140/2012-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 12 de novembro de 2012.

CONTRATADA:

RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA
HANS HARTWIG GEHRMANN
CPF sob nº. 248.293.079-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª Nome: Marilene Busch
CPF nº. 037.813.699-27

Edital de Praça Nº 2/2012 Ruas Acre, Jorge Lacerda e Palmeiras

EDITAL DE PRAÇA Nº 2/2012

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 001/95, Código Tributário Municipal de Schroeder e demais legislações pertinentes, especialmente o decreto Lei nº. 195/67, através do presente edital, torna público, e notifica os senhores proprietários, que executará o lançamento legal da Contribuição de Melhoria, para ressarcimento ao erário, dos valores referentes a de Pavimentação Asfáltica das Ruas 84-Acre, 24-Jorge Lacerda e 144-Palmeiras, perfazendo o total de 485,50 metros, localizadas no Centro Norte, do Município de Schroeder/SC, ficando assim determinado.

I – DELIMITAÇÕES DOS TRECHOS BENEFICIADOS:

Estão sendo beneficiados:

Imóveis localizados na Rua 84-Acre.

Imóveis localizados na Rua 24-Jorge Lacerda.

Imóveis localizados na Rua 144-Palmeiras.

Diante da constatação da ocorrência do fato gerador da

Contribuição de Melhoria será cobrado dos proprietários de imóveis lindeiros, situados na área diretamente beneficiada pela obra, ou seja, será cobrada contribuição dos imóveis confrontantes com a rua que foram valorizados.

É importante esclarecer que também foram considerados lindeiros os imóveis que tenham acesso à via ou logradouro beneficiado pela pavimentação, por ruas de passagens particulares, entradas de vila, servidores de passagens e outros do gênero.

Todos imóveis estão localizadas no Centro Norte, do Município de Schroeder/SC, conforme projetos, memoriais descritivos, e relação dos imóveis nas tabelas seguintes.

RUA 84 - ACRE			
IMÓVEL	MATRÍCULA	PROPRIETÁRIO	ÁREA
861	13.269	Albus Jacob	1.442,85
860	10.578	Dario Jacob	796,00
859	10.579	Loreli Jacobi Petry	510,00
858	10.577	Altair Jacob	1.300,00
9152	25.894	Ronaldo Volles	628,35
9153	25.893	Lenoir Luiz Heinrich	360,30
8047	23.722	Luciane Fischer Muniz de Oliveira	333,50
8048	23.723	Alexandra Gonçalves	333,50
8049	25.763	Mariely Kalaissa Proença	334,10
856	18.098	Nair Renata Diehl	845,80
857	11.766	Voigt Administradora de Bens	1.112,00

RUA 24 - JORGE LACERDA			
IMÓVEL	MATRÍCULA	PROPRIETÁRIO	ÁREA
851	5.333	Fridemundo Holtz	1.350,00
850	9.271	Luiz Baesso Neto	450,00
849	5.632	Luiz Baesso Neto	487,50
848	5.633	Norberto Jordan	487,50
847	5.634	Leonidia Bauer Weidauer	448,00
846	5.631	Roseleia Flôhr Pasqualli	487,50
3564	2.603	Fabiano Welter da Silva	450,00
920	2.298	Rolando Gaedke	3.950,00
8033	23.512	Noeli de Siqueira	624,80
8032	23.512	Lori Maria Mundel	622,60

8031	23.511	Michael Jackson Floriano	622,60
RUA 144 - PALMEIRAS			
IMÓVEL	MATRÍCULA	PROPRIETÁRIO	ÁREA
910	21.922	Osmar Lange	598,12
9096	21.923	Osmar Lange	1.510,00
913	21.924	Osmar Lange	450,00
4226	21.925	Osvaldo Lange	450,00
4980	21.926	Osvaldo Lange	450,00
4981	21.927	Ademar Hilger	450,00
4982	21.928	Osvaldo Lange	450,00
908	17.143	Farmácia Anjo Farma Ltda ME	857,40
4469	17.141	Giovany Walz	666,80
4470	17.142	Marciane Walz	472,30
5678	21.175	Mara Zoz	345,00
6185	22.568	Jairson Schneider	450,00
901	17.145	Idiane Pommere-ning Correia	585,70
898	817	Friedalina Kopp	1.037,00
896	16.860	Jairo Rudiger	1.446,50
897	-	Jair Rudiger	481,50
895	5.666	Waldemar Hang	1.342,00
8165	23.587	Igomar de Conto	330,00

II - MEMORIAL DESCRITIVO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS SÃO PAULO e AMAZONAS

APRESENTAÇÃO

O presente memorial poderá ser encontrado na sua íntegra no Setor de Recursos Materiais, junto ao Processo de Licitação nº 141/2011-PMS, Tomada de Preço nº09/2011-PMS.

O presente memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA nas RUAS 84-ACRE, 24-JORGE LACERDA E 144-PALMEIRAS, pertencentes ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

NORMAS GERAIS DE TRABALHO

GENERALIDADES

ABREVIATÓES

Onde na documentação contratual forem empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

PMS - Prefeitura Municipal de SCHROEDER.

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – em extinção

DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

NBR – Norma Brasileira

EB - Especificação Brasileira.

TERMOS

CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual será celebrado o contrato de execução.

CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.

LICITANTE: A pessoa jurídica que participe desta Licitação.

MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.

PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstos na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos e/ou empresa designada/contratada.

CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados está de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam

construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarela;

Cones refletivos de plástico

Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

MANEJO AMBIENTAL

Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possa carrear o material depositado, causando assoreamentos.

Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como

projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

SERVIÇOS PRELIMINARES

SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM

ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL

OBJETIVO

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

MATERIAL

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes: Material de 1ª categoria - compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.

Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matacões ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.

Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

EQUIPAMENTO

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida. A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes:

Corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").

Corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas

anteriores.

EXECUÇÃO

As operações de cortes compreendem:

Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.

Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.

Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais serão transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.

O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.

Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.

As massas excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objetos de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.

Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.

Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.

Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.

As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção projetadas.

Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes: Os serviços serão medidos em m³ executados.

REFORÇO DO SUBLEITO

GENERALIDADES

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do subleito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

MATERIAIS

O material (seixo) será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverão ter ISC \square 60% e com expansão máxima de 1%.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :

Motoniveladora;
Carro-tanque distribuidor de água;
Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
Grade de discos;
Entre outros.

EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o subleito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do subleito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

CONTROLE**CONTROLE GEOMÉTRICO**

A camada de reforço do subleito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;

Cotas : \square 0,02 m das cotas do projeto;

Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico : \square 5% da espessura do projeto.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do subleito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

PAVIMENTAÇÃO**REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO****OBJETIVO**

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do subleito da via a pavimentar, compreendendo cortes e aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do subleito serão os

do próprio subleito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

Trator com lâmina frontal;
Carregador frontal;
Caminhões basculantes;
Motoniveladora pesada, com escarificador;
Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
Carro-tanque com barra distribuidora de água;
Grade de discos;
Pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

EXECUÇÃO

A superfície do subleito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto.

Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 15 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

CONTROLE**CONTROLE GEOMÉTRICO**

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias: \pm 2 cm em relação às cotas de projeto; \pm 5 cm quanto à largura da plataforma.

MEDIÇÃO

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA**OBJETIVO**

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverá apresentar capacidade

de suporte (ISC < 20%) e expansão máxima de 0,5%.

EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

Tratores de lâmina;
Escavo-transportadores;
Caminhões basculantes;
Moto-niveladoras;
Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

Extração, transporte, Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.

O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de $\pm 2\%$ em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m² de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação, $GC > 100\%$, serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

$\pm 10\text{cm}$, quanto à largura da plataforma;
Até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;
 $\pm 10\%$, quanto a espessura do projeto da camada.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto.

BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos :

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo:

PENEIRAS	mm	F A I X A			
		A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 - 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 - 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 - 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 - 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 - 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

A fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

A porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

O índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e, com a energia do método DNER-ME 48-64. O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja a fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

Motoniveladora pesada, com escarificador;
Carro-tanque distribuidor de água;
Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
Grade de discos;
Pulvi-misturador
Central de mistura.
Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

EXECUÇÃO

Compreende as operações fornecimento, espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e

acabamento dos materiais utilizados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada de 10cm.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado \square 2 %.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução do reforço da sub-base, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

\square 10 cm, quanto à largura da plataforma;

Até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm quando projetado acima de 10cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de \square 2 cm, em relação à espessura do projeto.

No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

IMPRIMAÇÃO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando : Aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;

Promover condições de aderência entre a base e o revestimento; Impermeabilizar a base.

MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m²,

conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, no ponto inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PINTURA DE LIGAÇÃO

OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso: Emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C. A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m².

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes :

para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

Afim de evitar a superposição, ou excesso, no ponto inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material

betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, afim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”**OBJETIVO**

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso espalhada e comprimida à quente.

MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são: agregado graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos: Cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentosãos, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

Desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior;

Índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086);

Durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada		% passando, em peso das faixas			Tolerâncias fixas de projeto
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	± 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	± 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	± 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	± 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	± 7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	± 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	± 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	± 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	± 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	± 2%
		4,0 – 7,0	4,5 – 7,5	4,5 – 9,0	± 3%
Betume solúvel no CS2 (+) %		Camada de ligação	Camada de ligação e rolamento	Camadas de rolamento	

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento.

Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário.

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total. Deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 – 4,5	2,0 – 4,5

As Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

As misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C), deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de ± 5 °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de ± 5%) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc.) não será permitida.

EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizes, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm² a 8,4kgf/cm² (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em

condições de operacionalidade.

EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 ± 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados. Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de 140 ± 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 ± 5, para o alcatrão.

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão

ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

INSPEÇÃO

LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de: Para cimento asfálticos:

01 ensaio de viscosidade absoluta a 60 °C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;

01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);

01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;

01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);

01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);

01 ensaio de índice de fôrma, para cada 900m³ (DNER-ME 086);

01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);

01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083).

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, ± 0,3%, da fixada no projeto.

CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

Do agregado, no silo quente da usina;

Do ligante, na usina;

Da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de ± 5 °C das temperaturas especificadas.

TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de ± 5 °C.

CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas.

Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-prova extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximas ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de $\pm 5\%$ em relação as espessuras de projeto.

ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estações da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder ± 5 cm.

ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá, ser verificado por "aparelho medidor de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER-PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 British Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental com extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios

de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

Fica a construtora responsável pelo controle tecnológico das obras, devendo apresentar Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios em conformidade com as exigências normativas do DNIT.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

O concreto betuminoso será medido, em m³ através da mistura efetivamente aplicada na pista.

DRENAGEM PLUVIAL**OBJETIVO**

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo, poços de visita, e caixas de ligação destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável.

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou placas de concreto.

Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

MATERIAL**TUBOS DE CONCRETO**

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-8890/2003.

Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

MATERIAL DE REJUNTAMENTO

Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m².

Critério de aceitação: o geotêxtil deverá ter a largura mínima de 30cm e transpasse no diâmetro de 30cm. Assim, a fim de racionalizar os trabalhos, bem como recursos naturais, deverá ser cortada nos seguintes comprimentos: {(□ 0,4m, 1,30m); (□ 0,6m, 2,20m); (□ 0,8, 2,80m); (□ 1,0m, 3,45m); (□ 1,20m, 4,0m); (□ 1,50m, 5,0m)}. A emenda deverá ser na parte superior da geratriz e a tubulação só devera receber reaterro após o devido registro fotográfico do fiscal da obra.

Argamassa de rejuntamento: Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA, CAIXAS DE LIGAÇÃO E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Segue abaixo os equipamentos necessários:

Caminhão basculante;
Caminhão de carroceria fixa;
Betoneira ou caminhão betoneira;
Motoniveladora;
Pá carregadeira;
Rolo compactador metálico;
Retroescavadeira ou valetadeira e
Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

EXECUÇÃO**GALERIAS**

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER- ES 284/97. Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-8890/2003.

A fim de evitar os danos (encaixe) na tubulação durante o descarrego, os tubos deverão ser descarregados com caminhão com grua ou Munck.

No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

Critério de Rejeição ou Aceitação do alinhamento dos tubos

Os tubos deverão estar perfeitamente alinhados de tal sorte que não existam sinuosidades.

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto. O assentamento dos tubos será feito sobre pranchas de madeira com comprimento mínimo de 3,0m, seção mínima (2,5cm;20cm).

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos:

Serão envoltas por um retalho de geotêxtil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa. Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamentos indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Critério de Rejeição ou Aceitação do espaçamento dos tubos

O critério de aceitação do espaçamento deve atender é definido da seguinte maneira: 2% do diâmetro do tubo até o diâmetro de

800mm; 1,5% para diâmetros superiores.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA só poderá reaterrar as valas após o assentamento da tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

BOCAS-DE-LOBO

As bocas-de-lobo, as caixas de visita, as de ligação e as de saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobre largura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo.

As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recocado ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentada a tampa.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carregados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores. As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto (prancha genérica drenagem)

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se a tampa de fundo pré-moldada em concreto armado (fck 18MPa; 7cm).As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recocado ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da tampa de concreto.A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado no projeto (detalhe prancha genérica).

A tampa superior deverá ter dois tampões de concreto (□) 150mm

executados conforme detalhe na prancha genérica.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação. Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

SARJETAS REVESTIDAS DE CONCRETO

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolva atividades na faixa anexa. No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem. O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banquetta de material energeticamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os "off-sets" do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e o acabamento do concreto serão feitos mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida.

A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários serão feitos com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

Quando especificado no projeto será aplicado revestimento vegetal de forma complementar no material apiloado contíguo ao dispositivo.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução.

As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de $\pm 10\%$ em relação à espessura de projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.

No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

MEIO FIO

O meio fio será em peças pré-moldadas de concreto (fck mínimo 20MPa), nas dimensões definidas no projeto. O rejunte constituído de argamassa de cimento e areia média no traço 1:3.

SINALIZAÇÃO VIÁRIA

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL e VERTICAL

OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal e vertical, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e

conforto do usuário.

Sinalização vertical – É um conjunto de placas verticais de regulamentação que tem por finalidade transmitir aos usuários as condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias urbanas e rurais. Assim, o desrespeito aos sinais de regulamentação constitui infrações, previstas no capítulo XV do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMS.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

Local da aplicação, extensão e largura;

Dimensões das faixas;

Espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;

Outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicada nas cores branca e amarela:

a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;

b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimento de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio, de acordo com o especificado na Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

a) temperatura entre 10°C e 40°C;

b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

A sua aplicação deve ser feita na proporção de: tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação.

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de

microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97.

Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, após aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";

b) nome comercial e/ou numeração;

c) cor da tinta : branca ou amarela;

d) referência quanto a natureza química da resina;

e) data da fabricação;

f) prazo de validade;

g) identificação da partida de fabricação;

h) nome e endereço do fabricante;

i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

O tipo de tinta empregada na sinalização horizontal:

Tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retrorrefletorização.

Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorrefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

1,5mm de espessura - aplicado por "spray";

3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

"Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando tornam-se expostas;

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas

conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.

Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.

Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.

Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.

Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.

Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.

Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm³ e 2,6g/cm³, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.

Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão. Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

EXECUÇÃO

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura. A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas.

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

Pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

SINALIZAÇÃO VERTICAL

CONDIÇÕES GERAIS – PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO :

Em conformidade com especificado na Resolução nº 180 de agosto de 2005 e alterações, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, (Anexo - Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito) as placas de regulamentação do objeto do presente pleito licitatório são do tipo R1 – "Pare" e R19 – "Velocidade Permitida" – "40 Km/h". Assim, no que concerne a sua instalação e composição deverão

obedecer a todas as determinações da citada resolução e as abaixo especificadas:

MATERIAL

1.1 - Substrato: Cada chapa deverá ter no mínimo 270 gramas de zinco por metro quadrado, material encruado, semi manufaturação na espessura de 1,25mm, nº 18 conforme a norma NBR 11904.

Tratamento da Chapa: após corte e furação a chapa deverá ser desengraxada, recebendo pintura eletrostática em epóxi com secagem em estufa 160°C na face posterior (verso) da placa na cor preto fosco.

As chapas deverão apresentar boa aderência a fixação de películas refletivas ou películas vinílicas.

As chapas deverão apresentar durabilidade mínima de 7 (sete) anos.

1.2 - Película refletiva com esferas inclusas – Tipo I-A –NBR-14644 (a ser usada para confecção de símbolos, letras, tarjas, orlas, e/ou revestimento de chapa).

1.3 - As películas refletivas tipo I-A deverão ser constituídas tipicamente por lentes micro esferas, agregadas a uma resina sintética, espelhadas por filme metalizado e recobertas por um plástico transparente e flexível, que lhe confere uma superfície lisa e plana, que permite apresentar a mesma cor, que durante o dia quer a noite, quando observadas a luz dos faróis de um veículo.

Deverá ter valores mínimos de retrorrefletância descritas abaixo:

Ângulo de Observação	Ângulo de Entrada	Branca (Cd/lux/m ²)	Vermelha (Cd/lux/m ²)
0,2°	-4°	70	14
0,2°	+30°	30	6
0,5°	-4°	30	7,5
0,5°	+30°	15	3

Como os outros componentes da placa de sinalização a película deverá apresentar performance e durabilidade de no mínimo 7 (sete) anos.

Películas Não Refletivas Tipo IV- NBR-14644

São constituídos tipicamente por um filme plástico opaco e são destinados a produção de tarjas, legenda se símbolos, em placas de sinalização. As películas devem possuir um adesivo reativável ao calor ou a um ativador químico, resultando em adesão efetiva a superfície, ou um adesivo sensível a pressão, o qual é protegido por um filme siliconizado, de fácil remoção. É utilizada na cor preta e destinada a aplicação sobre superfície de películas tipo I-A.

A durabilidade mínima com desempenho satisfatório será de 07(sete)anos, em exposição normal, vertical e estacionário

Películas Não Refletivas Tipo IV- NBR-14644

São constituídos tipicamente por um filme plástico opaco e são destinados a produção de tarjas, legenda se símbolos, em placas de sinalização. As películas devem possuir um adesivo reativável ao calor ou a um ativador químico, resultando em adesão efetiva a superfície, ou um adesivo sensível a pressão, o qual é protegido por um filme siliconizado, de fácil remoção. É utilizada na cor preta e destinada a aplicação sobre superfície de películas tipo I-A.

A durabilidade mínima com desempenho satisfatório será de 07(sete)anos, em exposição normal, vertical e estacionário.

Observação: No que concerne ao dimensionamento, a placa de regulação R-19 como via urbana -demais vias- (diâmetro = 0,50m; tarja = 0,050m e orla = 0,050) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução (tabelas - página 28 e Apêndice de diagramação páginas 165 e 192).

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

a superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;

a pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;

a pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.

O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:

Consumo dos materiais;

Espessura do material aplicado;

Tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;

Dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);

Linearidade das faixas;

Temperatura de aquecimento do material termoplástico;

Sinalização para o serviço de obras;

Atendimento ao projeto de sinalização;

Retrorefletorização integral das faixas, sinais, etc.

Placas verticais em conformidade com o acima especificado.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de sinalização (horizontal e vertical) serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m² e unidades de placas instaladas.

III- ORÇAMENTO TOTAL DA OBRA:

A obra compreende os seguintes serviços técnicos e com os custos abaixo especificados, conforme Proposta Vencedora e demais aditivos necessários para a execução total da referida obra:

PLANILHA CUSTO - RUAS 84 – ACRE, 24 – JORGE LACERDA E 144 - PALMEIRAS

CONTRATO Nº 204/2011 - PMS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. R\$	CUSTO TOTAL R\$
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placas de Obras (02 BADESC + 01 PMS) em chapa aço galvanizado (cfe. Anexos)	m ²	6,00	R\$ 200,00	R\$ 1.200,00
SUBTOTAL					R\$ 1.200,00
2	SERVIÇOS PRELIMINARES				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0km	m ³	780,35	R\$ 9,50	R\$ 7.413,33
2.2	Tabua para berço (espessura mínima = 2,5cm; largura mínima 20,0 cm)	m	813,00	R\$ 6,00	R\$ 4.878,00
2.3	Tubulação de drenagem urbana sem berço para ø 40cm - Classe PS1- NBR 8890-07 (medição projeto)	m	644,00	R\$ 38,00	R\$ 24.472,00

2.4	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 60cm - Classe PS1- NBR 8890-07 (medição projeto)	m	-	R\$ 68,00	R\$ -
2.5	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 80cm - PA-1- NBR 8890-07 (medição projeto)	m	169,00	R\$ 170,00	R\$ 28.730,00
2.6	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 100cm - PA-1- NBR 8890-07 (medição projeto)	m	-	R\$ -	R\$ -
2.7	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para reaterro apiloado, DMT até 10,0km	m³	534,23	R\$ 15,50	R\$ 8.280,57
2.8	Caixa coletora com tampa de concreto armado, corpo em tijolos maciços (medição direta de projeto)	Unid.	36,00	R\$ 520,00	R\$ 18.720,00
2.9	Caixa de ligação - CL 1 com tampara de concreto (conforme projeto)	Unid.	12,00	R\$ 580,00	R\$ 6.960,00
2.10	Caixa de ligação - CL 2 com tampara de concreto (conforme projeto)	Unid.	7,00	R\$ 950,00	R\$ 6.650,00
2.11	Caixa de ligação - CL 3 com tampara de concreto (conforme projeto)	Unid.	-	R\$ -	R\$ -
SUBTOTAL					R\$ 106.103,89
3	TERRAPLENAGEM				
3.1	Escavação, carga e transporte de inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0km (2,50km de cada lado da via)	m³	605,94	R\$ 9,50	R\$ 5.756,43
3.2	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo, para preenchimento das remoções dos bordos, DMT até 10,0km	m³	605,94	R\$ 16,00	R\$ 9.695,04
3.3	Compactação de seixo à 95% do P.N.	m³	605,94	R\$ 1,90	R\$ 1.151,29
3.4	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para sub-base e=0,25 m - DMT até 10,0km	m³	1.274,50	R\$ 16,00	R\$ 20.392,00
SUBTOTAL					R\$ 36.994,76
4	PAVIMENTAÇÃO				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	5.098,00	R\$ 1,20	R\$ 6.117,60
4.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	509,80	R\$ 90,00	R\$ 45.882,00
4.3	Imprimação com CM 30	m²	5.098,00	R\$ 2,95	R\$ 15.039,10
4.4	Pintura de ligação com RR-2C	m²	5.098,00	R\$ 1,20	R\$ 6.117,60
4.5	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				

4.5.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m ³	182,66	R\$ 450,00	R\$ 82.197,00
4.5.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m ³	36,12	R\$ 450,00	R\$ 16.254,00
SUBTOTAL					R\$ 171.607,30
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
5.1	Meio fio (guia) de concreto pré-moldado (12x15x30x100cm)	m	953,80	R\$ 21,00	R\$ 20.029,80
5.2	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio fio	m ³	381,52	R\$ 9,60	R\$ 3.662,59
5.3	Fornecimento e espalhamento de brita (e-2,5cm)	m ³	47,69	R\$ 86,00	R\$ 4.101,34
SUBTOTAL					R\$ 27.793,73
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m ²	360,36	R\$ 14,00	R\$ 5.045,04
6.2	Sinalização vertical				
6.2.1	Blocos de concreto simples (30x30x40cm) + escavação	m ³	0,18	R\$ 400,00	R\$ 72,00
6.2.2	Placa de sinalização vertical "Pare" - tipo r1 + suporte (instalada)	Unid.	4,00	R\$ 190,00	R\$ 760,00
6.2.3	Placa de sinalização vertical "60 km/h" - tipo R19 + suporte (instalada)	Unid.	-	R\$ -	R\$ -
6.2.4	Placa de sinalização vertical - tipo-A-2a/2b "Curva à esquerda/direita" + suporte (instalada)	Unid.	1,00	R\$ 210,00	R\$ 210,00
6.2.5	Placas gerais de advertência:-A32-faixa pedestre	Unid.	-		R\$ -
SUBTOTAL					R\$ 6.087,04
BDI ADOTADO = 30,0%					
TOTAL GERAL					R\$ 349.786,72

RESUMO DO CUSTO DA OBRA:

TOTAL DO CUSTO DA PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS 84 – ACRE, 24 – JORGE LACERDA E 144 - PALEMIRAS

DOCUMENTO	VALOR R\$
Contrato Nº 204/2011 - PMS	R\$ 349.786,72
TOTAL GERAL DA OBRA	R\$ 349.786,72

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, DOS PROPRIETÁRIOS E DOS VALORES VENAIS DOS IMOVEIS DAS RUAS 84 – ACRE, 24 – JORGE LACERDA E 144 - PALMEIRAS

IV - FATOR DE ABSORÇÃO:

Para a presente obra, a municipalidade absorverá 89,74% do valor do benefício constado em cada imóvel. Essa absorção

corresponderá à 70% do valor total da obra.

Absorção em relação a valorização auferida:

Valorização da zona beneficiada	VALOR R\$
Total valorizado	1.022.867,76
Valorização absorvida (89,74%)	917.921,53
Valorização lançada (10,26%)	104.946,23

Valor lançado em relação ao custo da obra

Valorização da zona beneficiada	VALOR R\$
Valor total da obra	349.786,72
Valor lançado (30%)	104.946,23
Valor absorvido pelo Município (70%)	244.840,49

V - PARCELA TRIBUTARIA DEVIDA PELOS CONTRIBUINTES

O valor cobrado a título de Contribuição de Melhoria dos imóveis beneficiados, conforme Artigo 242, inciso IV, da LC 001/95 (Código Tributário Municipal), DEVIDA pelos Lindeiros, corresponde à valorização do imóvel decorrente da obra pública apurado por meio de Parecer Técnico de Engenheiro da Prefeitura Municipal de Schroeder, em anexo, deduzindo-se o fator de absorção disposto no item IV deste edital. Os valores a serem despendidos pelos lindeiros em favor do Município, por conta da valorização do imóvel decorrente da obra pública são os seguintes:

RUA 84 - ACRE

IMÓVEL	MATRÍCULA	PROPRIETÁRIO	VALOR VENAL		VALORIZAÇÃO	FATOR ABSORÇÃO	VALOR CONTRIBUIÇÃO
			ANTES OBRA	DEPOIS OBRA			
861	13.269	Albus Jacob	R\$ 246.312,70	R\$ 295.575,24	R\$ 49.262,54	R\$ 44.208,20	R\$ 5.054,34
860	10.578	Dario Jacob	R\$ 136.113,12	R\$ 163.335,74	R\$ 27.222,62	R\$ 24.429,58	R\$ 2.793,04
859	10.579	Loreli Jacobi Petry	R\$ 93.273,84	R\$ 111.928,61	R\$ 18.654,77	R\$ 16.740,79	R\$ 1.913,98
858	10.577	Altair Jacob	R\$ 200.854,37	R\$ 241.025,24	R\$ 40.170,87	R\$ 36.049,34	R\$ 4.121,53
9152	25.894	Ronaldo Volles	R\$ 123.860,35	R\$ 148.632,42	R\$ 24.772,07	R\$ 22.230,46	R\$ 2.541,61
9153	25.893	Lenoir Luiz Henrich	R\$ 57.071,52	R\$ 68.485,82	R\$ 11.414,30	R\$ 10.243,20	R\$ 1.171,11
8047	23.722	Luciane Fischer Muniz de Oliveira	R\$ 50.306,26	R\$ 60.367,51	R\$ 10.061,25	R\$ 9.028,97	R\$ 1.032,28
8048	23.723	Alexandra Gonçalves	R\$ 49.336,85	R\$ 59.204,22	R\$ 9.867,37	R\$ 8.854,98	R\$ 1.012,39
8049	25.763	Mariely Kaissa Proença	R\$ 52.921,44	R\$ 63.505,73	R\$ 10.584,29	R\$ 9.498,34	R\$ 1.085,95
856	18.098	Nair Renata Diehl	R\$ 125.853,55	R\$ 151.024,26	R\$ 25.170,71	R\$ 22.588,20	R\$ 2.582,51
857	11.766	Voigt Administradora de Bens	R\$ 182.679,55	R\$ 219.215,46	R\$ 36.535,91	R\$ 32.787,33	R\$ 3.748,58
			SUBTOTAL ACRE		R\$ 263.716,71	R\$ 236.659,38	R\$ 27.057,33

RUA 24 - JORGE LACERDA

IMÓVEL	MATRÍCULA	PROPRIETÁRIO	VALOR VENAL		VALORIZAÇÃO	FATOR ABSORÇÃO	VALOR CONTRIBUIÇÃO
			ANTES OBRA	DEPOIS OBRA			
851	5.333	Fridemundo Holtz	R\$ 239.841,98	R\$ 287.810,37	R\$ 47.968,40	R\$ 43.046,84	R\$ 4.921,56
850	9.271	Luiz Baesso Neto	R\$ 68.929,34	R\$ 82.715,21	R\$ 13.785,87	R\$ 12.371,44	R\$ 1.414,43
849	5.632	Luiz Baesso Neto	R\$ 78.274,94	R\$ 93.929,93	R\$ 15.654,99	R\$ 14.048,79	R\$ 1.606,20
848	5.633	Norberto Jordan	R\$ 75.754,80	R\$ 90.905,76	R\$ 15.150,96	R\$ 13.596,47	R\$ 1.554,49
847	5.634	Leonidia Bauer Weidauer	R\$ 80.812,51	R\$ 96.975,01	R\$ 16.162,50	R\$ 14.504,23	R\$ 1.658,27
846	5.631	Roseleia Flôhr Pasqualli	R\$ 66.450,38	R\$ 79.740,46	R\$ 13.290,08	R\$ 11.926,51	R\$ 1.363,56
3564	2.603	Fabiano Welter da Silva	R\$ 69.076,66	R\$ 82.891,99	R\$ 13.815,33	R\$ 12.397,88	R\$ 1.417,45
920	2.298	Rolando Gaedke	R\$ 821.478,96	R\$ 985.774,75	R\$ 164.295,79	R\$ 147.439,04	R\$ 16.856,75

8033	23.512	Noeli de Siqueira	R\$ 98.968,32	R\$ 118.761,98	R\$ 19.793,66	R\$ 17.762,83	R\$ 2.030,83
8032	23.512	Lori Maria Mundel	R\$ 98.619,84	R\$ 118.343,81	R\$ 19.723,97	R\$ 17.700,29	R\$ 2.023,68
8031	23.511	Michael Jackson Floriano	R\$ 98.619,84	R\$ 118.343,81	R\$ 19.723,97	R\$ 17.700,29	R\$ 2.023,68
			SUBTOTAL JORGE LACERDA		R\$ 359.365,51	R\$ 322.494,61	R\$ 36.870,90
RUA 144 – PALMEIRAS							
IMÓVEL	MATRÍCULA	PROPRIETÁRIO	VALOR VENAL		VALORIZA- ÇÃO	FATOR AB- SORÇÃO	VALOR CON- TRIBUIÇÃO
			ANTES OBRA	DEPOIS OBRA			
910	21.922	Osmar Lange	R\$ 105.154,90	R\$ 126.185,88	R\$ 21.030,98	R\$ 18.873,20	R\$ 2.157,78
9096	21.923	Osmar Lange	R\$ 305.624,00	R\$ 366.748,80	R\$ 61.124,80	R\$ 54.853,40	R\$ 6.271,40
913	21.924	Osmar Lange	R\$ 65.667,89	R\$ 78.801,47	R\$ 13.133,58	R\$ 11.786,07	R\$ 1.347,51
4226	21.925	Osvaldo Lange	R\$ 70.109,68	R\$ 84.131,61	R\$ 14.021,94	R\$ 12.583,28	R\$ 1.438,65
4980	21.926	Osvaldo Lange	R\$ 67.698,58	R\$ 81.238,29	R\$ 13.539,72	R\$ 12.150,54	R\$ 1.389,17
4981	21.927	Ademar Hilger	R\$ 67.327,92	R\$ 80.793,50	R\$ 13.465,58	R\$ 12.084,02	R\$ 1.381,57
4982	21.928	Osvaldo Lange	R\$ 71.280,00	R\$ 85.536,00	R\$ 14.256,00	R\$ 12.793,33	R\$ 1.462,67
908	17.143	Farmácia Anjo Farma Ltda ME	R\$ 150.401,42	R\$ 180.481,70	R\$ 30.080,28	R\$ 26.994,05	R\$ 3.086,24
4469	17.141	Giovany Walz	R\$ 103.070,88	R\$ 123.685,06	R\$ 20.614,18	R\$ 18.499,16	R\$ 2.115,01
4470	17.142	Marciane Walz	R\$ 64.193,18	R\$ 77.031,82	R\$ 12.838,64	R\$ 11.521,39	R\$ 1.317,24
5678	21.175	Mara Zoz	R\$ 55.569,89	R\$ 66.683,87	R\$ 11.113,98	R\$ 9.973,68	R\$ 1.140,29
6185	22.568	Jairson Schneider	R\$ 71.280,00	R\$ 85.536,00	R\$ 14.256,00	R\$ 12.793,33	R\$ 1.462,67
901	17.145	Idiane Pommerening Correia	R\$ 97.916,54	R\$ 117.499,85	R\$ 19.583,31	R\$ 17.574,06	R\$ 2.009,25
898	817	Friedalina Kopp	R\$ 165.334,97	R\$ 198.401,97	R\$ 33.066,99	R\$ 29.674,32	R\$ 3.392,67
896	16.860	Jairo Rudiger	R\$ 212.100,86	R\$ 254.521,04	R\$ 42.420,17	R\$ 38.067,86	R\$ 4.352,31
897	-	Jair Rudiger	R\$ 80.399,09	R\$ 96.478,91	R\$ 16.079,82	R\$ 14.430,03	R\$ 1.649,79
895	5.666	Waldemar Hang	R\$ 196.676,47	R\$ 236.011,77	R\$ 39.335,29	R\$ 35.299,49	R\$ 4.035,80
8165	23.587	Igomar de Conto	R\$ 49.121,42	R\$ 58.945,71	R\$ 9.824,28	R\$ 8.816,31	R\$ 1.007,97
			SUBTOTAL PALMEIRAS		R\$ 399.785,54	R\$ 358.767,54	R\$ 41.018,00
			TOTAL CME		R\$ 1.022.867,76	R\$ 917.921,53	R\$ 104.946,23

VI – DO PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

O prazo para contestação dos itens deste edital é de 30 (trinta) dias, contados a partir da última publicação do presente Edital, através de petição dirigida ao Prefeito Municipal, nos termos do Art. 246 e parágrafos, da Lei Complementar n.º 001/95 e alterações.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração competente, através de petição.

Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou prosseguimento das obras e nem terão efeito de obstar a administração a prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuição de melhoria. (Redação dada pela Lei Complementar n.º 74/2009)

VII – DA ARRECADAÇÃO

A arrecadação da contribuição far-se-á nos seguintes prazos:

Em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular notificação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;

Em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular notificação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

Em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular notificação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

Em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular notificação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

VIII - TEMPO DE VIDA ÚTIL DA OBRA

O Tempo de vida útil da obra será de no mínimo 5 (cinco) anos.

IX - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada por propriedade, levando-se em conta a valorização do imóvel diretamente beneficiado em virtude da obra pública realizada.

O laudo que apurou a valorização auferida por cada imóvel está no processo administrativo que teve o acompanhamento da comissão de acompanhamento do lançamento da contribuição instituída pela portaria nº 4.755/2012 de 11 de setembro de 2012. O laudo faz parte do presente edital (anexo I)

Cientificamos aos proprietários beneficiados pela obra pública que a distribuição tributária devida por cada proprietário está exposta no Mural da Prefeitura Municipal, publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 13 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

MILTON TRAPP JUNIOR
Fiscal de Tributos Municipais
Matrícula 1.559

ANEXO I

Laudo de Avaliação 02
Rua Palmeiras, Jorge Lacerda e Acre

Sumário

1. Preliminares 3
 - a. Objetivo 3
 - b. Do solicitante 3
 - c. Do Logradouro 3
 - d. Do levantamento fotográfico 3
2. Avaliação 8
 - a. Critérios 8
 - b. Metodologia 8
 - d. Dos Conceitos 9
 - e. Pesquisa de valores 10
 - f. Construções existentes 10
 - g. Índice de Desvalorização/Valorização 12
 - h. Dados coletados 16
3. Apresentação dos dados dos Imóveis pesquisados 17
4. Dos Imóveis em serem Avaliados 28

5. Notações, simbologia e convenções 30

6. Bibliografia 31

7. Anexos 32

1. Preliminares**a. Objetivo**

Esta avaliação tem como objetivo analisar os imóveis localizados na Rua Florianópolis, no Município de Schroeder, a fim de verificar a valorização após a execução dos serviços de pavimentação asfáltica.

b. Do Avaliador

Walter Egidio Mukai
Engenheiro Civil – CREA 065.488-5 SC
Município de Schroeder/SC

c. Do solicitante

A Prefeitura Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, situado na Rua Marechal Castelo Branco, 3.201, CNPJ: 83.102.491/0001-09, representada para todos os fins de direito pelo seu Prefeito Municipal, senhor Felipe Voigt, CPF: 352.318.319-72, solicita este laudo de avaliação de bem tangível.

d. Do Logradouro

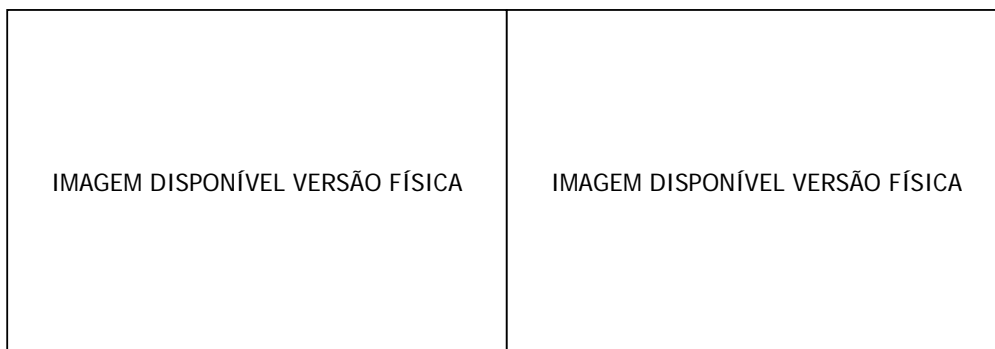
Os logradouros foram denominados pela Lei Nº LEI Nº 1215/2000 (Anexo III), e contemplado pelo processo de pavimentação asfáltica conforme Tomada de Preços Nº 09/2011 PMS numa extensão total de 485,50m., cobrindo uma área de 4.855,00m2, atendendo diretamente 41 imóveis.

e. Do levantamento fotográfico

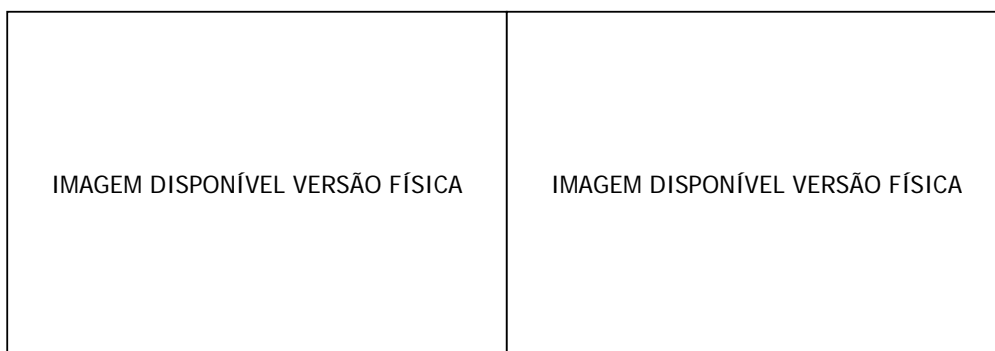
- i. Anterior a Pavimentação
- Rua Acre

IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA

Rua Jorge Lacerda

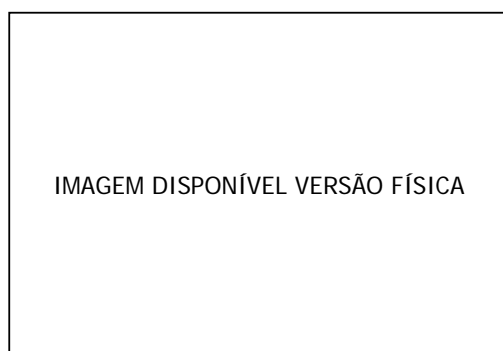


Rua Palmeiras



ii. Após a Pavimentação

Rua Acre



2. Rua Jorge Lacerda

IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA	IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA
---------------------------------	---------------------------------

Rua Palmeiras

IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA	IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA
IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA	

3. Avaliação

a. Critérios

Foram utilizados para a produção deste a ABNT NBR 5676/89 Avaliação de Imóveis Urbanos, NBR 14653-1:2001 Versão Corrigida 2:2005 Avaliação de bens Parte 1: Procedimentos gerais, e ABNT NBR 14653-2:2011 Avaliação de bens Parte 2: Imóveis urbanos, de onde procederão os quesitos para elaboração deste laudo, a matrícula do imóvel e na falta dela as informações contidas no Cadastro Imobiliário do Município, de onde procederão as dimensões do imóvel, e avaliações de corretoras de imóveis e anúncios particulares de imóveis a venda no período de 30/08/2012 a 19/10/2012, de onde se obterá o Valor Genérico Unitário (VGU) do metro quadrado de terreno, e dele resultarão os valores do imóvel anterior e posterior, utilizando-se os fatores na fórmula de cálculo:

$$VI_{ant} = VGU \times At \times FI \times Fp \times Ce \times Cf \times Fg$$

$$VI_{pos} = VGU \times At \times FI \times Fp \times Ce \times Cf \times Fg$$

Onde

VI_{ant} – Valor do imóvel anterior

VI_{pos} – Valor do imóvel posterior

VGU – Valor Genérico Unitário do m² do terreno, (R\$/m²)

At – Área do lote (terreno), (m²)

FI – Fator de localização

Fp – Fator de pavimentação

Fg – Fator Gleba

Ce – Fator numero de frentes

Cf – Coeficiente de frente

b. Metodologia

No intuito de contemplar o maior número de amostras, utilizou-se o Método Comparativo de Custo de Reprodução e o Método Direto de Comparação, onde o valor do imóvel é obtido através de comparação de dados de mercado relativos a outros de características similares, contemplados ou não com a pavimentação asfáltica.

c. Nível de Rigor da Avaliação

A avaliação adotada foi a de Nível Normal, contemplando algum grau de subjetividade, com fontes de dados idôneas, atuais e assemelhados aos imóveis avaliados. Com os dados homogeneizados através de fatores ou ponderações empíricas, assim como estatística descritiva que leva a convicção de valor.

d. Dos Conceitos

i. Valor

Corresponde a relação da quantidade de bens disponíveis para satisfazer as necessidades econômicas do homem, que é a expressão monetária do bem.

Na engenharia de avaliações, seguimos a escola monovalente, em que o valor determinado pelo avaliador é único, não existindo diferença de avaliação para quem quer que seja, vendedor ou comprador.

ii. Preço

Representa a quantidade de moeda (dinheiro) pela qual se efetua uma transação.

Seu valor nem sempre representa um perfeito equilíbrio entre fatores sociais e econômicos, devido a necessidades e desejos pessoais, desta forma seu valor poderá ser menor ou maior que o valor de mercado.

iii. Valorização

Resultante da diferença do valor anterior e posterior do imóvel após um benefício, que nessa situação é a pavimentação da via.

Conforme significado da língua portuguesa: *v.t. Aumentar o valor ou preço de: a abertura de estradas valoriza grandes regiões.*

Representado por:

Valorização = Vlpos – Vlant**e. Pesquisa de valores**

A Determinação do Valor Genérico Unitário (VGU) por metro quadrado dos terrenos objeto da avaliação é oriundo da amostragem realizada no Município de Schroeder. Amostras consideradas:

- I. 8 (oito) ofertas de imobiliárias (anuncio em mídia impressa e eletrônica), conforme Anexo 2.
- II. 10 (dez) ofertas particulares (coleta a campo), conforme Anexo 3.

Com os dados das amostragens foram aplicadas variáveis considerando vários elementos que influenciam na composição da avaliação a fim de se aferir a real valorização dos imóveis avaliados.

f. Construções existentes

A fim de identificar a valorização dos imóveis em função da pavimentação (melhoria), foram consideradas todas as pesquisas de mercado contendo ou não construções para atingirmos um índice satisfatório de pesquisas.

Para a avaliação foi necessário estimar o valor da construção para os imóveis que neles existissem edificações, desta forma, adotou-se o índice CUB (Custo Unitário Básico) para o Estado de Santa Catarina (Anexo 4) – link: http://www.sinduscon-fpolis.org.br/MyFiles/CUB2006_2008/2012/CUB2006_Agosto2012.pdf, utilizando-se a classificação quanto à ocupação, padrão de construção e obsolescência, conforme segue abaixo:

i. Ocupação/Padrão de Construção

Entenda-se ocupação do imóvel, o regime de utilização, podendo ele ser:

- + Residencial Unifamiliar(R);
- + Prédio Popular (PP);
- + Projeto Interesse Social (PIS);
- + Residencial Multifamiliar até 8 pavimentos (R8);
- + Residencial Multifamiliar até 16 pavimentos (R16);
- + Comercial/salas/serviços;
- + Galpão (CSL), conforme quadro a seguir:

CUB Santa Catarina - Agosto/2012 - R\$/m²

Tabela 1: PROJETOS - PADRÃO RESIDENCIAIS

R (Residência Unifamiliar); PP (Prédio Popular) e PIS (Projeto De Interesse Social)

PADRÃO BAIXO		PADRÃO NORMAL		PADRÃO ALTO	
R-1	1.067,99	R-1	1.272,11	R-1	1.542,46
PP-4	1.001,35	PP-4	1.200,14	R-8	1.254,16
R-8	954,93	R-8	1.064,18	R16	1.345,21
PIS	756,10	R-16	1.029,28		

Tabela 2: PROJETOS - PADRÃO COMERCIAIS

CAL (Comercial Andares Livres) e CSL (Comercial Salas e Lojas)

PADRÃO NORMAL

CAL - 8 1.224,58
 CSL - 8 1.070,90
 CSL - 16 1.167,71

PADRÃO ALTO

CAL - 8 1.296,99
 CSL - 8 1.167,71
 CSL - 16 1.554,97

Tabela 3: PROJETOS - PADRÃO RESIDÊNCIA POPULAR (RP1Q) E GALPÃO INDUSTRIAL (GI)

RP1Q 1.137,03

GI 604,30

Legenda:

R1(Residencial 1 pavimento)
 R8(8 pavimentos)
 R16(16 pavimentos)
 PP4(Projeto padrão)
 B(Baixo) - N(Normal) - A(Alto Padrão)
 PIS(Projeto de interesse social)
 RP1Q(Residencial popular de 1 quarto)

Fonte: **Sindicon Santa Catarina**

Legenda:

CCAL(Comercial andar livre)
 CSL(Comercial salas e lojas)
 GI(Galpão Industrial)

ii. Conservação

Entenda-se como estado de conservação/manutenção, a situação da edificação quanto a sua possibilidade de ocupação e conservação conforme o método de Ross-Heidecke e o método da idade (vida útil), assim classificado:

1. Em Construção

Considera-se imóvel em construção aquele que está em construção propriamente dito, sem condições de habitação.

2. Ruim

Considera-se imóvel em estado de conservação ruim aquele que é passível de uso (ocupação), porém necessitando de reforma.

3. Normal

Considera-se imóvel em estado de conservação normal, aquele que é passível de uso (ocupação) e não necessitando de reforma.

4. Ótimo

Considera-se imóvel em estado de conservação ótimo, aquele que é passível de uso (ocupação), não necessitando de reformas e com e padrão de acabamento e conservação em perfeita qualidade.

Para a classificação, adotou-se índice (fator) de conservação (Fc), em função do estado de conservação, como se observa na Tabela 4 abaixo

Tabela 4: Estado de Conservação do imóvel:

Estado de Conservação	Fc(%)
Em Construção	50
Ruim	65
Normal	85
Ótimo	100

g. Índice de Desvalorização/Valorização

Ao se avaliar as características dos imóveis de uma cidade, procura-se identificar a normalidade de uma situação, que no caso do objeto é o terreno.

Notoriamente entende-se que a comercialização de imóveis de características distintas seguem por caminhos diferenciados. Com o objetivo de posicionar por igual os imóveis, foram adotados critérios de homogeneização de informações, assim foram adotados os índices que seguem:

i. Localização (FI)

Entenda-se como fator de localização do imóvel, a posição geográfica do imóvel em relação à via principal ou região central do município, sendo a característica do ordenamento territorial do Município de Schroeder a linear onde se tem uma via principal de acesso (tornando-se via principal de comércio) irradiando para suas laterais. Por esse motivo adotou-se os seguintes fatores de localização:

1. De primeira grandeza

Imóveis fazendo frente para a Rua Marechal Castelo Branco

2. De segunda grandeza

Imóveis localizados a menos de 200m. da rua Marechal Castelo Branco.

3. De terceira grandeza

Imóveis localizados entre 200 e 500m. da rua Marechal Castelo Branco.

4. De quarta grandeza

Imóveis localizados entre 500 e 1.000m. da rua Marechal Castelo Branco.

5. De quinta grandeza

Imóveis localizados acima de 1.000m. da rua Marechal Castelo Branco.

Para a classificação, adotou-se índice (fator) de localização (FI), em função da localização, como se observa na tabela 5, abaixo:

Tabela 5: Localização do Imóvel:

Localização	FI (%)
1ª Grandeza (1G)	100
2ª Grandeza (2G)	90
3ª Grandeza (3G)	85
4ª Grandeza (4G)	80
5ª Grandeza (4G)	75

ii. Numero de Frentes (Ce)

O numero de frentes, pode interferir na sua valorização, sendo um fator ligado diretamente a sua localização, onde um imóvel comercial certamente será mais valorizado do que um imóvel residencial, e em função do padrão de desenvolvimento da zona onde se localiza o imóvel, conforme (Soller,2000), adotou-se o fator de interferência como segue na tabela 6 :

Tabela 6: Fator numero de frentes em função da sua localização

	Reduzida	Média	Elevada
Zona Residencial ou de Comércio Incipiente	1,03	1,05	1,08
Zona Comercial ou de Incorporação imobiliária	1,12	1,15	1,18

iii. Fator Gleba (Área)

Devido à existência de imóveis com áreas acima do limite tolerável do padrão do município, observa-se a necessidade de utilizar o fator de gleba, que tem a função de homogeneizar as pesquisas em torno da área, com fatores conforme segue:

Tabela 7: Fator de Gleba

Limite de área	Fator Gleba (Fg)
Menor que 4999,99m2	1,00
De 5000,00 a 9.999,99m2	0,85
De 10.000,00 a 19.999,99m2	0,75
De 20.000,00 a 49.999,99m2	0,60
De 50.000,00 a 99.999,99m2	0,50
Acima de 100.000m2	0,40

iv. Pavimentação

Ao se comparar um lote com melhoramentos públicos com outro sem os mesmos melhoramentos. Conforme tabela de pesos de melhoramentos públicos sugerida pelo Eng. Ruy Canteiro e seguida por Norberto Hochheim (IBAPE/SC – Apostila Curso de Engenharia de Avaliações), adotou-se o peso de 20% de valorização em função da característica do município não contemplar via não calçada com meio fio, assim reduziu-se o índice indicado de 30% para 20%.

v. Frente Irregular

Para situações oriundas da configuração de testada fora da legislação, em que a testada mínima é de 12,00 metros, empiricamente adotou-se o Coeficiente de Frente Irregular (Ce), visando corrigir as pesquisas e

posteriormente chegar ao valor do imóvel, através da verificação da relação existente entre testada/profundidade, conforme tabela 8:

Tabela 8: Frente Irregular

Testada/Profundidade	Fator Irregular (Fi)
Menor ou igual a 0,15	0,85
Maior que 0,15	1,00

vi. Demais fatores não considerados

Em virtude das características da região serem homogêneas no que tange a topologia e a pedologia, esses fatores não foram considerados para a presente avaliação.

h. Dados coletados

Conforme pesquisas efetuadas pela equipe técnica do município, considerando apenas as ofertas incluídas no raio de 1km (conforme Anexo I - Mapa com o raio da área considerada) e levantamento fotográfico (Anexo II – Levantamento fotográfico das ofertas), agrupou-se as informações, para melhor entendimento e análise de informações, como segue na tabela 9:

Tabela 9: Estado de Conservação do imóvel:

	Data	Anuncio	Contato	Cod. Insc.	Logradouro	Proprietário	Valor (R\$)	Ocupação
1	2/9/2012	MG Imóveis	3374-0096	1989	Guilherme Zastrow	Dirceu Lenhard	200.000,00	Residência
2	2/9/2012	Proprietário	8819-2571	1954	Carlos Eggert	Rivael dos Santos Castilhos	185.000,00	Residência
3	2/9/2012	Proprietário	3374-0760	4327	Ottoli Peschke	José Fossile	85.000,00	Terreno
4	2/9/2012	Proprietário	3275-0455	3845	XV de Novembro	Adelar Antonio Herbert	115.000,00	Residência
5	2/9/2012	Proprietário	3374-0449	1992	XV de Novembro	Pedro Paulo Adriano	280.000,00	Residência
6	8/10/2012	Proprietário	9973-3489	7906	Ottoli Peschke	Ervin Zils	95.000,00	Terreno
8	10/10/2012	Eliane Corretora	9998-4404	956	01 de Maio	Adi Vogel Klitzke	112.000,00	Terreno
7	8/10/2012	Engetec Imoveis	3374-2135	2963	Santa Catarina	Noemia Muller Mascke	225.000,00	Residência
9	2/9/2012	Proprietário	9973-3489	6118	Ottoli Peschke	Ervin Zils	95.000,00	Terreno
10	8/10/2012	Forte Imoveis	3273-7966	1350	Antonio Zoz	Daniel Volles	200.000,00	Residência
11	2/9/2012	Proprietário	9973-3489	6122	Ottoli Peschke	Ervin Zils	95.000,00	Terreno
13	8/10/2012	Proprietário	3374-0354	4023	Carlos Eggert	Odair Antonio Domingues	120.000,00	Residência
14	10/10/2012	Jaraguá Imoveis	3370-9849	6016	Luiza Mascke	Hilbert Mascke	85.000,00	Terreno
12	8/10/2012	Proprietário	9186-9249	10645	03 de Outubro	Jose da Cruz	80.000,00	Terreno
15	2/9/2012	Engetec Imoveis	3374-2135	4750	Guilherme Zastrow	Claudemir Lucas Alves	240.000,00	Residência
16	2/9/2012	Engetec Imoveis	3374-2135	846	Jorge Lacerda	Roseleia Flohr Pasquali	270.000,00	Residência
17	10/10/2012	Leier Imoveis	2107-0500	682	03 de Outubro	Pedro Dellagiustina	213.000,00	Residência
18	2/9/2012	Proprietário	8809-4508	8029	Florianópolis	Domingos da Silva	110.000,00	Terreno

4. Apresentação dos dados dos Imóveis pesquisados

a. Apresentação dos dados pesquisados

Através das pesquisas de campo e cruzamento das informações do Cadastro Imobiliário do Município, incluiu-se demais dados necessários, como segue na tabela 10:

Tabela 10: Informações adicionais dos imóveis

	Valor (R\$)	Ocupação	Logradouro	Pavimentação	Numero de Frentes (Nf)	Área Terreno (At) (m2)	Área Construída (Ab) (m2)
1	200.000,00	Residência	Guilherme Zastrow	Não	2,00	531	128,00
2	185.000,00	Residência	Carlos Eggert	Não	2,00	494	156,00
3	85.000,00	Terreno	Ottoli Peschke	Não	1,00	480	-
4	115.000,00	Residência	XV de Novembro	Não	1,00	440	70,00
5	280.000,00	Residência	XV de Novembro	Não	1,00	666	304,00
6	95.000,00	Terreno	Ottoli Peschke	Não	1,00	488	-
7	225.000,00	Residência	Santa Catarina	Não	1,00	512	130,00
8	112.000,00	Terreno	01 de Maio	Não	2,00	600	-
9	95.000,00	Terreno	Ottoli Peschke	Não	1,00	461	-
10	200.000,00	Residência	Antonio Zoz	Não	1,00	625	100,00
11	95.000,00	Terreno	Ottoli Peschke	Não	1,00	449	-
12	80.000,00	Terreno	03 de Outubro	Sim	1,00	408	-
13	120.000,00	Residência	Carlos Eggert	Não	1,00	400	50,00
14	85.000,00	Terreno	Luiza Mascke	Não	2,00	371	-
15	240.000,00	Residência	Guilherme Zastrow	Não	2,00	422	131,00
16	270.000,00	Residência	Jorge Lacerda	Sim	1,00	430	250,00
17	213.000,00	Residência	03 de Outubro	Sim	1,00	450	159,00
18	110.000,00	Terreno	Florianópolis	Sim	2,00	450	-

b. Homogeneização das informações quanto à ocupação/conservação
Conforme descrito anteriormente no item 2 – Avaliação (f) Avaliação das construções, valores referentes às áreas construídas foram levantados e suprimidos da amostragem, resultando assim o valor referente a parcela do terreno sem benfeitorias (Vsc), abaixo indicado na tabela 11:

Tabela 11: Valor do m2 do terreno sem a construção (Vsc)

	Logradouro	Valor (V)	Ocupação	Área Terreno (m2) = (At)	Área Construída (m2) - (Ab)	CUB SC		Fator Conservação - (Fc)	Valor Terreno sem construção (R\$)	Valor do m2 Terreno sem construção - (Vsc)
						Classificação 08/2012	CUB			
1	Guilherme Zastrow	200.000,00	Residência	531	128	R1A	1.067,99	0,85	83.802,69	157,82
2	Carlos Eggert	185.000,00	Residência	494	156	PIS	756,10	0,85	84.741,14	171,54
3	Ottoli Peschke	85.000,00	Terreno	480			-	-	85.000,00	177,08
4	XV de Novembro	115.000,00	Residência	440	70	PIS	756,10	0,65	80.597,45	183,18
5	XV de Novembro	280.000,00	Residência	666	304	PP4	756,10	0,65	130.594,64	196,09
6	Ottoli Peschke	95.000,00	Terreno	488			-	-	95.000,00	194,67
7	Santa Catarina	225.000,00	Residência	512	130	PIS	1.067,00	0,85	107.096,50	209,17
8	01 de Maio	112.000,00	Terreno	600			-	-	112.000,00	186,67
9	Ottoli Peschke	95.000,00	Terreno	461			-	-	95.000,00	206,07
10	Antonio Zoz	200.000,00	Residência	625	100	PIS	1.067,00	0,65	130.645,00	209,03
11	Ottoli Peschke	95.000,00	Terreno	449			-	-	95.000,00	211,58
12	03 de Outubro	80.000,00	Terreno	408			-	-	80.000,00	196,08
13	Carlos Eggert	120.000,00	Residência	400	50	PIS	756,10	0,65	95.426,75	238,57
14	Luiza Mascke	85.000,00	Terreno	371			-	-	85.000,00	229,11
15	Guilherme Zastrow	240.000,00	Residência	422	131	R1B	1.272,11	0,85	98.350,55	233,06
16	Jorge Lacerda	270.000,00	Residência	430	250	R1A	1.067,99	0,65	96.451,63	224,31
17	03 de Outubro	213.000,00	Residência	450	159	PIS	756,10	0,85	110.813,09	246,25
18	Florianópolis	110.000,00	Terreno	450			-	-	110.000,00	244,44

Formula considerada para obter o Valor do m2 do terreno sem a construção (Vsc) para os imóveis na homogeneização quanto à ocupação:

Quando Edificado: $Vsc = \frac{V - (Ab \times CUB \times Fc)}{At}$

At

Quando não edificado: $Vsc = \frac{V}{At}$

c. Fator Gleba

Nas amostras consideradas, não foi necessário a atribuição do fator devido às ofertas estarem dentro do limite de até 4.999,99m²

d. Fator de localização (FI)

Conforme descrito, em função da localização do imóvel, foram atribuídos índices as amostras:

Tabela 12: Fator de localização do imóvel

Oferta	Logradouro	Localização	
		Grandeza	(FI) Fator localização
1	Guilherme Zastrow	3	0,85
2	Carlos Eggert	4	0,80
3	Ottoli Peschke	3	0,85
4	XV de Novembro	3	0,85
5	XV de Novembro	4	0,80
6	Ottoli Peschke	3	0,85
7	Santa Catarina	4	0,80
8	01 de Maio	2	0,90
9	Ottoli Peschke	3	0,85
10	Antonio Zoz	3	0,85
11	Ottoli Peschke	3	0,85
12	03 de Outubro	4	0,80
13	Carlos Eggert	4	0,80
14	Luiza Mascke	3	0,85
15	Guilherme Zastrow	3	0,85
16	Jorge Lacerda	2	0,90
17	03 de Outubro	3	0,85
18	Florianópolis	2	0,90

e. Fator de Pavimentação (Fp)

Conforme descrito anteriormente, em função da pavimentação do logradouro onde está localizado o imóvel, foram atribuídos índices as amostras:

Tabela 13: Fator de pavimentação

Oferta	Logradouro	Pavimentação	(Fp)Fator Pavimentação
1	Guilherme Zastrow	Não	1,00
2	Carlos Eggert	Não	1,00
3	Ottoli Peschke	Não	1,00
4	XV de Novembro	Não	1,00
5	XV de Novembro	Não	1,00
6	Ottoli Peschke	Não	1,00
7	Santa Catarina	Não	1,00
8	01 de Maio	Não	1,00
9	Ottoli Peschke	Não	1,00
10	Antonio Zoz	Não	1,00
11	Ottoli Peschke	Não	1,00
12	03 de Outubro	Sim	1,20
13	Carlos Eggert	Não	1,00
14	Luiza Mascke	Não	1,00
15	Guilherme Zastrow	Não	1,00
16	Jorge Lacerda	Sim	1,20
17	03 de Outubro	Sim	1,20
18	Florianópolis	Sim	1,20

f. Coeficiente de numero de frentes (Ce)

Tabela 14: Fator numero de Frentes

Oferta	Logradouro	Número de Frentes	(Ce) Fator frentes
1	Guilherme Zastrow	2	1,03
2	Carlos Eggert	2	1,03
3	Ottoli Peschke	1	1,00
4	XV de Novembro	1	1,00
5	XV de Novembro	1	1,00
6	Ottoli Peschke	1	1,00
7	Santa Catarina	2	1,03
8	01 de Maio	1	1,00
9	Ottoli Peschke	1	1,00
10	Antonio Zoz	1	1,00
11	Ottoli Peschke	1	1,00
13	Carlos Eggert	1	1,00
14	Luiza Mascke	1	1,00
12	03 de Outubro	2	1,05
15	Guilherme Zastrow	2	1,03
16	Jorge Lacerda	1	1,00
17	03 de Outubro	1	1,00
18	Florianópolis	2	1,03

g. Fator Frente Irregular (Cf)

Tabela 15: Frente Irregular

Oferta	Logradouro	Testada / Profundidade	Numero de imóveis	Frente Irregular Cf
1	Guilherme Zastrow	0,61	1	1,00
2	Carlos Eggert	0,59	1	1,00
3	Ottoli Peschke	0,53	1	1,00
4	XV de Novembro	0,51	1	1,00
5	XV de Novembro	0,38	1	1,00
6	Ottoli Peschke	0,52	1	1,00
7	Santa Catarina	0,78	1	1,00
8	01 de Maio	0,67	1	1,00
9	Ottoli Peschke	0,56	1	1,00
10	Antonio Zoz	0,41	1	1,00
11	Ottoli Peschke	0,57	1	1,00
13	Carlos Eggert	0,90	1	1,00
14	Luiza Mascke	0,39	1	1,00
12	03 de Outubro	0,41	1	1,00
15	Guilherme Zastrow	0,61	1	1,00
16	Jorge Lacerda	0,52	1	1,00
17	03 de Outubro	0,50	1	1,00
18	Florianópolis	0,50	1	1,00

h. Valor do m2 do terreno homogeneizado

Resultado e Fórmula de Cálculo do valor do m² do terreno, utilizando a homogeneização de informações:

Fórmula de Cálculo do Valor por M² do terreno:

$$V_h (\text{R\$/m}^2) = V_{sc} \times F_l \times C_e \times C_f \times F_p \times F_g$$

Tabela com os valores por metro quadrado (R\$/m²) das pesquisas homogeneizadas:

Tabela 16: Valor m2 do terreno homogeneizado

Oferta	Área (At) Terreno (m2)	Valor m2 terreno Sem Construção (Vsc)	Fator de Localização (Fl)	Fator Numero de Frentes (Ce)	Fator Frente Irregular (Cf)	Fator Pavimentação (Fp)	Valor m2 Terreno (Vh)
1	531	157,82	0,85	1,03	1,00	1,00	138,17
2	494	171,54	0,80	1,03	1,00	1,00	141,35
3	480	177,08	0,85	1,00	1,00	1,00	150,52
4	440	183,18	0,85	1,00	1,00	1,00	155,70
5	666	196,09	0,80	1,00	1,00	1,00	156,87
6	488	194,67	0,85	1,00	1,00	1,00	165,47
7	512	209,17	0,80	1,00	1,00	1,00	167,34
8	600	186,67	0,90	1,03	1,00	1,00	173,04
9	461	206,07	0,85	1,00	1,00	1,00	175,16
10	625	209,03	0,85	1,00	1,00	1,00	177,68
11	449	211,58	0,85	1,00	1,00	1,00	179,84
12	408	196,08	0,80	1,00	1,00	1,20	188,24
13	400	238,57	0,80	1,00	1,00	1,00	190,85
14	371	229,11	0,85	1,05	1,00	1,00	204,48
15	422	233,06	0,85	1,03	1,00	1,00	204,04
16	430	224,31	0,90	1,00	1,00	1,20	242,25
17	450	246,25	0,85	1,00	1,00	1,20	251,18
18	450	244,44	0,90	1,03	1,00	1,20	271,92

i. Tratamento estatístico:

No trabalho estatístico para a avaliação de imóveis, busca-se o valor médio que seja válido (representativo) para toda a população de imóveis semelhantes à imóvel que buscamos avaliar, para isso utiliza-se normalmente uma amostra.

Após definida a população e a amostra, deve-se encontrar valores que possam representar a população e a amostra, Esses valores são representados são a média e o desvio padrão, definidos também como parâmetros populacionais e da amostra, representando assim a Estatística Descritiva.

i. Médias sem homogeneização

1. Média Aritmética da População – R\$ 206,37
2. Média Aritmética da Amostra sem Pavimentação – R\$ 200,26
3. Média Aritmética da Amostra com Pavimentação – R\$ 227,77
4. Mediana da População – R\$ 206,38
5. Moda da População – sem representatividade devido a não repetição.

ii. Médias homogeneizadas

1. Média Aritimetrica da População – R\$ 185,21
2. Média Aritmética da Amostra sem Pavimentação – R\$ 169,34
3. Média Aritmética da Amostra com Pavimentação – R\$ 240,75
4. Mediana da População – R\$ 185,21
5. Moda da População – sem representatividade devido a não repetição.
6. Dispersão
 - a. Amplitude Total – R\$ 133,75
 - b. Desvio Médio – R\$ 28,46
 - c. Variância da População – 1.322,61
 - d. Variância da Amostra – 1.831,31
 - e. Desvio Padrão da População – 36,37
 - f. Desvio Padrão da Amostra – 42,79
 - g. Coeficiente de variação – 23,11%
 - h. Exclusão de dados da amostra

O procedimento de exclusão de dados, tem por objetivo eliminar os elementos atípicos que não representam uma situação normal de mercado, pois sua presença pode distorcer a representatividade da amostra. Sua presença pode ser oriunda do fornecimento de valores falseados (fontes não confiáveis) ou ao erro de coleta.

i. Tipo do critério adotado: Critério da Dispersão média

Consiste em eliminar as amostras que estejam afastadas mais de um desvio médio da média da amostra, assim os dados que estiverem fora do intervalo serão eliminados.

1. Desvio Médio – R\$ 28,46/m²
2. Valor Médio – R\$ 185,21/m²
3. Limite inferior – R\$ 156,75/m²
4. Limite superior – R\$ 213,67/m²
5. Numero de dados fora do limite do intervalo:
07
6. Numero de dados no limite do intervalo: 11

iii. Novo cálculo para as amostras consideradas

Tabela 17: Tabela de Cálculo após 1ª Exclusão

Oferta	Area Terreno (m2)	Valor m2 terreno homogeneizado (Vmh)	Fator Localização (Fl)	Fator Frentes	Fator Irregular	Fator Pavimentação (Fp)	Valor m2 Terreno (Vh)
5	666	196,09	0,80	1,00	1,00	1,00	156,87
6	488	194,67	0,85	1,00	1,00	1,00	165,47
8	600	186,67	0,90	1,00	1,00	1,00	168,00
7	512	209,17	0,80	1,03	1,00	1,00	172,36
9	461	206,07	0,85	1,00	1,00	1,00	175,16
10	625	209,03	0,85	1,00	1,00	1,00	177,68
11	449	211,58	0,85	1,00	1,00	1,00	179,84
13	400	238,57	0,80	1,00	1,00	1,00	190,85
14	371	229,11	0,85	1,00	1,00	1,00	194,74
12	408	196,08	0,80	1,05	1,00	1,20	197,65
15	422	233,06	0,85	1,03	1,00	1,00	204,04

i. Médias homogeneizadas

- a. Média Aritmética – R\$ 180,24
- b. Mediana– R\$ 177,68
- c. Moda– sem representatividade devido a não repetição.

ii. Dispersão

- a. Amplitude Total – R\$ 47,17
- b. Desvio Médio – R\$ 12,06
- c. Variância da População – 200,11
- d. Variância da Amostra – 366,88
- e. Desvio Padrão da População – 14,15
- f. Desvio Padrão da Amostra – 19,15
- g. Coeficiente de variação – 10,63%

iv. Intervalo de Confiança

O nível de confiança de uma amostra é possibilidade de se afirmar que determinado valor está contido num intervalo de valores, e a probabilidade do mesmo estar fora do intervalo é denominado significância.

Utilizando-se o intervalo de confiança a ser construído na distribuição *student* (t),

Limite inferior para o intervalo de confiança:

$$L_{\text{inf}} = (\text{Média Aritmética}) - \frac{t \times (\text{Desvio Padrão})}{\sqrt{(n-\text{fatores})}}$$

Limite superior para o intervalo de confiança:

$$L_{\text{sup}} = (\text{Média Aritmética}) + \frac{t \times (\text{Desvio Padrão})}{\sqrt{(n-\text{fatores})}}$$

Assim para um intervalo de confiança de 80% (com $t = 1,345$ conforme distribuição *student* teremos os valores (R\$/m²)

$$169,72 < I < 190,76$$

*O perito tem liberdade para determinar o valor unitário dentro do campo de arbítrio. Sugere-se utilizar o critério da média dos valores dentro do campo de arbítrio.

j. Conclusões

Desta forma, conclui-se que o valor a ser adotado (VGU), deve estar dentro do intervalo de confiança fica entre R\$ 169,72 e R\$ 190,76.

Assim adota-se o em R\$ 176,00, e a equação para o cálculo do valor de um imóvel a ser avaliado localizado no raio de abrangência da pesquisa é dado por:

$$VI = VGU \times At \times FI \times Fp \times Ce \times Cf \times Fg$$

Onde:

VGU – Valor Genérico Unitário do m² do terreno, (R\$/m²)

At – Área do lote (terreno), (m²)

FI – Fator de localização

Fp – Fator de pavimentação

Fg – Fator Gleba

Ce – Fator numero de frentes

Cf – Coeficiente de frente

5. Dos Imóveis em serem Avaliados

Os imóveis em avaliação, conforme apresentado no prefácio, são aqueles beneficiados pela pavimentação da Rua Florianópolis, conforme segue a tabela geral de apresentação de cálculo, utilizando conceitos e conclusões citadas anteriormente.

Imóvel	Proprietário	Matrícula	Area terreno (At)	Fator Numero de Frentes	Fator Frente Irregular				Fator de Localização		Fator Gleba	Fator Localização	Fator Pavimentação	Valor Anterior a Pavimentação	Valor Posterior a Pavimentação	Valorização
				Frentes	Ce	Testada	Profundidade	Resultante	Cf	Grand eza	Fg	Fl	Fp	VA	VP	
910	Osmar Lange	21.922	519,54	2	1,15	25,78	20,15	1,2794	1,00	2	1,00	1,00	1,20	105.154,90	126.185,88	21.030,98
9096	Osmar Lange	21.923	1.510,00	2	1,15	60,40	25,00	2,4160	1,00	2	1,00	1,00	1,20	305.624,00	366.748,80	61.124,80
913	Osmar Lange	21.924	414,57	1	1,00	17,28	23,99	0,7203	1,00	2	1,00	0,90	1,20	65.667,89	78.801,47	13.133,58
4226	Osvaldo Lange	21.925	429,72	1	1,03	18,00	23,87	0,7541	1,00	2	1,00	0,90	1,20	70.109,68	84.131,61	14.021,94
4980	Osvaldo Lange	21.926	427,39	1	1,00	18,00	23,74	0,7582	1,00	2	1,00	0,90	1,20	67.698,58	81.238,29	13.539,72
4981	Osvaldo Lange	21.927	425,05	1	1,00	18,00	23,61	0,7624	1,00	2	1,00	0,90	1,20	67.327,92	80.793,50	13.465,58
4982	Osvaldo Lange	21.928	450,00	1	1,00	18,00	25,00	0,7200	1,00	2	1,00	0,90	1,20	71.280,00	85.536,00	14.256,00
908	Farmácia Anjo Farma Ltda ME	17.143	743,09	2	1,15	23,87	31,13	0,7668	1,00	2	1,00	1,00	1,20	150.401,42	180.481,70	30.080,28
4469	Giovany Walz	17.141	650,70	1	1,00	17,00	38,28	0,4441	1,00	2	1,00	0,90	1,20	103.070,88	123.685,06	20.614,18
4470	Marciane Walz	17.142	405,26	1	1,00	21,86	18,54	1,1791	1,00	2	1,00	0,90	1,20	64.193,18	77.031,82	12.838,64
5678	Mara Zoz	21.175	350,82	1	1,00	15,00	23,39	0,6413	1,00	2	1,00	0,90	1,20	55.569,89	66.683,87	11.113,98
6185	Jairson Schneider	22.568	450,00	1	1,00	22,50	20,00	1,1250	1,00	2	1,00	0,90	1,20	71.280,00	85.536,00	14.256,00
901	Idiane Pommerening Correia	17.145	618,16	1	1,00	29,57	20,90	1,4148	1,00	2	1,00	0,90	1,20	97.916,54	117.499,85	19.583,31
898	Friedalina Kopp	817	1.013,38	1	1,03	19,10	53,06	0,3600	1,00	2	1,00	0,90	1,20	165.334,97	198.401,97	33.066,99
896	Jairo Rudiger	16.860	1.300,02	1	1,03	32,21	40,36	0,7981	1,00	2	1,00	0,90	1,20	212.100,86	254.521,04	42.420,17
897	Jair Rudiger		507,57	1	1,00	16,74	30,32	0,5521	1,00	2	1,00	0,90	1,20	80.399,09	96.478,91	16.079,82
895	Waldemar Hang	5.666	1.205,48	1	1,03	21,72	55,50	0,3914	1,00	2	1,00	0,90	1,20	196.676,47	236.011,77	39.335,29
8165	Igomar de Conto			1	1,00				1,00		1,00					9.824,28

		23.587	310,11			15,00	20,67	0,7257		2		0,90	1,20	49.121,42	58.945,71	
851	Fridemundo Holtz	5.333	1.184,99	2	1,15	39,03	30,36	1,2856	1,00	3	1,00	1,00	1,20	239.841,98	287.810,37	47.968,40
850	Luiz Baesso Neto	9.271	435,16	1	1,00	15,33	28,39	0,5400	1,00	4	1,00	0,90	1,20	68.929,34	82.715,21	13.785,87
849	Luiz Baesso Neto	5.632	494,16	1	1,00	17,13	28,85	0,5938	1,00	5	1,00	0,90	1,20	78.274,94	93.929,93	15.654,99
848	Norberto Jordan	5.633	478,25	1	1,00	16,73	28,59	0,5852	1,00	6	1,00	0,90	1,20	75.754,80	90.905,76	15.150,96
847	Leonidia Bauer Weidauer	5.634	510,18	1	1,00	17,83	28,61	0,6232	1,00	7	1,00	0,90	1,20	80.812,51	96.975,01	16.162,50
846	Roseleia Flôhr Pasqualli	5.631	419,51	1	1,00	14,80	28,35	0,5220	1,00	8	1,00	0,90	1,20	66.450,38	79.740,46	13.290,08
3564	Fabiano Welter da Silva	2.603	436,09	1	1,00	15,38	28,35	0,5425	1,00	9	1,00	0,90	1,20	69.076,66	82.891,99	13.815,33
920	Rolando Gaedke	2.298	4.774,93	2	1,15	24,50	194,90	0,1257	0,85	10	1,00	1,00	1,20	821.478,96	985.774,75	164.295,79
8033	Noeli de Siqueira	23.512	624,80	1	1,00	14,20	44,00	0,3227	1,00	11	1,00	0,90	1,20	98.968,32	118.761,98	19.793,66
8032	Lori Maria Mundel	23.512	622,60	1	1,00	14,15	44,00	0,3216	1,00	12	1,00	0,90	1,20	98.619,84	118.343,81	19.723,97
8031	Michael Jackson Floriano	23.511	622,60	1	1,00	14,15	44,00	0,3216	1,00	13	1,00	0,90	1,20	98.619,84	118.343,81	19.723,97
861	Albus Jacob	13.269	1.216,96	2	1,15	35,36	34,42	1,0273	1,00	14	1,00	1,00	1,20	246.312,70	295.575,24	49.262,54
860	Dario Jacob	10.578	859,30	1	1,00	24,06	35,71	0,6738	1,00	15	1,00	0,90	1,20	136.113,12	163.335,74	27.222,62
859	Loreli Jacobi Petry	10.579	588,85	1	1,00	17,40	33,84	0,5142	1,00	16	1,00	0,90	1,20	93.273,84	111.928,61	18.654,77
858	Altair Jacob	10.577	1.268,02	1	1,00	45,76	27,71	1,6514	1,00	17	1,00	0,90	1,20	200.854,37	241.025,24	40.170,87
9152	Ronaldo Volles	25.894	628,35	2	1,12	21,84	28,77	0,7591	1,00	18	1,00	1,00	1,20	123.860,35	148.632,42	24.772,07
9153	Lenoir Luiz Henrich	25.893	360,30	1	1,00	14,05	25,64	0,5480	1,00	19	1,00	0,90	1,20	57.071,52	68.485,82	11.414,30
8047	Luciane Fischer Muniz de Oliveira	23.722	317,59	1	1,00	14,50	21,90	0,6621	1,00	20	1,00	0,90	1,20	50.306,26	60.367,51	10.061,25
8048	Alexandra Gonçalves	23.723	311,47	1	1,00	14,50	21,48	0,6750	1,00	21	1,00	0,90	1,20	49.336,85	59.204,22	9.867,37
8049	Mariely Kalaisa Proença	25.763	334,10	1	1,00	14,50	23,04	0,6293	1,00	22	1,00	0,90	1,20	52.921,44	63.505,73	10.584,29
856	Nair Renata Diehl	18.098	794,53	1	1,00	19,56	40,62	0,4815	1,00	23	1,00	0,90	1,20	125.853,55	151.024,26	25.170,71
857	Voigt Administradora de Bens			1	1,00				1,00		1,00					36.535,91
		11.766	1.153,28			27,64	41,73	0,6624		24		0,90	1,20	182.679,55	219.215,46	

6. Notações, simbologia e convenções

Símbolo	Descrição	Unidade
Fc	Fator de Conservação	
Fg	Fator de Gleba	
Fl	Fator de Localização	
Ce	Coefficiente Numero de frentes	
VGU	Valor Genérico Unitário	R\$/m2
VI	Valor do Imóvel	R\$
VIant	Valor do Imóvel anterior	R\$
VIpos	Valor do Imóvel posterior	R\$
Ab	Área Construída (benfeitorias)	m2
At	Área Terreno	m2
Fp	Fator Pavimentação	
Cf	Coefficiente Frente Irregular	
Vsc	Valor do m2 sem benfeitorias	R\$/m2
Nf	Numero de Frentes	unitário
V	Valor da oferta	R\$
Vh	Valor do m2 homogeneizado	R\$/m2

7. Bibliografia

- a. Castro, C Moura – “A Prática da Pesquisa”, Mc Graw-Hill, 1977;
- b. Dantas, Rubens A. – “Engenharia de Avaliações – Uma Introdução à Metodologia Científica”;
- c. Fiker, José – “Manual de Redação de Laudos”, Editora Pini Ltda, 9ª Edição, 2006;
- d. Richardson, H.W., “Economia Urbana”, Interciencia, 1978;
- e. Soler, Andrés Nobell, Manual de Avaliação Imobiliária, Editora Pini, 2000;
- f. Wonnacott, R. e Wonnacott, T., “Fundamentos de Estatística”, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1985;
- g. IBAPE/SC – Apostila Curso de Engenharia de Avaliações, Prof. Dr. Norberto Hochheim, 2002;
- h. IBAPE/SC – Apostila Curso de Engenharia de Avaliações Imobiliárias, Sérgio Alberto Pires da Silva, 2006;
- i. IBAPE/SP – Norma para Avaliação de Imóveis Urbanos, São Paulo, SP, 1995;
- j. Secretaria do Patrimônio da União, Manual de Avaliação Técnica de Imóveis da União, Brasília, SPU (Apostila), 1994;
- k. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
 - i. NBR 5676/89
 - ii. NBR 14653

8. Anexos

Anexo I – Mapa com o raio da área considerada

IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA

Anexo II – Levantamento fotográfico das ofertas

Código de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 3845

IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA	IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA
---------------------------------	---------------------------------

Código de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 4327

IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA	IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA
---------------------------------	---------------------------------

Código de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 2963

IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA	IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA
---------------------------------	---------------------------------

Código de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 682

IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA	IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA
---------------------------------	---------------------------------

Código de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 1954

IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA	IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA
---------------------------------	---------------------------------

Código de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 7906

IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA	IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA
---------------------------------	---------------------------------

Código de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 1989

IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA	IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA
---------------------------------	---------------------------------

Código de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 4750

IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA	IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA
---------------------------------	---------------------------------

Código de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 1992

IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA	IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA
---------------------------------	---------------------------------

Código de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 8029

IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA	IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA
---------------------------------	---------------------------------

Código de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 846

IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA

Código de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 6016

IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA	IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA
---------------------------------	---------------------------------

Código de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 4023

IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA

Código de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 1350

IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA

Código de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 956

IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA

Código de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 10645

IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA	IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA
---------------------------------	---------------------------------

Código de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 894

IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA	IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA
---------------------------------	---------------------------------

Código de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 6118

IMAGEM DISPONÍVEL VERSÃO FÍSICA

Anexo III – Leis de Denominação de Ruas

LEI Nº 1215/2000

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA.

GREGÓRIO ALOIS TIETZ, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Público Municipal autorizado a denominar a rua lateral da Rua Marechal Castelo Branco, que dá acesso à residência do Senhor Osvaldo Lange de RUA PALMEIRAS.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Schroeder(SC), 24 de outubro de 2000.

GREGÓRIO ALOIS TIETZ
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGÊLA BUZZI
Secretária de Finanças

LEI Nº 414/1983

DÁ DENOMINAÇÃO AS VIAS PÚBLICAS NO PERÍMETRO URBANO DE SCHROEDER.

ALDO ROMEU PASOLD, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, FAÇO saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam denominada no Perímetro Urbano de Schroeder, as seguintes ruas:

- 01 - RUA DOM PEDRO, na lateral da Rua Exp. Osvaldo Kanzler.
- 02 - RUA BERNARDO ZOZ, na lateral da Rua Marechal Castelo Branco proximidades da Loja de Confeções Berthê Ltda.
- 03 - RUA TIRADENTES, defronte a Igreja Católica São Wendelino.
- 04 - RUALEANA VOIGT, na propriedade de Carlos Voigt.
- 05 - RUA GUILHERME ZERBIN, proximidades de Helmuth Zerbin.
- 06 - RUA MARCELINO ZANELLA, entre as propriedades de alto de Mário Zanella.
- 07 - RUA FRANCISCO WEISS, rua que dá acesso à residência de Carlos Eischadt.
- 08 - RUA JORGE LACERDA, lateral da Rua Marechal Castelo Branco na propriedade do Sr. Conrado Lange.
- 09 - RUA SANTA CATARINA, rua que dá acesso a residência de Werner Hornburg.
- 10 - RUA 15 DE NOVEMBRO, rua que dá acesso a residência de Enio Fritzke.
- 11 - RUA BOM PASTOR, rua que contorna o Cemitério Bom Jesus.
- 12 - RUA EMÍLIO MUNDT, lateral da Rua Marechal Castelo Branco, proximidades da residência de

Werner Pommerening.

13 - RUA GUARANI, lateral da Rua Marechal Castelo Branco, rua onde se situa a Torre da TELESC.

14 - RUA CARLOS POMMERENING, lateral da Rua Mal. Castelo Branco, a 1ª após a Casa Comercial Stricker.

15 - RUA BANDEIRANTES, lateral da Rua Marechal Castelo Branco, a rua anterior a Escola Isolada Estadual Schroeder III.

16 - RUA PAULO LINDNER, rua que dá continuidade após a rua a seguir denominada.

17 - RUA BRUSQUE, rua que atravessa a propriedade do Sr. Helmuth M. G. Hertel.

18 - RUA HELENA KOPLIN, rua que dá acesso ao Rio Braço do Sul.

19 - RUA PALMIRO GNEIPEL, rua lateral da Rua Marechal Castelo Branco, em terras dos herdeiros de Paulo Roberto Gneipel.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Schroeder(SC), 16 de agosto de 1983.

ALDO ROMEU PASOLD

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

CARMELO PASQUALI

Encarregado do Expediente



**VISÃO ESTRATÉGICA E
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**

**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA
28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2013**

Inscrições através do site:
www.egem.org.br

Timbó

PREFEITURA

Decisão Pregão Presencial N.º 38 2012 FMS - Autoclave

DECISÃO PREGÃO PRESENCIAL 38/2012

No dia 09/10/2012, foi realizada a etapa de Lances referente ao Pregão 38/2012.

Após a etapa de lances a empresa Qualymedic Com. e Assist. Técnica Ltda., manifestou interesse em protocolar recurso para desclassificação da proposta da empresa BS Equipamentos por não atender as exigências do edital.

Apresentado os recurso e contrarrecurso, estes foram remetidos a Secretaria da Saúde para avaliação da proposta e descrevo do item impugnado.

A Secretaria apresentou manifestação informando que o produto oferecido pela empresa BS Equipamentos atende as exigências do edital de pregão 38/2012.

Analisando os documentos e informações que constam nos presentes autos, e com base no parecer emitido pela Secretaria de Saúde e atendendo ao princípio da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório e considerando o interesse público, decido adjudicar o item oferecido pela empresa BS Equipamentos Ind. E Com. Ltda. EPP.

Timbó - SC, 08 de novembro de 2012.

JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS

Pregoeiro

Edital de N° 001/2012 de Abertura de Inscrições

EDITAL DE Nº 001/2012 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Prefeito de Timbó, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, e de acordo com a Lei Municipal 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e suas alterações, através da Secretaria Municipal de Educação, torna pública a abertura das instruções especiais destinadas à realização do Processo Seletivo Simplificado, para compor Cadastro de Reserva, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, do quadro da Secretaria Municipal de Educação de Timbó, mediante as condições previstas neste Edital.

Capítulo I

DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

A realização do certame seguirá as datas e prazos estipulados de acordo com o cronograma a seguir:

Item	Cronograma Previsto para as Atividades	Período
1	Período de inscrições (via internet)	de 12/11/2012 a 26/11/2012
2	Prazo final para protocolo do requerimento solicitando isenção da taxa de inscrição para Doadores de Sangue.	20/11/2012

3	Divulgação da lista dos candidatos isentos da taxa de inscrição	22/11/2012
4	Último dia para pagamento do valor da inscrição.	27/11/2012
5	Prazo final para protocolo do requerimento e do laudo médico dos candidatos que optarem por vagas para pessoas portadoras de deficiência física e solicitar condição especial para realização da prova, inclusive mãe nutriz.	26/11/2012
6	Homologação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os cargos.	30/11/2012
7	Prazo para recursos contra o resultado da homologação das inscrições.	03 e 04/12/2012
8	Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições caso haja alterações	05/12/2012
9	Aplicação das provas escritas objetivas e entrega dos títulos	09/12/2012
10	Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva escrita.	09/12/2012
11	Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova escrita objetiva	10 e 11/12/2012
12	Divulgação do gabarito definitivo da prova escrita objetiva	14/12/2012
13	Divulgação da classificação preliminar	17/12/2012
14	Recursos contra a classificação preliminar	18 e 19/12/2012
15	Divulgação da classificação final	21/12/2012

16. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial de Processo Seletivo e do Instituto o Barriga Verde, sendo responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

Capítulo II

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Processo Seletivo será realizado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde, obedecidas as normas deste Edital.

Os cargos públicos objeto do Processo Seletivo Simplificado, os valores dos respectivos vencimentos e a jornada de trabalho são os constantes do Anexo I deste Edital.

O presente processo seletivo visa a constituição de cadastro de reserva de candidatos para admissão em caráter temporário nos termos da Lei 2.045 de 1998 e alterações posteriores.

As condições de habilitação, a descrição sumária das atribuições, a definição de conteúdos programáticos para a prova e as demais informações próprias de cada cargo constarão de instruções

específicas, expressas nos Anexos I, II e III do presente Edital. O regime ao qual estarão vinculados os candidatos habilitados no Processo Seletivo Simplificado será o Regime Jurídico Administrativo Especial, submetido aos termos da Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998, alterada pela Lei 2.439 de 02/12/2009. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos do RE/598.099/STF, de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal, respeitada a ordem de classificação decrescente.

A divulgação oficial das informações referentes a este Processo Seletivo dar-se-ão pela publicação de editais no mural Oficial da Prefeitura Municipal e sítio (www.timbo.sc.gov.br), em Jornal de circulação local, e em caráter meramente informativo no sítio (www.iobv.com.br) e seus extratos serão publicados em órgão oficial de publicação.

Capítulo III

DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

O candidato aprovado no Seletivo de que trata este Edital ao ser convocado será investido no cargo temporário se atender às seguintes exigências, na data da posse:

Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

Idade mínima de 18 (dezoito) anos (a serem completados até a data da realização do Processo Seletivo);

Ter nível de escolaridade e/ou habilitação exigida para o exercício do cargo;

Apresentar declaração de não possuir acúmulo de cargo ou emprego público, exceto aqueles previstos legalmente;

Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;

1.1. Excepcionalmente, para os cargos componentes do quadro do magistério, será admitida a contratação de pessoal que comprove estar cursando a habilitação correlata à exigida para o cargo efetivo, com exceção do cargo de educador infantil, para o qual será exigido no mínimo o magistério no ensino médio;

1.2. Os requisitos constantes deste item somente serão exigidos no ato da contratação, não impedindo o candidato de inscrever-se e participar do processo seletivo caso não os possua no momento da inscrição.

3. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos neste Edital de Processo Seletivo.

4. O candidato que, na data da posse, não reunir os requisitos enumerados no item 1 deste Capítulo perderá o direito à contratação no referido cargo.

Capítulo IV.

DAS INSCRIÇÕES

1. A inscrição do candidato implicará conhecimento e a tácita aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se acham definidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

1.1 Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para o Processo Seletivo.

1.2. Observar atentamente o código do cargo antes de fazer a inscrição "on line".

2. As inscrições serão recebidas por meio do endereço eletrônico www.iobv.com.br do Instituto o Barriga Verde.

3. As inscrições ao Processo Seletivo serão realizadas exclusivamente no site do Instituto Barriga Verde: www.iobv.com.br, por meio do Formulário de Inscrição via Internet, no período descrito no cronograma do capítulo I deste edital, observado o horário de Brasília.

3.1 As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional.

3.2 A prorrogação das inscrições de que trata o item anterior

poderá ser feita sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.com.br e da Prefeitura Municipal de Timbó: www.timbo.sc.gov.br. Para inscrever-se, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico www.iobv.com.br durante o período das inscrições e, por meio do link referente ao Processo Seletivo Público da Prefeitura Municipal de Timbó, efetuar sua inscrição, conforme os procedimentos estabelecidos a seguir:

4. Ler e aceitar as normas do edital, preencher o Formulário de Inscrição e transmitir os dados pela Internet.

4.1 Efetuar o pagamento referente à inscrição, de acordo com as instruções constantes no endereço eletrônico, até o dia estabelecido conforme cronograma do capítulo I deste edital, conforme os valores abaixo.

Nível de instrução exigido para o cargo	Valor da Taxa de Inscrição
Nível Superior	R\$ 20,00 (vinte reais)
Nível Médio	R\$ 15,00 (quinze reais)
Nível Alfabetizado	R\$ 5,00 (cinco reais)

4.2 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.3 O candidato deverá efetuar o pagamento do valor da inscrição por boleto bancário, pagável preferencialmente nas agências do Banco do Brasil.

4.4 O boleto bancário, disponível no endereço eletrônico www.iobv.com.br, deverá ser impresso para o pagamento do valor da inscrição, após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição on-line.

4.5 O candidato inscrito não deverá enviar cópia do documento de identidade, sendo de sua exclusiva responsabilidade as informações dos dados cadastrais no ato de inscrição, sob as penas da lei.

4.6 Transcorridas quarenta e oito horas após o pagamento do boleto bancário, o candidato poderá conferir, no endereço eletrônico do Instituto o Barriga Verde, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante de inscrição. Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC do Instituto o Barriga Verde, telefone (0XX47) 3562-1598, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 10 às 16 horas (horário de Brasília), ou pelo e-mail concursos@iobv.com.br, para verificar o ocorrido.

4.7 As inscrições somente serão confirmadas após a comprovação do pagamento do valor da inscrição.

4.8 As solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após o dia estabelecido no cronograma, não serão aceitas, nem serão acatados comprovantes de agendamento de pagamento, depósitos em caixa rápido ou caixa eletrônico de auto-atendimento.

4.9 Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos de devolução da importância paga em hipótese alguma, a não ser no caso de cancelamento do Processo Seletivo.

5. Os candidatos doadores de sangue, que tenham doado 3 (três) vezes nos últimos 12 (doze) meses, perante cópia da carteira de doador com os devidos registros de doação, estarão isentos dos valores de inscrição, conforme lei municipal nº 2.275/2005

6. Ao inscrever-se, o candidato deverá indicar no Formulário de Inscrição o cargo a que deseja concorrer.

7. O local de realização da prova será somente no município de Timbó – SC. O Local de aplicação das provas será Informado quando da homologação das inscrições.

8. Ao inscrever-se no Processo Seletivo é recomendado ao candidato observar atentamente as informações sobre a aplicação das provas, uma vez que é de sua responsabilidade manter-se informado sobre as publicações deste certame.

9. O candidato que efetivar mais de uma inscrição terá confirmada apenas a última, sendo as demais canceladas. Não sendo possível identificar a última inscrição efetivada, todas poderão ser

canceladas.

9.1. Será de inteira responsabilidade do candidato a viabilidade de apresentar-se nos locais e horários determinados para a realização das provas.

10. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração.

11. Das demais disposições sobre as inscrições:

11.1. Não serão aceitas inscrições por depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile (fax), transferência ou depósito em conta corrente, DOC, agendamento de pagamentos, pagamentos em caixas eletrônicos de auto-atendimento, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital.

11.2 Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

11.3. Ao candidato será atribuída total responsabilidade pelo correto preenchimento do Formulário de Inscrição, reservando-se ao Instituto o Barriga Verde e a Prefeitura Municipal de Timbó o direito de excluir do Processo Seletivo aquele que não preencher esse documento oficial de forma completa, correta e legível e/ou fornecer dados inverídicos ou falsos.

11.4. O Instituto O Barriga Verde e a Prefeitura Municipal de Timbó não se responsabilizam por solicitações de inscrições não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, fechamento das agências bancárias, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

11.5. O descumprimento das instruções para inscrição implicará a não efetivação da inscrição.

11.6. O Instituto Barriga Verde e a Prefeitura Municipal de Timbó eximem-se das despesas com viagens e estada dos candidatos para prestar as provas do Processo Seletivo.

11.7. A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, prova ou nomeação do candidato, desde que sejam identificadas falsidades de declarações ou irregularidades nas provas ou documentos.

12. Da Isenção da taxa de inscrição:

12.1 Os candidatos que requererem a isenção da taxa de inscrição deverão protocolar na Prefeitura Municipal de Timbó/SC, aos cuidados da Comissão Organizadora do Processo Seletivo, o requerimento de isenção anexo IV do edital, acompanhado do comprovante de sua condição de acordo com a Lei Municipal n.º 2.275/2005.

12.2 Os recursos quanto ao indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição poderão ser impetrados no prazo de 2 (dois) dias a contar da sua publicação.

12.3. Quem pode solicitar isenção de taxa de inscrição:

12.3.1. Somente serão aceitos pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que não possuírem renda ou os doadores de sangue, que apresentarem requerimento (Anexo IV do edital) a Comissão Especial do concurso público acompanhado de:

12.3.2. Para aqueles que não possuem renda:

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e declaração de que não possui nenhuma outra fonte de renda, prestando compromisso de que a falsa declaração será punida nos termos da lei penal e administrativamente e;

b) declaração ou atestado que comprove atender a todos os requisitos necessários para ser considerado beneficiário de assistência social nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social, assim assegurados por assistente social do município após análise sócio econômica do candidato.

12.3.3. Para os doadores de sangue:

a) declaração, atestado ou outro documento que ateste ser o interessado doador de sangue junto a bancos de sangue oficiais da União, Estados e Municípios, ou credenciados por estes, contendo o número de doações e respectivas datas.

12.3.4. Somente terão direito a isenção por doação de sangue as pessoas que tenham realizado, no mínimo, 3 (três) doações no período compreendido entre a data de publicação deste edital e os 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

12.3.5. No caso do pedido de isenção acima previsto, a Comissão do Concurso Público analisará e decidirá sobre seu deferimento ou não, cuja decisão será divulgada na página na Internet no sítio www.jobv.com.br.

12.3.6. Os candidatos que tiverem os pedidos de isenção deferidos terão suas inscrições automaticamente efetivadas e estarão habilitados a todos os atos e termos do Edital.

12.3.7. Os candidatos que tiverem os pedidos de isenção indeferidos para participarem do processo seletivo deverão quitar o boleto bancário até a data de vencimento do mesmo.

12.3.8. É de total responsabilidade do candidato verificar/acompanhar o resultado do pedido de isenção, inclusive sobre eventual indeferimento no prazo supra descrito, para todos os efeitos legais.

Capítulo V

DAS HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

1. Após análise das inscrições o Prefeito Municipal de Timbó/SC homologará as inscrições nos meios de publicações oficiais, abrindo-se prazo recursal de 2 (dois) dias úteis para contestação.

2. Julgados os recursos interpostos, com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências, caso haja alteração, será divulgada nova homologação.

Capítulo VI

DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E das condições especiais PARA REALIZAR AS PROVAS

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal e na Lei nº 7.853/89 é assegurado o direito de inscrição para os cargos no Processo Seletivo Público, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência que possuem.

2. Em obediência ao disposto no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e de acordo com a Lei Municipal LC Nº 1/93, ser-lhes-á reservado o percentual de 10% (dez cento) das vagas existentes, que vierem a surgir ou forem criadas no prazo de validade do Processo Seletivo.

2.1 Caso a aplicação do percentual de que trata este item resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número subsequente, desde que não ultrapasse os 20% das vagas oferecidas.

3. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

4. As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, particularmente em seus artigos 40 e 41, participarão do Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para aprovação. Os benefícios previstos no referido artigo, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, protocolados pessoalmente à Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo, considerando, para este efeito, a data de protocolo.

5. O candidato deverá declarar, quando da inscrição, ter deficiência, especificando-a no Formulário de Inscrição via Internet, e indicando que deseja concorrer às vagas que surgirem. Para tanto, deverá protocolar pessoalmente à Comissão de Processo Seletivo, Prefeitura Municipal De Timbó, AV. Getúlio Vargas, 700 - Centro-Timbó/SC requerimento/declaração Anexo V do edital acompanhado dos documentos a seguir:

a) Laudo Médico (original ou cópia autenticada) expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições,

atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova, informando, também, o seu nome, documento de identidade (RG), número do CPF e opção de Cargo, carimbo indicando o número do CRM e a assinatura do médico responsável por sua emissão;

b) O candidato com deficiência visual, que necessitar de prova especial em Braille ou Ampliada ou Leitura de sua prova, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá encaminhar solicitação por escrito, até o término das inscrições, especificando o tipo de deficiência;

c) O candidato com deficiência auditiva, que necessitar do atendimento do Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, além do envio da documentação indicado na letra "a" deste item, deverá encaminhar solicitação por escrito, até o término das inscrições;

d) O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá encaminhar solicitação, por escrito, até o término das inscrições, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência.

5.1 Aos deficientes visuais (cegos) que solicitarem prova especial em Braille serão oferecidas provas nesse sistema e suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção podendo, ainda, utilizar-se de soroban.

5.2 Aos deficientes visuais (baixa visão) que solicitarem prova especial Ampliada serão oferecidas provas nesse sistema.

5.2.1 O candidato deverá indicar o tamanho da fonte de sua prova Ampliada, entre 18, 24 ou 28. Não havendo indicação de tamanho de fonte, a prova será confeccionada em fonte 24.

6. Os candidatos que, dentro do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados no item 5 e seus subitens serão considerados como pessoas sem deficiência e não terão a prova e/ou condições especiais atendidas, seja qual for o motivo alegado.

7. No ato da inscrição o candidato com deficiência deverá:

7.1 Declarar conhecer o Decreto nº 3.298/99 e o Decreto nº 5.296/2004.

7.2 Declarar estar ciente das atribuições do Cargo pretendido e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições.

7.3 Informar se deseja concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

8. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes deste Capítulo não poderá recorrer em favor de sua condição.

9. Os candidatos com deficiência, não eliminados no Processo Seletivo, serão convocados e deverão, munidos de documento de identidade original, submeter-se à avaliação a ser realizada por médico do trabalho indicado pela Prefeitura Municipal de Timbó, objetivando verificar se a deficiência se enquadra na previsão do artigo 4º e seus incisos do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), nos termos dos artigos 37 e 43 do referido Decreto, observadas as seguintes disposições:

9.1 Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato com deficiência à avaliação de que trata o item 9.

9.2 Será eliminado da lista específica de candidatos com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada no Formulário de Inscrição não se fizer constatada na forma do artigo 4º e seus incisos do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), passando o mesmo a constar na lista de classificação de ampla concorrência, caso obtenha pontuação necessária para tanto.

10. As vagas definidas no item 2 deste Capítulo que não forem providas por falta de candidatos com deficiência ou por reprovação no Seletivo ou na perícia médica, esgotada a lista específica,

serão preenchidas pelos demais candidatos classificados, com estrita observância à ordem classificatória.

11. A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser nomeado para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

12. O candidato com deficiência, depois de nomeado, será acompanhado por Equipe Multiprofissional, que avaliará a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a sua deficiência durante a vigência do Contrato.

Capítulo VII

DAS PROVAS

1. As provas serão realizadas no município de Timbó – SC.

2. Não será permitida a realização de provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação;

3. O Processo Seletivo será constituído de provas e títulos.

4. DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS PARA TODOS OS CARGOS

4.1. Os itens das provas objetivas poderão avaliar habilidades que vão além do mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio.

4.2 Cada item das provas objetivas poderá contemplar mais de uma habilidade de conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento e conhecimentos relativos à atribuição do cargo.

4.3. Será aplicado exame de habilidades e de conhecimentos, mediante provas objetivas, de caráter classificatório e se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha, com 4 (quatro) opções de respostas em cada questão, com somente uma opção correta, distribuídas conforme quadros abaixo:

4.3.1 – Prova Escrita Objetiva para todos os cargos de nível superior e cargo de Educador Infantil. (Professor:Pré escolar, jovens e adultos, séries iniciais, Educação Física, Inglês, Artes, Ciências, Espanhol, Geografia, História, Matemática, Português e Informática, Educador Infantil e Secretário)

Disciplina	Número de Questões	Valor de Cada Questão	Total
Português	04	6 pontos	24
Questões de atualidade	04	6 pontos	24
Conhecimento técnico-profissional	02 (Legislação educacional)	6 pontos	12
	04 (Conhecimento técnico da disciplina)	6 pontos	24
TOTAL	14		84 PONTOS

4.3.2 – Prova Escrita Objetiva para os demais cargos:

(Auxiliar de Recreação-Educação Infantil e Auxiliar Operacional I)

Disciplina	Número de Questões	Valor de Cada Questão	Total
Português	04	6 pontos	24
Questões de atualidade	04	6 pontos	24
Conhecimento técnico-profissional	06	6 pontos	36
TOTAL	14		84 PONTOS

4.3.3. Serão considerados aprovados na prova escrita objetiva os candidatos que atingirem pontuação diferente de 0,00 (zero).

4.4. DO HORÁRIO E LOCAL DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

4.4.1. As provas escritas objetivas serão realizadas em data

conforme cronograma do capítulo I deste edital, os locais das provas serão divulgados quando da homologação das inscrições, no edital próprio de convocação e o horário das provas será o seguinte:

Cargos	Fechamento do Portão	Horário das provas
Todos os cargos	8h45	Das 9h às 11h00

4.4.2. Na definição dos horários de realização das provas será considerado o horário de Brasília.

4.4.3. A confirmação da data e as informações sobre horários, locais e distribuição dos cargos e candidatos por sala (ensalamento) serão divulgadas oportunamente por meio de edital próprio a ser publicado no mural oficial e site da Prefeitura (www.timbo.sc.gov.br) em caráter meramente informativo no site www.iobv.com.br.

4.4.4. Ao candidato só será permitida a realização das provas na respectiva data, local e horários se constar o seu nome no edital de homologação e convocação.

4.4.5. O candidato deverá chegar ao local da prova com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de fechamento dos portões, para localizar sua sala e assinar a lista de presença.

4.4.6. Os portões de acesso às salas de provas serão fechados 15 (quinze) minutos antes do horário de início das provas e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário, ficando, automaticamente, excluído do certame. O candidato terá o tempo de 15 minutos para localizar sua sala, conferir seu material e documentação e deverá estar em sala de provas até o horário previsto para o início das provas.

4.4.7. A identificação correta do local da prova e o comparecimento no horário determinado será de inteira responsabilidade do candidato.

4.4.8. Somente será admitido à sala de provas o candidato:

a) cujo nome conste da lista de homologação das inscrições
b) que se apresentar no portão até horário estabelecido para seu fechamento.

c) e estiver portando documento de identidade original que bem o identifique, como: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade, como por exemplo, as da OAB, CREA, CRM, CRC etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97).

4.4.8.1. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

4.4.8.2 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo 30 (trinta) dias, sendo, então, submetido a identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

4.4.8.3. A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

4.4.9. O candidato deverá levar consigo o material de uso pessoal para realização da prova, sendo este obrigatoriamente: 02 (duas) canetas esferográficas de tinta preta ou azul de material transparente. Não serão fornecidas canetas no local.

4.4.10. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Seletivo, o Instituto O Barriga Verde, poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital nas folhas de respostas personalizadas, de todos os candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.

4.4.11. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova.

4.4.12. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos

sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

4.4.13. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Processo Seletivo.

4.4.14. Durante a realização das Provas não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações ou equipamentos eletrônicos.

4.4.15. Motivarão a eliminação do candidato do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Seletivo, aos comunicados, às Instruções ao Candidato ou às Instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

4.4.16. Por medida de segurança os candidatos deverão deixar as orelhas totalmente descobertas à observação dos fiscais de sala, durante a realização das provas.

4.4.17. Poderá ser excluído do Processo Seletivo o candidato que:

a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;

b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;

c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;

d) não apresentar documento que bem o identifique;

e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;

f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 45 (quarenta e cinco) minutos do início das provas;

g) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o autorizado pelo Instituto O Barriga Verde no dia da aplicação das provas;

h) ausentar-se da sala de provas levando Folha de Respostas, Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos;

i) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;

j) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;

k) não devolver integralmente o material recebido;

l) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso não permitido ou máquina calculadora ou similar;

m) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;

n) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

4.4.18. Os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados antes de embalados e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

4.4.18.1 Os pertences pessoais dos candidatos deverão ser acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova, onde deverão ficar durante todo o período de permanência dos candidatos na sala de prova.

4.4.18.2 O Instituto O Barriga Verde e a Prefeitura Municipal de Timbó não se responsabilizarão por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização das provas, nem por danos neles causados.

4.4.19. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde procederá à inclusão do candidato, desde que apresente comprovação de pagamento, mediante preenchimento de formulário específico.

4.4.19.1 A inclusão de que trata o item 4.4.19 será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Municipal, na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

4.4.19.2 Constatada a impropriedade da inscrição, a mesma será

automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

4.4.20. Distribuídos os Cadernos de Questões aos candidatos e, na hipótese de serem verificadas falhas de impressão, o Coordenador do Local de Prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

- a) substituir os Cadernos de Questões defeituosos;
- b) proceder, em não havendo número suficiente de Cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um Caderno de Questões completo;
- c) estabelecer, prazo para compensação do tempo usado para regularização do Caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

4.4.21. Quando, após a prova, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e o candidato será automaticamente eliminado do Seletivo.

4.4.22. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de prova.

4.4.23. Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova fora do local, data e horário determinados.

4.4.24. O candidato poderá levar o caderno de provas se permanecer em sala de provas até o horário previsto para término da prova.

4.4.25. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala das provas deverão retirar-se do local simultaneamente, após lacrarem o envelope de provas.

4.4.26. A Comissão Especial poderá, justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

4.4.27. Não será aceita a solicitação de condição especial de prova se o candidato não comprovar a sua deficiência, e requerer tais condições nos termos deste edital.

4.4.28. Durante a realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

4.4.29. Durante a realização da prova, sobre a carteira do candidato deverá permanecer apenas seu caderno de prova, canetas, cartão de respostas, comprovante de inscrição e identidade.

4.4.30. Ao candidato aconselha-se que no dia da realização da prova, leve consigo o comprovante de pagamento e de inscrição para possíveis conferências. Porém é indispensável a apresentação de documento de identificação com foto.

4.5. DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA

4.5.1. As questões da prova serão do tipo múltipla escolha. O candidato deverá assinalar as respostas da prova objetiva no cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova.

4.5.2. Poderá haver mais de um tipo de prova para cada cargo, neste caso o candidato deverá obrigatoriamente identificar o tipo de prova no seu cartão resposta.

4.5.3. Nas Provas Objetivas, o candidato deverá assinalar as respostas no CARTÃO-RESPOSTA, que será o único documento válido para a correção da prova.

4.5.4. O preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas no Caderno de Questões.

4.5.5. Não será fornecido em nenhuma hipótese novo cartão-resposta.

4.5.6. Não é de responsabilidade do fiscal de sala conferir se o candidato preencheu corretamente o cartão-resposta.

4.5.7. O candidato deverá conferir os seus dados pessoais impressos no cartão-resposta, em especial seu nome, número de inscrição e opção de cargo, e em seguida deverá assiná-lo. Não serão

corrigidos os cartões-respostas que não estiverem assinados.

4.5.8. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato.

4.5.9. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão-resposta serão de inteira responsabilidade do candidato.

4.5.10. Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

4.5.11. Em nenhuma hipótese, será considerado para correção e respectiva pontuação o caderno de questões.

4.5.12. Será permitido aos candidatos copiar seu cartão de respostas, para conferência com o gabarito oficial, podendo utilizar-se da folha de instruções do caderno de provas.

4.5.13. O Gabarito Preliminar das provas objetivas será divulgado pela Prefeitura Municipal de Timbó, no Quadro de Atos Oficiais da Prefeitura Municipal e site www.timbo.sc.gov.br no dia seguinte da data da realização das provas e em caráter meramente informativo no site www.iobv.com.br.

4.5.14. Os gabaritos serão disponibilizados no site www.iobv.com.br, em até 24 horas após a realização das provas.

4.5.15. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação sem comunicar-se com os demais candidatos.

4.5.16. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova prova.

5. DA PROVA DE TÍTULOS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR, SECRETÁRIO DE ESCOLA E EDUCADOR INFANTIL

5.1. Os Títulos a serem considerados são os constantes da tabela abaixo, não se admitindo pontuação a qualquer outro documento.

TABELA DE TÍTULOS	
Especificações	Valor Unitário
Diploma, devidamente registrado, de curso de pós-graduação, em nível de doutorado (título de doutor) na área de atuação.	16 pontos
Diploma, devidamente registrado, de curso de pós-graduação, em nível de mestrado (título de Mestre) na área de atuação.	10 pontos
Certificado de curso de especialização em nível de pós-graduação lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas/aula, na área de atuação do cargo e devidamente registrado.	6 pontos

5.2. Os pontos alcançados na prova de Títulos serão somados ao total de pontos das Provas Objetivas.

5.3. Cada Título será considerado uma única vez.

5.4. A contagem dos títulos não é cumulativa. O título de maior valor elimina o de menor valor.

5.5. O(s) diploma(s), certificados, declarações de conclusão de curso de Mestre, Doutor, Especialização e ata de defesa da tese deverá(ão) ser expedido(s) por instituição oficial de ensino devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

5.6. Somente serão aceitos atestados, certificados e declarações nos quais constem todos os dados necessários à sua perfeita avaliação.

5.7. Os diplomas de conclusão de cursos, expedidos em língua estrangeira, somente serão considerados se devidamente revalidados por Instituição competente, na forma da legislação vigente.

5.8. Não serão aceitos declarações ou atestados de frequência.

5.9. Títulos de formação de nível médio ou de graduação não

serão pontuados.

5.10. As fases da graduação não serão pontuados.

5.11. Títulos sem conteúdo especificado não serão pontuados, caso não se possa aferir a relação com o cargo.

5.12. Não serão pontuados títulos relativos a quaisquer serviços prestados, remunerados ou não, inclusive estágios ou monitorias;

5.13. DA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS

5.13.1. Os títulos deverão ser apresentados (entregues), pessoalmente pelo candidato, ou mediante procuração simples, em envelope lacrado, na data da prova escrita objetiva, em local e horário a ser divulgado em edital próprio de convocação.

5.13.1.1. O envelope lacrado deverá ser identificado da seguinte forma:

Nome do Candidato:

Número de Inscrição:

Nome do cargo:

Processo Seletivo 2012 – Timbó-SC

Ref: Prova de Títulos

5.13.2. Os certificados devem ser apresentados obrigatoriamente através de cópias autenticadas e juntamente com os títulos, obrigatoriamente deverá ser entregue dentro do envelope, a relação dos mesmos, em formulário próprio, conforme modelo, anexo VII, deste Edital, devidamente preenchido e assinado.

5.13.3. Os títulos devem ser apresentados na ordem em que estiver listado o anexo VII.

5.13.4. Cópias de títulos não serão aceitos sem autenticação.

5.13.5. Os documentos comprobatórios de títulos não podem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas, sob pena de não serem pontuados.

5.13.6. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc...) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

5.13.7. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Processo Seletivo.

5.13.8. Entregue a relação dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

5.13.9. Constituem Títulos válidos para esse certame, somente os indicados, no item 5.13.1.1 acima, desde que devidamente comprovados, concluídos até a data da inscrição e relacionados à área para a qual o candidato está se candidatando.

Capítulo VIII

DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

São considerados aprovados neste processo seletivo, os candidatos que obtiverem pontuação final diferente de 0,00 (zero).

1.1. Para os cargos com prova escrita objetiva e prova de títulos, a pontuação final será dada aplicando-se a seguinte fórmula: $PF = PE + PT$, onde PF = Pontos Final; PE = Pontos Prova Escrita; PT = Pontos dos Títulos. Sendo a pontuação máxima dos cargos submetidos à prova de títulos igual 100 (cem pontos) e dos demais cargos nota máxima igual a 84 (oitenta e quatro) pontos, sendo considerado aprovado o candidato que obtiver pontuação final diferente de 0,00 (zero)

1.2. Para os cargos em que se aplica apenas a prova escrita objetiva, são considerados aprovados os candidatos que obtiverem pontuação final diferente de 0,00 (zero) na prova escrita.

2. A classificação dos candidatos aprovados obedecerá à ordem decrescente das notas obtidas, expressas com 2 (duas) casas decimais.

Capítulo IX

DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

1. Em caso de empate nas notas, para fins de classificação final, como critério de desempate, terá preferência o candidato que:
 - 1º possuir maior idade dentre os candidatos com mais de 60 (sessenta) anos, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;
 - 2º possuir maior número de pontos na prova de Conhecimento Técnico Profissional;
 - 3º possuir maior número de pontos na prova de Língua Portuguesa;
 - 4º possuir maior número de pontos na prova de Atualidade;
 - 5º o candidato de maior idade.
 - 6º sorteio.

Capítulo X

DOS RECURSOS E REVISÕES

1. Serão admitidos recursos das seguintes fases:

- a) do presente edital;
- b) do não deferimento do pedido de inscrição e de isenção de taxa de inscrição;
- c) da formulação das questões;
- d) da discordância com o gabarito das provas escritas;
- e) da classificação;
- f) do gabarito definitivo e classificação final não caberá nenhum tipo de recurso.

2. Os recursos contra este Edital poderão ser efetuados no prazo de dois dias, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal de Timbó.

3. Os demais recursos, nos termos do modelo anexo VI deste Edital, deverão estar digitados, conter nome do candidato recorrente, nome do cargo, número de inscrição, endereço completo para correspondência, assinatura do mesmo, sua fundamentação, que deverá ser clara e objetiva, quando for referente à questões citar a bibliografia consultada e será dirigido ao Instituto o Barriga Verde e deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Timbó, aos cuidados da Comissão Municipal de Seletivo e o prazo para tanto será de 02 (dois) dias úteis, excluído o dia da publicação, sendo os recursos:

I - da listagem dos candidatos inscritos, para o caso de indeferimento de sua inscrição;

II - dos gabaritos, para impugnação de questões formuladas. O pedido de revisão só poderá ser referente ao conteúdo das provas;

III - da lista de classificação dos candidatos, assim como para a revisão de sua própria prova e notas.

4. Se do exame de recursos resultarem anulação de questão ou item de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

4.1. No caso do gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação.

5. Findo o prazo para recurso, o Seletivo será homologado pelo Prefeito Municipal no prazo máximo de 05 (cinco) dias após divulgação da classificação final.

6. Os recursos devem ser apresentados conforme anexo VI deste edital, digitado ou datilografado, sendo um formulário para cada questão.

Capítulo XI

REQUISITOS BÁSICOS PARA CONTRATAÇÃO

1. O provimento de cargos obedecerá à ordem de classificação específica dos candidatos homologados, conforme a opção feita no ato de inscrição.

2. O candidato nomeado que, por qualquer motivo, não tomar posse terá o ato de nomeação tornado sem efeito.

3. No caso de desistência formal da nomeação, prosseguir-se-á a nomeação dos demais candidatos aprovados, observada a ordem classificatória.

4. O candidato nomeado deverá apresentar o original e cópia dos seguintes documentos, no prazo a ser estabelecido

oportunamente:

Atestado Médico (Apto para o trabalho);

Carteira Profissional;

01 Foto 3x4

Fotocópias:

- Documentos Pessoais (RG, CPF, Título de Eleitor);

- Comprovante de quitação das obrigações eleitorais

Disponível em: www.tse.gov.br/internet/servicos_eleitor/quitacao.htm

- Certificado Militar;

- Certidão Nascimento dos filhos menores de 14 anos;

- Certidão de Vacinação dos filhos menores de 7 anos;

- Certificado de Escolaridade (diploma ou certificado de conclusão graduação)

- Comprovante de Vacinação contra tétano e tri viral;

- Comprovante de Residência;

- Declaração de IRRF ou declaração de bens.

Conta no Banco Bradesco (documentos necessários para abertura de conta: CPF, RG, Comprovante de residência).

5. A não apresentação dos documentos comprobatórios fixados no presente Capítulo, dentro do prazo legal, implicará que seja tornado sem efeito o ato de contratação.

6. A falta da comprovação de quaisquer dos requisitos para investidura no cargo até a data da posse ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretarão cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo Processo Seletivo e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados pela Prefeitura Municipal de Timbó. Mesmo que já tenha sido publicado o edital de homologação do resultado final, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

7. O provimento de cargos ficará a critério da Prefeitura Municipal de Timbó e obedecerá à ordem rigorosa de classificação dos candidatos aprovados.

Capítulo XII

DA CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS

1. Os candidatos serão convocados por ordem de classificação.

2. Os candidatos aprovados passarão a constituir um cadastro de reserva pelo período de validade do processo seletivo, cabendo-lhes a responsabilidade de manter atualizado, através de documento protocolado junto ao órgão de gestão de pessoal da prefeitura municipal de Timbó, seu endereço para fins de convocação, sob pena de serem considerados desistentes.

3. A data da convocação dos candidatos será divulgada no mural oficial da prefeitura, Secretaria de Educação, na imprensa local e no site www.timbo.sc.gov.br a partir de mês de janeiro de 2013.

4. Ao ser chamado o candidato deverá aceitar a vaga, do contrário irá para o final da lista dos classificados de sua habilitação e será chamado o próximo da lista.

4.1 No ato da escolha serão chamados os candidatos presentes, caso este não aceite a vaga, será continuada a lista dos habilitados, e posteriormente, dos não habilitados, ficando o candidato para o final da lista.

4.2 Em caso de necessidade de nova contratação no decorrer do ano letivo, a lista será iniciada novamente pelos habilitados,

4.3. Os aprovados ficarão em cadastro de reserva e sendo convocados para preencherem as vagas que surgirem no decorrer do ano.

4.4. Ao chamar todos os professores aprovados nas disciplinas específicas (habilitados e não-habilitados), não tendo preenchidas as vagas, ficará a critério da Comissão aproveitar/chamar os remanescentes da lista dos classificados.

5. Os candidatos ao cargo de professor e demais cargos, aprovados no Processo Seletivo poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer unidade de serviço, de acordo com as necessidades do Município de Timbó.

6. O regime ao qual estarão vinculados os candidatos habilitados

no Processo Seletivo Simplificado será o Regime Jurídico Administrativo Especial, submetido aos termos da Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998, alterada pela Lei 2.439 de 02/12/2009.

7. O processo seletivo terá validade de 01 (um) ano, a contar da data da publicação de sua homologação podendo ser prorrogado por igual período, sendo que o período contratual atenderá as necessidades da SEMED.

Capítulo XIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

01. A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

02. A legislação com vigência após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos constitucionais, legais e normativos a ela posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do Seletivo.

03. Todos os cálculos descritos neste Edital, relativos aos resultados das provas, serão realizados com duas casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a terceira casa decimal for maior ou igual a cinco.

04. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo.

05. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço (inclusive eletrônico) e telefone atualizados.

06. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Processo Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

07. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para as Provas correspondentes, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

08. As despesas relativas à participação do candidato no Seletivo e à sua apresentação para posse e exercício correrão às expensas do próprio candidato.

09. A Prefeitura Municipal de Timbó e o Instituto O Barriga Verde não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Seletivo.

10. O não atendimento pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital, a qualquer tempo, implicará sua eliminação do Processo Seletivo.

11. Os cadernos de provas escritas serão mantidos sob responsabilidade do Instituto O Barriga Verde, por um período de 03 (três) meses, após a homologação do resultado, quando serão incinerados.

12. Os demais apontamentos e documentação do certame, serão mantidos por 3 (três) meses, após a homologação do resultado, quando serão incinerados.

13. É expressamente vedada a participação de candidatos que forem parentes até 2º grau de membros das bancas examinadora ou organizadora.

14. Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Comissão Especial de Processo Seletivo.

15. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos: Anexo I Quadro de Cargos e Vagas; Anexo II Atribuições dos cargos; Anexo III Conteúdo Programático; Anexo IV Requerimento de Isenção de taxa de inscrição; Anexo V Requerimento de Necessidades Especiais; Anexo VI – Formulário para Interposição de Recursos e Anexo VII – Formulário de Apresentação dos títulos.

Timbó (SC), 08 de novembro de 2012.
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO I- QUADRO DE CARGOS E VAGAS

QUADRO I – CARGOS DE PROFESSOR (NÍVEL SUPERIOR COMPLETO E INCOMPLETO)

CÓDIGO	CARGOS	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	VAGAS	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO R\$	TIPO DE PROVA
NÍVEL SUPERIOR – MAGISTÉRIO						
1060	PROFESSOR – pré-escolar (habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior.	CR	De acordo com a necessidade	10,55 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1061	PROFESSOR – pré-escolar (não habilitado)	Diploma de conclusão do curso de nível médio Magistério ou comprovante de matrícula em curso de nível superior com licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior.	CR	De acordo com a necessidade	8,15 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1062	PROFESSOR – Educação de Jovens e Adultos (habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior.	CR	De acordo com a necessidade.	10,55 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1063	PROFESSOR – Educação de Jovens e Adultos (não-habilitado)	Diploma de conclusão do curso de nível médio Magistério ou comprovante de matrícula em curso de nível superior com licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior.	CR	De acordo com a necessidade.	8,15 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1064	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – Série/Anos Iniciais (habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior.	CR	De acordo com a necessidade	10,55 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1065	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – Série/Anos Iniciais (não-habilitado)	Diploma de conclusão do curso de nível médio Magistério ou comprovante de matrícula em curso de nível superior com licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior.	CR	De acordo com a necessidade.	8,15 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1066	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – Pré-escolar (habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Educação Física.	CR	De acordo com a necessidade.	10,55 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1067	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – Pré-escolar (não-habilitado)	Comprovante de matrícula em curso de nível superior com licenciatura plena em Educação Física	CR	De acordo com a necessidade.	8,15 a hora/aula (*)	Escrita e títulos

1068	PROFESSOR DE INGLÊS – Pré-escolar (habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Letras com habilitação em Inglês.	CR	De acordo com a necessidade.	10,55 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1069	PROFESSOR DE INGLÊS – Pré-escolar (não-habilitado)	Comprovante de matrícula em curso de nível superior com licenciatura plena em Letras/Inglês.	CR	De acordo com a necessidade.	8,15 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1070	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL E PRÉ-ESCOLAR – ARTES habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	De acordo com a necessidade.	10,55 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1071	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL E PRÉ-ESCOLAR – ARTES (não-habilitado)	Comprovante de matrícula em curso de nível superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	De acordo com a necessidade.	8,15 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1072	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS (habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	De acordo com a necessidade.	10,55 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1073	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS (não-habilitado)	Comprovante de matrícula em curso de nível superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	De acordo com a necessidade.	8,15 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1074	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA (habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Educação Física.	CR	De acordo com a necessidade.	10,55 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1075	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA (não-habilitado)	Comprovante de matrícula em curso de nível superior com licenciatura plena em Educação Física.	CR	De acordo com a necessidade.	8,15 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1076	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – ESPANHOL (habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Letras com habilitação em Espanhol.	CR	De acordo com a necessidade.	10,55 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1077	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – ESPANHOL (não-habilitado)	Comprovante de matrícula em curso de nível superior com licenciatura plena em Letras/Espanhol	CR	De acordo com a necessidade.	8,15 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1078	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – GEOGRAFIA (habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	De acordo com a necessidade.	10,55 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1079	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – GEOGRAFIA (não-habilitado)	Comprovante de matrícula em curso de nível superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	De acordo com a necessidade.	8,15 a hora/aula (*)	Escrita e títulos

1080	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA (habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	De acordo com a necessidade.	10,55 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1081	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA (não-habilitado)	Comprovante de matrícula em curso de nível superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina..	CR	De acordo com a necessidade.	8,15 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1082	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – INGLÊS (habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Letras com habilitação em Inglês.	CR	De acordo com a necessidade.	10,55 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1083	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – INGLÊS (não-habilitado)	Comprovante de matrícula em curso de nível superior com licenciatura plena em Letras/Inglês	CR	De acordo com a necessidade.	8,15 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1084	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA (habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	De acordo com a necessidade.	10,55 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1085	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA (não-habilitado)	Comprovante de matrícula em curso de nível superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina..	CR	De acordo com a necessidade.	8,15 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1086	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – PORTUGUÊS (habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Letras.	CR	De acordo com a necessidade.	10,55 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1087	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – PORTUGUÊS (não-habilitado)	Comprovante de matrícula em curso de nível superior com licenciatura plena em Letras	CR	De acordo com a necessidade.	8,15 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1088	PROFESSOR DE INFORMÁTICA EDUCACIONAL (habilitado)	Licenciatura Plena em Computação ou Graduação em curso na área de educação.	CR	De acordo com a necessidade.	10,55 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1094	PROFESSOR DE INFORMÁTICA EDUCACIONAL (não-habilitado)	Comprovante de matrícula em curso de nível superior com licenciatura plena em computação ou em curso de graduação na área de educação	CR	De acordo com a necessidade.	8,15 a hora/aula (*)	Escrita e títulos
1089	SECRETÁRIO ESCOLAR	Ensino Superior completo com licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior.	CR	35h	1.583,41 (mensal)	Escrita e títulos

QUADRO II – CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E ALFABETIZADOS

NÍVEL MÉDIO

CÓDIGO	CARGOS	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	VAGAS	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO R\$	TIPO DE PROVA
1090	EDUCADOR INFANTIL (habilitado)	Ensino Superior completo em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil ou Diploma de conclusão do curso de Normal/Magistério a nível de Ensino Médio.	CR	30h	981,55 (mensal)	Escrita e títulos
1092	AUXILIAR DE RECREAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL	Ensino Médio Completo	CR	40h	832,03 (mensal)	Escrita

NÍVEL ALFABETIZADO

CÓDIGO	CARGOS	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	VAGAS	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO R\$	TIPO DE PROVA
1093	AUXILIAR OPERACIONAL I	Alfabetizado	CR	44h	703,31. (#)	Escrita

CR – Cadastro de Reserva

(*) A este valor é adicionado uma gratificação de 20% a título de regência de classe;

(#) Cargos com possibilidade de trabalho em escala.

Obs. 01 - Todos os cargos têm direito ao Prêmio Eficiência no valor de R\$9,40 por dia.

Obs. 02 – Para os cargos de educador infantil, na hipótese de vencimento inicial do cargo ficar inferior ao valor estabelecido pelo MEC como piso nacional, será pago ao servidor a diferença através de complemento salarial conforme regulamentação a ser aplicado a espécie.

ANEXO II- ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

PROFESSOR	Orientar a aprendizagem do aluno, participar no processo de planejamento das atividades da escola, organizar as operações inerentes ao processo de ensino aprendizagem, contribuir para aprimoramento da qualidade do ensino, e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.
PROFESSOR DE INFORMÁTICA EDUCACIONAL	Orientar a aprendizagem do aluno, participar no processo de planejamento das atividades da escola, organizar as operações inerentes ao processo de ensino aprendizagem, contribuir para aprimoramento da qualidade do ensino, dar suporte aos demais educadores na sala informatizada e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.

SECRETÁRIO ESCOLAR	Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola; Organizar e dirigir o serviço de secretaria, coordenando o trabalho de seus auxiliares; Assinar, juntamente com o diretor da Unidade, os documentos escolares dos alunos, bem como toda a documentação da secretaria, apontando seu número de registro ou autorização do órgão competente; Participar de reuniões e elaborar relatórios; Promover reuniões com seus auxiliares; Elaborar o Plano de Ação da secretaria da Unidade, estabelecendo a função de seus auxiliares, submetendo-o a aprovação do Diretor; Organizar e manter atualizada a escrituração escolar, bem como os prontuários de legislação referente à Escola e ao ensino; Zelar pelo recebimento e expedição de documentos autênticos; Extrair dados que interessem à escrituração escolar de documentos apresentados pelo aluno, ou responsável. Cumprir e fazer cumprir e divulgar os despachos e determinações do Diretor: Elaborar relatórios e instituir processos; Registrar e controlar a frequência dos funcionários da Escola; Responsabilizar-se pela documentação da Associação de Pais e Professores, na ausência do Auxiliar de Direção.
CARGO DE NÍVEL MÉDIO - MAGISTÉRIO	
EDUCADOR INFANTIL	Estimular experiências físicas, sociais e intelectuais através de atividades espontâneas; Adequar as atividades ao nível de desenvolvimento; Observar, planejar, registrar e avaliar constantemente as atividades desenvolvidas no Núcleo de Educação; Atender prontamente às solicitações da coordenação, visando à troca de experiências e aperfeiçoamento do trabalho; Despertar a atenção da criança através do uso de brinquedos, contato físico carinhoso e emprego de voz suave; Participar ativamente dos centros de estudo e reuniões de equipe convocadas pela Coordenação; Estar atento para detectar eventuais desvios de comportamento e desenvolvimento, e levá-los ao conhecimento da direção do Núcleo de Educação através de registros escritos e contatos pessoais; Atender as demais atribuições inerentes ao cargo ou previstas na legislação ou nos regimentos e demais serviços afins e/ou compatíveis com área de atuação.
AUXILIAR RECREAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL	Conforme disciplinado nas normativas de regência do cargo efetivo, e em especial no que tange a recepcionar as crianças na entrada e saída do horário Escolar; realizar tarefas de banho e higiene das crianças; fornecer alimentação das crianças nos horários determinados; manter vigilância permanente das crianças no tocante a saúde e alimentação; zelar pela higiene e conservação da sala, objetos e materiais permanentes às crianças; auxiliar na recreação e atividades de coordenação psicomotora das crianças; executar toda e qualquer tarefa compatível com o seu cargo, bem como aquelas que lhe forem atribuídos pela Secretaria Municipal da Educação. Participar cooperativamente das reuniões, encontros e demais eventos promovidos pela instituição (NEI) ou Secretaria de Educação (SEMED); Auxiliar na organização e funcionamento da instituição contribuindo com sugestões; Respeitar as normas e regras constituídas pela Instituição (NEI) e Secretaria de Educação (SEMED); Cumprir horários estabelecidos pela coordenação da instituição, podendo ser alterada conforme necessidade do NEI.. A referida contratação se faz necessária diante da pendência de candidatos aprovados em concurso público e pela imperiosa necessidade de atendimento à demanda reprimida dos NEI's.
CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO – Séries Iniciais (4ª. série completa).	
AUXILIAR OPERACIONAL I	Conforme disciplinado nas normativas de regência do cargo efetivo, e em especial no que tange serviços de apoio à administração pública, em tarefas que requerem o conhecimento prático do trabalho, limitados a uma rotina (tais como serviço de recepção e protocolo de papéis) e predominância do esforço físico tais como: Serviços gerais de limpeza, manutenção e conservação do patrimônio público municipal (móveis, imóveis, instalações, equipamentos, utensílios), serviços de higienização de ambientes, recolhimento de lixo, limpeza de sanitários, preservação do patrimônio público em qualquer dos serviços ou unidades do serviço público municipal. Serviços de cozinha em Unidades de Ensino e demais órgãos/estabelecimentos do município, no preparo de refeições; Auxiliar em levantamentos planaltimétricos, roçadas, abertura de rumos. Serviços de lavagem de veículos, Conservação e manutenção de vias públicas, abertura de valas, colocação de tubos, serviços de calçetaria, auxílio aos operadores de máquinas e veículos e demais serviços auxiliares com predominância de esforço físico.

ANEXO III- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E MÉDIO DE EDUCADOR INFANTIL

(Professor: pré-escolar, Jovens e adultos, Séries Iniciais, Educação Física, Inglês, Artes, Ciências, Espanhol, Geografia, História, Matemática, Português e Informática, Educador Infantil e Secretário de Escola)

1.1. Língua portuguesa

Interpretação de Textos – Língua escrita objetiva e suas formas; Fonética e Fonologia, Morfologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas,

proparoxítonas, acentuação gráfica, figuras de sintaxe, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira. Gêneros literários e discursivos. Ortografia oficial – novo acordo ortográfico.

1.2. Atualidades

Aspectos sócio-econômicos, geográficos, históricos e político do Brasil, de Santa Catarina, do Médio Vale do Itajaí e do Município de Timbó.

1.3. Conhecimento técnico-profissional

1.3.1. Legislação Educacional- Comum a todos os cargos

A Legislação Educacional – Lei 9394/96. Organização da Educação Básica: níveis de ensino, órgãos e competências. Parâmetros Curriculares Nacionais. Sistemas Educacionais na LDB. 5. A Legislação atual e as abordagens de cidadania.

1.3.2. Conhecimento técnico da disciplina

PROFESSOR – PRÉ-ESCOLAR

1. Função social da escola. 2. Concepções e teorias de aprendizagem. 3. Avaliação na educação infantil. 4. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos. 5. A criança e a educação infantil: concepção de infância. 6. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. 7. Componentes curriculares da educação infantil: o jogo, a brincadeira e o faz de conta. 8. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. 9. Letramento: características e pressupostos. 10. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. 11. Inclusão.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1. Função social da escola. 2. Interdisciplinaridade. 3. Teorias de aprendizagem. 4. Avaliação: dimensões, instrumentos e critérios. 5. Planejamento docente: dinâmica e processos. 6. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. 7. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. 8. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. 9. Alfabetização e letramento: características e pressupostos. 10. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. 11. Inclusão.

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (Anos Iniciais)

1. Função social da escola. 2. Interdisciplinaridade. 3. Teorias de aprendizagem. 4. Avaliação: dimensões, instrumentos e critérios. 5. Planejamento docente: dinâmica e processos. 6. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. 7. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. 8. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. 9. Alfabetização e letramento: características e pressupostos. 10. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. 11. Inclusão.

PROFESSOR DE ARTES – Educação Infantil e Ensino Fundamental

História da Arte: conceitos estéticos, movimento artísticos, artistas e suas obras. História da Arte Brasileira: conceitos estéticos, movimento artísticos, artistas e suas obras. Elementos da Linguagem Visual: fundamentos e composição visual. Folclore Catarinense: as manifestações folclóricas. Arte: suas linguagens, materiais e conceitos. Arte-educação: histórico e propostas metodológicas. Leitura de Imagem.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

1. O Universo e o Sistema Solar – corpos celestes que os constituem: a comparação entre os planetas do Sistema Solar – os planetas e suas características; o movimento de rotação – o estudo dos dias e das noites; a Lua – características, movimentos e fases; o movimento de translação e a inclinação do eixo imaginário da Terra – sua relação com as estações do ano; os eclipses do Sol e da Lua e as zonas climáticas como consequência da forma esférica da Terra e de como os raios solares atingem o planeta, propiciando distribuição da luz e do calor de forma diferenciada – consequências das zonas climáticas para a vida no planeta. 2. Introdução aos conceitos de matéria e energia – a relação destes conceitos com a vida: propriedades dos materiais; a organização da matéria – construindo modelos, introdução à linguagem química; a relação entre matéria e energia; as transformações da matéria e os diferentes tipos de materiais presentes na água, no ar e no solo. 3. A Água: a formação dos oceanos na Terra primitiva; o papel da água na formação do relevo; água e vida; as características físico-químicas da água: propriedades da água, seus estados físicos e o ciclo da água; a importância da água na história da humanidade; as bacias hidrográficas – definição, formação, importância sócio-ambiental das bacias hidrográficas – a trajetória da

água e a interferência humana, as alterações dos cursos dos rios, represamento, assoreamento, turvação, contaminação, poluição e desequilíbrios ambientais e o tratamento da água e suas consequências para a saúde. 4. O Ar: a formação da atmosfera: composição da atmosfera primitiva e suas transformações até os dias atuais; as propriedades do ar e sua relação com a vida; a composição da atmosfera – camadas; a formação dos ventos e sua importância para a compreensão da erosão; o papel da atmosfera no desenvolvimento e manutenção da vida no planeta; os problemas de poluição do ar, efeito estufa e degradação da camada de ozônio – suas consequências para os seres vivos e a qualidade do ar e seus efeitos na saúde. 5. O Solo: a origem e formação da crosta terrestre; os diferentes tipos de solo – sua formação e principais características; os minerais, minérios e combustíveis; os métodos de conservação do solo utilizados pelo homem: irrigação, drenagem, correção de pH, adubação, aração etc; o papel do homem na degradação e na conservação do solo; as agressões ao solo e suas consequências para o ambiente: desmatamento, queimada, erosão, desertificação, contaminação, poluição etc; introdução ao conceito de gravidade; o sistema de medidas – do universo macroscópico ao universo microscópico; relações entre o tempo cósmico e o tempo biológico; relações da diversidade ambiental com as zonas climáticas e com a biodiversidade; estudo de ecossistemas brasileiros; materiais sintéticos: fabricação, usos e problemas relacionados a decomposição – plásticos, tecidos, borrachas, supercondutores; empuxo e vasos comunicantes; as cores do céu – as ondas luminosas e as cores; estudo de algumas mudanças meteorológicas e fontes alternativas de energia: energia solar, eólica, das mares, etc. 6. Origem da Vida: as diferentes explicações sobre a existência da vida e do ser humano; a origem da vida, a organização dos materiais, os elementos químicos dispersos na atmosfera inicial; o desenvolvimento da vida e a expansão pelos ecossistemas aquáticos e a conquista do ambiente terrestre; introdução às teorias evolutivas e a importância dos fósseis: marcos do processo evolutivo. Estudo da seleção natural através de evidências adaptativas e das relações entre o sucesso reprodutivo de uma espécie e sua adaptação ao ambiente. 7. Biodiversidade: sistemática e classificação: uma tentativa de ordenar a diversidade; características dos seres vivos; classificação em reinos e principais categorias taxionômicas; a diversidade biológica: Evolução, organização, adaptações; características gerais dos principais grupos nos diversos reinos (Monera, Protista; Fungi, Vegetal e Animal); características dos vírus e consequências para a saúde; importância ecológica; importância econômica e o impacto da ação humana e manejos sustentados; seres vivos e saúde. 8. Ecologia: o Sol – fonte externa constante de energia, essencial para a vida no planeta; fotossíntese: assimilação da energia radiante e transformação em energia química – base para a cadeia alimentar; respiração: estratégia de obtenção de energia para os processos celulares; a importância dos decompositores para o fluxo de matéria nos ecossistemas; cadeias e teias alimentares e outras relações biológicas; os ecossistemas como sistemas abertos, compostos por elementos bióticos e abióticos que interagem através de um ciclo de materiais e de um fluxo de energia; os fatores que interferem no equilíbrio das populações: abióticos (salinidade, temperatura, quantidade de oxigênio, tipos e quantidades de nutrientes, grau de acidez, índice pluviométrico etc.) e bióticos (parasitismo, predatismo, competição etc.); os desequilíbrios ambientais causados pela interferência humana: chuva ácida, efeito estufa, destruição da camada de ozônio e desertificação; evolução dos sistemas de classificação e sua relação com o contexto histórico, social e cultural; história evolutiva: os diversos períodos, suas características ambientais e seres vivos; ciclo astronômico, sazonalidade e sua influência sobre a vida do homem; controle biológico; plantas medicinais, biopirataria e patentes; organismos geneticamente modificados: transgênicos – importância econômica; impacto ambiental; riscos para a saúde; transformações ambientais, seres em risco de extinção e projetos de conservação. 9. Origem da Espécie: o surgimento e a história evolutiva da espécie

humana; a espécie humana na pré-história e mudanças sociais e culturais que levaram ao surgimento do homem moderno e a adaptação da espécie humana ao ambiente. 10. Organização do Corpo: organização celular e da célula ao organismo; a Manutenção da Espécie: a reprodução como característica principal para a vida, manutenção e evolução das espécies; os processos assexuais e sexuais: comparação das estratégias de reprodução de outros seres vivos e da espécie humana (a existência de células especializadas para a reprodução os gametas, fecundação interna ou externa ao corpo, as várias formas para o desenvolvimento do embrião); fases da vida; adolescência – um período de grandes transformações psicológicas e físicas; os órgãos reprodutores, a fecundação, a gravidez e o parto; sexualidade, vida e saúde; doenças sexualmente transmissíveis; planejamento familiar, métodos anticoncepcionais; as bases da hereditariedade: os genes e as características; o Homem – As Funções de Nutrição e de Relação: alimento – garantia de energia para o funcionamento do organismo; a importância da água e das substâncias nutritivas: seu papel na manutenção da vida; digestão: processos de quebra dos alimentos e de absorção: digestão mecânica e química e o papel dos diversos órgãos e estruturas; respiração: liberação de energia para o organismo; o papel dos diversos órgãos e estruturas; respiração e produção de energia; a qualidade do ar e a saúde; circulação e sangue: o estudo do sangue: constituição, coagulação, grupos sanguíneos e saúde; o papel do coração e a circulação sanguínea; o papel do sistema circulatório e sua relação com os demais sistemas e o sistema linfático; excreção: a eliminação dos produtos do metabolismo; o papel dos diversos órgãos e estruturas; o papel do suor e o equilíbrio químico do corpo; o sistema nervoso: o funcionamento dos neurônios e das fibras nervosas; o papel dos diversos órgãos e estruturas e reflexos: ato reflexo, reflexo e arco reflexo; o sistema sensorial: os órgãos dos sentidos e seu papel na vida do homem e o caminho da visão, da audição, do olfato, do tato e do paladar devem ser estudados enfatizando a relação entre os fenômenos químicos, físicos e biológicos; o sistema endócrino: o papel dos diversos órgãos e estruturas; o Sistema de Defesa: as células responsáveis pela defesa natural do organismo; o desenvolvimento das vacinas, soros e de medicamentos – defesas artificiais; as Relações entre Ossos e Músculos; o sistema ósseo – estrutura óssea e articulações; o sistema muscular – fisiologia muscular e ação mecânica dos músculos; alterações nos músculos e ossos; origem e evolução dos sistemas – anatomia e fisiologia comparadas; anorexia e bulimia: distúrbios físico-emocionais; complementos alimentares: necessidades e problemas decorrentes de seu uso sem orientação; aditivos químicos – corantes, conservantes e aromatizantes; desnutrição e obesidade; decifrando e controlando os genes; a hipertensão arterial e os problemas renais; a doação de sangue e de órgãos; o uso de drogas lícitas e ilícitas – seus efeitos no organismo, problemas sociais implicados no consumo e comercialização; os problemas da visão e as lentes côncavas e convexas; a prática de exercícios físicos para manutenção da saúde integral; diabetes; hipo e hipertireoidismo; clonagem e evolução dos papéis sociais do homem e da mulher na comunidade e sociedade. 11. O Estudo dos Materiais - Uma visão geral da matéria: organização; propriedades gerais e específicas; propriedades físicas, químicas e biológicas; os estados físicos da matéria e mudanças de estado da matéria e fatores que as influenciam (temperatura, pressão, etc.); A diversidade de elementos químicos e a necessidade de classificação: evolução dos modelos atômicos: os nomes e os símbolos dos elementos; a organização da tabela periódica; a ligação química e os ciclos biogeoquímicos e a vida na Terra. 12. As Substâncias da Natureza - Principais conceitos a serem estudados: as misturas e as combinações: os processos de separação das misturas da natureza, nas fábricas, nos laboratórios, nas residências e no interior dos seres vivos; a química do cotidiano: substâncias sintéticas – na agricultura, nos alimentos, nos remédios, nos produtos de limpeza e nos produtos de higiene; a química e a poluição e os combustíveis fósseis: as transformações químicas para a produção de energia.

13. Energia: conceito e propriedades – Força: noções intuitivas de força e velocidade; força e movimento: forças alteram a velocidade dos corpos e força como interação: o princípio da ação e reação; Energia Mecânica: o trabalho como uma forma de transformação da energia; a potência como a capacidade de realizar trabalho; as máquinas realizam trabalho: alavancas, cunhas, roldanas e máquinas complexas e Energia potencial e energia cinética; Som – ruído, emissão e propagação através de um meio material, percepção auditiva; medidas de intensidade; infra-som, ultra-som; eco, sonar, poluição sonora; Luz – propagação da luz; fontes de luz; reflexão; a luz e a visão; espelhos, lentes e prismas; refração; luz e cor – composição da luz; eclipses, arco-íris etc.; Calor – trocas de energia entre sistemas, estados da matéria, mudanças de estado, conceitos de temperatura e pressão; Noções de Eletricidade – desequilíbrio entre carga positiva e carga negativa; A Energia do Sol se Transforma: o Sol como fonte primária de energia que se transforma em outras formas de energia: luminosa, química, térmica, elétrica e mecânica; a fotossíntese e respiração: transformações energéticas essenciais para a manutenção da vida no planeta; fluxo de energia nos seres vivos e pirâmide de energia; os grupos das bases, dos óxidos, dos ácidos e dos sais; o papel dos combustíveis na sociedade; as alterações ambientais; a formação dos combustíveis fósseis e sua relação com a extinção das espécies; campo gravitacional; o uso e a produção de pigmentos – do homem pré-histórico aos dias de hoje; as ilusões de ótica; eletricidade e Magnetismo: Eletrostática; corrente elétrica; circuito elétrico, condutores e isolantes; pilhas; o impulso nervoso; eletroímã; A Terra como um ímã natural; a Ciência e a Revolução Industrial; o protocolo Kioto e a poluição. 14. Ciência e Tecnologia: as concepções de ciência e seus métodos; ciência como construção humana; o papel da ciência; a materialização do conhecimento científico; Ciência, Tecnologia e Sociedade.

PROFESSOR DE INFORMÁTICA EDUCACIONAL

1 – Noções básicas de: Informática básica; Sistemas operacionais; Internet; Editor de texto; Planilhas eletrônicas; Editor de imagens; Editor de apresentações. 2 – Noções básicas de: Hardware, Software, Banco de dados, 3 - LDB, PCNs, Psicologia da aprendizagem e do Desenvolvimento, Didática Geral. 4- Tecnologia e Educação : PROINFO, O professor e a informática.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (Educação Infantil e Ensino Fundamental)

1. Fundamentos Educacionais. Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's. 2. Concepção de área - Cultura Corporal. Objetivos da área. História da Educação Física no Brasil – tendências pedagógicas. Organização didático-pedagógica do conhecimento. Avaliação em Educação Física – concepção e critérios Conteúdos - Eixos de Trabalho. Jogo – Jogos de Interpretação, Jogos Tradicionais, Jogos Cooperativos, Jogos Pré-desportivos. Esporte – Atletismo, Futebol, Futsal, Voleibol, Basquetebol, Handebol. Ginástica – Ginástica Geral; Ginástica Olímpica ou Artística; Ginástica Rítmica Desportiva. Recreação.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

O espaço geográfico: Noções de espaço geográfico, lugar, paisagens, território. A representação da Terra: Noções de cartografia, escala, projeções cartográficas, tipos de mapas, importâncias dos mapas, meios de orientação, a bússola e seu funcionamento, sistema de posicionamento global, representação do relevo. A formação do espaço natural: A evolução geológica da Terra, a deriva dos continentes, a estrutura interna da Terra, dobramentos, placas tectônicas, movimentos tectônicos, vulcanismo, abalos sísmicos, a estrutura externa da Terra, a crosta terrestre, rochas e minerais, os escudos cristalinos, bacias sedimentares, os processos

erosivos, a exploração dos recursos naturais, atmosfera, composição, camadas, tempo, clima, elementos e fatores do clima, as precipitações atmosféricas, as mudanças climáticas, os ecossistemas florestais. O espaço brasileiro: A formação do território brasileiro, a expansão das fronteiras, a posição geográfica e limites, os fusos horários brasileiros, a estrutura geológica, as classificações do relevo, os domínios morfoclimáticos, os biomas, o clima e seus fatores, as classificações climáticas brasileiras. A população brasileira: A diversidade étnica, as migrações internacionais, as migrações internas, a emigração, o crescimento demográfico, a distribuição espacial da população brasileira e suas consequências, a urbanização, os problemas urbanos. A economia brasileira: A agropecuária e seus produtos, a estrutura fundiária, os conflitos no campo, o processo histórico da industrialização, a distribuição espacial da indústria, os transportes e seus problemas. O cenário mundial: A bipolarização, a multipolarização, a globalização, o histórico da evolução industrial, os países subdesenvolvidos industrializados e seus problemas socioeconômicos, a indústria nos países desenvolvidos, a geopolítica mundial, a guerra fria, os conflitos atuais, a formação dos blocos econômicos, a circulação das riquezas, os problemas ambientais, a escassez da água, as fontes de energia convencionais, as fontes alternativas de energia, os problemas ambientais brasileiros, a poluição das águas, a poluição atmosférica, o desmatamento e suas consequências.

PROFESSOR DE HISTÓRIA

História geral. idade antiga (+ou- 4000 a.C. – 476 d.C.). As Civilizações da Antiguidade Oriental. As Civilizações da Antiguidade Ocidental. Cultura, Política, Economia e Sociedade. Idade Média (476 – 1453). A Alta Idade Média. A Baixa Idade Média. Idade Moderna (1453 – 1789). Transição Feudalismo/Capitalismo. Renascimento Cultural. Grandes Navegações. Reformas Religiosas/Contra-Reforma. Absolutismo/Mercantilismo. Colonização da América. Iluminismo. Idade Contemporânea (1789 – Dias Atuais). As Revoluções Burguesas e a Era Napoleônica. A Europa do século XIX. Revolução Industrial e os Movimentos Operários. Imperialismo/Neocolonialismo. As Guerras Mundiais e suas consequências. O Mundo pós-Segunda Guerra Mundial. O mundo Atual. História do Brasil. Brasil-Colônia. Política. Economia. Cultura. Sociedade. Brasil-Império. Primeiro Reinado. Período Regencial. Segundo Reinado. Brasil-República. República Velha. Era Vargas. Populismo no Brasil. Ditadura Militar. Nova República.

PROFESSOR DE ESPANHOL (Ensino Fundamental)

1 – Análise e interpretação de textos. 2 – Estudos do vocabulário dos textos: significado de palavras e expressões; semelhança e diferenças de significado de palavras. 3 – Aspectos gramaticais: flexão do nome, do pronome, do artigo; flexão do verbo (modo, tempo, número, pessoa, voz); concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; nexos (preposições, conjunções); processo de relação de idéias de causa, consequência, fim, condição, oposição, concessão, comparação; 4 – Metodologia do ensino da língua estrangeira; 5 – Proposta curricular da língua estrangeira moderna; O ensino de língua para a comunicação; 7 – Dimensões comunicativas no ensino de espanhol/italiano/alemão.

PROFESSOR – INGLÊS (Educação Infantil e Ensino Fundamental)

1. Compreensão e interpretação textual: compreender/interpretar idéias/informações em textos de vários gêneros, com temática variada; inferir o sentido de palavras/expressões com base no contexto lingüístico e no conhecimento prévio sobre o tema de um texto; apreender o sentido global de um texto; identificar o tema principal de um texto; localizar informações pontuais e explícitas em textos; identificar recursos lingüísticos que promovem a coesão e a coerência das idéias em um texto: elementos de co-referência (palavras que se referem a uma mesma realidade

lingüística, garantindo a manutenção e a progressão das idéias em um texto: sinônimos, pronomes, expressões definidas); 2. Aspectos da morfossintaxe: formação de palavras (sufixação e prefixação); o sintagma nominal (classes de substantivos, adjetivos, locuções adjetivas, pronomes, determinativos); o sintagma verbal (classes de verbos, sistemas de tempo, aspecto e modo, concordância verbal, aspecto perfectivo e modalidade, voz ativa e voz passiva); o sintagma adverbial (advérbios e adjuntos adverbiais); o sintagma preposicional (preposições simples e complexas, verbos frasais e preposicionais); coordenação e subordinação (conjunções e conectivos); estratégias de coerência e coesão textuais. 3. Metodologia do ensino da língua inglesa: Diferentes metodologias para o ensino de língua inglesa: metodologias pré-comunicativas; metodologias humanísticas; metodologias comunicativas (competência comunicativa).

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

1.Noções de Lógica. Noção intuitiva de conjunto. Operações com conjuntos. 2.Conjuntos Numéricos: Números naturais, inteiros, racionais e reais: propriedades, operações, valor absoluto, números primos, múltiplos e divisores. MDC e MMC, proporcionalidade, regra de três e porcentagem. Juros simples e compostos. Sistemas de Medida. Sistemas de numeração. 3.Cálculo Algébrico: Produtos notáveis e fatoração. Equações fracionárias e literais. 4.Funções: gráficos e operações. Função Inversa. Estudo das seguintes funções reais: Função Afim, Função Quadrática, Função Exponencial e Logarítmica. 5.Equações e inequações de 1º e 2º graus. Equações e inequações exponenciais e logarítmicas. Sistemas de equações e inequações de 1º e 2º graus. 6.Sequências. Progressões aritméticas e geométricas. Números complexos: formas trigonométrica e algébrica, representação e operações. 7.Polinômios: Definição. Operações. Dispositivo de Briot-Ruffini. 8.Equações polinomiais: Definição. Teorema Fundamental da Álgebra, Teorema da Decomposição, Multiplicidade de uma raiz. Raízes Complexas. Raízes racionais. Relações de Girard. 9.Análise combinatória: Princípio Fundamental da Contagem, Arranjos, Combinações e Permutações. 10.Binômio de Newton. 11.Probabilidade: Probabilidade da união de dois eventos, probabilidade de dois eventos sucessivos ou simultâneos e probabilidade condicional. 12. Matrizes: Operações. Inversa de uma matriz. Determinantes de matrizes de ordem n. 13.Sistemas de equações lineares: Resolução e discussão. 14.Geometria plana: Teorema de Tales. Semelhança de triângulos e polígonos. Relações métricas em triângulos, polígonos regulares e círculos. Perímetros e áreas de figuras planas. 15.Geometria espacial: Poliedros, prismas, pirâmides, cilindros, cones e esferas: áreas e volumes. Sólidos semelhantes. Troncos. Inscrição e circunscrição de sólidos. Superfícies e sólidos de revolução. 16.Trigonometria: Razões trigonométricas no triângulo retângulo. Lei dos Co-senos, Lei dos Senos. Arcos e ângulos. Funções trigonométricas. Relações entre as funções trigonométricas. Arco soma, arco duplo. Equações. 17.Operações com vetores do R2 e R3. 18.Reta e circunferência no R2: Equações cartesianas, representação gráfica e identificação dos elementos. 19.Reta, plano e esfera no R3: Equações e identificação dos elementos. 20.Noções de limites. Limite de funções polinomiais, racionais e exponenciais. Limites fundamentais.

PROFESSOR DE PORTUGUÊS

O ensino da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental Língua e ensino. - Linguagem: uso e função. - Língua oral e língua escrita. - Variação lingüística e norma padrão. Ensino e aprendizagem da gramática normativa. - Fonologia/Fonética: Conceito de som, fonema e letra; Encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafo; Sílabas; Acentuação gráfica. - Morfologia: Estrutura, formação e classificação das palavras, emprego das classes de palavras. - Sintaxe: Concordância e regência nominal e verbal; Colocação pronominal; Estrutura do período e da oração; Crase.

Leitura e produção de textos: -Tipos ou gêneros textuais; Inter-textualidade; Coesão e coerência textuais; O texto e a prática de análise lingüística.

CARGOS DE ENSINO MÉDIO

EDUCADOR INFANTIL

1. A criança e a educação infantil: história, concepções. 2. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. 3. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos. 4. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. 5. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro. 6. Avaliação na educação infantil. 7. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, brincadeiras, cuidados essenciais. 8. O professor de educação infantil. 9. Família e instituição. 10. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. 11. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. 13. Referencial Curricular para a Educação Infantil. 14. Estatuto da Criança e do Adolescente.

2. CARGOS DE ENSINO MÉDIO

(Auxiliar de Recreação – Educação Infantil)

2.1. Língua portuguesa

Interpretação de Textos – Língua escrita objetiva e suas formas; Fonética e Fonologia, Morfologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, figuras de sintaxe, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira. Gêneros literários e discursivos. Ortografia oficial – novo acordo ortográfico.

2.2. Atualidades

Aspectos sócio-econômicos, geográficos, históricos e político do Brasil, de Santa Catarina, do Médio Vale do Itajaí e do Município de Timbó.

2.3. Conhecimento técnico-profissional

AUXILIAR DE RECREAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL

1. A criança e a educação infantil: história, concepções. 2. Conceito de Saúde Escolar; Noções de Desenvolvimento e crescimento do escolar; 3. Desenvolvimento dos primeiros anos de vida; 4. Higiene dos Alimentos; 5. Promoção da Saúde. Prevenção de Acidentes na educação infantil; 6. O lúdico na educação infantil; 7. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. 8. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. 9. Família e instituição. 10. Estatuto da Criança e do Adolescente.

3. CARGOS NÍVEL ALFABETIZADO – Auxiliar Operacional I

3.1. Língua Portuguesa

Demonstrar Domínio da língua escrita, Leitura e Interpretação de Textos Interpretação de texto; Alfabeto – Vogais e Consoantes; Maiúsculas e Minúsculas; Separação de sílabas; Ditongos, tritongos, Aumentativo e Diminutivo; Masculino e Feminino (artigos); Sinônimo e Antônimo; Plural e Singular; encontros vocálicos; encontros consonantais; dígrafos; sílabas; tonicidade das sílabas. Ortografia oficial – novo acordo ortográfico

3.2. Atualidades

Aspectos sócio-econômicos, geográficos, históricos e político do Brasil, de Santa Catarina, do Médio Vale do Itajaí e do Município de Timbó.

3.3. Conhecimento técnico-profissional

AUXILIAR OPERACIONAL I

Noções de alimentação, nutrição e grupos de alimentos; Etapa da produção de refeições; Recepção e armazenamento de gêneros alimentícios, pré-preparo, preparo e distribuição. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de alimentos. Manuseio e conservação de equipamentos e utensílios; Noções de higiene e higiene no ambiente de trabalho e higiene dos alimentos; Técnicas de uso e conservação de material de limpeza; Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente; Reciclagem de lixo; limpeza e higienização de prédios públicos, superfícies brancas e revestimentos cerâmicos; Noções de higiene e higiene no ambiente de trabalho; limpeza e higienização de banheiros e áreas comuns; armazenamento, cuidados de manuseio e destino do lixo hospitalar. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Noções de Primeiros Socorros, ética e cidadania; e outras conteúdos inerentes as atribuições do cargo e a execução das atividades que o mesmo exige.

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição n.º _____ do Processo Seletivo Edital 01/2012 da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ – SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me
ENQUADRO NAS CONDIÇÕES DE
[] Doador de Sangue
[] Baixa renda CadÚnico:

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2012.
(local e data)

Assinatura do Requerente

ANEXO V

REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Processo Seletivo 01/2012 da Prefeitura Municipal de Timbó, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portados de Deficiência física.

_____ CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) () Condição Especial para realizar a prova, sendo a deficiência:

- a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte
Fonte nº _____ / Letra _____
- b) () Sala Especial
Especificar: _____
- c) () Leitura de Prova
- d) () Amamentação.
Nome do Acompanhante: _____
Horários de amamentação: _____

e) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2012.

Assinatura do Requerente

ANEXO VI
FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PROCESSO SE-
LETIVO 01/2012

Nome do Candidato:	Tipo de Recurso:
	1 – Contra o edital
	2 – Contra indeferimento de inscrição
	3 – Contra Inscrição
	4 – Contra questão da prova
	5 - Contra o Gabarito
	6 – Contra a Pontuação Prova (escrita, prática ou títulos)
	7 - outros
	1 – Deferido
	2 – Indeferido
N.º de Inscrição:	Cargo:
N.º da Questão:	Data:
Fundamentação e Referência Bibliográfica:	

Assinatura do Candidato

Local e data _____, _____ de _____ de 2012.

ANEXO VII
FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS
(PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)

DADOS DO CANDIDATO

Nome: _____ Cargo: _____
Número da Inscrição: _____

Venho perante a Banca Examinadora da Prova de Títulos do Processo Seletivo 001/2012 do Município de Timbó/SC, requerer o recebimento dos títulos abaixo relacionados, acompanhados das respectivas cópias, devidamente autenticadas. Estou ciente de que só serão pontuados os títulos que atenderem a todas as disposições e normas editalícias.

RELAÇÃO DE TÍTULOS ENTREGUES

Item	Histórico/Resumo	Nº Horas	Total de Pontos
Doutorado, Mestrado ou Especialização			
Total			

Observação: Preencher em letra de forma ou digitar nos campos destinados ao candidato, entregar este formulário devidamente assinado acompanhada da cópia autenticada do certificado.

(Local e data) _____, _____ de _____ de 2012.

Assinatura do candidato

Observações da avaliação:

Assinatura do Avaliador

Turvo

PREFEITURA

Decreto 63/2012

DECRETO No 063/12, de 12 de novembro de 2012.
DECRETA PONTO FACULTATIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece a legislação vigente,

DECRETA

Art. 1º. Ponto facultativo em todas as repartições públicas municipais no dia 16 de novembro de 2012 (sexta-feira).

Art. 2º. Os serviços que, por sua natureza não podem ser interrompidos, funcionarão na forma que os setores envolvidos determinarem.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 12 de novembro de 2012.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

CECILIA LINO FERREIRA CONTI
Secretária de Adm. e Finanças-designada.

Vargeão

PREFEITURA

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de VARGEÃO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A NOVEMBRO 2012/BIMESTRE OUTUBRO-NOVEMBRO |
 +-----+
 LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A					
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Inicial (A)	Atualizada (B)	no Bimestre (C)	até Bimestre (D)	no Bimestre (E)	até Bimestre (F)	% (F) (F/F)	(F/B)	SALDO	
	DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.279.627,00	14.185.338,11	732.140,71	10.734.846,60	1.782.850,32	9.333.499,16	100,00	65,80	4.851.838,95	
01	LEGISLATIVA	560.000,00	560.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	560.000,00	
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	560.000,00	560.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	560.000,00	
	Subtotal	560.000,00	560.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	560.000,00	
04	ADMINISTRAÇÃO	1.654.500,00	1.688.223,20	92.067,53	1.226.617,98	169.708,63	1.089.959,35	11,68	64,56	598.263,85	
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.642.500,00	1.676.223,20	92.067,53	1.226.452,98	169.708,63	1.089.794,35	11,68	65,01	586.428,85	
04.123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	12.000,00	12.000,00	0,00	165,00	0,00	165,00	0,00	1,38	11.835,00	
	Subtotal	2.214.500,00	2.248.223,20	92.067,53	1.226.617,98	169.708,63	1.089.959,35	11,68	48,48	1.158.263,85	
06	SEGURANÇA PÚBLICA	16.335,00	16.335,00	1.225,05	8.389,55	724,30	7.842,80	0,08	48,01	8.492,20	
06.181	POLICIAMENTO	16.335,00	16.335,00	1.225,05	8.389,55	724,30	7.842,80	0,08	48,01	8.492,20	
	Subtotal	2.230.835,00	2.264.558,20	93.292,58	1.235.007,53	170.432,93	1.097.802,15	11,76	48,48	1.166.756,05	
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	361.210,00	373.798,18	14.312,02	254.896,82	25.116,32	239.762,68	2,57	64,14	134.035,50	
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	16.000,00	16.000,00	906,30	6.946,92	375,00	5.510,92	0,06	34,44	10.489,08	
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	41.260,00	51.260,00	1.494,77	27.283,99	1.209,10	24.030,96	0,26	46,88	27.229,04	
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	303.950,00	306.538,18	11.910,95	220.665,91	23.532,22	210.220,80	2,25	68,58	96.317,38	
	Subtotal	2.592.045,00	2.638.356,38	107.604,60	1.489.904,35	195.549,25	1.337.564,83	14,33	50,70	1.300.791,55	
10	SAÚDE	2.483.872,75	3.070.929,53	128.852,97	2.615.464,40	403.326,53	2.263.950,69	24,26	73,72	806.978,84	
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	2.328.262,75	2.937.255,53	127.197,82	2.538.642,13	391.574,73	2.190.666,20	23,47	74,58	746.589,33	
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIA	36.000,00	36.000,00	940,00	8.395,00	1.040,00	8.395,00	0,09	23,32	27.605,00	
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	15.310,00	15.310,00	-627,00	2.259,15	26,60	2.259,15	0,02	14,76	13.050,85	
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	12.100,00	12.100,00	0,00	283,50	0,00	283,50	0,00	2,34	11.816,50	
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	62.200,00	70.264,00	1.342,15	65.884,62	10.685,20	62.346,84	0,67	88,73	7.917,16	
10.605	ABASTECIMENTO	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Subtotal	5.075.917,75	5.709.285,91	236.457,57	4.105.368,75	598.875,78	3.601.515,52	38,59	63,08	2.107.770,39	
12	EDUCAÇÃO	2.567.436,25	3.556.179,20	192.497,40	2.674.268,11	235.613,13	2.497.686,97	26,76	70,24	1.058.492,23	
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	2.423.496,25	3.286.239,20	192.337,47	2.528.387,43	228.108,20	2.352.076,29	25,20	71,57	934.162,91	
12.362	ENSINO MÉDIO	52.840,00	52.840,00	0,00	4.840,00	520,00	4.580,00	0,05	8,67	48.260,00	
12.364	ENSINO SUPERIOR	35.000,00	35.000,00	0,00	31.472,50	6.825,00	31.472,50	0,34	89,92	3.527,50	
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	56.100,00	182.100,00	159,93	109.568,18	159,93	109.558,18	1,17	60,16	72.541,82	
	Subtotal	7.643.354,00	9.265.465,11	428.954,97	6.779.636,86	834.488,91	6.099.202,49	65,35	65,83	3.166.262,62	
13	CULTURA	80.000,00	159.000,00	34.481,08	67.869,58	5.153,34	36.041,84	0,39	22,67	122.958,16	
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	80.000,00	159.000,00	34.481,08	67.869,58	5.153,34	36.041,84	0,39	22,67	122.958,16	
	Subtotal	7.723.354,00	9.424.465,11	463.436,05	6.847.506,44	839.642,25	6.135.244,33	65,73	65,10	3.289.220,78	
15	URBANISMO	388.866,00	767.066,00	84.481,50	756.392,31	403.864,68	618.040,01	6,62	80,57	149.025,99	
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	80.001,00	458.201,00	84.481,50	458.177,68	365.740,07	365.740,07	3,92	79,82	92.460,93	
15.452	SERVIÇOS URBANOS	301.000,00	301.000,00	0,00	298.214,63	38.124,61	252.299,94	2,70	83,82	48.700,06	
15.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	7.865,00	7.865,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.865,00	
	Subtotal	8.112.220,00	10.191.531,11	547.917,55	7.603.898,75	1.243.506,93	6.753.284,34	72,36	66,26	3.438.246,77	
16	HABITAÇÃO	201.001,00	1.021.001,00	0,00	998.537,93	294.451,07	549.091,36	5,88	53,78	471.909,64	
16.481	HABITAÇÃO RURAL	201.001,00	1.021.001,00	0,00	998.537,93	294.451,07	549.091,36	5,88	53,78	471.909,64	
	Subtotal	8.313.221,00	11.212.532,11	547.917,55	8.602.436,68	1.537.958,00	7.302.375,70	78,24	65,13	3.910.156,41	
17	SANEAMENTO	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00	
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00	
	Subtotal	8.318.222,00	11.217.533,11	547.917,55	8.602.436,68	1.537.958,00	7.302.375,70	78,24	65,10	3.915.157,41	
18	GESTÃO AMBIENTAL	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	
	Subtotal	8.321.222,00	11.220.533,11	547.917,55	8.602.436,68	1.537.958,00	7.302.375,70	78,24	65,08	3.918.157,41	
20	AGRICULTURA	325.202,00	428.602,00	11.694,54	326.067,60	20.719,71	305.009,72	3,27	71,16	123.592,28	
20.601	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO VEGETAL	168.002,00	271.402,00	1.931,33	219.352,92	9.161,16	198.305,04	2,12	73,07	73.096,96	

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
 |
 | Município de VARGEÃO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A NOVEMBRO 2012/BIMESTRE OUTUBRO-NOVEMBRO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
20.602	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO ANIMAL	12.000,00	12.000,00	50,00	3.871,00	50,00	3.861,00	0,04	32,17	8.139,00
20.606	EXTENÇÃO RURAL	145.200,00	145.200,00	9.713,21	102.843,68	11.508,55	102.843,68	1,10	70,83	42.356,32
	Subtotal	8.646.424,00	11.649.135,11	559.612,09	8.928.504,28	1.558.677,71	7.607.385,42	81,51	65,30	4.041.749,69
22	INDÚSTRIA	150.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	150.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
	Subtotal	8.796.424,00	11.650.135,11	559.612,09	8.928.504,28	1.558.677,71	7.607.385,42	81,51	65,30	4.042.749,69
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
23.695	TURISMO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
	Subtotal	8.801.424,00	11.655.135,11	559.612,09	8.928.504,28	1.558.677,71	7.607.385,42	81,51	65,27	4.047.749,69
26	TRANSPORTE	1.875.003,00	1.972.003,00	167.416,79	1.344.873,62	173.358,34	1.295.712,17	13,88	65,71	676.290,83
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.875.003,00	1.972.003,00	167.416,79	1.344.873,62	173.358,34	1.295.712,17	13,88	65,71	676.290,83
	Subtotal	10.676.427,00	13.627.138,11	727.028,88	10.273.377,90	1.732.036,05	8.903.097,59	95,39	65,33	4.724.040,52
27	DESPORTO E LAZER	103.000,00	58.000,00	-10.300,00	28.564,26	0,00	28.098,26	0,30	48,45	29.901,74
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	103.000,00	58.000,00	-10.300,00	28.564,26	0,00	28.098,26	0,30	48,45	29.901,74
	Subtotal	10.779.427,00	13.685.138,11	716.728,88	10.301.942,16	1.732.036,05	8.931.195,85	95,69	65,26	4.753.942,26
28	ENCARGOS ESPECIAIS	476.000,00	476.000,00	15.411,83	432.904,44	50.814,27	402.303,31	4,31	84,52	73.696,69
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	476.000,00	476.000,00	15.411,83	432.904,44	50.814,27	402.303,31	4,31	84,52	73.696,69
	Subtotal	11.255.427,00	14.161.138,11	732.140,71	10.734.846,60	1.782.850,32	9.333.499,16	100,00	65,91	4.827.638,95
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.200,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.200,00
	Subtotal	11.279.627,00	14.185.338,11	732.140,71	10.734.846,60	1.782.850,32	9.333.499,16	100,00	65,80	4.851.838,95
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III)=(I+II)	11.279.627,00	14.185.338,11	732.140,71	10.734.846,60	1.782.850,32	9.333.499,16	100,00	65,80	4.851.838,95

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO
AMARILDO PAGLIA

CONTADOR CRC/SC 023.504/O
EDEGAR ANTÔNIO FELIPPE

Responsável pelo Controle Interno
ROSECLER A. OLIVEIRA DE PRA

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

	Município de VARGEÃO	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	DEZEMBRO/2011 A NOVEMBRO/2012	

+-----

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						
	12/2011	01/2012	02/2012	03/2012	04/2012	05/2012	06/2012
RECEITAS CORRENTES (I)	1.850.840,65	1.022.150,50	1.061.676,10	991.153,87	1.208.046,45	1.195.292,29	1.050.769,49
Receita Tributária	62.167,71	20.459,48	31.071,06	39.632,14	77.133,80	85.489,75	20.106,52
IPTU	4.981,53	0,00	0,00	1.337,94	47.446,48	52.546,55	5.410,40
ISS	26.885,77	14.440,76	11.808,33	19.388,07	23.626,05	16.193,38	9.132,28
ITBI	300,00	1.920,00	2.002,70	1.010,00	1.570,00	11.423,10	2.417,00
IRRF	28.535,39	3.515,27	2.095,04	2.386,56	2.283,20	3.790,96	2.568,99
Outras	1.465,02	583,45	15.164,99	15.509,57	2.208,07	1.535,76	577,85
Receita de Contribuições	9.189,24	9.339,42	9.133,03	8.790,65	10.005,58	9.639,62	10.012,97
Receita Patrimonial	149.060,99	0,00	0,00	5,08	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	10.669,53	3.035,35	3.234,21	4.449,57	2.716,02	6.797,80	4.896,20
Transferências Correntes	1.595.217,96	987.514,63	1.017.420,72	936.388,93	1.114.870,33	1.091.701,28	1.014.102,52
Cota-Parte do FPM	473.592,58	430.985,75	521.342,74	354.074,98	446.250,60	499.099,71	425.906,21
Cota-Parte do ICMS	375.270,82	364.863,39	317.944,18	344.141,12	360.407,59	323.802,67	334.665,05
Cota-Parte do IPVA	11.518,84	9.025,66	19.018,72	18.806,64	22.470,10	35.753,15	31.602,34
Cota-Parte do ITR	384,29	364,61	174,12	100,01	35,23	0,00	0,00
Transf.da LC 87/1996	1.861,04	1.806,22	1.806,22	1.804,86	1.804,86	1.804,86	1.804,86
Transferência do FUNDEB	112.148,19	118.422,81	110.314,20	116.072,29	122.412,81	135.083,20	129.988,75
Outras Transferências	620.442,20	62.046,19	46.820,54	101.389,03	161.489,14	96.157,69	90.135,31
Demais Receitas Correntes	24.535,22	1.801,62	817,08	1.887,50	3.320,72	1.663,84	1.651,28
II-DEDUÇÕES	174.235,86	161.985,75	173.261,09	144.857,11	167.327,40	173.379,03	159.945,40
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	174.235,86	161.985,75	173.261,09	144.857,11	167.327,40	173.379,03	159.945,40
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.676.604,79	860.164,75	888.415,01	846.296,76	1.040.719,05	1.021.913,26	890.824,09

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
 |
 | Município de VARGEÃO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | DEZEMBRO/2011 A NOVEMBRO/2012 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão
	07/2012	08/2012	09/2012	10/2012	Mes Atual	TOTAL	Atualizada
RECEITAS CORRENTES (I)	1.000.511,69	1.014.180,16	993.569,72	1.005.755,29	347.825,81	12.741.772,02	13.354.020,00
Receita Tributária	27.407,70	55.760,30	20.736,52	27.848,29	2.571,24	470.384,51	421.460,00
IPTU	2.799,05	1.884,41	1.264,14	1.306,44	0,00	118.976,94	120.000,00
ISS	15.669,23	12.500,63	14.780,69	19.285,60	1.684,54	185.395,33	154.200,00
ITBI	5.270,00	2.022,70	880,00	1.452,69	750,00	31.018,19	24.200,00
IRRF	2.738,73	37.611,51	3.536,64	3.011,47	136,70	92.210,46	82.000,00
Outras	930,69	1.741,05	275,05	2.792,09	0,00	42.783,59	41.060,00
Receita de Contribuições	8.634,84	9.392,92	9.075,98	9.371,57	0,00	102.585,82	121.000,00
Receita Patrimonial	0,00	20,91	0,00	2.226,54	0,00	151.313,52	74.630,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.573,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	4.549,45	9.511,59	9.003,09	3.927,38	25,40	62.815,59	71.680,00
Transferências Correntes	876.704,32	938.295,86	953.775,94	955.557,31	345.229,17	11.826.778,97	12.611.490,00
Cota-Parte do FPM	318.052,52	350.964,29	307.088,59	325.988,39	271.448,12	4.724.794,48	5.808.000,00
Cota-Parte do ICMS	327.283,60	327.605,65	379.200,93	352.341,71	35.054,50	3.842.581,21	4.200.000,00
Cota-Parte do IPVA	35.071,11	33.831,00	32.040,73	32.613,81	5.224,83	286.976,93	200.000,00
Cota-Parte do ITR	69,75	0,00	1.638,39	12.249,47	304,64	15.320,51	18.000,00
Transf.da LC 87/1996	1.804,86	1.804,86	0,00	3.609,72	0,00	19.912,36	36.000,00
Transferência do FUNDEB	107.802,95	125.225,96	139.040,40	130.885,17	24.205,16	1.371.601,89	1.250.000,00
Outras Transferências	86.619,53	98.864,10	94.766,90	97.869,04	8.991,92	1.565.591,59	1.099.490,00
Demais Receitas Correntes	83.215,38	1.198,58	978,19	6.824,20	0,00	127.893,61	50.187,00
II-DEDUÇÕES	137.528,49	144.026,27	145.192,22	146.518,94	63.182,34	1.791.439,90	2.074.400,00
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	137.528,49	144.026,27	145.192,22	146.518,94	63.182,34	1.791.439,90	2.074.400,00
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	862.983,20	870.153,89	848.377,50	859.236,35	284.643,47	10.950.332,12	11.279.620,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO
AMARILDO PAGLIA

CONTADOR CRC/SC 023.504/O
EDEGAR ANTÔNIO FELIPPE

Responsável pelo Controle Interno
ROSECLER A. OLIVEIRA DE PRA

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

Município de VARGEÃO CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos

Orçamento da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	Dotação p/o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	Previsão Orçamentária
Valor	0,00

	Período de Referencia		
	Mês Anterior(09/2012)	Exercício Anterior(2011)	Exercício Atual(2012)
BENS E DIREITOS DO RPPS			

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS					
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	Dotação p/o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO
AMARILDO PAGLIA

CONTADOR CRC/SC 023.504/O
EDEGAR ANTÔNIO FELIPPE

Responsável pelo Controle Interno
ROSECLER A. OLIVEIRA DE PRA



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 | Município de VARGEÃO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo do Resultado Nominal |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Dívida Consolidada (I)	499.880,06	382.072,70	382.072,70
DEDUÇÕES (II)	2.184.498,84	2.611.354,33	2.027.766,28
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.185.344,04	2.612.199,53	2.028.611,48
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	-845,20	-845,20	-845,20
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-1.684.618,78	-2.229.281,63	-1.645.693,58
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-1.684.618,78	-2.229.281,63	-1.645.693,58

	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	583.588,05	38.925,20

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referência	-372.000,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO
AMARILDO PAGLIA

CONTADOR CRC/SC 023.504/O
EDEGAR ANTÔNIO FELIPPE

Responsável pelo Controle Interno
ROSECLER A. OLIVEIRA DE PRA

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de VARGÊÃO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo do Resultado Primario |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A NOVEMBRO 2012/BIMESTRE OUTUBRO-NOVEMBRO |
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	11.204.990,00	1.141.653,28	9.271.474,80	8.623.235,52
Receita Tributária	421.460,00	30.419,53	408.216,80	335.657,63
IPTU	120.000,00	1.306,44	113.995,41	102.721,30
ISS	130.000,00	20.970,14	158.509,56	126.902,99
IRRF	82.000,00	3.148,17	63.675,07	42.826,54
ITBI	24.200,00	2.202,69	30.718,19	9.731,96
Outras	65.260,00	2.792,09	41.318,57	53.474,84
Receita de Contribuição	121.000,00	9.371,57	93.396,58	80.525,87
Outras Contribuições	121.000,00	9.371,57	93.396,58	80.525,87
Receita Patrimonial Liquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	74.630,00	2.226,54	2.252,53	16.064,70
(-) Aplicações Financeiras	74.630,00	2.226,54	2.252,53	16.064,70
Transferências Correntes	10.537.090,00	1.091.085,20	8.614.356,97	8.116.786,26
FPM	4.646.400,00	477.949,26	3.400.961,85	3.326.262,56
ICMS	3.360.000,00	309.917,08	2.773.849,26	2.694.480,02
Outras Transferências	2.530.690,00	303.218,86	2.439.545,86	2.096.043,68
Demais Receitas Correntes	125.440,00	10.776,98	155.504,45	90.265,76
Dívida Ativa	16.335,00	3.273,80	10.085,83	6.987,38
Diversas Receitas Correntes	109.105,00	7.503,18	145.418,62	83.278,38
Receitas de Capital (II)	7,00	0,00	967.132,57	1.206.053,82
(-) Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	326.677,66
Transferências de Capital	7,00	0,00	967.132,57	879.376,16
Outras Transferências de Capital	7,00	0,00	967.132,57	879.376,16
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	7,00	0,00	967.132,57	879.376,16
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	11.204.997,00	1.141.653,28	10.238.607,37	9.502.611,68

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	10.223.891,16	926.892,41	6.793.372,64	5.978.303,03
Pessoal e Encargos Sociais	4.654.961,60	407.640,01	3.320.558,99	2.818.914,67
Outras Despesas Correntes	5.543.929,56	517.458,17	3.454.937,88	3.124.635,19
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	25.000,00	1.794,23	17.875,77	34.753,17
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	10.198.891,16	925.098,18	6.775.496,87	5.943.549,86
Despesas de Capital (XI)	3.937.246,95	855.957,91	2.540.126,52	2.780.709,35
Investimentos	3.795.746,95	834.289,65	2.412.132,51	2.532.909,51
Inversões Financeiras	1.500,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	140.000,00	21.668,26	127.994,01	247.799,84
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	3.797.246,95	834.289,65	2.412.132,51	2.532.909,51
Reserva de Conting. (XVI)	24.200,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	14.020.338,11	1.759.387,83	9.187.629,38	8.476.459,37
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-2.815.341,11	-617.734,55	1.050.977,99	1.026.152,31
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			2.039.491,97	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

85.370,00

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
 |
 | Município de VARGEÃO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo do Resultado Primario |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A NOVEMBRO 2012/BIMESTRE OUTUBRO-NOVEMBRO |
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO
AMARILDO PAGLIA

CONTADOR CRC/SC 023.504/O
EDEGAR ANTÔNIO FELIPPE

Responsável pelo Controle Interno
ROSECLER A. OLIVEIRA DE PRA

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de VARGEÃO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A NOVEMBRO 2012 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos					Inscritos				
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	Em 31 de Dez. de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
	845,20	845,20	0,00	0,00	1.690,40	667.919,91	0,00	510.869,53	157.050,38	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.164,19	0,00	9.546,69	10.617,50	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	845,20	845,20	0,00	0,00	1.690,40	688.084,10	0,00	520.416,22	167.667,88	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos					Inscritos				
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	Em 31 de Dez. de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO
AMARILDO PAGLIA

CONTADOR CRC/SC 023.504/O
EDEGAR ANTÔNIO FELIPPE

Responsável pelo Controle Interno
ROSECLER A. OLIVEIRA DE PRA



[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de VARGEÃO

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A NOVEMBRO 2012/BIMESTRE OUTUBRO-NOVEMBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS(caput art.212 Const)	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	376.165,00	376.165,00	31.834,64	379.094,84	100,78
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	139.360,00	139.360,00	5.513,64	126.192,02	90,55
1.1.1- Imposto Sobre a Propriedade Predial e Ter	120.000,00	120.000,00	1.306,44	113.995,41	95,00
1.1.2- Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propri.Terri	2.420,00	2.420,00	1.095,40	3.435,93	141,98
1.1.3- Receita da Dívida Ativa Imp.s/Propri.Terri	14.520,00	14.520,00	3.111,80	8.760,68	60,34
1.1.4- Multas e Juros de Mora da D Ativa do Imp.	2.420,00	2.420,00	0,00	0,00	0,00
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	24.200,00	24.200,00	2.202,69	30.718,19	126,93
1.2.1- IMPOSTO S/TRANSMISSÃO DE "INTER VIVOS" IT	24.200,00	24.200,00	2.202,69	30.718,19	126,93
1.3 - Receita Resultante do - ISS	130.605,00	130.605,00	20.970,14	158.509,56	121,37
1.3.1- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Nature	130.000,00	130.000,00	20.970,14	158.509,56	121,93
1.3.3- Receita da Dívida Ativa Imp. s/ Serviços	605,00	605,00	0,00	0,00	0,00
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	82.000,00	82.000,00	3.148,17	63.675,07	77,65
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/os Rendi	82.000,00	82.000,00	3.148,17	63.675,07	77,65
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.372.000,00	10.372.000,00	1.048.507,81	8.086.047,78	77,96
2.1 - Cota Parte do FPM	5.808.000,00	5.808.000,00	597.436,51	4.251.201,90	73,20
2.1.1- Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	5.808.000,00	5.808.000,00	597.436,51	4.251.201,90	73,20
2.2- Cota-Parte do ICMS	4.200.000,00	4.200.000,00	387.396,21	3.467.310,39	82,56
2.3- TRANSFERÊNCIA FINANC.DO ICMS-DESONERAÇÃO - LC	36.000,00	36.000,00	3.609,72	18.051,32	50,14
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	110.000,00	110.000,00	9.672,62	59.089,86	53,72
2.5- Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territo	18.000,00	18.000,00	12.554,11	14.936,22	82,98
2.6- Cota-Parte do IPVA	200.000,00	200.000,00	37.838,64	275.458,09	137,73
3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)	10.748.165,00	10.748.165,00	1.080.342,45	8.465.142,62	78,76
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	217.000,00	217.000,00	16.022,00	132.362,14	61,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	121.000,00	121.000,00	0,00	50.710,94	41,91
5.2- Transferências Diretas do FNDE- PNAE	38.000,00	38.000,00	10.224,00	41.064,00	108,06
5.2- Transferências Diretas do FNDE- PNATE	58.000,00	58.000,00	5.798,00	40.587,20	69,98
6.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	70.000,00	70.000,00	0,00	60.745,14	86,78
6.1- Transporte Escolar Ensino Fundamental	70.000,00	70.000,00	0,00	60.745,14	86,78
9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO	287.000,00	287.000,00	16.022,00	193.107,28	67,28

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de VARGÊÃO

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A NOVEMBRO 2012/BIMESTRE OUTUBRO-NOVEMBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

	FUNDEB				
	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.074.400,00	2.074.400,00	209.701,28	1.617.204,04	77,96
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)	1.161.600,00	1.161.600,00	119.487,25	850.240,05	73,20
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)	840.000,00	840.000,00	77.479,13	693.461,13	82,55
10.3 ICMS-Desoneração Dest.ao FUNDEB(20% de 2.3)	7.200,00	7.200,00	721,94	3.610,24	50,14
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)	22.000,00	22.000,00	1.934,54	11.817,95	53,72
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)	3.600,00	3.600,00	2.510,80	2.987,18	82,98
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)	40.000,00	40.000,00	7.567,62	55.087,49	137,72
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.260.000,00	1.260.000,00	128.339,99	1.179.202,65	93,59
11.1 - Transferencias de Recursos do FUNDEB	1.250.000,00	1.250.000,00	128.339,99	1.179.202,65	94,34
11.3 - Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0	824.400,00	824.400,00	81.361,29	438.001,39	53,13

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOUVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOUVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	1.260.000,00	1.282.761,60	20.911,56	950.166,66	74,07
13.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	1.260.000,00	1.282.761,60	20.911,56	950.166,66	74,07
14.0 - OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)	1.260.000,00	1.282.761,60	20.911,56	950.166,66	74,07

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	22.761,60
18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)	22.761,60
19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL (((13.0-18.0)/11.0) x 100)	% 78,65

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM <EXERCÍCIO ANTERIOR> QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	34.829,97
21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012	22.761,60

MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)	2.687.041,25	2.687.041,25	270.085,61	2.116.285,65	78,76
	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	48.100,00	48.100,00	0,00	35.276,95	73,34
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	48.100,00	48.100,00	0,00	35.276,95	73,34
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.230.496,25	2.312.257,85	36.464,20	1.571.778,16	67,98
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.260.000,00	1.282.761,60	20.911,56	950.166,66	74,07
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	970.496,25	1.029.496,25	15.552,64	621.611,50	60,38
25.0 - ENSINO MEDIO	4.840,00	9.680,00	260,00	4.580,00	47,31



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

[www.cplinformatica.com.br]

003

CONSOLIDADO

Município de VARGÃO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A NOVEMBRO 2012/BIMESTRE OUTUBRO-NOVEMBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72) R\$ 1,00

26.0 - ENSINO SUPERIOR	35.000,00	70.000,00	3.412,50	31.472,50	44,96
27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE(23+24+25+26+27+28)	2.318.436,25	2.440.037,85	40.136,70	1.643.107,61	67,34

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

Valor

30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)	438.001,39
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	0,00
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	22.761,60
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO	0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.	0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)	415.239,79
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24)-(37)	2.022.294,90

39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100) % 23,89

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	Dotação		Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	
OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	121.000,00	121.000,00	0,00	101.807,93	84,14
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	80.000,00	294.880,00	0,00	284.444,92	96,46
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS(40+41+42+43)	201.000,00	415.880,00	0,00	386.252,85	92,88
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	2.519.436,25	2.855.917,85	40.136,70	2.029.360,46	71,06

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOBILIDADE FINANCEIRA

Saldo Cancelado

DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO

Até o em
Bimestre 2011 (g)

46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE 0,00 0,00

VALOR

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS

FUNDEB(b)

FUNDEF

47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	101.168,13	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.608.021,21	0,00
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.709.189,34	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51.0- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

- (1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício
- (2) Art.21, Parág.2º, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1º do art.6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicional.
- (3) Caput do art. 212 da CF/1988.
- (4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- (5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

PREFEITO

AMARILDO PAGLIA

CONTADOR CRC/SC 023.504/0

EDEGAR ANTÔNIO FELIPPE

Responsável pelo Controle Interno

ROSECLER A. OLIVEIRA DE PRA



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 | Município de VARGEÃO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao Atualizada(a)	Receitas Realizadas		Saldo a
		No Bimestre	Até o Bim.(b)	Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação Atualizada(c)	Despesas Liquidadas		Saldo a
		No Bimestre	Até o Bim.(d)	Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	3.937.246,95	549.842,77	2.540.126,52	1.397.120,43
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	3.937.246,95	549.842,77	2.540.126,52	1.397.120,43
--------------------------------	--------------	------------	--------------	--------------

DIFERENÇA (A)-(B)	-3.937.246,95	-549.842,77	-2.540.126,52	-1.397.120,43
-------------------	---------------	-------------	---------------	---------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO
AMARILDO PAGLIA

CONTADOR CRC/SC 023.504/O
EDEGAR ANTÔNIO FELIPPE

Responsável pelo Controle Interno
ROSECLER A. OLIVEIRA DE PRA

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 | Municipício de VARGEÃO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
RECEITAS			
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

	Dotação	Despesas	Saldo
	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
DESPESAS			
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	33.723,20	0,00	33.723,20

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO
AMARILDO PAGLIA

CONTADOR CRC/SC 023.504/O
EDEGAR ANTÔNIO FELIPPE

Responsável pelo Controle Interno
ROSECLER A. OLIVEIRA DE PRA

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 | Municipício de VARGEÃO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A NOVEMBRO 2012/BIMESTRE OUTUBRO-NOVEMBRO |
 +-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim.(b)	%(b/a)
Rec.Liquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	10.748.165,00	10.748.165,00	8.465.142,62	78,76
Impostos	376.165,00	376.165,00	379.094,84	100,78
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial	120.000,00	120.000,00	113.995,41	95,00
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/os Rendimentos	82.000,00	82.000,00	63.675,07	77,65
IMPOSTO S/TRANSMISSÃO DE "INTER VIVOS" ITBI	24.200,00	24.200,00	30.718,19	126,93
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	130.000,00	130.000,00	158.509,56	121,93
Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Territ.Urban	2.420,00	2.420,00	3.435,93	141,98
Multas e Juros de Mora da D Ativa do Imp.s/Prop.	2.420,00	2.420,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa Imp.s/Propr.Territ.Urban	14.520,00	14.520,00	8.760,68	60,34
Receita da Dívida Ativa Imp. s/ Serviços Qualq.N	605,00	605,00	0,00	0,00
Receitas de transf. constitucionais e Legais	10.372.000,00	10.372.000,00	8.086.047,78	77,96
da União	5.862.000,00	5.862.000,00	4.284.189,44	73,08
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	5.808.000,00	5.808.000,00	4.251.201,90	73,20
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territorial	18.000,00	18.000,00	14.936,22	82,98
TRANSFERÊNCIA FINANC.DO ICMS-DESONERAÇÃO - LC N	36.000,00	36.000,00	18.051,32	50,14
do Estado	4.510.000,00	4.510.000,00	3.801.858,34	84,30
Cota-Parte do ICMS	4.200.000,00	4.200.000,00	3.467.310,39	82,56
Cota-Parte do IPVA	200.000,00	200.000,00	275.458,09	137,73
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	110.000,00	110.000,00	59.089,86	53,72
Transferência de Rec. do Sistema Unico de Saúde -	484.991,00	484.991,00	611.853,35	126,16
da União para o Município	360.990,00	360.990,00	400.372,01	110,91
Piso de Atenção Básica PAB	72.000,00	72.000,00	76.944,06	106,87
PSF	120.000,00	120.000,00	116.015,00	96,68
PSF - Odonto	40.000,00	40.000,00	39.415,00	98,54
Agentes Comunitários PACS	80.000,00	80.000,00	77.301,00	96,63
Farmacia Básica	22.000,00	22.000,00	16.986,92	77,21
Vigilância Sanitária	10.890,00	10.890,00	14.201,48	130,41
Epidemiologia e Controle de Doenças	12.100,00	12.100,00	873,55	7,22
Outros Prog.Fin. Transf. Fundo a Fundo	4.000,00	4.000,00	58.635,00	1465,88
do Estado para o Município	124.001,00	124.001,00	211.481,34	170,55
SUS - Média e Alta Complexidade - MAC	36.000,00	36.000,00	8.101,38	22,50
Cofinanc. atenção básica	20.000,00	20.000,00	10.500,00	52,50
Cofinanc. da Assist. Farmacêutica	20.000,00	20.000,00	14.804,96	74,02
NASF	48.000,00	48.000,00	40.200,00	83,75
Convênio Ação Nº 013	1,00	1,00	137.875,00	13787500,00
(-)Dedução para o Fundef	-2.074.400,00	-2.074.400,00	-1.617.204,04	77,96
Total de Receita de Impostos	9.158.756,00	9.158.756,00	7.459.791,93	81,45

Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim.(d)	%(d/c)
Despesas Correntes	2.284.871,75	2.384.044,92	1.872.895,56	78,56
Pessoal e Encargos Sociais	1.228.000,00	1.228.000,00	1.014.678,93	82,63
Outras Despesas Correntes	1.056.871,75	1.156.044,92	858.216,63	74,24
Despesas de Capital	199.001,00	686.884,61	391.055,13	56,93
Investimentos	199.001,00	686.884,61	391.055,13	56,93
Total	2.483.872,75	3.070.929,53	2.263.950,69	73,72

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
 |
 | Município de VARGEÃO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A NOVEMBRO 2012/BIMESTRE OUTUBRO-NOVEMBRO |
 +-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Despesas Próprias com Saúde	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas Até o Bim.(e)	%(e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	2.263.950,69	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	0,00	0,00	20,91	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	0,00	0,00	20,91	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	196.747,85	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	2.067.181,93	0,00

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saude	Aplic.Min. em 2011(e)	Aplic.Apurada em 2011(F)	RESTOS A PAGAR	
			Insc.em 31 de dez.de 2011	Can.em 2012(g)
RP de Des.Proprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	22,42	0,00	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2011				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na
 Receita de Impostos - Limite Constitucional 15% 24,42

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas Até o Bim.	%
ATENÇÃO BÁSICA	2.328.262,75	2.937.255,53	2.190.666,20	96,76
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	36.000,00	36.000,00	8.395,00	0,37
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	15.310,00	15.310,00	2.259,15	0,10
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	12.100,00	12.100,00	283,50	0,01
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	62.200,00	70.264,00	62.346,84	2,75
ABASTECIMENTO	30.000,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.483.872,75	3.070.929,53	2.263.950,69	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	0,00	0,00	20,91	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	0,00	0,00	20,91	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	196.747,85	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prórias com Saúde	2.483.872,75	3.070.929,53	2.067.181,93	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO
 AMARILDO PAGLIA

CONTADOR CRC/SC 023.504/O
 EDEGAR ANTÔNIO FELIPPE

Responsável pelo Controle Interno
 ROSECLER A. OLIVEIRA DE PRA



[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de VARGÊÃO

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanco Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	11.279.627,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	11.279.627,00
Receitas Realizadas	1.727.165,47	9.956.216,43
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	2.039.491,97
Déficit Orçamentário	0,00	2.902.647,11

Balanco Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	11.279.627,00
Dotação Atualizada	0,00	14.182.274,11
Despesas Empenhadas	1.625.552,46	10.716.700,71
Despesas Liquidadas	1.954.935,33	8.584.810,57
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	732.140,71	10.734.846,60
Despesas Liquidadas	1.782.850,32	9.333.499,16

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	10.950.332,12

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	-372.000,00	38.925,20	-10,4638
Resultado Primario	85.370,00	1.050.977,99	1231,0858

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	845,20	0,00	0,00	845,20
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	688.084,10	0,00	520.416,22	167.667,88
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de VARGEÃO

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Limites Constitucionais Anuais			
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE			
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	23,8897
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	78,6468
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	2.540.126,52	1.397.120,43

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciárias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	0,00	0,00

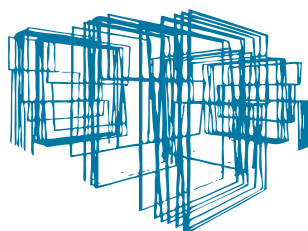
Limites Constitucionais Anuais			
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde			
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	2.067.181,93	15,00	24,42

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO
AMARILDO PAGLIA

CONTADOR CRC/SC 023.504/O
EDEGAR ANTÔNIO FELIPPE

Responsável pelo Controle Interno
ROSECLER A. OLIVEIRA DE PRA



Programa de Gestão de Obras



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

[illegible]

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DESPESAS Cat.Econômica/Grupo de Natureza	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO PROCESSADOS	% ((g+h) /f)	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(h)	(f)	(f-(g+h))
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	11.279.627,00	2.902.647,11	14.182.274,11	1.625.552,46	10.716.700,71	1.954.935,33	8.584.810,57	0,00	60,53	5.597.463,54
DESPESAS CORRENTES	9.617.152,00	603.675,16	10.220.827,16	1.139.519,17	7.330.848,67	1.431.736,46	6.594.526,82	0,00	64,52	3.626.300,34
Pessoal e Encargos Sociais	4.506.200,00	148.761,60	4.654.961,60	646.664,11	3.351.342,72	690.295,67	3.261.418,06	0,00	70,06	1.393.543,54
Juros/Encargos da Dívida	20.000,00	5.000,00	25.000,00	4.000,00	24.000,00	2.322,60	17.875,77	0,00	71,50	7.124,23
Outras despesas Correntes	5.090.952,00	449.913,56	5.540.865,56	488.855,06	3.955.505,95	739.118,19	3.315.232,99	0,00	59,83	2.225.632,57
DESPESAS DE CAPITAL	1.638.275,00	2.298.971,95	3.937.246,95	486.033,29	3.385.852,04	523.198,87	1.990.283,75	0,00	50,55	1.946.963,20
Investimentos	1.397.275,00	2.398.471,95	3.795.746,95	486.033,29	3.248.054,56	498.948,85	1.872.476,39	0,00	49,33	1.923.270,56
Inversões Financeiras	101.000,00	-99.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Amortização da Dívida	140.000,00	0,00	140.000,00	0,00	137.797,48	24.250,02	117.807,36	0,00	84,15	22.192,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	24.200,00	0,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.200,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	11.279.627,00	2.902.647,11	14.182.274,11	1.625.552,46	10.716.700,71	1.954.935,33	8.584.810,57	0,00	60,53	5.597.463,54
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	11.279.627,00	2.902.647,11	14.182.274,11	1.625.552,46	10.716.700,71	1.954.935,33	8.584.810,57	0,00	60,53	5.597.463,54
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	1.371.405,86	-	-	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	11.279.627,00	2.902.647,11	14.182.274,11	1.625.552,46	10.716.700,71	1.954.935,33	9.956.216,43	0,00	60,53	5.597.463,54

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	
	(a)	(b/a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO PROCESSADOS	% ((g+h) /f)	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(h)	(f)	(f-(g+h))
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO
AMARILDO PAGLIACONTADOR CRC/SC 023.504/O
EDEGAR ANTÔNIO FELIPPEResponsável pelo Controle Interno
ROSECLER A. OLIVEIRA DE PRA

Vidal Ramos

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº. 39/2012 - Aquisição Generos Alimentícios

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO Nº. 39/2012

OBJETO: Constitui objeto do presente certame AQUISIÇÃO GENE-ROS ALIMENTICIOS E SIMILARES PARA COMPOSIÇÃO DE CES-TAS DE NATAL DESTINADA A DISTRIBUIÇÃO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 257/2005 de 26/08/2005, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 39/2012, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 22 de novembro de 2012.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LAN-CES: Às 09:00 hrs do dia 22 de novembro de 2012, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge La-cerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 12 de novembro de 2012.
NABOR JOSÉ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Portaria Nº 110/12

PORTARIA nº 0110/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento à servidora VANDA MARI-SA CHRISTANI AGOSTINI, Especialista Educacional, do nível E-PE-MAG-I-E para o nível E-PE-MAG-I-F, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicio-nada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 02 de fevereiro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 269/12

PORTARIA nº 0269/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 2440/12,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora VERA LUCIA IL-DEBRANDO GARBIN, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02G para o nível CE02H, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicio-nada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 02 de abril de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 402/12

PORTARIA nº 0402/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor BENJAMIN AMAURI XAVIER DE OLIVEIRA, Agente Técnico Administrativo, do nível CE09M para o nível CE09N, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicio-nada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei

nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 10 de abril de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 416/12

PORTARIA nº 0416/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CELIA RAGADALLI, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 11 de abril de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 509/12

PORTARIA nº 0509/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor ADEMIR DE OLIVEIRA, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 19 de abril de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 528/12

PORTARIA nº 0528/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ANA CLAUDIA BARBOZA, Agente Técnico Administrativo, E-PE-SAU-I, do nível E-PE-SAU-I-B para o nível E-PE-SAU-I-C, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 19 de abril de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 562/12

PORTARIA nº 0562/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora EDNA MARIA TEIXEIRA, Professora, do nível MG04G para o nível MG04H, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 23 de abril de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Vitor Meireles

PREFEITURA

Decreto Nº 051/2012

DECRETO DE N.º 051/2012

ADOTA MEDIDAS CAUTELARES DE GESTÃO PARA ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO E DE MANDATO

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal de Vitor Meireles, e considerando o que especifica o Art. 42 e demais dispositivos da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal) que preconiza a necessidade de se manter anualmente equilíbrio financeiro das contas públicas,

DECRETA:

Art. 1º - Serão exonerados a partir desta data todos os ocupantes de cargo de confiança da administração municipal, bem como cessados os efeitos dos atos de designação das gratificações de funções de confiança exercidas por qualquer servidor público municipal, exceto o da função de Tesoureiro, e os Secretários de Educação, Saúde e Diretor de Saúde.

Parágrafo único. Serão exonerados os cargos comissionados no dia 14/11/2012 e os servidores que possuem Função de Confiança - FC, no dia 30/11/2012.

Art. 2º - A partir da presente data também fica suspensa a realização de horas extras, exceto para fins de transporte escolares e das atividades de saúde.

Art. 3º - O expediente público municipal permanece normal, sendo que a frota de veículos e equipamentos da Secretária de Obras e Serviços trabalhará com 50% da frota.

Art. 4º - As atividades letivas do presente exercício nos estabelecimentos de ensino municipal encerrarão no dia 14/12/2012, sendo que o contrato dos ACT's também se encerram nesta data. E os efetivos entram em férias a partir de 20/12/2012.

Art. 5º - Ficam suspensos todos os serviços de manutenção de vias públicas do município, exceto os de limpeza urbana e os constantes nos termos do Art. 3º, e em decorrência dessa suspensão, ficam suspensas quaisquer despesas com aquisição de peças, serviços de terceiros, exceto nas demandas de caráter emergente e urgentes.

Art. 6º - Fica também suspensa a realização de despesas com a contratação de serviços de terceiros em geral, exceto os da área da saúde e educação, desde que haja necessidade do cumprimento da aplicação do percentual mínimo e recursos financeiros disponíveis, como também relativos ao fornecimento de água, energia elétrica, telefone fixo e internet, e coleta de lixo.

Art. 7º - Ficam rescindidos todos os contratos de prestação de serviços de assessorias e consultorias.

Art. 8º - As aquisições de medicamentos só serão efetuadas e liquidadas com recursos vinculados (Estaduais / Federal).

Art. 9º - Toda e qualquer despesa não liquidada até 10/12/2012, cuja fonte de recurso não está disponível será estornada.

Art. 10º - Fica atribuída à Assessoria Jurídica do Município, ao Controle Interno e à Contabilidade a compensabilidade da implementação das medidas de execução do presente Decreto, como

também a implementação de ações de arrecadação dos créditos tributários e outros de direito ao erário público municipal.

Art. 11º - O descumprimento de qualquer medida contida no presente Decreto se caracteriza ato de insubordinação, que ensejará em processo administrativo disciplinar.

Art. 12º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, tendo vigência até 31/12/2012.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC),
12 de novembro de 2012.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/ __/ ____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Termo Aditivo a o Contrato Nº 03/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2012

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 79.372.520/0001-85, estabelecida à Rua Santa Catarina, 1122, na cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal IVANOR BOING, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, 1224, Centro, nesta cidade de Vitor Meireles, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE e de outro lado a ARG INDÚSTRIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.415.095/0001-65, estabelecida Rodovia SC 302, 1.860, Bairro Barragem, Cidade de Taió - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 31/2012, da TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, homologado em 30/07/2012, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n.º 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado cujo contrato fica alterado as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA SEXTA - Da Vigência

O prazo do contrato de prestação de serviços será prorrogado por (90) noventa dias, devido atraso da empresa na fabricação das peças estruturais pré-moldadas, o prazo começa contar a partir do dia 09 de novembro de 2012, as demais cláusulas do Termo de Contrato 03/2012, permanecem inalteradas.

E por estarem as partes de pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles/SC, 09 de novembro de 2012.

IVANOR BOING ARG INDÚSTRIA LTDA
Prefeito Municipal Empresa

Testemunhas:

Sandro Lunelli
Cpf: 064.162.869-20

Luis Carlos Boing
Cpf: 927.639.609-87

Consórcios

CIM-AMAVI

Aviso de Publicação de Edital de Carta Convite Nº 003/2012

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI

CIM-AMAVI

CARTA CONVITE Nº 003/2012

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, CNPJ nº 14.695.989/0001-00, estabelecido na Rua XV de Novembro, 737, Laranjeiras, Rio do Sul/SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade CARTA CONVITE, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, de acordo com as condições e exigências estabelecidas no Edital e em seus anexos e que realizará às 9 horas do dia 21 de novembro de 2012, na sede do CIM-AMAVI, junto a AMAVI, na Rua XV de Novembro, 737, na cidade de Rio do Sul/SC, recebimento e abertura de propostas objetivando a construção de cerca de proteção do Abrigo Institucional situado na Rua Walter Rohde, 02, na cidade de Vidal Ramos/SC, conforme detalhamento contido no objeto e projeto anexo ao Edital. A documentação completa do Edital poderá ser retirada na sede do Consórcio ou no endereço eletrônico www.amavi.org.br/cim.

Rio do Sul, 12 de novembro de 2012.

JOCELINO AMANCIO

Presidente.

CINCO

Resolução N. 029/2012

Resolução n. 029/2012

Dispõe sobre a rescisão de contrato por prazo determinado e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCO;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir o contrato por prazo determinado n. 0004/2011, termos aditivos n. 0005/2011 e 0004/2012, no interesse público do CONTRATANTE, Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, na data de 12 de novembro de 2012, nos moldes do Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Estatuto.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de novembro de 2012

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Resolução N. 030/2012

Resolução n. 030/2012

Dispõe sobre a rescisão de contrato por prazo determinado e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCO;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir o contrato por prazo determinado n. 0001/2012 e termo aditivo n. 0007/2012, no interesse público do CONTRATANTE, Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, na data de 12 de novembro de 2012, nos moldes do Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Estatuto.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de novembro de 2012

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato Termo Aditivo N. 0009/2012 - CINCO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N. 0009/2012

CONTRATANTE: Consórcio Integrado do Contestado - CINCO

CONTRATADO: José Adriano Ribeiro

CONTRATO: 0004/2011

OBJETO: Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, função pública de Operador de Máquina - Retro escavadeira, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais e remuneração previsto no edital, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

RESCISÃO DO CONTRATO: As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais, ajustam a rescisão do contrato por prazo determinado n. 0004/2011, termos aditivos n. 0005/2011 e n. 0004/2012, no interesse público do CONTRATANTE, a partir de 12 de novembro de 2012, observadas as disposições legais, regulamentares e contratuais.

PREVISÃO LEGAL: Inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 46, do Protocolo de Intenções; artigo 46, do Contrato de Consórcio Público e artigos 50 a 52, do Estatuto do Consórcio Público

Extrato Termo Aditivo N. 0010/2012 - CINCO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N. 0010/2012

CONTRATANTE: Consórcio Integrado do Contestado - CINCO

CONTRATADO: Cleverson Silva da Rocha

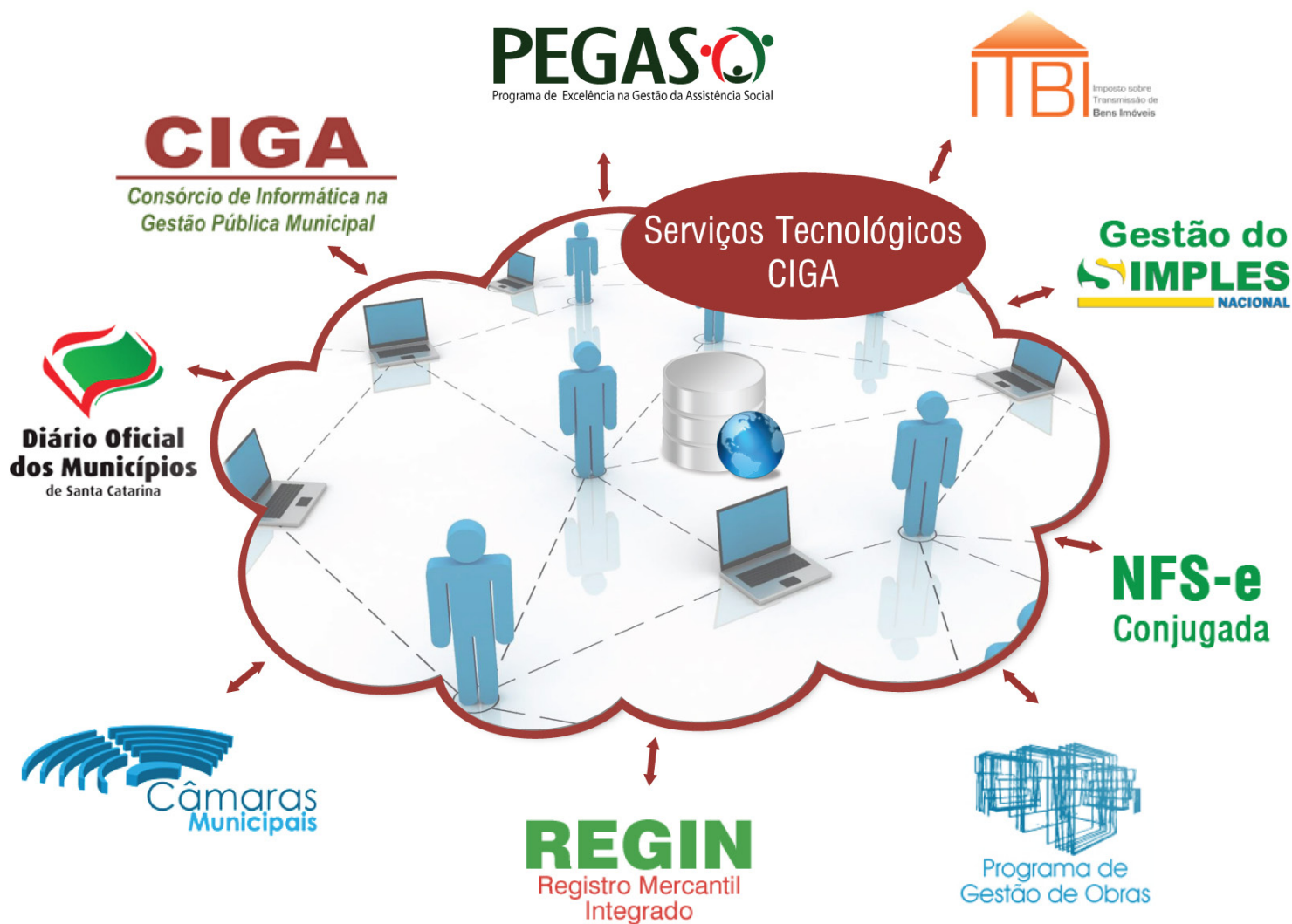
CONTRATO: 0001/2012

OBJETO: Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, função pública de Operador de Máquina - Escavadeira Hidráulica, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais e remuneração previsto no edital, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

RESCISÃO DO CONTRATO: As partes constantes do contrato em

epígrafe, em conformidade com as disposições legais, ajustam a rescisão do contrato por prazo determinado n. 0001/2012, termo aditivo n 0007/2012, no interesse público do CONTRATANTE, a partir de 12 de novembro de 2012, observadas as disposições legais, regulamentares e contratuais.

PREVISÃO LEGAL: Inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 46, do Protocolo de Intenções; artigo 46, do Contrato de Consórcio Público e artigos 50 a 52, do Estatuto do Consórcio Público.



www.ciga.sc.gov.br